



**RE-UNIR**  
**REVISTA**

do Centro de Estudos da Linguagem  
da UNIR

v11|n1

2024

ISSN  
2594-4916

## Expediente

### Editor Responsável

Lucas Martins Gama Khalil

### Editora Adjunta

Geane Valesca da Cunha Klein

### Organizadoras do Dossiê

Lucimara Alves da Costa

Beatriz Curti-Contessoto

### Editores Científicos

Fernando Simplício dos Santos

Lou-Ann Kleppa

Maria de Fátima Oliveira Molina

Natália Cristine Prado

Jefferson Gustavo Campos

Lucimara Alves da Costa

### Assessoria Técnica

Herta Maria do Nascimento Soeiro

### Capa

Karin Rosenbaum

### Editoração Final

Geane Valesca da Cunha Klein

Lucas Martins Gama Khalil

### Conselho Editorial

Alina Villalva (Universidade de Lisboa)

Ana Maria Cavalcanti Aguiar (UNIR)

Angela Derlise Stübe (UFFS)

Angelica Rodrigues (UNESP)

Anna Flora Brunelli (UNESP)

Aracy Alves Martins (UFMG)

Ariel Novodvorski (UFU)

Camila da Silva Alavarce (UFU)

Carlos Piovezani (UFSCAR)

Cibele Naidhig de Souza (UFERSA)

Claudiana Narzetti Costa (UEA)

Cleudemar Alves Fernandes (UFU)

Cristina Martins Fargetti (UNESP)

Élcio Aloísio Fragoso (UNIR)

Eloísa Joseane da Cunha Klein (UNIPAMPA)

Enivalda Nunes Freitas e Souza (UFU)

Gabriela Oliveira Codinhoto (UFAC)

Geane Valesca da Cunha Klein (UNIR)

Gladis Massini Cagliari (UNESP)

Grenissa Bonvino Stafuzza (UFG)

Heloisa Mara Mendes (UFU)

Iza Reis Gomes Ortiz (IFRO)

José Eduardo Barros Melo (UNIR)

José Magalhães (UFU)

Kelly Priscila Loddó Cezar (UFPR)

Lilian Reichert Coelho (UNIR)

Lou-Ann Kleppa (UNIR)

Lucas Martins Gama Khalil (UNIR)

Luisa Helena Finotti (UFU)

Luiz Carlos Cagliari (UNESP)

Luiz Carlos Schwindt (UFRGS)

Maíra Sueco Maegava Córdula (UFTM)

Manuel Medina (University of Louisville - EUA)

Marcela Ortiz Pagoto de Souza (IFSP)

Márcia Helena Rostas (IFSUL)

Maria Aparecida Oliveira (UFAC)

Maria de Fátima Oliveira Molina (UNIR)

Maria do Socorro D. Loura Jorin (UNIR)

Marian Oliveira (UESB)

Maride Ima Laperuta Martins (UNIOESTE)

Marília Lima Pimentel Cotinguiba (UNIR)

Marisa Martins Gama Khalil (UFU)

Milenne Biasotto (UFGD)

Natália Cristine Prado (UNIR)

Niguelme Cardoso Arruda (IFSC)

Rosana Nunes Alencar (UNIR)

Sonia Maria Gomes Sampaio (UNIR)

Suzana Maria Lucas Santos (UFMA)

Talita de Cássia Marine (UFU)

Vera Pacheco (UESB)

Vitor Cei Santos (UFES)

Welisson Marques (IFTM)

### Pareceristas *ad hoc* do Vol. 11, nº 1

Anísio Batista Pereira

Antonio Carlos Soares

Heloisa Helena Siqueira Correia

Francieli Matzenbacher Pinton

Francisco Renato Lima

Francisco Gabriel Cordeiro Silva

Ivson Bruno da Silva

Jaqueline Luzia da Silva

Luciane Silva de Souza

Maisa Cardoso

Patrícia Pereira da Silva

Rosângela Aparecida Hilário

Sarah Carime Braga Santana

RE-UNIR – Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia.

V. 11 (2024), nº 1. Porto Velho-RO. Periodicidade: Anual  
Centro de Estudos da Linguagem - CEL

Sala 104. Bloco 4A - Prédio das Pró-Reitorias, Campus - BR 364, Km 9,5

CEP: 76801-059 - Porto Velho - RO

Publicada em meio eletrônico:

<http://www.periodicos.unir.br/index.php/RE-UNIR/index>

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	06
<i>Lucas Martins Gama Khalil</i>	
<b>ARTIGOS</b>	
Do felino à ferina: a oscilação entre humano e animal em <i>As horas nuas</i> , de Lygia Fagundes Telles	09
<i>Felipe Garcia de Medeiros</i>	
Violência contra a mulher no telejornalismo: análise discursiva de uma mesma notícia em dois veículos com filiação distintas, mas não tanto	24
<i>Ana Christina de Sousa Damasceno</i> <i>Sérgio Nunes de Jesus</i> <i>Celso Ferrarezzi Junio</i>	
Leitura do gênero propaganda no Ensino Médio: o papel da argumentação na formação de sujeitos emancipatórios	43
<i>Luiz Guilherme de Brito Arduino</i> <i>Danilo Passos Santos</i>	
Contribuições das histórias em quadrinhos para os processos de ensino e aprendizagem de língua inglesa	58
<i>Fabiana Pereira de Sousa</i> <i>Rafaela de Souza Timmermann</i>	
Corpos atravessados no/pelo discurso: entre o ritual e o horror	80
<i>Marilda Aparecida Lachovski</i>	
Memória e resistência afro-brasileira e angolana no poetry slam	94
<i>Miguel Lombas</i>	
A categoria temporal na representação do passado histórico em <i>O outro pé da sereia</i> , de Mia Couto	112
<i>Maria de Fátima Molina</i>	
A imagem como memória e acontecimento: um (per)curso político	131
<i>Maraisa Daiana da Silva</i> <i>Marceli Cristina Coelho</i>	

Revisitando o preconceito linguístico no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos: uma reflexão a partir da Psicologia Social 147

*Fabio Luiz Nunes*  
*Alziro Alves dos Santos*

A emergência da vida travesti em *Não vão nos matar agora*: discursos, vontades de verdade e resistência ao poder colonial no livro de Jota Mombaça 164

*Maxmillian Gomes Schreiner*  
*Denise Gabriel Witzel*

Re-Unir

## APRESENTAÇÃO

Nesta edição da Re-UNIR – Revista do Centro de Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Rondônia, temos a satisfação de apresentar ao leitor dez artigos de diferentes abordagens teóricas no campo das Letras. Cabe explicar que três deles são provenientes da chamada temática “Imagens do/no Sul Global em discursos de resistência: um diagnóstico do presente”, a qual não alcançou um número razoável de submissões para a constituição de um dossiê.

No primeiro artigo desta edição, “Do felino à ferina: a oscilação entre humano e animal em *As horas nuas*, de Lygia Fagundes Telles”, Felipe Garcia de Medeiros analisa o processo de fragmentação narrativa, emoldurado pelo fantástico e alternado entre a história da personagem protagonista Rosa e o passado espiritual de seu gato Rahul. A análise parte de referências teóricas como Jacques Derrida, John Berger e John Gray.

Na sequência, Sérgio Nunes de Jesus, Celso Ferrarezi Junior e Ana Christina Damasceno nos apresentam o texto “Violência contra a mulher no telejornalismo: análise discursiva de uma mesma notícia em dois veículos com filiações distintas, mas não tanto...”, que, com base na teoria da Análise do Discurso, refletem sobre o modo como a mulher é significada em matérias jornalísticas acerca da violência doméstica e como esse processo é perpassado, ainda, por uma ideologia patriarcal.

Danilo Passos Santos e Luiz Guilherme de Brito Arduino, em “Leitura do gênero propaganda no Ensino Médio: o papel da argumentação na formação de sujeitos emancipatórios”, propõem um olhar crítico para a interpretação desse gênero textual, indo além de concepções que o enxergam apenas pelo viés de seu conteúdo temático. Para os autores, a articulação com os estudos da argumentação proporcionariam a suscitação de debates produtivos em contextos de ensino-aprendizagem.

No artigo “Contribuições das histórias em quadrinhos (HQs) para os processos de ensino e aprendizagem de língua inglesa”, Fabiana Pereira de Sousa e Rafael de Souza Timmermann realizam uma revisão da literatura sobre o tema em diversas bases de dados acadêmicas e, a partir dela, discutem aspectos potencialmente positivos na mobilização didática de histórias em quadrinhos em aulas de língua inglesa.

O artigo subsequente é “Corpos atravessados no/pelo (dis)curso: entre o ritual e o horror”, de Marilda Aparecida Lachovski. Sob a filiação da Análise do Discurso de

vertente materialista, a autora toma como objeto o linchamento e o modo como essa prática é midiaticizada. Ao analisar três notícias postas em circulação em redes sociais, Lachovski aborda a constituição dos sujeitos na sua relação com o jurídico e com o Estado, promovendo reflexões sobre as formas de punição que adquirem legitimidade em dados discursos.

Miguel Lombas, no artigo “Memória e resistência afro-brasileira e angolana no *poetry slam*”, analisa composições de *slammers* como Joice Zau, angolana, e Agnes Mariá e Bruno Negrão, brasileiros, abordando a constituição de uma poética coletiva que visibiliza pessoas negras, pobres e periféricas. As análises, trazendo para a cena a questão da ancestralidade africana, dialogam com estudos sobre memória e história, fundamentados em Joseph Ki-Zerbo, Hampâté Bâ e Michel Pollak.

Na sequência, o artigo “A categoria temporal na representação do passado histórico em *O outro pé da sereia*, de Mia Couto”, de Maria de Fátima Oliveira Molina, propõe analisar o plano temporal que encena o passado histórico de 1560 na narrativa do escritor moçambicano. Tal empreendimento é realizado sob a fundamentação de teóricos como Jean Pouillon e Paul Ricoeur.

Maraisa Daiana da Silva e Marcieli Cristina Coelho, no texto “A imagem como memória e acontecimento: um (per)curso político”, mobilizam conceitos vinculados aos Estudos Discursivos Foucaultianos para analisar três materialidades iconográficas, relacionadas a acontecimentos políticos. Na análise, as pesquisadoras exploram o modo como as imagens se articulam a partir de uma intericonicidade, que evoca uma memória discursiva, resignificando os próprios acontecimentos políticos.

O penúltimo artigo desta edição intitula-se “Revisitando o preconceito linguístico na Educação de Jovens, Adultos e Idosos: uma reflexão a partir da psicologia social”. Os autores, Fábio Luiz Nunes e Alziro Alves dos Santos, recorrem a estudos sociolinguísticos de Marcos Bagno e a reflexões da Psicologia Social a fim de discutir, especificamente no âmbito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, a questão do preconceito linguístico. Além da discussão teórica, os pesquisadores apontam possíveis intervenções por parte dos educadores, especialmente os professores de língua materna.

O artigo “A emergência da vida travesti em *Não vão nos matar agora*: discursos, vontades de verdade e resistências ao poder colonial no livro de Jota Mombaça”, de Maxmillian Gomes Schreiner e Denise Gabriel Witzel, fecha esta edição. Os autores fundamentam-se nos Estudos Discursivos Foucaultianos com o objetivo de analisar o

enunciado título da obra de Jota Mombaça. Mobilizando a noção de campo associado, a análise remete o enunciado em questão a uma rede enunciativa composta por outros discursos que se posicionam frente ao poder biopolítico, ao racismo e às violências de gênero.

Agradecendo a todos os autores e pareceristas que participaram desta edição, a equipe da Re-UNIR espera que a leitura dos textos seja bastante produtiva e ajude a fortalecer a promoção de debates acadêmicos na área das Letras.

Lucas Martins Gama Khalil  
Editor da Revista Re-UNIR

## Do felino à ferina: a oscilação entre humano e animal em As horas nuas, de Lygia Fagundes Telles

*From the feline to the ferine: the oscillation between human and animal in 'As horas nuas' by Lygia Fagundes Telles*

Felipe Garcia de Medeiros<sup>1</sup>

**Resumo:** O romance *As horas nuas* é o exemplo ímpar na literatura brasileira de como animais e humanos são confrontados. Por meio de um processo de fragmentação narrativa que se alterna, sobretudo, entre a história da protagonista Rosa e o passado espiritual do seu gato Rahul, emoldurado pelo modo fantástico, pode-se deslindar as vicissitudes inerentes ao humano e ao animal lançados numa constante busca de si que culmina na colisão desses polos durante as crises e, conseqüentemente, na união tensa e breve entre as espécies. A partir dos referenciais *O animal que logo sou*, de Derrida (2011), *Por que olhar os animais?*, de John Berger (2021), *O silêncio dos animais*, de John Gray (2019), *O fantástico*, de Remo Cesarini (2006) e outros, o objetivo desta análise é justamente compreender a fragmentação desse sujeito pós-64 na oscilação entre humano e animal, a crise da união desse duplo, na obra de Lygia Fagundes Telles.

**Palavras-chave:** Animal; humano; fantástico; oscilação; fragmentação.

**Abstract:** The novel *As horas nuas* is a unique example in Brazilian literature of how animals and humans are confronted. Through a process of narrative fragmentation that alternates, above all, between the story of the protagonist Rosa, and the spiritual past of her cat Rahul, framed by the fantastic way, it is possible to unravel the vicissitudes inherent to the human and the animal thrown in a constant search for the self that culminates in the collision of these poles during crises and, consequently, in the tense and brief union between the species. Based on Derrida's (2011) references *The Animal That Therefore I Am* (2011), *Why look at animals?* by John Berger (2021), *The Silence of Animals* by John Gray (2019), *The Fantastic* by Remo Cesarini (2006) and others, the objective of this analysis is precisely to understand the fragmentation of this post-64 subject in the oscillation between human and animal, the crisis of the union of this double, in the work of Lygia Fagundes Telles.

**Keywords:** Animal; human; fantastic; oscillation; fragmentation.

### **La busca entre o humano e o animal**

A crueza do lirismo e a rispidez abrupta da prosa de *As horas nuas* (1989), último romance de Lygia Fagundes Telles, exprime não só as reminiscências de um contexto não menos cru, ríspido e terrível que foi o de 1964, mas também as dolorosas memórias da atriz Rosa Ambrósio, escritas durante a reintegração da democracia, quando a Constituição de 1988 foi redigida, momento de transição crucial para o país e para a mentalidade da protagonista que se depara consigo mesma entre um passado nefasto e um presente utópico, incerto, prenhe de mudanças e liberdades provisórias, tomada

---

<sup>1</sup> Professor de Língua Portuguesa do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, doutorando em Literatura pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9829700897808849>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5767-3092>. E-mail: [felipe.garcia@ifrn.edu.br](mailto:felipe.garcia@ifrn.edu.br).

de “horror pelo horror conformado” (Telles, 2010, p. 14). Enfrentando a escuridão que a rodeia, contra a luz que a atormenta ao tentarem defini-la como mulher, atriz, mãe, indivíduo, além de todas as incertezas, na sua meia-idade, esta “idade barroca”, depara-se com a desilusão do amor e da maternidade sob os males incontroláveis do alcoolismo.

Assim começa sua história: num ponto obscuro de sua existência, à luz de uma vontade que se recusa a aceitar a pretensa clareza dos fatos revividos: “Entro no quarto escuro, não acendo a luz, quero o escuro.” (Telles, 2010, p. 13), afirma categórica e consciente de si mesma, porque Rosa Ambrósio é a síntese tardia, quase disforme, de todos esses conflitos históricos que viveu e reformas excruciantes, que atravessaram seu corpo, sua mentalidade, sua vida; a transição entre épocas tão destoantes entre si, da sua infância à meia-idade, eventos que mudaram a forma de sentir, amar, ver o mundo, e o próprio papel da mulher, aprofundaram a escuridão do seu inconsciente. O ainda recente feminismo, que a atriz reluta em compreender, lacerada pelas injunções e interdições da formação que teve no passado e reluta em assombrá-la<sup>2</sup>, a própria indefinição do ser humano como algo estático, absoluto, configuram-se como aspectos decisivos que dão o tom fugidio, introspectivo, fragmentário e experimental do romance.

A partir desse ponto obscuro, entre roupas sujas, largada e invisível no quarto escuro, não deseja ser vista, aliás, a atriz, bebendo “em homenagem a la busca” (Telles, 2010, p. 16), “bestando no espaço” (Telles, 2010, p. 13), inicia seu périplo temporal (existencial) que será acompanhado, sobretudo, pela fantástica voz do animal, seu gato Rahul. Como um dos narradores, ele se constitui como um paralelo desafiador na história da protagonista e irá conferir o contraponto animal à representação da máscara dilacerada do animal humano, confeccionada pelas memórias da atriz Rosa Ambrósio. Perscrutando outras nuances do humano, às vezes terríveis, através das lembranças da vida de Rosa, o gato expõe, enquanto um animal estilizado, a animalidade dela, sua inconstância, indefinição. Ao narrar as próprias transformações sofridas através do percurso histórico e social do seu passado fantástico de reencarnações, o gato

---

<sup>2</sup> Rosa é resquício de um período em que havia uma visão muito conversadora a respeito da mulher, como aponta Pinsky (2018, p. 613) “A moça de família manteve-se como um modelo das garotas dos anos 1950 e seus limites fundamentais eram bem conhecidos, ainda que algumas das atitudes condenáveis pudessem variar um pouco entre cidades grandes e menores, cariocas e paulistas, diferentes grupos e camadas sociais”. No romance, a atriz menciona, em suas memórias, uma parte da infância, vivida durante a Segunda Guerra Mundial, portanto, é lícito inferir que a personagem sofreu influências desse período classificado por Pinsky (2018) como os Anos Dourados.

escrutina os que o rodeiam no presente em um exercício de reflexão que os desconstrói. Os animais são entrecruzados, e Rosa e Rahul veem-se no mesmo abismo:

O animal escrutina o homem através de um estreito abismo de não compreensão. É por isso que o homem é capaz de surpreender o animal. Mas o animal, mesmo domesticado, também é capaz de surpreender o homem. O homem também olha através de um abismo de não compreensão, similar mas não idêntico. E é assim para onde quer que olhe. Ele está sempre olhando através da ignorância e do medo. E então, quando ele é visto pelo animal, é visto tal como o que o cerca o vê. (Berger, 2021, p. 18-19)

Lygia não escapa à tradição de Hoffman ao conceber Rahul. A arguta análise do Gato Murr a respeito do seu amo, assim como o de Soseki em *Eu sou um gato*, e *Relatos de um gato viajante*, de Hiro Arikawa, mostram os animais não somente vivendo uma vida paralela em relação aos humanos mas também pensando a partir de sua animalidade, que é consumada na ficção pelo conflito existencial entre as espécies. Assim, a ferina Rosa Ambrósio, em *As horas nuas*, é desnudada sem escrúpulos pelo felino Rahul, “através de um abismo de não compreensão”, seu lado humano e animal, sua história, toda insegurança e ignorância é exposta à medida que a narrativa do gato compartilha da introspecção da protagonista, porque ele viveu outras vidas e até já foi humano, e isso “ganha peso ao oscilar entre [...] a memória e a imaginação, o feminino e o masculino, a sanidade e a loucura, o humano e o animal.” (Santiago, 1998, p. 100).

Percebe-se facilmente a oscilação entre humano e animal na história de Lygia na curiosa divisão de capítulos do romance. De acordo com Costa (2014, p. 59-61), *As horas nuas* é dividido em dezoito; desses, o 1, 3, 8, 12, 13, 15, 16, são narrados por Rosa Ambrósio; a segunda maior parte do romance é apresentada pelo gato Rahul (os capítulos 2, 4, 7, 9, 10 e 11); por fim, os capítulos 5, 6, 14, 17 e 18 são narrados por um terceiro narrador, que se ocupa, especificamente, da personagem Ananta Medrado (a psicóloga de Rosa) e seu primo Renato Medrado, que investiga o desaparecimento dela.

Desaparecer, no romance, evidencia algo maior: a constante busca das personagens ao tentarem se encontrar, seja pela busca da consciência perdida, do presente, dos amores, dos desaparecidos na Ditadura e até do humano perante a própria animalidade. À luz de *O animal que logo sou* de Derrida (2011), *Por que olhar os animais?* de John Berger (2021), *O silêncio dos animais*, de John Gray (2019), *O fantástico*, de

Remo Cesarini (2006) e outros, o objetivo aqui é compreender “La busca” constante de si mesma da protagonista que, no romance, oscila entre o animal humano e não humano na fragmentação desse sujeito pós-1964 no qual Rosa é a estranha síntese. Rahul, que traz em seu nome o destino inelutável da protagonista (de)compõe a síntese: “[...] no meio da palavra a letra H, sugerindo a sua humanização, pois além do nome de gente já indicar que Rahul não é um gato comum, o H aparece se destacando entre as vogais, para reforçar a importância do gato na narrativa.” (Costa, 2014, p. 60).

### **Rahul, felino memorialista e agnóstico, e a atriz Rosa**

O gato e Rosa Ambrósio carregam um passado memorável nas costas que ressurgem à consciência insistentemente e os afeta no presente estado. Rahul, particularmente, se resguarda na atual condição de felino e nos confessa que “sua única arma é o silêncio” (Telles, 2010, p. 118). Mas toda a ferocidade do silêncio inegociável dos animais não humanos é transferida para a voz narrativa, onisciente e observadora, da qual se tem acesso através do recurso ficcional do fantástico. Rahul é excepcional, similar a uma aparição que reconfigura o ambiente familiar da atriz, é o elemento estranho que instaura a desordem na ordem humana. Cesarini (2006, p. 84) justifica esse tipo de existência paralela à dos demais personagens humanos de *As horas nuas*:

A aparição do estranho, do monstruoso, do irreconhecível. [...] A súbita intrusão de um personagem que possui características culturais de um estrangeiro, dentro do espaço reservado e protegido que pertence a uma família e a uma comunidade restrita, torna-se plena de aspectos inquietantes, suscita reações de profunda perturbação psicológica e não tem como consequência apenas a simples exclusão do elemento estranho.

O gato também é um estrangeiro, já reencarnou várias vezes e em outros lugares. Ele foi, por exemplo, um ardoroso amante romano de um visitante misterioso, “[...] guardei seu cheiro. E a fugidia visão do seu corpo antes de se perder no meu, bem viva a imagem do jovem do baixo-relevo subjugando o touro.” (Telles, 2010, p. 30). Como animal humano, deleitou-se com os prazeres do vinho e da carne, feito um touro (alusão ao mito de Zeus e Europa, que escancara a relação sexual entre as espécies), lamenta não ter mais aquelas mãos ao pôr no peito apenas as patas em seu atual estado sem o significado dramático do gesto humano. Recordando-se de sua paixão

homoafetiva, o gato, contemporâneo de Rosa, desmascara, quanto à sexualidade, o longo percurso de retrocessos implícitos por trás da noção de “progresso” cuja visão redentora seria o aperfeiçoamento da humanidade a um nível sem preconceitos, censuras, perseguições etc. Sua animalidade atual evidencia como a humanidade se desfigurou à procura de si mesma e se modificou sem cessar ao longo da história, tornando-se, talvez, uma criatura indiscernível, fingida, real e dolorosa tal como Rosa. Para Rahul, o animal que é e a projeção humana que pretende ser distinta se confundem na figura do animal vestido de contos de fadas, são fantasias. Rahul se recorda ao ouvir Diogo, o grande amor de Rosa:

O retrato desse Gato de Botas eu vi na capa de um livro lá na casa das venezianas verdes. A roupa do gato era de veludo coletê verde com um cinto de couro e era belo o chapéu de feltro com a pluma vermelha na aba, eram histórias do tempo em que os animais falavam. É bom lembrar que numa outra encarnação fui aquele jovem romano mas hoje sou este gato que devia usar botas, na opinião de Diogo. Há pouco ele me puxou pelo rabo, até que a dor foi forte mas não soltei nenhum miado, quando fui aquele jovem eu também falei pouco. (Telles, 2010, p. 31)

Rahul já foi humano, e Diogo, de algum modo, percebia humanidade nele. O gato memorialista, e Rosa, vivem uma crise de identidade profunda, porque ambos sentem no próprio corpo as mudanças do tempo, que altera o curso da existência, as formas de ser e de estar, a relação entre as criaturas. As mudanças nem sempre significam algo melhor, pois ambos estão deslocados de si, no tempo e no espaço, e anseiam por se libertar desse círculo vicioso, o da reencarnação sucessiva no caso do gato, e no de Rosa, seus teoremas (o cálculo que atribuiu a si mesma ao considerar uma lógica inacessível quando pretende se desvencilhar dos problemas passados e das irrevogáveis consequências deles para o presente e o futuro). Se os animais falavam e ou se vestiam nos contos, era porque havia, entre as pessoas e os bichos não humanos, um tipo de contiguidade que os unia até discursivamente, para além da barreira insondável do corpo e do estreito círculo da consciência de ambos. Com o distanciamento entre as espécies no contexto urbano, essa barreira se tornou quase intransponível, puro silêncio, e mesmo que Diogo desejasse que Rahul se aproximasse da figura híbrida do gato de botas, ele puxa seu rabo e estabelece um limite entre os dois. E em outro momento, ao pensar na hipótese de outra reencarnação, o gato cogita:

E se eu tivesse que morrer para nessa segunda oportunidade me aproximar dele novamente? Se é que a gente pudesse se reencontrar — eu disse a gente? Eu disse a gente. Porque a ideia de ser de novo um bicho é tão dilacerante que continuo a me perguntar, no mesmo tom culposos da Rosona, o que eu fiz, o quê?! para merecer esta forma. E não tenho fé, não acredito em nada. Um gato memorialista e agnóstico — existe? Memória que quase sempre é peçonha na qual me alimento. E me enveneno. Recuei. Saltei para o tapete. Agora tenho medo da liberdade. (Telles, 2010, p. 125-126)

Envenenado pela memória de si e do corpo que teve, Rahul se aproxima de Rosa ao compreender o quão dilacerante é ser outro bicho, outra coisa, não ser o que se é, buscar sempre, sina dos seres humanos. E, se os tempos apartaram esse encontro ou essa comunhão entre as espécies, restando apenas algum espectro desse idílio entre “a gente” e essa liberdade temerosa, “a peçonha da memória”, uma bota no meio do caminho do gato, o silêncio dos animais é um grande grito estridente à consciência humana que sempre tentou se livrar do caos das formas para se distinguir como superior, desde o princípio, em relação a todos os outros animais do mundo, o que é insustentável:

Os humanistas de hoje, que dizem adotar uma visão totalmente secular das coisas, escarnecem do misticismo e da religião. Mas o caráter único dos seres humanos é difícil de defender, e mesmo de entender, quando apartado de qualquer ideia de transcendência. Em uma visão estritamente naturalista – na qual o mundo seja tomado em seus próprios termos, sem referência a um criador ou qualquer reino espiritual –, não há hierarquia de valores com os seres humanos próximos do topo. Existem apenas muitas formas animais, cada uma com suas necessidades próprias. A singularidade humana é um mito herdado da religião e reciclado pelos humanistas na ciência. (Gray, 2019, p. 56)

É a transcendência do gato e sua visão humanística, e não estreitamente naturalista, que engendram o estranho e fantástico na narrativa. Graças a essa voz silenciosa que só o leitor tem acesso toda a fragilidade e contradições do que se acredita ser singular ou transcendente no humano são expostas. No contexto do romance, o movimento similar seria o sufocante teorema de Rosa Ambrósio. Na busca pela singularidade, ela se vê entrelaçada e perdida na própria história. Entre os amantes Miguel (na adolescência), Gregório (um torturado pela ditadura por ser subversivo) e Diogo (na fase madura); no contexto familiar e social, não se entende com a jovem Cordélia, filha que teve com Gregório, por sua preferência por homens mais velhos, é a

queridinha, não é à toa que possua o mesmo nome que a caçula do velho Rei Lear; a empregada Dionísia (a representação das camadas sociais mais humildes) a tolera, e a amiga Lili (mulher rica, madura, o corpo firme) a deixa saudosista, e sua psicóloga Ananta (a jovem analista pouco vivida) é o contraponto fundamental à sua visão de mundo fragmentada e vivida pela experiência. Um homem-cavalo (uma metáfora para “bem-dotado?”), que aparece misteriosamente metamorfoseado assim no sétimo andar do prédio onde Rosa mora, e Rahul, o gato, por fim, povoam o romance e desvelam aquele lado que não é discernível na natureza de Rosa Ambrósio à primeira vista, pois:

O animal está aí antes de mim, aí perto de mim, aí diante de mim – que estou atrás dele. E pois que, já que ele está na minha frente, eis que ele está atrás de mim. E a partir desse estar-aí-diante-de-mim, ele pode se deixar olhar, sem dúvida, mas também, a filosofia talvez o esqueça, ela seria mesmo esse esquecimento calculado, ele pode, ele, olhar-me. Ele tem seu ponto de vista sobre mim. O ponto de vista do outro absoluto, e nada me terá feito pensar tanto sobre essa alteridade absoluta do vizinho ou do próximo quanto os momentos em que eu me vejo visto nu sob o olhar de um gato. (Derrida, 2011, p. 28)

*As horas nuas*, título do romance, é a epítome desse ser visto nu, sob o olhar de um gato, pautado pela incerteza insolúvel sobre ser homem ou cavalo literalmente, metáfora, animal ou humano. O gato Rahul, portanto, tão radicalmente outro, eu mesmo e outro, um dilema conhecidamente pessoano, mas sob a perspectiva inviolável da animalidade, olha com perspicácia e profundidade os meandros mais íntimos e inquietantes da atriz Rosa Ambrósio e a animaliza tanto quanto ela pretende se humanizar ao se submeter a um tratamento ineficaz (a paciente não se convence dos métodos) com a psicóloga Ananta (que desaparece no meio da história). As memórias desse gato agnóstico, que transcendem sua natureza felina, uma vez que reencarna, compõem toda crítica à falibilidade humana, este animal desnudo que se vestiu e, como a atriz Rosa Ambrósio, encenou vários papéis ao longo da vida, dentro e fora dos palcos.

### **Rosa e seu duplo no outro mundo, o animal não humano Rahul**

Ela, nome de flor, de mulher, Rosona, Rosae, se multiplica assim e, às vezes, se indefine Ambrósio, sobrenome que indica natureza divina, rosa divina, eterna, uma atriz que lembra a carismática e decadente personagem Blanche, de *Um bonde chamado desejo*. Despudorada, desbocada, sincera e performática, enigmática também,

misteriosa, bela, abre-se em flor, na flor dos anos, à medida que envelhecem suas memórias e seu corpo, Rosa Ambrósio rejuvenesce (em espírito) como se tivesse vivido tantas vidas quanto seu gato, o Rahul. Erótica, sedutora, com seu batom vermelho-drama e cigarro, Rosa Ambrósio é irresistível e talvez nos dissesse seu inconfundível “Hem?!” diante de tantos elogios à sua figura instável que remonta à categoria do duplo:

A representação do duplo ressurge na literatura brasileira da segunda metade do século XX na ficção de Murilo Rubião e Lygia Fagundes Telles, associado a questões ligadas à morte e à identidade. Nos contos “O convidado” e “O noivo”, os autores retomam, respectivamente, o tema, configurando-o através do estranhamento que os protagonistas experimentam em relação às suas identidades e destinos. Simbolicamente, o não-alcance da unidade interna e o desconhecimento de si mesmos levam os protagonistas a se inserirem em um mundo desprovido de sentido e temível como a morte. (Mello, 2000, p. 121)

À procura de uma unidade perdida, é somente com seu manhoso gato Rahul que a atriz se esquece de todo seu pudor humano e encontra algum conforto na animalidade:

Não sei por que fez isso na minha frente, isso que fez, tingir os pelos. Fui obrigado a ver tudo, eu. Valho menos do que a torneira. Ou do que o espelho sem memória.  
O despudor das pessoas diante dos bichos, mas sou um bicho? Um bicho. Diogo teria dito bicha, isso se tivesse me conhecido lá longe, na cidade dos mármore. A praça com o homem de toga de púrpura e agora eu sei que esse homem era meu inimigo, havia no seu olhar a mesma crueldade que sofri depois. E foi lá onde conheci o amor. (Telles, 2010, p. 101-102)

Os pelos pubianos, delicadamente, tingidos por Rosa Ambrósio na banheira, enquanto seu gato presencia tudo, revela a extrema intimidade que ela cultiva como uma fera sem medo. O corpo feminino desnudo é visto pelo olhar angustiado do gato, pasmo, diante da cena que foi “obrigado” a ver. De acordo com Derrida (2011), perdemos a noção da nossa nudez inerente, porque nos vestimos, desvelamos a percepção de ser nu, sentimos vergonha, diferente dos animais, que ainda permanecem nus sem se incomodarem, por isso talvez Rosa não se envergonhe do próprio gato, um animal que compartilha dessa nudez primordial, “bicho”, nas palavras de Rahul, mas um bicho que não se restringe à sua animalidade, ele percebe a nudez, porque é muito mais do que isso, é um reencarnado, já foi humano, seria uma bicha

para Diogo (o amante de Rosa) se ele conhecesse seu passado romano. Aqui, fica evidente como Rosa e Rahul se cruzam, como um duplo, e ela se torna o animal sem pudor ou sem vergonha, mexendo em seus pelinhos, enquanto Rahul, humanizado, se ruboriza, apesar de ser nu, e fica indignado ao ser visto pela atriz apenas como um “espelho sem memória”, o reflexo de um corpo totalmente animalizado, a aparência pura de um ser, “[...] descrever um confronto em que a alteridade a priori radical é, na verdade, a proximidade maior; um espaço em que o um é o reflexo do seu duplo no outro mundo.” (Martin, 2021, p. 89).

Ser visto enquanto animal que se é, em sua completa imanência, ignorado pelo outro, indiferente à presença, era algo impossível para Rahul, e por que não, para Rosa. Por isso, a desmemória seria, para essa dupla, uma forma cruel de inexistência, um pálido e opaco reflexo do real, um espelho triste, porque tudo aquilo que nos lembramos é boa parte do que somos, e nos constituiu, e no caso deles, como em Proust, é toda a razão de ser que compõe o elo das cadeias que os une e separa através do tempo e, no caso específico de *As horas nuas*, o estranho entrelaçamento entre humano e animal, a atriz solteirona, livre e ao mesmo tempo presa em seus diferentes papéis, e o prestimoso e fofo gato de estimação, domesticado, livre e preso às suas diferentes vidas. Por isso, cada um à sua maneira tenta compreender o que se passou, por que estão ali, e dividem o mesmo espaço, os mesmos anseios quando o assunto é gente, e a conflituosa relação entre crueldade e amor sofrida pelo gato Rahul e por Rosa em seus romances frustrados.

O gato Rahul percebia-se em Rosa mais do que em Dionísia, a empregada. Ele acirra a tensão entre as espécies, ao discutir a respeito das fronteiras que há entre eles:

Fiquei pensando que entendimento podia haver entre pessoas e bichos se entre pessoas da mesma fala era só desencontro. As barreiras no éter. A Dionísia que me oferecia leite teve outra vida antes? E que vida foi essa para retornar com a pele negra. E ainda por cima, mulher. Tão devotada a Deus a escrava que pelo visto não é correspondida no seu amor, não sei o que significa neste mundo uma preta pobre. Feia. E um gato sem raça. Castrado e sem memória. (Telles, 2010, p. 122)

A visão crítica e ácida do gato Rahul, permeada por um preconceito histórico em torno das questões de gênero e raça (a visão do racismo científico do século XIX), que também reflete, em certa medida, a crueza e rispidez de Rosa Ambrósio a respeito do feminismo e da liberdade sexual do seu tempo, põe em xeque a capacidade de

compreensão entre pessoas, já que entre “bicho” e gente isso é algo indiscutível em sua perspectiva animal. Uma vez, porém, que há mais desencontros e desencontros entre pessoas, mesmo com o mecanismo do discurso verbal articulado, Dionísia é vista como o próprio gato, animalizada e inferiorizada, incompreendida; não correspondidos pelo amor, ambos são castrados e até sem memória, através do tempo e da história, e aí Rahul se distancia de Rosa, aproximando-se de Dionísia, da sua condição subalterna.

Apesar de Rahul dizer que não a compreende, imediatamente ele se coloca no lugar dela “E um gato sem raça”, como se ambos vivessem um destino comum e cruel de rejeição, injúria e submissão, apesar de tantos paralelos distintos, o animal e o humano se entrecruzam mais uma vez, como no passado, e é a visão de Rosa Ambrósio, crua e ríspida, às vezes sem escrúpulos, que se imiscui à de Rahul, que passa a perceber o outro sob essa ótica, como um perturbador duplo, familiar e inquietante. Se uma pessoa é tratada como bicho, e um bicho como pessoa, quanto desencontro pode haver nesse percurso! Ambos compartilham o mesmo mundo, mas existem nele de formas diferentes, quase autônomos, apesar da interdependência, e no caso exclusivo dos animais não humanos, a interação no meio ambiente ocorre de maneira singular, de acordo as necessidades de cada espécie. Conflito semelhante, o entrecruço entre mundos ou gerações, pode ser visto quando Rosa Ambrósio discorda das escolhas amorosas de sua filha Cordélia, da preferência por idosos, os homens entortados pelos anos; e nas consultas com a jovem psicóloga Ananta também é perceptível esse embate:

Todo processo é lento, diz a pequena Ananta. Mas com o tempo as coisas vão se ajustando. A fase inicial de agressividade já passou, as mulheres agora estão evoluindo para um entendimento mais profundo no trabalho. No amor, prossegue ela tomando seu chá de jasmim. Ananta, a Esperançosa. Aposta no futuro em geral e na televisão em particular quando aprova os programas de educação com o sexólogo de avental e bastão na mão apontando para o quadro com os grandes e pequenos lábios. Em cores. Para a alegria das crianças iniciadas que desmaiam no banheiro de tanto se masturbar. Quer dizer que é preciso começar com criancinhas? (Telles, 2010, p. 25)

“O processo é lento”, e o tempo ajusta a todas as coisas, eis as máximas da psicóloga de Rosa, que reconhece os avanços do feminismo, exaltando-o para a paciente, que rebate com eschachada ironia tantos clichês: “Ananta, a Esperançosa”. A

analista fala como se o movimento feminista estivesse estabelecido, isento de mudanças ideológicas, internas ou externas, políticas e sociais que poderiam mudar o curso dos fatos, além dos erros inerentes à luta, óbvios até, como a presença sensacionalista na televisão ou descuidada nos programas de educação, sem o devido critério e fundamentação; e a Rosa Ambrósio, ferina e ferida, é prova viva disso, além do gato Rahul, durante suas reencarnações, desses retrocessos recorrentes, do escorregar nos próprios erros (e alheios), pois ela presenciou até então tantas reviravoltas na sociedade brasileira, da ditadura à Constituição de 1988, que o impulso para acreditar que não é possível reverter todos esses “avanços” já lhe soa como uma falsa esperança no futuro.

Ananta não a convence nem sua ciência que reforça o lado natural e puramente animal no humano. Apesar de vários tabus sobre a sexualidade caírem, isso não foi o suficiente para abalar a ala conservadora ou resistente da sociedade (a ferina Rosa radicaliza e oscila neste sentido entre o novo e o velho<sup>3</sup>) que reluta em defender a sagrada virgindade do corpo, sua corruptibilidade, até que se consuma o matrimônio, o amor etc. Noutro momento, o gato Rahul declara, a respeito da liberdade sexual e quase feminista da filha de Rosa, reproduzindo mais uma vez seus preconceitos mais inconfessos: “Cordélia, uma ninfômana, Queria que ela se tratasse [...]” (Telles, 2010, p. 121). O único a se deleitar, e sem interditos, com a atriz Rosa Ambrósio, de maneira livre e desimpedida, subvertendo os processos tradicionais, numa confluência de planos, num gesto de amor, candura, é Rahul, que narra com aflição tanto desejo e languidez efluindo da atriz, gesto no mínimo suspeito, porém, que é quase impossível de se resistir:

Foi me pegar debaixo da cama e me apertou, me beijou, Vem meu queridinho, disse com voz de flor. Fez assim mesmo quando me enfiou dentro de uma das sacolas que ganhou de brinde nas perfumarias parisienses, tem várias delas com o nome da casa gravado com letras douradas no plástico de seda brilhante, Vem, meu queridinho, ela

---

<sup>3</sup> Em uma das sessões com Ananta, Rosa discute sobre os preconceitos em torno do ser mulher e, apesar de reconhecê-los criticamente, como se estivessem impregnados nela, contra si mesma, os assimila: “– Cordélia é parecida comigo, ainda te mostro esse retrato, é ver a Cordélia nua. Engravidei tão feliz, sonhando com um menino que ia se chamar Miguel. Comecei a chorar tanto quando me disseram que era menina, você sabe, homem sofre menos. Apanha menos. Na rua, na cama, em qualquer lugar é ele o agressor. Sem falar no parto, sabe lá o que é um parto? O mundo saindo por entre suas pernas, a fenda é pequena, quantos centímetros?” (Telles, 2010, p. 134). Rosa, a todo momento, age como uma pedra no sapato da mudança e expõe-nos do avesso, como seu Rahul.

repetiu. Meteu-me dentro da sacola perfumada, fechou o zíper e me levou ao veterinário onde fui castrado. (Telles, 2010, p. 129)

O conflito do duplo animal humano e não humano se consuma aí, porque “está apto a representar tudo o que nega a limitação do eu, a encenar o roteiro fantasmático do desejo” (Bravo, 1998, p. 287) que é castrado na promessa de fusão, eis o amor que acaba no fundo de uma sacola perfumada e mais fundo que isso. Será que a relação que Rosa teve com seus amantes – não acabou da mesma forma, assim, sendo consumada pela castração do amor? Talvez o gato Rahul, com “h” no meio, seja o reflexo de si mesma, da Rosa Ambrósio, uma fera que ruga, mas que ela se recusa a escutar, apesar dos ecos que ressoam entre o seu ser humano e animal indistintamente. Ela se encontra numa encruzilhada impassível similar à do relato real da antropóloga francesa que foi atacada brutalmente por um urso, a “fera”, mas seu viu nela reintegrada, de algum modo à natureza, sem se prender às analogias que geralmente cerceiam a liberdade animal, no qual predomina a perspectiva humana, e a escutou, a fera, nela mesma ferida:

Meu outro problema hoje é a simbologia: ela me apanha mesmo que eu a rejeite, ela me cansa profundamente. Pensando no urso daqui onde me encontro, desse quarto na casa da minha mãe na França, não consigo escapar do jogo de analogias. [...] Faço listas para passar o tempo [...] A força. A coragem. A temperança. Os ciclos cósmicos e terrestres. O animal favorito de Artemísia. O selvagem. A toca. O recuo. A reflexividade. O refúgio. O amor. A territorialidade. A potência. [...] Se o urso é um reflexo de mim mesma, que expressão simbólica dessa figura estou explorando com mais frequência?” (Martin, 2021, p. 59)

Esse reflexo da animalidade, contra o espelho da humanidade, é o verdadeiro duplo que não se pode escapar, inapreensível, presente na tensa relação entre Rosa e Rahul, uma flor, uma mulher e um gato, como filosofa este ao se lembrar de uma conversa com seu favorito, o falecido pai de Cordélia: “Um dia Gregório me olhou dentro dos olhos e disse que os poetas podiam ver as horas nos olhos dos gatos. Eu teria agora que me valer de um espelho mas no apartamento da analista não há espelhos.” (Telles, 2010, p. 132). O animal se recordou dessas palavras quando esteve na analista com Rosa, que buscava o mesmo silêncio primordial guardado nos olhos de Rahul, dos poetas, artistas, que inauguram mundos, pois, “Quando correm atrás do silêncio [o animal humano], estão tentando deixar para trás os sinais que fazem seu mundo. Essa luta é tão universalmente humana quanto a própria língua.” (Gray, p. 114).

## Rosa, a ferina, um teorema do sujeito pós-1964

A carismática atriz Rosa Ambrósio, protagonista de *As horas nuas* é, como dito, permeada de contradições e volteios estilísticos, às vezes cruel e insípida, sensível e lírica, conservadora e progressista (com ressalvas)<sup>4</sup>, caudalosa e sincera em seu longo relato em torno das suas memórias que encenam “la busca” do ser, de si, algo aparentemente inglorio, mas necessário, porque ela é a estranha e curiosa síntese entre o humano e o animal, uma vez que Rahul compartilha dos seus demônios, como um paralelo insondável para ela, o transitório teorema do sujeito pós-1964, a fera iniludível.

Antes das conclusões desse intrincado teorema, uma pequena ressalva: a história, que possui um terceiro narrador, supracitado na primeira seção, não foi objeto desta análise, uma vez que ele é focado no sumiço de Ananta, cumprindo os propósitos narrativos da parte linear da trama do romance, que passa a se desenrolar nesse eixo com mais estreiteza nas partes finais. Em essência, a alternância narrativa entre animal e ser humano, as diversas facetas desse embate nos descolamentos discursivos de Rosa e Rahul constituem a medula espinhal do romance conforme foi discutido até aqui.

A atriz Rosa Ambrósio, controversa e extrovertida, tão contrária a si mesma como o próprio amor camoniano, porém fiel a seus ideais, é testemunha do tempo e da sociedade que a produziu transversalmente, fendida entre momentos de transição políticos e sociais importantíssimos que redefiniram a bússola do seu país, sente, ao prescrutar suas memórias, que não é capaz de se reintegrar nesse novo mundo. Por isso, ela age e resiste às mudanças e, embora seja uma mulher que opine sem o filtro da hipocrisia, a insinceridade da atriz de carreira a confunde. À exceção do gato, que às vezes a espicaça com o olhar e consegue ser sincera ou ela mesma, diz a todos o que pensa e sente sem se abrir de todo, é sempre desconfiada ou esquiva, beirando ao politicamente incorreto, Rosa não poupa nem mesmo a jovem analista Ananta Medrado:

---

<sup>4</sup> O que pode refletir o próprio pensamento da autora: “A revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX, disse Norberto Bobbio, um dos maiores pensadores do nosso tempo. Quero lembrar que não se trata aqui da chamada revolução feminista, com tantas polêmicas e conotações ideológicas, com tantos acertos e desacertos, agressões e egressões demagógicas, o fervor de congressos e comícios beirando a histeria emocionada na busca da liberdade” (Telles, Lygia Fagundes. *Mulher, mulheres*. In: Del Priori, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 669.). Lygia acreditava que a revolução pacífica, mais consciente, prudente, fosse mais eficiente do que meramente um ideal, como foi o caso das mulheres que assumiram o comando das fábricas durante a saída dos homens no contexto da Segunda Grande Guerra Mundial.

- Você dizia que as mulheres podem desaparecer da Terra se o aborto for legalizado.

- Eu disse?

Deixou-se tombar de costas no divã. Examinou o pulso esquerdo com o fundo talho quase cicatrizado, cortou-se quebrando um copo. E de repente me acusou, Olha aí o que o Rahul me fez! Me amava mas eu era dissimulado. Vingativo. Impregnado de todos os vícios humanos como acontece sempre com os bichos domesticados, Quem disse isso, Ananta? Que um cachorro com um dono mau-caráter acaba igual ao dono, hein?! (Telles, 2010, p. 135)

São as sessões com Ananta, no romance, e os intervalos incisivos narrados pelo gato Rahul, que fazem eclodir esse sujeito estilhaçado do pós-1964, a tensão animalésca da protagonista que presenciou e sentiu um dos piores períodos<sup>5</sup> deste país quando Gregório, um dos seus amores, foi torturado, a fez duvidar profundamente dessa humanidade. A respeito da sua tese sobre aborto, Rosa Ambrósio nem se lembra do que falou, tamanho absurdo... ou será que dissimulou maliciosamente como uma experiente atriz, todo o tempo, durante as sessões com a psicóloga? E é exatamente nesse instante que seu gato, Rahul, é acusado de feri-la, o dissimulado, no pulso esquerdo... o animal, “impregnado com todos os vícios humanos”, como seu gato poderia refletir sua dona mau-caráter, impregnado com todos os vícios animais? O fantástico desafia toda norma:

Talvez a diferença essencial entre o fantástico do século XIX e o fantástico contemporâneo poderia ser expressa da seguinte maneira: o que caracteriza este último é a irrupção do anormal em um mundo aparentemente normal, mas não para demonstrar a evidência do sobrenatural, senão para postular a possível anormalidade da realidade, para revelar que nosso mundo não funciona como pensávamos [...]. (Roas, 2014, p. 159)

Rahul, podia, sim, sobretudo ele, refleti-la, escutá-la, porque tinha uma voz interna pungente e, paralelamente, partilhava do mesmo sofrimento de Rosa, de estar entre o humano e o animal, imiscuindo-se nas fronteiras, fragmentando identidades, numa roda que gira sem fim, de reencarnações (privilégio ou maldição de Rahul), testemunhando

---

<sup>5</sup> Esse período se intensificou ainda mais “A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos do governo.” (Fausto, 2012, p. 265).

avanços e retrocessos, a ilusão de Progresso, que ambos queriam escapar; principalmente o gato, consciente de suas vidas anteriores, que declara peremptoriamente a certa altura: “Se eu soubesse o que impede a morte total, a morte que vi tanto nos outros e em mim mesmo, se eu soubesse! Mas não será desta vez que vou ter a resposta” (Telles, 2010, p. 126); isso soa, para finalizar esse périplo em torno da flor e do gato, perpassando *As horas nuas* através da ferina Rosa Ambrósio, quase como o legado da miséria machadiano que desejava cortar todo o mal humano pela raiz.

## REFERÊNCIAS

- ARIKAWA, Hiro. *Relatos de um gato viajante*. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2017.
- BERGER, John. *Por que olhar para os animais?* São Paulo: Fósforo, 2021.
- BRAVO, Nicole Fernandez. Duplo. In: BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998, p. 263-287.
- CESERANI, Remo. *O fantástico*. Curitiba: Ed. UFPR, 2006.
- COSTA, Maria Aparecida da. *A paz tensa da chama fugaz: a configuração do amor no romance contemporâneo*, Lygia Fagundes Telles e Lídia Jorge. 2014. 191 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada; Literatura Comparada) UFRN, Natal, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *O animal que logo sou*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- GRAY, John. *O silêncio dos animais: sobre o progresso e outros mitos modernos*. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MARTIN, Nastassja. *Escute as feras*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- MELLO, Ana Maria Lisboa de. As faces do duplo na literatura. In: INDURSKY, Freda. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000, p. 111-123.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.
- ROAS, David. *A ameaça do fantástico: aproximações teóricas*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- SANTIAGO, Silviano. A bolha e a folha: estrutura e inventário. In: IMS - INSTITUTO MOREIRA SALLES. *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 5: Lygia Fagundes Telles. São Paulo: IMS, 1998, p. 98-111.
- SOSEKI, Natsume. *Eu sou um gato*. São Paulo: Estação Liberdade, 2016.
- TELLES, Lygia Fagundes. *As horas nuas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

## Violência contra a mulher no telejornalismo: análise discursiva de uma mesma notícia em dois veículos com filiações distintas, mas não tanto...

*Violence against women in telejournalism: discursive analysis of the same news in two vehicles with different affiliations, but not so much...*

Sérgio Nunes de Jesus<sup>1</sup>

Celso Ferrarezi Júnior<sup>2</sup>

Ana Christina de Sousa Damasceno<sup>3</sup>

**Resumo:** Em uma sociedade patriarcal como a brasileira, em que mulheres não administram seus desejos e seus corpos a violência doméstica perpassa preocupante, por ainda hoje organizar as relações de poder na instituição do matrimônio. Em 2006 a Lei Maria da Penha foi instituída como forma de legitimar e coibir a prática dos feminicídios, no entanto, continuam a acontecer - lastimável. Com vistas a compreender as formações discursivas que sustentam os dizeres que legitimam a violência doméstica como possibilidade, com aporte teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação pecheuxtiana, foram selecionadas duas matérias jornalísticas sobre o assassinato em legítima defesa de um homem, ex-marido de vítima de violência doméstica, em Joinville. A primeira foi veiculada pela RIC TV, na cidade em que ocorreu o assassinato. A segunda foi produzida e transmitida pelo programa Cidade Alerta. Após a análise, observou-se o funcionamento de duas formações discursivas para a legitimação dos dizeres das matérias jornalísticas, sendo que em nenhuma delas a mulher é significada como protagonista de sua própria história. Assim, ainda que tenha fala na reportagem, o espaço a ela reservado é pequeno, o que revela que os dizeres dos sujeitos-jornalistas encontram-se revestidos pela ideologia patriarcal.

**Palavras-chave:** Violência contra a mulher; telejornalismo; Análise do Discurso; noticiário; filiações.

**Abstract:** In a patriarchal society like Brazil, where women do not manage their desires and their bodies, domestic violence is worrying, as it still organizes power relations in the institution of marriage today. In 2006, the Maria da Penha Law was instituted as a way to legitimize and curb the practice of femicides, however, they continue to happen - regrettable. With a view to understanding the discursive formations that support the statements that legitimize domestic violence as a possibility, with theoretical-methodological support from Pecheuxtian oriented Discourse Analysis, two journalistic articles were selected about the murder in self-defense of a man, ex-husband of a victim of domestic violence, in Joinville. The first was broadcast by RIC TV, in the city where the murder occurred. The second was produced and broadcast by the Cidade Alerta program. After the analysis, the functioning of two discursive formations was observed to legitimize the words of journalistic articles, with none of them showing the woman as the protagonist of her own story. Thus, even though there is speech in the report, the space reserved for it is small, which reveals that the words of the journalist-subjects are covered by patriarchal ideology.

**Keywords:** Violence against women; telejournalism; Discourse Analysis; newscast; affiliations.

### Introdução

- *Em briga de marido e mulher, não se mete a colher*, diz o ditame popular. E, por muitos anos, essa “receita” de bem-viver em sociedade foi seguida à risca e, como

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Linguagem (UNICAP), IFRO, *campus* Cacoal. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9648583745536616>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-8255-751X>. E-mail: [sergio.nunes@ifro.edu.br](mailto:sergio.nunes@ifro.edu.br).

<sup>2</sup> Doutor em Semântica (UNICAMP), UNIFAL, *campus* Alfenas. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6396955256879565>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-9221-0432>. E-mail: [celso.ferrarezi@unifal-mg.edu.br](mailto:celso.ferrarezi@unifal-mg.edu.br).

<sup>3</sup> Mestre em Letras (UESPI), FAESPA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9705646502434212> OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-1677-3900>. E-mail: [anachristinadamasceno@gmail.com](mailto:anachristinadamasceno@gmail.com).

consequência, os embates domésticos continuaram circunscritos na esfera do lar. Seguindo a máxima religiosa – cristã – de que a mulher é a responsável pela manutenção das relações maritais, edificando sua casa, muitos homens atribuem às suas esposas a responsabilidade por quaisquer efeitos colaterais da relação, ainda, por problemas individuais, insucessos em suas vidas laborais, financeiras, sexuais. Devido a isso, os referidos homens constroem sentidos que os revestem de isenção nos desvios nos percursos de suas vidas, desvios esses imaginários como efeitos ideológicos.

A relação matrimonial é revestida por embates de poder, sobretudo a heteroafetiva, como pode ser percebido no supracitado ditame popular. Um dos polos do binômio recebe um nome especial pela sua condição. A lexia “marido” não é apenas indicadora de homem casado, mas traz consigo implicações ideológicas somente possíveis de serem percebidas no confronto com a outra lexia que compõe o binômio resultante do matrimônio. Ao ser chamada de “mulher” (ao invés de “esposa”), vocativo normalmente acompanhado pelo pronome possessivo “minha”, o sujeito feminino é tomado como aquele que é possuído, destituído de autonomia e liberdade para viver por si mesma. Existe, assim, alguém para legitimar a sua existência. Embora haja uma palavra específica que denote a condição de ser feminino casado – “esposa” – raramente no cotidiano, as mulheres são chamadas dessa maneira.

Deve-se considerar, por isso, que há um conjunto de condições que definem a situação de “cabeça” na relação matrimonial. Embora pensemos que ela é sempre tendente ao homem, isso não é totalmente verdadeiro, nem mesmo em sociedades patriarcais. Por exemplo: se a mulher é muito mais rica que o homem e sustenta financeiramente a relação, a posição privilegiada pode tender para ela. Em caso de homens fisicamente mais frágeis, portadores de deficiências físicas ou mentais, mesmo no Brasil, é comum que haja violência da mulher para com o homem e não são raros os casos de imposição de condições sub-humanas ao homem. Assim, quando falamos aqui de uma condição de patriarcado vinculada à violência contra a mulher, estamos falando do tipo de união majoritário em nosso país em que o homem é fisicamente mais forte e provedor, naturalizado em nossa sociedade, face a suposta debilidade feminina – o que pode sustentar uma relação de violência física - ou financeiramente arrimo da família, o que pode gerar violência moral e, em certos casos, até condições de escravidão servil ou sexual. Ademais, devemos ressaltar que o estabelecimento social do patriarcado (ou do matriarcado) e a sustentação financeira unilateral da família não

são, por si sós, condições suficientes para o surgimento e o estabelecimento da violência contra a parte mais frágil da relação. A essas situações deve ser acrescida boa dose de formações cultural e educacional equivocadas do tipo que legitima a violência no ideário social e que, infelizmente, são comuns no Brasil.

Não se deve com a assunção desse papel pela mulher associá-la à posição de cúmplice da sua condição, mas como ser sujeito à violência ‘permitida’ pelas engrenagens sociais, e, sobretudo, sujeita às expectativas de perfeição construídas e impostas pela sociedade a ela, como esposa, mãe, filha e irmã. Assim, a violência doméstica que vitima muitas mulheres brasileiras é fruto do entrecruzamento de dois importantes temas: a visão patriarcal da sociedade sobre a mulher, o que inclui a concepção da própria mulher sobre ela e seu papel na relação matrimonial e a função dos aparelhos ideológicos na propagação e manutenção desse sistema simbólico de violência e submissão femininas, ante pela cultura como pela educação formal.

Sendo assim, a família construída por um casal nessas condições, cujos membros assumiram funções desequilibradas de poder, constitui-se ela mesma como um aparelho ideológico, conforme visão althusseriana (1998), servindo como instrumento de reafirmação do ideário de inferioridade feminina, estabelecendo os papéis a serem assumidos por cada um de seus membros no interior desse microcosmo de poder, mas também na sociedade de modo geral. A violência doméstica, então, é tomada como instrumento ideológico desse aparelho desequilibrado, por meio da qual a mulher percebe o seu lugar na sociedade, é inserida no universo discursivo-linguístico permitido a ela. Daí costuma emergir o silêncio sobre suas vontades, desejos, angústias, insatisfações, sofrimentos e dores físicas e emocionais resultantes, principalmente, da violência cometida por seu parceiro íntimo, ainda que as razões para que isso aconteça não pertençam ao seu universo.

Por outro lado, estudo realizado em Santa Catarina, de autoria de Deeke *et ali* (2009), demonstra que ciúme, ingestão de álcool, traição e o homem ser contrariado são as principais desculpas arroladas para a violência doméstica, sendo que “o processo de violência doméstica acompanha os casais de forma intensa e longa”, o que corrobora a ideia de que o homem maltrata quando se sente frustrado, quando a sua virilidade e posição de chefe da casa estão, em sua cabeça, ameaçadas. O ciúme e a sensação de contrariedade do homem atendem, respectivamente, na citada pesquisa, por 50% e 30% das razões que motivam a violência doméstica, reafirmando a mulher

como propriedade masculina e/ou escrava do lar.

No referido estudo, 48,3% das mulheres sofrem agressão dos seus parceiros diariamente, o que indica que existe um embate ideológico cotidiano no seio dessas famílias, em que o homem sente a necessidade de reafirmar a sua posição de macho alfa e, sobretudo, reafirmar e demonstrar fisicamente a sua posição de gênero privilegiada, de gênero dominante.

É devido a esse contexto de violência doméstica que, após longa luta social, em 2006, foi constituída a Lei n.º 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, que tem como objetivo coibir os atos violentos motivados por questão de gênero e, com isso, reacender, na sociedade e nas mulheres, a luta pela sua dignidade. Entretanto, em estudo preliminar intitulado “Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil”, divulgado em 25 de agosto de 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) demonstrou que a referida lei não promoveu grande impacto na redução da taxa de feminicídios no Brasil, sendo que as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte apresentam as maiores taxas de homicídios de mulheres por questão de gênero no país.

É importante, assim, tentar compreender como, em pleno século XXI, após seis décadas da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e após a conquista da Lei Maria da Penha, a mulher e a violência por ela sofrida são significadas na sociedade, sobretudo no que diz respeito às instituições, aos aparelhos ideológicos do Estado. Esse é o propósito deste trabalho, com foco em uma das instituições mais importantes da sociedade na contemporaneidade: a mídia popular. Dessa maneira, a violência doméstica sofrida pela mulher é analisada a partir dos olhos da imprensa, com vistas a identificar os sentidos assumidos pela imprensa e como se dá essa assunção, ou seja, as formações discursivas às quais os sujeitos em questão encontram-se filiados, com observância nas condições de produção desses discursos.

Em função disso foram escolhidas duas reportagens veiculadas pela mídia televisiva sobre violência doméstica, a respeito do mesmo fato – o assassinato do ex-marido agressor pelo atual marido da mulher vítima de violência doméstica, após o registro de dez boletins de ocorrência. As reportagens são do programa Cidade Alerta, da Rede Record, e do telejornal *Jornal do meio-dia*, da RIC TV, afiliada da Record em Joinville, local de ocorrência da violência doméstica. A perspectiva teórica adotada é a Análise do Discurso de orientação pêcheuxtiana.

## A questão discursiva da Violência Doméstica

O estudo preliminar do IPEA (2013) revela que aproximadamente 40% dos violentadores de mulheres no mundo são seus parceiros íntimos. Para além da percepção do sofrimento físico e psicológico dessas mulheres, pode-se apreender a violência doméstica como linguagem, em uma perspectiva discursiva, palco de conflito de instâncias ideológicas, ou seja, compreendê-la como efeito de sentidos e entender esse agrupamento masculino como uma formação social marcada ideologicamente pelo entendimento de matrimônio como uma relação de poder, domínio do homem sobre a mulher, decorrente da condição de marido.

A violência doméstica é parte de uma instância linguageira reguladora, já que a prática discursiva convoca demandas e práticas entres sujeitos no social, da qual emanam posições de sentidos que constroem a sociedade, estabelecendo o que pode e deve ser *dito/feito* e por quem. Dessa maneira, o sofrimento dessas mulheres não é apenas uma questão física, mas materializadas nos discursos que as constituem como sujeitos e o que é possível acontecer para elas. Assim, a violência doméstica configura-se como uma assunção do sujeito a uma rede de sentidos que orienta o seu dizer e o seu fazer em sociedade e constrói um arcabouço semântico que legitima a vida social e organiza a relação matrimonial.

É importante salientar, portanto, que a violência doméstica (também é um crime), é uma das formas de materialização de ideologias às quais o sujeito se filia para emergir significações acerca do mundo e, dentro dele, da mulher. Sendo assim, pode-se afirmar que esses sentidos são ideologicamente determinados. Ao violentar uma mulher, o sujeito evidencia a sua rede semântica e os fios interdiscursivos que permitem que aquela ação se materialize, ou seja, a região de contradições e semelhanças com as quais o sujeito mantém relação para emergir sentidos, para legitimar a violência doméstica como sentido possível. Assim, em relação a essa argumentação, deve-se entender o sentido a partir do sujeito interpelado ideologicamente – que é construído discursivamente – encontra-se filiado para significar. Entende-se ainda que essa assunção não se dê de maneira espontânea nem consciente. Assumir sentidos é um gesto interpretativo, conforme Orlandi (2007), na qual o sujeito filia-se a uma das inúmeras possibilidades semânticas, mas sem domínio de fazê-lo. Sendo assim, interpretar é um gesto de apagamento, na qual os demais sentidos sobre a mulher e

sua função e direitos no casamento são “esquecidos”, deslegitimados.

A noção de interpretação, portanto, é cara à Análise do Discurso por permitir ao analista a percepção das dessemelhanças semânticas, evidenciar os diferentes sentidos para a mesma materialidade, constituindo discursos diversos. Logo, o usufruto do corpo da mulher pelo homem pode ser significado como violência doméstica, mas também pode ser significado como exercício de um direito, a depender da filiação ideológica do sujeito e das condições de produção dos discursos, que não devem ser compreendidas meramente como contexto imediato, mas deve também levar em conta a historicidade. Assim, não há sentido sem interpretação, movimento no qual o sujeito evidencia sua rede de filiações e, com isso, significa. Não há, assim, sentido *a priori*.

O homem que violenta a mulher, então, identifica-se ideologicamente com determinados grupos, mas sem consciência de fazê-lo (não há como afirmarmos) – acreditando que a atitude de violentar (ou o exercício de direitos decorrentes de um matrimônio desigual) seja uma construção individual sua, um *modus operandi* próprio de viver o casamento, no qual ele ocupa o papel de gestor do lar e da mulher, possuidor do direito sobre o corpo da companheira, como se fora o constituidor primário daquele sentido, a origem daquele dizer, ou seja, o homem acredita que, na condição de indivíduo potente e dotado de capacidade e autonomia, cria os mecanismos que norteiam a relação familiar de maneira única e exclusiva. Esse é um efeito da interpelação ideológica, do assujeitamento, processo que constitui o sujeito discursivo, no qual ele, enquanto uma posição política-ideológica assume um sentido que legitima a dominação feminina, mas sem percebê-lo.

O sujeito, portanto, não tem domínio sobre esse processo e concebe a violência doméstica como a única significação possível para construção da relação matrimonial como ele aprendeu a vê-la. Dessa maneira, violentar uma mulher é o sentido ao qual o sujeito está filiado e através do qual ele se constitui e constitui significações acerca da mulher, ressignificando o ato de bater ou agredir verbalmente como um direito exclusivo. Ela, então, é significada como um ser hierarquicamente inferior, que carece de ‘adestramento’ e que deve estar sempre disponível para servir. Trata-se, portanto, de significar a relação matrimonial como uma relação de dependência física, emocional e social, na qual a mulher e o homem são significados de maneira desequilibrada. Então, mulher e homem não são na perspectiva pêcheuxiana, indivíduos corporais, físicos, mas instâncias discursivas, o que Pêcheux (2009) denomina de forma-sujeito, aquele

afetado pela ideologia. Por assim ser constituído, o sujeito-violentador “esquece” que os discursos estão *já-lá* e que os sujeitos e os discursos são afetados pela língua e pela história. Para o sujeito, então, os sentidos lhe aparecem como se fossem da ordem do natural e do intrínseco.

A forma-sujeito proposta por Pêcheux (2009) é fruto da identificação plena do sujeito (ou não com determinados sentidos) com a formação discursiva (doravante FD) que o constitui e o domina. Por formação discursiva entende-se o que determina o possível de ser dito em determinadas condições de produção. É um elemento da formação ideológica, que legitima os sentidos assumidos pelo sujeito e diz respeito a posições conflitantes. Quer isso dizer que as formações ideológica e discursiva são marcadas pela diferença e pela pluralidade semântica e, portanto, os sentidos no interior de uma FD encontram-se dispersos. Pêcheux (2009) sinaliza que nem sempre o sujeito se identifica plenamente com a formação discursiva que o domina, isso porque pode haver também o afrontamento contra a forma-sujeito permitida pela FD e a tomada de posição pode revelar a *contraidentificação* desse sujeito em relação à FD na qual se encontra inscrito. Igualmente, sujeitos que se encontram filiados à mesma FD podem legitimar apenas a agressão verbal e psicológica, rejeitando a agressão física, enquanto outros, na mesma condição, identificam-se plenamente com ela, legitimando sentidos que permitem todo e qualquer tipo de violência contra a mulher.

Como os sentidos encontram-se dispersos e o sujeito assume um dos muitos possíveis, duas considerações devem ser trazidas à tona: a primeira diz respeito à abertura da FD. O dizer é aberto, a linguagem é marcada pela metáfora e, portanto, pela possibilidade. Assim, dizer que um indivíduo foi interpelado em sujeito por uma formação discursiva não quer dizer que as FD são entidades discursivas fechadas em si mesmas; suas fronteiras são instáveis.

Pode-se afirmar que as formações discursivas mantêm contato com outras formações e intercambiam sentidos. Assim, é possível encontrar sujeitos identificados com uma determinada FD, mas que apresentam traços semânticos de outra formação discursiva. Ou seja, uma FD mantém relação com o seu exterior, reconfigurando-se constantemente a partir do interdiscurso.

A segunda consideração diz respeito à relação da FD e a emergência de sentidos e o gênero textual por meio do qual o discurso é veiculado. Branca-Rossof (2008) acredita que o gênero textual é determinante no estabelecimento dos sentidos possíveis

para condições de produção específicas. Assim, para a referida autora, a depender do gênero no qual o discurso circula, as significações emergidas podem ser diferentes, pois os gêneros textuais limitam o que pode e deve ser dito; o gênero, portanto, integraria as condições de produção do dizer e, em conjunto com a noção de formação discursiva, estabelece o campo do dizível em determinada conjuntura. Então, os gêneros textuais implicam na circulação dos discursos, afetando também a estabilização dos sentidos na sociedade.

Dessa maneira, ao tentar compreender os sentidos emergidos e estabilizados sobre violência doméstica e, conseqüentemente, a rede de filiações que os legitimam, é importante a observância da circulação dos discursos sobre a agressão contra a mulher, sobretudo os feminicídios, na sociedade, a partir do funcionamento dos gêneros textuais em relação à filiação dos sujeitos a formações discursivas que determinam dizeres sobre violência doméstica.

Entendem-se, então, gêneros em uma perspectiva bakhtiniana (2003) e pêcheuxtiana (2009) que se diferenciam – mas quando possível se interligam em particularidades e implicações; como sendo práticas sociais necessárias para organização dos discursos, conforme as necessidades e especificidades das atividades humanas, constituídos por enunciados inter-relacionados, e que devem ser compreendidos como sendo relativamente estáveis. É importante, assim, entender como essa problemática encontra-se divulgada na sociedade, ou seja, é relevante a compreensão da circulação dos sentidos na sociedade, sobretudo a partir de um gênero (a reportagem jornalística) que procura construir o *sujeito ideológico*, ou seja, a imagem discursiva, de isenção e comprometimento com a verdade. Esse efeito de sentido influencia a emergência de sentidos outros acerca da violência doméstica, contribuindo para a reconfiguração das fronteiras das FD.

### **Do jornalístico às formações discursivas**

Conforme informação supracitada, neste trabalho, analisam-se os discursos jornalísticos emergidos em dois programas da Rede Record de Televisão, sendo o *Jornal do Meio-dia* em âmbito local, sob responsabilidade da RIC TV, de Santa Catarina, e outro – o *Cidade Alerta* – com abrangência nacional, acerca do assassinato de ex-marido de mulher vítima de violência doméstica, pelo atual esposo, a fim de evitar a

ocorrência de um feminicídio, em Joinville. O programa jornalístico *Cidade Alerta* utilizou, em sua edição, trechos da reportagem feita pela afiliada da Record em Santa Catarina.

Sendo assim, o fato ocorrido em Joinville jamais será isolado, via de regra, todos os dias pode-se observar que narrativas jornalísticas são similares e, ao mesmo tempo, converge diretamente ao assunto proposto nesse texto.

Essa caracterização faz com que os discursos dos *corpora* se revistam de um pré-construído que atribui a eles um efeito de veridicidade, fazendo com que o público assuma os dizeres emergidos nas matérias como sendo atual, espelho da realidade e independentes. Assim, discorrer acerca da violência sobre a mulher nesses espaços discursivos implica em construir uma imagem do sujeito-jornalista como alguém informado, mas que, além disso, se importa com aqueles que sofrem.

Emergir discursos ancorados em um gênero jornalístico também é um movimento de silenciamento de outras possibilidades semânticas. Sendo assim, sentidos que vão de encontro aos assumidos pelo público dos programas televisivos não são possíveis, tais como aqueles filiados à formação ideológica patriarcal, ou seja, significações que configuram a mulher como um ser subalterno ao homem, inferior, que a colocam não apenas como vítima das mazelas apresentadas nos telejornais, mas, sobretudo, como responsável pela atitude negativa cometida contra ela. Não é possível a emergência de sentidos que firmam os direitos humanos das mulheres, ainda que os sujeitos apresentadores apresentem filiação ideológica que culpabilize as mulheres. Da mesma forma, o gênero influencia o modo como os sentidos emergem: determinadas lexias não são possíveis, tais como palavrões, nem mesmo estruturas sintáticas complexas, pois interfeririam na compreensão de telespectadores de baixa escolaridade, reduzindo a taxa de audiência. Assim, o gênero impacta também além da emergência de sentidos, o fio do discurso.

Destarte, os efeitos de sentido gerados pelos discursos pelo fato de estarem na *web* são diferentes. Podem-se aventar três razões: a primeira diz respeito ao estado emocional do espectador; por não estarem assistindo toda programação do jornal, mas apenas uma matéria específica, as emoções do ouvinte estão mais canalizadas e existe um equilíbrio maior entre razão e emoção. Nesse *efeito de evidência*, o sujeito procurou especificamente pela reportagem ou a escolheu aleatoriamente no site do programa por julgar a temática interessante; ele, assim, não ficou sujeito às chamadas realizadas

pelos programas a fim de sensibilizar o espectador a assistir a matéria e, com isso, a carga emocional envolvida é menor. A segunda razão, relacionada à primeira, diz respeito à atenção do espectador. Defronte à TV e sujeitos a discursos audiovisuais, os espectadores ficam presos à programação assistida. Na *web*, sua atenção é dispersa e a navegação pode ocorrer por meio de diversos *links* diferentes, através de diversas abas abertas ao mesmo tempo. O sujeito é mais 'livre' na *web* e tem uma adesão menor ao programa.

A terceira razão diz respeito ao *layout* da matéria e à rede de textos com os quais as matérias apresentam relação. Embora a matéria seja a mesma apresentada na TV, ela passa a ter um novo *layout*, um título e uma *lide*, que orienta o agora leitor-tespectador quanto ao que irá encontrar; prepara a emergência de significações por esse sujeito; tenta novas estratégias para captar o internauta a assistir a matéria e com isso, convertê-lo em possível espectador da versão televisiva.

Imagem 1:



Print dos sites. Disponíveis em: <<http://ricmais.com.br/sc/seguranca/videos/mulher-fez-boletim-de-ocorrencia-contra-ex-marido-um-dia-antes-de-ataque-em-joinville/>> Acesso em 22 set. 2022.

Imagem 2:



Print dos sites. Disponíveis em: <<http://noticias.r7.com/cidade-alerta/videos/homem-ataca-ex-mulher-a-facadas-minutos-apos-a-vitima-registrar-boletim-de-ocorrencia-05082014>>. Acesso em 22 set. 2022.

Pode-se observar que, para além das matérias jornalísticas em si, a disposição gráfica dos sites, bem como os discursos que circulam neles, geram uma nova materialidade para as reportagens, constituindo, assim, novos discursos. Assim, no site da RIC TV, o *layout* é mais limpo, com cores claras, propagandas e diversos *links*. Além disso, o internauta tem a possibilidade de curtir e recomendar a matéria pelos *links* da rede social como *Facebook*, do *Twitter* e do *Google+*, o que confere maior interatividade ao jornalismo e gera um efeito de sentido de participação no *labor* jornalístico, que consiste em divulgar informação, reconfigurando o papel atribuído ao sujeito-espectador na relação com o jornal.

Os internautas têm acesso a notícias atualizadas por meio de *links* dispostos na lateral ou na parte inferior da página, ainda que estejam vendo uma matéria antiga, constituindo elos semânticos, uma nova rede interdiscursiva se comparada à matéria divulgada exclusivamente na televisão e, portanto, permitindo a emergência de sentidos outros.

O *layout* claro do site da RIC TV que destaca a reportagem de maneira mais informativa, já que dá maior destaque ao título e não ao vídeo. Observa-se, dessa maneira que, embora o vídeo ocupe bastante espaço na página, a informação veiculada recebe grande importância por parte do veículo, uma vez que o tamanho da fonte que traz a informação é proporcionalmente maior em relação ao vídeo em si. Isso sugere

que o RIC TV tem como prioridade a notícia, a informação.

Interessante notar, ao final da reportagem, na página do RIC TV, um espaço em que o espectador marca qual foi a emoção despertada pela notícia. Essa estratégia indica dois posicionamentos discursivos que, embora incoerentes entre si, se completam, o que demonstra que há intercambiamento de sentidos entre as formações discursivas assumidas pelos sujeitos autores. O primeiro é o interesse em conhecer o espectador para constantemente adaptar a página às necessidades apontadas pelo mercado, fazendo desse mecanismo apenas um instrumento de dominação ideológica e econômica, sem reais preocupações com o sujeito espectador. Por outro lado, o instrumento configura-se como outra modalidade de interação entre o site e o espectador, dando voz ao espectador, atribuindo-lhe importância e humanidade, já que o concebe como um ser dotado de sentimentos e não apenas de racionalidade, de interesse pelo desenvolvimento da capacidade cognitiva a partir da apreensão de informação da realidade que o circunda. Esses dois posicionamentos se combinam e reconfiguram os sujeitos envolvidos e, por conseguinte, os sentidos emergidos, pois pode contribuir para que o espectador assista com mais atenção à notícia sobre a violência doméstica e aos seus sentimentos acerca desse problema social e pode refletir sobre o que sente e a razão de apresentar determinado nível de envolvimento emocional.

A página do programa de âmbito nacional revela-se visualmente mais 'poluída'. A cor de destaque é o azul escuro. Embora na simbologia das cores o azul seja considerado uma cor relaxante, no site ela demonstra ser cansativa e desvia o olhar do espectador da matéria para o *slogan* do programa. A logomarca do *Cidade Alerta* revela-se mais importante do que o restante da página, pois até mesmo o tamanho da fonte das abas em relação ao título da matéria é destoante. Em relação ao tamanho do título, pode-se também destacar a desproporcionalidade de tamanho em relação ao vídeo da matéria. Um título de uma matéria jornalística é importante para esse gênero, pois é o foco de atração do espectador. Assim, ao conferir ao vídeo um destaque maior, a informação-resumo fica em segundo plano. É relevante frisar que, ao mudar de materialidade e figurar na *internet*, as matérias jornalísticas audiovisuais aproximam-se mais da estrutura genérica de uma matéria jornalística impressa, apresentando título e um pequeno texto de apresentação do assunto. Consequentemente, ao reafirmar o audiovisual como prioridade, como polo de atração do espectador, o sujeito-jornalista do *Cidade Alerta*.

A formulação do título também deixa rastros dessa diferente filiação ideológica.

No título: “Homem ataca ex-mulher a facadas minutos após a vítima registrar boletim de ocorrência”, o destaque do *Cidade Alerta* é a agressividade do homem. O homem encontra-se em foco; a violência, independente de sua tipologia, é o elemento norteador do discurso do jornalista. O fato de a violência ser direcionada a uma mulher encontra-se em segundo plano. Já no site do RIC TV, o título “Mulher fez boletim de ocorrência contra ex-marido um dia antes de ataque em Joinville”, o direcionador da matéria é a mulher-vítima de violência. A violência doméstica é o assunto da reportagem e, portanto, o jornalista demonstra estar filiado a uma formação discursiva que significa a agressão contra a mulher como um problema. Há então um embate ideológico na comparação dos títulos. Desvia-se, no título da reportagem local, o centro para a figura feminina. A mulher passa a ser protagonista da sua história. No título da Record, embora vítima, o homem ainda é o protagonista.

A matéria do *Jornal do Meio-dia* tem duração de 02min20seg. Inicia-se a partir da narração do apresentador com a frase “Agressão contra a mulher”, que dará a tônica da reportagem. A fala inicial do âncora da RIC TV dura aproximadamente 29 segundos. Seu discurso está voltado para a informação da violência sofrida pela mulher e a consequência – a morte do ex-marido. O centro da fala é a mulher. Embora, a Lei Maria da Penha não seja citada textualmente, a medida protetiva é citada e simboliza sob um viés positivo. O ex-marido é significado como sujeito que viola a dignidade humana da mulher e a lei criada para defendê-la, bem como infringe a sacralidade da maternidade. O jornalista filia-se a sentidos que entendem a mulher como vítima, pessoa a ser defendida, intocável, sobretudo, pela condição de mãe. Eis a fala do jornalista. Mais uma vez, a mulher falada a partir de um olhar, e uma voz, masculina:

Agressão contra a mulher. Mais um caso que terminou em morte em Joinville. Continua preso o homem que, para defender a esposa do ex-marido, acabou tirando a vida dele. Mesmo com vários Boletins de ocorrência e medida protetiva, o homem fazia ameaças constantes à mulher, que era mãe dos filhos dele. A polícia tenta apurar como tudo aconteceu e se foi mesmo legítima defesa. Essa matéria, nós vamos acompanhar aqui na tela comigo. Vamos lá. (sic)

Após a fala do apresentador, há uma pequena narração da repórter para introduzir a fala da mulher vítima de violência doméstica. É importante ressaltar que a repórter não aparece na imagem (foi apagada a imagem de uma repórter do gênero feminino) ao falar sobre a violência contra a mulher; o que gera efeito de sentido de

isenção. O fato de não aparecer apaga a presença do sujeito-jornalista, ainda que esteja presente constantemente na matéria, seja sua voz ou por meio da sua edição. Esse apagamento traz à tona a mulher como centro da reportagem e o entendimento de jornalismo como instrumento de informação da realidade, sem interferência direta do posicionamento do jornalista. A reportagem segue com o depoimento da mulher e do delegado responsável pelo caso.

Embora a filiação discursiva aponte para uma FD que signifique o apagamento do sujeito-jornalista no ato de informar, não quer isso dizer que não haja, no discurso do *Jornal do Meio-dia*, a emergência de sentidos que signifiquem o jornalismo como responsável por alertar e, de certa forma, conscientizar a população e, com isso, ao jornalista é atribuída à função de defender e atuar na sociedade para além do ato de informar. Assim, além da edição, que estabelece a mulher como centro da reportagem e a violência por ela sofrida como uma atitude agressiva, cotidiana e que, por vezes, carece de atitudes drásticas, o apresentador burla as regras jornalísticas, desliza seus sentidos para uma formação discursiva que o reconfigura e se coloca como sujeito dotado de opinião, responsável pela emissão do posicionamento do programa. A partir dessa filiação, o apresentador reveste-se dessa posição e finaliza a matéria com a frase: “Alguns boletins de ocorrência: **quanta covardia**” (grifo nosso).

A matéria do programa *Cidade Alerta* da Record, por sua vez, tem duração de 09min26seg. O espectador, assim, espera que o nível de informações dadas acerca do caso seja mais profundo e traga novidades sobre o andamento do dilema da vítima. De início, é possível notar que antes de a matéria começar, o espectador se depara com uma publicidade em que ele deve esperar 15 segundos para poder acionar o ícone “pular este anúncio”. Essa propaganda obrigatória, já que para o universo publicitário esse tempo equivale praticamente à metade de uma propaganda veiculada na televisão, anuncia uma filiação mais mercadológica do programa *Cidade Alerta*, em relação ao programa da afiliada da Record.

A matéria inicia com a fala do apresentador Marcelo Rezende. Essa fala se estende por 03min26seg, no qual o jornalista além de informar ao espectador a ação que motivou a reportagem, assume a posição de defensor da classe oprimida. Logo, o jornalista é significado a partir de uma formação discursiva que o define como aquele que deve, a partir de seu discurso, denunciar os problemas de quem não tem voz e a partir daí contribuir para a resolução dos problemas. Abaixo, segue um trecho da fala

inicial do apresentador, que se estende de 01min09seg até 03min26seg.

Dez, dez boletins de ocorrência; esse é o número exato das queixas dadas, das queixas dadas por Andreia à polícia. Ela fez dez boletins de ocorrência. A justiça, a justiça, que é cega, surda, muda e insensível, fez o que sempre faz: deu a tal medida protetiva, a tal medida protetiva que dizia que Reinaldo não podia se aproximar. Eu to começando a descobrir, e eu não sei se você concorda, que a justiça brasileira não é só cega, surda e muda; bate no coração da justiça a mais absoluta insensibilidade, a mais absoluta falta de respeito com o próximo, porque um juiz ao determinar uma medida protetiva e ao saber que essa mulher já tinha caminhado várias vezes à delegacia... eu não estou julgando o juiz porque é ele que ganha do meu imposto pra me julgar, né! A justiça vive à custa do cidadão sem fazer o mínimo de esforço ou a parte de tentar entender o drama de um cidadão. E Andreia tinha ido dez vezes. Será que a pessoa que assina uma medida protetiva não sabe que ali tem uma mentira? E se Andreia está aqui chorando é porque ela está viva. Quando Reinaldo vai entrando e Clodomar acorda, que estava em casa acorda, com os gritos da mulher... Bem, foi assim que começou. (sic)

A fala inicial do apresentador é repleta de repetições e há a valorização das emoções, características típicas do jornalismo sensacionalista, entendido como “tipo de imprensa que se apropria de elementos populares historicamente destinados aos segmentos menos favorecidos da população” (Gomes, 2010, p. 26). Porém, no caso do já falecido apresentador Marcelo Rezende, sabe-se que a repetição, quase uma forma de gagueira, era um traço marcante de sua fala. Porém, isso não invalida o enfoque aqui notado. O apresentador, então, constrói ao longo do seu discurso uma visão da sociedade pautada no maniqueísmo em que há aqueles que sofrem e aqueles que, mesmo com o poder de finalizar o sofrimento da população desfavorecida, não o faz. O apresentador se coloca na posição de analista crítico da situação demonstrada na reportagem, ainda que não a tenha mostrado, e coloca a justiça como alvo de suas opiniões. Dessa maneira, a violência contra a mulher não é a tônica que norteia a fala do apresentador, mas a relação entre a sociedade e a justiça.

Embora a Lei Maria da Penha não tenha sido citada textualmente, o apresentador coloca-se em posição de contrariedade à lei, ao criticar a modalidade da “medida protetiva”. Em verdade, esse sentido não é direcionado à lei especificamente, mas emerge como possibilidade de fazer ruir as bases da estrutura judicial, a credibilidade da população na justiça (fazendo ressoar mais e mais o silenciamento acerca dos casos de violência contra a mulher). Com isso, gera um efeito de sentido

que pode ter como consequência o silenciamento das mulheres vítimas de violência doméstica, por assumirem o sentido disseminado pelo programa *Cidade Alerta* de que a justiça não as defenderá por falta de sensibilidade e respeito pela população. Assim, faz com que a população acredite que não exista um trâmite legal específico e não configura a Lei Maria da Penha como um documento legítimo, fruto de lutas das mulheres ao longo dos tempos. Outrossim, o sujeito-jornalista esquece que a medida protetiva, ainda que possa não ser o recurso mais eficiente em situações de violência doméstica, é o previsto em lei, conforme artigo 10, parágrafo único da referida lei:

Art. 10. na hipótese da iminência ou da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência adotará, de imediato, as providências legais cabíveis. Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput deste artigo ao descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.

O apresentador, para legitimar a sua filiação ideológica (de repórter e paladino da justiça) desqualifica, portanto, a justiça, personificando-a ao atribuir características humanas a uma instituição: a justiça então é significada como insensível, desrespeitosa e preguiçosa. A matéria, então, não é sobre violência doméstica; ela demonstra o embate ideológico existente entre o sujeito-jornalista e a justiça, um embate em que um deseja ocupar o lugar de prestígio institucional do outro, ou seja, o jornalista significado como “justicheiro e defensor do povo”.

A simulação do programa jornalístico da Record corrobora uma faceta do Jornalismo Popular e tem como objetivo criar o efeito de representação do povo pela imprensa: o melodrama. A partir da simulação, o jornalista dá voz ao povo e os personagens da história passam a contar os fatos, tais como eles aconteceram. Entretanto, quem fala são atores, sob a supervisão narrativa do apresentador.

À simulação, segue-se a fala de Joana (nome fictício), vítima da agressão doméstica a partir de entrevista concedida à repórter, que não aparece. Esse trecho advém da reportagem original do *Jornal do Meio-dia*, do RIC TV, inclusive com o depoimento do delegado. Logo depois a repórter entra ao vivo, dialoga com o Marcelo Rezende e novamente entrevista o delegado, que não dá nenhuma informação nova sobre o caso.

Por outro lado, o programa *Jornal do Meio-dia* transita entre as duas formações discursivas descritas e pertence ao universo semântico da formação ideológica feminista. Embora não seja um programa feminista, o sujeito-jornalista assume sentidos

que constroem a mulher como vítima de um grave e recorrente problema social e ao mesmo tempo constitui o jornalismo como espaço de informação do espectador, mas também como espaço de enfrentamento das estruturas patriarcais, de modo simples, com apenas um enunciado e uma edição que coloca a mulher no centro, como protagonista. A violência doméstica, então, pertence à esfera discursiva do sujeito-jornalista do programa da afiliada da Rede Record em Santa Catarina (lembramos que discurso é também prática que gera instauração de demandas e práticas sociais).

### **Considerações finais**

A violência doméstica ainda é um grave problema social brasileiro: é *crime*. Aos poucos, as mulheres estão encontrando espaços de luta e conquistas, em um movimento de valorização da mulher e estancamento das feridas constituídas pelas chagas sociais. Entretanto, apesar de a Lei Maria da Penha, primeiro documento jurídico constituído especificamente com o intuito de barrar as agressões sofridas pelas mulheres, não ter se mostrado suficiente para conter o sofrimento feminino, nem mesmo os feminicídios, a lei configura-se em importante instrumento por institucionalizar a luta do movimento contra a violência doméstica, bem como legitimar a dignidade humana da mulher. O fato é que a lei age apenas sobre homens adultos e já cultural e educacionalmente deformados. Ela é um instrumento de “punição” que tenta agir como um “inibidor”, mas não tem logrado muito efeito porque não consegue agir na essência do problema: a lei não é um “preventivo” cultural e educacional que seja capaz de agir nas populações em formação para evitar que meninos e meninas se tornem homens e mulheres com deformações em sua formação social. Mais uma vez, o Brasil incorre na ingenuidade (proposital?) de acreditar que a punição resolve o problema da criminalidade, sendo que todo o mundo civilizado todo sabe que apenas a educação e a reconstrução cultural resolvem isso.

Esperava-se que como Aparelho Ideológico de Estado na perspectiva de Althusser e Pêcheux, da imagem de isenção e credibilidade na sociedade, contribuísse para a divulgação das dores femininas, em um movimento de investir na informação como precaução de novos feminicídios e na divulgação da lei como forma de coibir atitudes violentas por parte dos parceiros íntimos dessas mulheres e, finalmente, como meio de reconstrução cultural popular. Todavia, neste trabalho, foi possível observar

que, os veículos jornalísticos analisados não contribuem plenamente com a luta pela igualdade social, por não assumirem sentidos que constituam a mulher como vítima e centro do embate ideológico que movimenta a sociedade nesse aspecto.

O *Jornal do Meio-Dia*, pelo menos em função do que a matéria analisada demonstra, encontra-se filiado a duas formações discursivas que permitem sentidos que configuram o sujeito-jornalista como possuidor da função de informar, mas também o legitima como justiceiro social. O *Cidade Alerta*, por sua vez, não assume sentidos que legitimam a mulher como protagonista, reforçando a distorção do patriarcalismo que organiza a sociedade e concebe o sujeito-jornalista como paladino da justiça. Embora haja por parte dos dois veículos de comunicação o deslizar de sentidos, em que ora informam, ora defendem, eles não se constituem como defensores das mulheres, da igualdade de direitos e da dignidade humana. Mesmo quando a mulher está no centro da reportagem, a sua voz ainda é a menos ouvida, gozando de poucos segundos na programação. A autoridade policial e/ou um homem tem mais espaço que a vítima.

Dessa maneira, pode-se constituir pelos vieses aqui apresentados que, é possível entender as caracterizações discursivas no que tange as coberturas jornalísticas – sejam elas em âmbito municipal (local em Joinville-SC) e nacional. Isso posto, mesmo que as formações discursivas tenham ‘divergências’ – os dois casos materializam a ‘mulher na imprensa’ não como protagonista, mas da prática (violência) por meio da ordem social-antropológica na relação homem x mulher socialmente instituídos na língua(gem).

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 7. ed. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-337.
- BRANCA-ROSSOF, Sônia. Formação discursiva: uma noção excessivamente ambígua? In: BARONAS, Roberto; KOMESU, Fabiana (Orgs). *Homenagem a Michel Pêcheux: 25 anos de presença na Análise do Discurso*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2008. p. 127-148.
- BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 7-16.
- BRASIL. *Lei n. 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 22 set. 2022.

CIDADE ALERTA. *Homem ataca ex-mulher a facadas minutos após a vítima registrar boletim de ocorrência*. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/cidade-alerta/videos/home-mataca-ex-mulher-a-facadas-minutos-apos-a-vitima-registrar-boletim-de-ocorrencia05082014>>. Acesso em 22 set. 2022.

DEEKE, Leila Platt *et al.* A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Revista Saúde e Sociedade*. v. 18, n. 2, São Paulo, abr. jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOMES, Claudio Gonçalves. *O povo refletido no espelho: contrato de comunicação no jornalismo popular baiano*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2010.

IPEA. GARCIA, Leila Posenato *et al.* *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=19873&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873&Itemid=9)>. Acesso em 01 out. 2022.

JESUS, Sérgio Nunes de. *Discurso Policial: a subjetividade em Boletins de Ocorrência*. Guajará-Mirim, RO, 2008. 112 p. Dissertação (Mestrado em Linguística), Fundação Universidade Federal de Rondônia.

JESUS, Sérgio Nunes de. De sujeito falado a sujeito falante: a interpelação do aparelho policial para obtenção das materialidades discursivas nas práticas de violências contra a mulher. Porto Alegre, RS, 2010. 29p. *Projeto Definitivo de Tese* (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGLET.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas/SP: Pontes, 2006.

ORLANDI, Eni. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2009.

RIC TV RECORD. *Mulher fez boletim de ocorrência contra ex-marido um dia antes de ataque em Joinville*. Joinville, SC. 31 jul. 2014. Disponível em: <<http://ricmais.com.br/sc/seguranca/videos/mulher-fez-boletim-de-ocorrencia-contra-ex-marido-um-dia-antes-de-ataque-em-joinville/>>. Acesso em 22 set. 2022.

SANTOS, Rafaella Elisa da Silva. *Direitos humanos para humanos direitos? A emergência de sentidos sobre direitos humanos em uma comunidade do Orkut*. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

# Leitura do gênero propaganda no Ensino Médio: o papel da argumentação na formação de sujeitos emancipatórios

*Reading the Propaganda genre in High School: the role of argumentation in the formation of emancipatory subjects*

Danilo Passos Santos<sup>1</sup>  
Luiz Guilherme de Brito Arduino<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva refletir sobre a leitura de propaganda para além das previsibilidades desse gênero textual em um contexto escolar. Especificamente, busca-se propor um trabalho com o gênero que o focalize por um viés da argumentação para alunos do Ensino Médio durante as aulas de Língua Portuguesa. Como procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem caráter bibliográfico apresentando uma proposta de leitura do gênero propaganda. É possível identificar uma desconstrução da concepção de que o referido gênero textual pode ser visto apenas pelo seu caráter verbal ou verbo-visual, ou seja, a sua estrutura temática. Este tipo de texto, construído dentro de uma realidade sócio-histórica, necessita de olhares mais críticos quanto à sua interpretação, principalmente, em um contexto de formação de sujeitos em um processo de ensino-aprendizagem. Com as propostas de análises de leitura por um viés da argumentação, espera-se proporcionar um senso crítico e suscitação de debates coletivos com os sujeitos aprendizes em seus ambientes escolares, de modo a favorecer o papel da emancipação de sujeitos por um viés de uma leitura crítica e argumentativa.

**Palavras-chave:** Argumentação; leitura crítica; contexto escolar; leitura; gênero propaganda.

**Abstract:** This article aims to reflect on the reading of advertisements beyond the predictability of this textual genre in a school context. Specifically, it seeks to propose a work with the genre that focuses on it through a bias of argumentation for high school students during the lessons of Portuguese Language. As methodological procedures, this research is bibliographic in nature, presenting a proposal for reading the genre of propaganda. It is possible to identify a deconstruction of the conception that this textual genre can be seen only by its verbal or verbo-visual character, that is, its thematic structure. This type of text, constructed within a socio-historical reality, needs a more critical look at its interpretation, especially in a context of subject formation in a teaching-learning process. With the proposals of reading analysis from an argumentative point of view, we hope to provide a critical sense and stimulate collective debates with

<sup>1</sup> Professor de Linguagens e Literatura do SENAC PINDAMONHANGABA-SP. Mestre em Linguística Aplicada pela UNITAU - SP. Pós-graduado em Especialização em Língua Portuguesa: linguagem e literatura pelo Centro Universitário Teresa D'Ávila (UNIFATEA). Atuou como pesquisador científico no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) e PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) do CNPq. Além das pesquisas científicas é um escritor independente com obras publicadas reunidas em romance, contos e crônicas. Membro Fundador da Academia Jovem de Letras de Lorena-SP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8726227673525242>. E-mail: [odanilopassos@gmail.com](mailto:odanilopassos@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutorando em Design pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Especialista em Comunicação, Semiótica e Linguagens Visuais pelo Centro Universitário Braz Cubas. Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Taubaté (UNITAU). É professor nos cursos de graduação na área de Gestão e Negócios no Centro Universitário Senac. É pesquisador multidisciplinar, abrangendo as áreas da Comunicação, Linguística Aplicada e o Design. É membro do Grupo de Pesquisa em Arte e Design: Algumas confluências e tensões históricas pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM) e do Grupo de Pesquisa em Linguagens, conteúdos educacionais e mídias contemporâneas pela Universidade de Taubaté. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6997590117371265>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-5262-098X>. E-mail: [lguilherme.br.designer@gmail.com](mailto:lguilherme.br.designer@gmail.com)

the learners in their school environments, in order to favor the role of emancipation of subjects through critical and argumentative reading.

**Keywords:** Argumentation; critical reading; school context; reading; advertisement genre.

## Introdução

Considerando que o trabalho com o gênero propaganda é de suma importância para a compreensão textual e interpretativa no ensino-aprendizagem em Língua Portuguesa, além de um desenvolvimento leitor na área de linguagens para o Exame Nacional do Ensino Médio, doravante ENEM, este estudo se justifica na concepção de que, além do referido gênero unir linguagens verbais e não verbais em sua formação textual possuindo uma linguagem persuasiva, cabe uma leitura que transcenda a função conativa/apelativa da linguagem, proporcionando, por meio da argumentação, discussões sobre a discursividade desse gênero e as temáticas abordadas em diferentes propagandas.

Partindo dessa premissa, questiona-se: (a) como se compreende, por um viés da Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, para o Ensino Médio (EM), a importância da argumentação na formação de sujeitos? e (b) como propor uma leitura do gênero propaganda que ultrapasse as suas limitações estético-visuais e se aproprie da argumentação para a formação de uma emancipação cidadã?

Como problemática, compreende-se que, muitas das vezes, o docente desenvolve conceitos acerca do gênero textual propaganda atrelados apenas à função conativa/apelativa da linguagem, pautados na teoria de Jakobson (1996, s/p), que consiste na formação de um texto em que o locutor se comunica com o interlocutor por meio da mensagem, apropriando-se da persuasão, ou seja, no convencimento em que o texto está imerso.

Logo, este artigo de tem como objetivo geral refletir sobre a leitura de propaganda para além das previsibilidades desse gênero textual em um contexto escolar. Especificamente, há a proposição de uma metodologia de trabalho que focalize esse gênero por um viés da argumentação para alunos do Ensino Médio durante as aulas de Língua Portuguesa. Vale a ressalva de que o que se se apresenta aqui não anula as demais práticas pedagógicas para com as práticas de leitura de propaganda, tampouco determina erros e acertos de posturas docentes quanto à compreensão e construção desse gênero textual.

Assim, o embasamento teórico está em consonância com o que a BNCC (Brasil, 2018) para o Ensino Médio discorre acerca da formação da argumentação aliada à formação de leitores como sujeitos sociais visto em Rojo (2015) e, claro, às concepções de que um dos objetivos principais da Educação, enquanto formadora, é do de exercer o cunho da cidadania para que os sujeitos aprendizes sejam agentes emancipadores conforme postulado pelos estudos de Freire (2008, [apud. Rambo, 2016]). Este texto também se ampara nas teorias sobre argumentação e cadeia criativa, discutidas por Liberali e Fuga. Por fim, em relação ao gênero propaganda, há uma fundamentação em Sampaio (2013), Sant'Anna (1998) e Rabelo (2018).

Como procedimentos metodológicos, esta pesquisa apresenta caráter bibliográfico apresentando uma proposta de leitura do gênero propaganda. Tais propostas apresentam duas análises de leitura por um viés da argumentação, estas que devem proporcionar um senso crítico e suscitação de debates coletivos com os sujeitos aprendizes em seus ambientes escolares, de modo a favorecer o papel da emancipação de sujeitos por um viés de uma leitura crítica e argumentativa.

Como resultados esperados, há o ensejo, no campo da formação e atuação de docentes em língua materna, de que este trabalho, aliado à Linguística e à Comunicação, propicie reflexão e aporte teórico para o desenvolvimento de sequências didáticas voltadas ao uso da leitura crítica em sala de aula, bem como para a compreensão de que a propaganda pode ganhar um novo sentido interpretativo por meio da argumentação.

### **Compreendendo a emancipação e a argumentação na BNCC**

A BNCC (Brasil, 2018) apresenta competências que devem ser desenvolvidas durante a educação básica. Tais competências objetivam a integralidade do estudante, ou seja, a formação de um sujeito integral que responda às exigências pessoais e do seu cotidiano, sendo capaz de exercitar a sua cidadania. Por uma análise diacrônica, pode-se dizer que as discussões sobre os impactos (e os resultados) do desenvolvimento da BNCC na Educação básica ainda é um campo recente que vem sendo estudado aos poucos. Nesse sentido, o documento norteador define que:

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no

RE-UNIR, v. 11, n. 1. p. 43-57. 2024. ISSN 2594-4916

âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 08).

O objetivo geral da BNCC (Brasil, 2018) é considerar o sujeito em seu processo de ensino-aprendizagem por meio do que ele é capaz de fazer, não mais apenas pelo que ele sabe fazer (discussão acerca de habilidade e competência que se insere nesse contexto). Pensando em um processo de prática da cidadania, em que esse estudante supera os desafios impostos a si e se torna cada vez mais crítico, tal pedagogia é vista em Freire (2008) como uma educação para a emancipação, afinal:

Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas. [...] Por que perder a oportunidade de ir sublinhando aos filhos o dever e o direito que eles têm, como gente, de ir forjando sua própria autonomia? Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem que estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (Freire, 2008, p.107).

Logo, se considerarmos que a emancipação, em um dos seus sentidos semânticos, é a capacidade de tomar decisões favoráveis a si em virtude dos seus conhecimentos prévios e contextuais, esse processo de formação de sujeitos emancipatórios, é de suma importância – para o pensamento freireano – a função de um educador crítico porque:

[...] é um ensinamento e um desafiador, que reconhece através dos efeitos contraditórios gestados na realidade opressora, o educador crítico deve problematizar, com seu educando, o significado da sua situação existencial concreta. Ou seja, para que ela serve? E, dessa forma, apresentando-a como problema que, por sua vez, o desafia lhe exigindo resposta. (Rambo, 2016, p. 05)”.

Essa concepção é vista mais adiante na BNCC (Brasil, 2018), pois tal material reconhece que, ao adotar o termo *competências gerais*, há a construção de uma

sociedade mais humana, justa e voltada para a preservação da natureza, conforme já preconizado em documentos anteriores publicados pelo Ministério da Educação<sup>3</sup>. Além de mencionar que o conceito de competência, adotado em vários momentos do seu texto, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas.

Em uma primeira leitura, na apresentação das competências gerais (Brasil, 2018, p.13), a concisão de informações com o uso dos verbos imperativos e infinitivo pode levar o leitor a uma interpretação generalizada dos conceitos propostos. Nesse sentido, há um recorte de uma das competências gerais da BNCC (Brasil, 2018), em especial, a que diz respeito à argumentação na formação de sujeitos integralizados.

Quadro 01 – Competência geral sobre argumentação na BNCC (BRASIL, 2018).

Competência 07	<b>Argumentação</b>	O sujeito saiba argumentar para formular ideias, pontos de vista e opiniões que o transforme em um cidadão cada vez mais ético e crítico contribuindo para a formação de uma sociedade mais crítica.
----------------	---------------------	--

Fonte: Brasil, 2018. Adaptação dos autores, 2022.

Com a leitura do quadro anterior, compreende-se que o papel da escola, fundamental instituição social no processo de formação integral do sujeito, perpassa o que se compreende apenas como um local voltado exclusivamente ao ensino e à aprendizagem, ou em outros termos, uma verticalização do ensino-aprendizagem, em que o sujeito é apenas passivo ao conhecimento aprendido em seu ambiente escolar. Desse modo, a partir das competências gerais abordadas pela BNCC (Brasil, 2018), o aluno, visto ao longo desse texto como sujeito, ao final do ensino básico terá uma integralidade formada, além de ter desenvolvido e ampliado as suas capacidades de leitura crítica para a argumentação.

Por isso que a sétima competência diz respeito à argumentação que deve ser desenvolvida ao longo do processo de ensino-aprendizagem, afinal, “os argumentos são os raciocínios que se destinam a persuadir, isto é, a convencer ou a comover, ambos meios igualmente válidos de levar a aceitar uma determinada tese (Fiorin, 2017,

<sup>3</sup> BRASIL. *Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República*. Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionaispdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionaispdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

p. 58)”. Esta aceitação de teses recai sobre a construção de leituras críticas pautadas nas experiências pessoais, conforme a teoria dos multiletramentos sociais em Rojo (2015), uma vez que, com o conhecimento prévio e a vivência pessoal, este sujeito será capaz de desenvolver práticas de cidadania – um exemplo de emancipação freiriana.

Tratando-se da etapa do Ensino Médio, doravante EM, a construção da argumentação em sala de aula se ampara na área de linguagens e tecnologias que “busca consolidar e ampliar as aprendizagens na BNCC de Ensino Fundamental nos componentes de Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa (BRASIL, 2018, p. 473)” Para tanto, durante a etapa do EM, esse indivíduo terá habilidades e competências específicas a serem desenvolvidas que são aliadas às significâncias para as suas aplicabilidades sociais e para o mercado de trabalho.

### **A propaganda: conceitos e definições**

Para que se possa propor uma leitura de propaganda, é necessário, a princípio, compreender os principais conceitos e características desse gênero. Sendo assim, recorre-se à Sampaio (2013) que define o anúncio publicitário/propaganda como uma utilização planejada da comunicação que, por meio da persuasão, promove comportamentos em benefício do anunciante que a utiliza. A função desse gênero é a de difundir um conceito, uma mensagem, uma ideia ou uma doutrina que gere uma mudança de pensamento e, posteriormente, uma mudança de comportamento social.

Por sua vez, publicidade e propaganda são vistas de forma semelhante, devido às campanhas publicitárias as utilizarem conjuntamente com a difusão da venda de um produto ou serviço a uma ideia ou conceito. Entretanto, esses são termos com significados diferentes. A publicidade possui como principal objetivo o de vender produtos e serviços e pode ser definida como um “conjunto de técnicas de ação coletiva utilizadas no sentido de promover o lucro de uma atividade comercial, conquistando, aumentando e mantendo clientes” (Malanga, 1977, p. 11). Adiante, a propaganda tem como principal propósito o de difundir um conceito, uma mensagem, ideia, crença, princípio, doutrina ou opiniões, conforme salienta Sampaio (2013).

A propaganda é considerada uma ferramenta poderosa que pode proporcionar benefícios para quem a utiliza, e é ao mesmo tempo muito perigosa se for mal-empregada. Nesse sentido, Sant’Anna (1998) discorre que a propaganda não pode ser

vista como um simples instrumento de venda para um consumidor, mas como um fator sociocultural relevante. Ao mesmo tempo em que a propaganda se alimenta de um discurso coerente em seus contextos de sua produção, por meio de uma linguagem persuasiva, ela gera novos discursos, a partir da construção de enunciados, que influenciam aspectos socioculturais em sua veiculação social.

Em complemento, Pinho (1990, p. 22) destaca que a propaganda está dividida em algumas categorias, tais como: a propaganda política, cujo objetivo é a difusão de aspectos ideológicos e políticos, assim como as filosofias partidárias; propaganda eleitoral, vista de forma esporádica e objetiva a conquista de votos eleitorais para cargos eletivos; a propaganda governamental busca criar, reforçar ou modificar a imagem de um determinado governo, dentro e fora de suas fronteiras; por sua vez, a propaganda institucional possui como objetivo principal posicionar e valorizar as empresas e instituições de cunho público ou privado; a propaganda religiosa propaga uma mensagem de cunho religioso para um público específico; enquanto a propaganda social é voltada às causas que geram impactos em uma população, além de informá-la e trazer conscientizá-la.

Para Sampaio (2013) a influência da propaganda na sociedade é incontestável. Não há como escapar da sua influência. A propaganda seduz nossos sentidos, mexe com os nossos desejos, revolve nossas aspirações, fala com nosso inconsciente, nos propõe novas experiências, novas atitudes, novas ações. (Sampaio, 2013, p. 8). Nessa linha de raciocínio, Rabelo (2018) afirma que a propaganda pode ser considerada como resultado de uma linguagem que transforma produtos em marcas, símbolos de pertencimento que traduzem desejos e movem multidões em torno de ideias. Quanto à linguagem publicitária, Rabelo (2018) indica que essa trabalha com a persuasão, que busca estudar crenças, valores, desejos e necessidades da sociedade de modo geral.

Nesse sentido, a intenção do discurso publicitário persuasivo se baseia nas expectativas e respostas do público comprando ou não um produto, um serviço ou uma ideia. A partir dessa compreensão sobre a propaganda, a seguir apresentamos a proposta de uma leitura do gênero a partir do viés da argumentação que preza pela criticidade e a construção de saberes ligado à prática da cidadania.

**Uma leitura de propaganda para além do gênero textual: propostas para a argumentação e emancipação leitora**

Em Jakobson (1996, s/p), observa-se que dentre as seis funções da linguagem, a de persuasão, conhecida como conativa/apelativa, emprega a função de ligar o locutor à mensagem e sucessivamente ao interlocutor. Essa estratégia de definir o grau de persuasão é muito utilizada quando um texto do gênero propaganda é apresentado, seja por um livro didático ou por outro meio digital. Nesta abordagem são comumente utilizadas possíveis questões como:

- a) Qual o produto anunciado pela publicidade/propaganda?
- b) Qual a intenção do autor da publicidade/propaganda que você leu?
- c) Quais imagens justificam a escolha do *slogan*<sup>4</sup> no texto?
- d) Qual a apelação do locutor no texto?

Dentre diversos outros exemplos de questões que apenas focalizam a intencionalidade do texto, mas não os recursos textuais que podem suscitar leituras argumentativas para a construção de uma atividade colaborativa de debate em sala de aula. Contudo, propor uma construção de debate em sala de aula se alia à Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural, doravante TASHC, postulada por Liberali e Fuga (2012), uma vez que reconhecemos a participação de sujeitos que irão colaborar com suas visões de leitura de um texto a partir das suas experiências e conhecimentos prévios. Tal teoria parte dos princípios vygotskyanos que compreendem a atividade humana como uma ação não isolada, mas sim um postulado de ideais e intenções realizadas no coletivo.

Nesse sentido, este texto sugere outras leituras que podem ser feitas de propagandas, exemplificadas como TEXTO A e TEXTO B, com o foco na discussão argumentativa do que elas podem representar dentro de um contexto sócio-histórico, uma vez que, para a formação de um sujeito emancipatório, ele deve estar atento às suas vivências pessoais dentro de uma realidade social para a formulação da sua autonomia.

Esta formulação integra-se com a teoria de Cadeia Criativa proposta por Liberali e Fuga (2012) que, tendo também como base o sócio-histórico vygotskyano, nos alerta que “a argumentação pode ser vista como a responsável pela expansão e restrição dos

---

<sup>4</sup> Segundo Sampaio (2013), o slogan é uma frase-tema de uma campanha ou marca que resume e define seu posicionamento. Este posicionamento trata-se de uma técnica de marketing e comunicação que determina que posição a marca deve ser colocada no mercado.

objetos – significados- que intencionalmente vão cumprir não aquelas necessidades individuais nas as de [...] totalidades independentes (Liberali, 2009b [apud. Liberali; Fuga, 2012, p. 135]).

Ler uma propaganda, gênero textual que se modifica de acordo com o seu contexto sócio-histórico por um foco específico na argumentação que o texto pode fornecer ao interlocutor, quebra uma lógica da retórica aristotélica e inclui valores e discursos internalizados pelo leitor durante interpretação textual. Nesse sentido, para Fiorin (2014) argumentar não é apenas chegar a conclusões concretas, mas sim, a abarcar valores pessoais na elaboração de teses/conclusões, pois:

Por exemplo: o aborto é um direito ou um crime; o casamento de pessoas do mesmo sexo é a consequência da igualdade de todos perante a lei ou a violação de uma lei natural? Nenhuma dessas conclusões é logicamente verdadeira, porque elas dependem de valores, de crenças, de temores, de anseios etc (Fiorin, 2014, p. 57).

Isto aliado a concepção de que a propaganda apreende a ideia de “implantar, de incutir uma ideia, uma crença na mente alheia (Sant’anna, 1998)” e vem dela o papel de influir discussões para além do texto verbo-visual, pois ela tem uma função persuasiva e social.

Essas articulações estão alinhadas com uma das competências específicas da área de linguagens e suas tecnologias para o EM que pressupõe:

Compreender o funcionamento das diferentes linguagens e práticas (artísticas, corporais e verbais) e mobilizar esses conhecimentos na recepção e produção de discursos nos diferentes campos de atuação social e nas diversas mídias, para ampliar as formas de participação social, o entendimento e as possibilidades de explicação e interpretação crítica da realidade e para a realidade e para continuar aprendendo (Brasil, 2018, p. 483).

Considerando, também, que a propaganda é uma manifestação da linguagem que mobiliza o conhecimento quanto à recepção e à produção de discursos, faz-se necessária uma abordagem do texto por uma focalização argumentativa, conforme destacado anteriormente. E tal competência específica dialoga com a concepção vygotskyana em que toda a atividade criadora do ser humano não se dá apenas por um mérito, mas sim “existe em todo lugar onde a imaginação humana se combina, se

modifica e cria algo novo (Vygotsky, 1930, 1999 [apud. Liberali; Fuga, 2012, p. 134]), ou seja, a construção de significados da linguagem se dá no coletivo.

Para tanto, tomemos como exemplo dois textos para leituras por um viés crítico e argumentativo. O TEXTO A trata-se de uma propaganda vinculada pelo Instituto Renault e explicita argumentações frente ao respeito, visibilidade e direitos da comunidade LGBTQIA+:

#### TEXTO A

Figura 01 – Propaganda do Instituto Renault



ATÉ  
QUANDO  
VOCÊ  
VAI  
ACEITAR  
ISSO?

Se você acreditou que o problema na foto acima era o relacionamento afetivo entre dois homens, então você precisa rever os seus conceitos de certo e errado. Estudos mostram que não usar o cinto de segurança causa riscos, já que ele reduz consideravelmente o impacto do corpo contra objetos internos do carro em caso de acidentes. Já os relacionamentos não fornecem riscos ao trânsito.

Desconstrua seus preconceitos.  
Conscientize-se: torne o trânsito mais seguro para todos.

Instituto  
**RENAULT**



Fonte: Instituto Renault. Disponível em [www.institutorenault.com.br](http://www.institutorenault.com.br). Acesso em 22 de jul. de 2021.

O docente de língua materna, por sua vez, ao analisar esse material, pode destacar os elementos estéticos que configuram o gênero textual propaganda, tais como, o uso das cores, logotipo, manchete, *slogan* e fotografia. No entanto, será na linguagem verbal atrelada à visual que se cria os pressupostos argumentativos a serem desenvolvidos em ambiente escolar.

“Até quando você vai aceitar isso?”, este enunciado cria uma provocação para o interlocutor associada à imagem de dois homens muito próximos. Aqui, a função

apelativa da linguagem se faz presente ao considerar que, após a leitura desta pergunta, o interlocutor, movido pela curiosidade, poderá ler o texto completo para compreender o motivo, pelo qual a manchete textual é apelativa.

Mais adiante, o locutor, institui a máxima auxiliada com uma oração condicional em “Se você acreditou que o problema na foto acima era o relacionamento afetivo entre dois homens, então você precisa rever os seus conceitos de certo e errado.”. Eis aqui, um primeiro exemplo do que se pode desenvolver com os critérios argumentativos na análise dessa propaganda, uma vez que poderiam ser elaboradas perguntas interpretativas, como:

- a) Qual a relação do pronome “você” com o texto de apresentação desta propaganda? Isso se inclui como função apelativa? Justifique.
- b) A oração condicional proposta neste excerto remete à qual tema social que ainda merece debate em nossa sociedade? Justifique.
- c) Você deduziria que se tratava de um “relacionamento afetivo” se o locutor não explicitasse isso em seu texto de apresentação? Justifique.

As respostas para as assertivas anteriores podem gerar um debate em função da temática textual, o que auxilia na construção de um pensamento crítico, uma vez que no próximo excerto da propaganda que detalha: “Estudos mostram que não usar o cinto de segurança causa riscos, já que ele reduz consideravelmente o impacto do corpo contra objetos internos do carro em casos de acidente. Já os relacionamentos não favorecem riscos ao trânsito.” Nesse trecho, com grifo na conjunção que substitui o “uma vez que” e cria uma relação de causa/consequência, o docente poderia abordar a seguinte questão na interpretação textual:

- d) Qual o argumento que o locutor utiliza para que se use o cinto de segurança ao andar de carro?
- e) O argumento anterior é um fato ou uma opinião? Justifique.

E, considerando o uso do ponto final que separa os dois períodos no trecho anterior e se destaca gramaticalmente, pode-se, em caráter de mediação com os estudantes, realizar a seguinte indagação:

f) Como o locutor finaliza a propaganda com ênfase nos direitos LGBTQIA+? Qual é o trecho do texto em que isso fica explícito?

Ao finalizar, o autor da propaganda apresenta duas máximas: “Desconstrua o seu preconceito / Conscientize-se: torne o trânsito mais seguro a todos”, de modo a suscitar a seguinte indagação na interpretação textual:

g) Explique a ambiguidade do verbo “conscientizar” dentro das argumentações apresentadas na propaganda anterior.

Considerando esse tipo de estratégia quanto ao uso de propagandas, destaque-se que as respostas geradas pelos leitores proporcionam uma cadeia argumentativa, haja vista que” nesse processo, a produção de significado é considerada elemento constitutivo, produzida nas relações sociais e em determinadas condições históricas (Liberal; Fuga, 2012, p. 136)”. Esse processo possivelmente levará o sujeito/ os sujeitos a refletirem sobre a atemporalidade da propaganda anterior, em virtude da sua apresentação estética e, principalmente, visual.

#### TEXTO B

Figura 02 – Propaganda da Magazine Luiza vinculada nas mídias digitais.



Fonte: Aplicativo oficial da Magazine Luiza. Disponível em: [www.magazineluiza.com.br](http://www.magazineluiza.com.br). Acesso em 23 de jul. de 2021.

a) Os elementos gráficos do texto B, o ícone de seta e o tamanho do *banner* (modalidade em que é apresentada a propaganda), reforçam que o texto foi vinculado pelas mídias digitais, em específico, no site da empresa. No entanto, em vez de o foco da linguagem ser persuasiva para a compra de materiais, tal propaganda é mais direta.

No excerto “produtos para esconder marquinhas e manchas por 1,80?”, os primeiros termos grifados criam um eufemismo ao tema “violência doméstica contra mulher; enquanto o segundo faz alusão ao número 180, portal do disque denúncia. Embora essa primeira parte da propaganda soe mais irônica que a segunda, quando o locutor dará dicas de como fazer uma denúncia via *web*, a argumentatividade desse texto pode ser apresentada como: Qual o tema central da propaganda considerando os elementos visuais e verbais?

- b) Porque o locutor optou pelo uso dos substantivos “marquinhas e manchas” nesse contexto?
- c) Qual a relação do 1,80 com a temática da propaganda? Justifique.

As respostas a serem apresentadas pelos leitores recaem sobre um pensamento crítico acerca da violência doméstica. Assim, a segunda parte do texto explicita o público-alvo a que a propaganda está destinada: “Ei, moça! [uso de vocativo] finja que vai fazer compra no App Magalu [contextualização para o interlocutor]. Lá tem um botão para denunciar a violência contra mulher [comando para o interlocutor].”, logo, a propaganda cumpre o seu papel social conforme abordado por Sant’Anna (1998). A partir desse excerto, o docente pode sugerir questionamentos como:

- d) Quais os verbos imperativos presentes no texto que dialogam com a temática textual?
- e) Em sua opinião, este tipo de propaganda e recurso facilita o combate à violência contra mulher? Justifique.

Desse modo, tanto a partir do texto *A*, quanto do *B*, caberia uma ampla discussão sobre os temas abordados e entra em acordo com o que Liberali e Fuga (2012, p. 136):

A argumentação, nesse prisma, vai além da simples persuasão e/ou convencimento – conceitos presentes na teoria da argumentação-; está, pois, ligada à produção de algo novo a ser compartilhado entre os envolvidos na interação. Em termos espinosanos, a argumentação tem um papel fundamental para que os envolvidos possam chegar a uma noção comum (Spinozza, 1677, 2003) temporária, que potencializa sua capacidade de ação.

Assim, com a leitura de propagandas por um foco argumentativo, é possível identificar uma desconstrução da concepção de que o referido gênero textual pode ser visto apenas pelo seu caráter verbal ou verbo-visual, ou seja, a sua estrutura temática. Este tipo de texto, construído dentro de uma realidade sócio-histórica, necessita de olhares mais críticos quanto à sua interpretação, principalmente, em um contexto de formação de sujeitos em um processo de ensino-aprendizagem.

### **Considerações Finais**

A partir deste artigo, nota-se que, ao percebermos a capacidade argumentativa por detrás de uma propaganda e focalizarmos sobre, além de esse gênero discursivo desenvolvido em sala de aula ser alinhado às competências gerais da BNCC (Brasil, 2018), bem como ao desenvolvimento de uma leitura para uma prática cidadã (Rojo, 2015), característica dos multiletramentos sociais, o sujeito – visto aqui como um estudante em um processo de formação de leitura crítica – passa a valorizar o mundo ao seu redor e a compreender a sua importância dentro dele.

Nesse viés, o debate sobre as características discursivas do gênero propaganda deve perpassar suas características formais e ir ao encontro de seus impactos sociais, tendo em vista de que o gênero endossa a importância da persuasão em textos desse tipo na formação leitora de indivíduos.

Assim, abordagens de leitura, tais como as apresentadas neste texto, deve ser objeto de estudo com a intenção de se compreender o perfil leitor à luz dos multiletramentos sociais e sociointeracionais, esse último à guisa dos conhecimentos vygotskyanos, em que o conhecimento prévio é norteador no processo de leitura crítica do mundo.

Desse modo, este artigo objetivou apresentar alguns exemplos de abordagens de leitura de propagandas com base na argumentação para os dois últimos anos do EM para que seja possível fomentar o desenvolvimento de sujeitos crítico-argumentativos prontos para as demandas de um cotidiano plural fora dos muros da escola e de modo com que eles se tornem leitores críticos e sujeitos emancipadores frente às demandas políticas, sociais e geográficas a que eles estão inseridos; além de servir como subsídio a demais pesquisadores, professores, comunicadores e linguistas engajados na causa do uso das propagandas como ferramentas de persuasão e formação leitora.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC\\_C\\_20dez\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNC_C_20dez_site.pdf). Acesso em: 22 dez. 2022.
- FIORIN, J. Argumentação e Discurso. *Revista Bakhtiniana* n. 09: 53-70, Jan./Jul. São Paulo, 2014.
- FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1997.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Prefácio de Edna Castro de Oliveira. Orelha de Ana Maria Araújo Freire. Quarta Capa de Frei Betto. São Paulo, Editora Paz e Terra: 2008.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1996.
- LIBERALI, F.; FUGA, V. Argumentação e formação/gestão de educadores no quadro da Teoria da Atividade Sócio-Histórico-Cultural. *Revista Desenredo*, v. 8, n. 2, 11. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2919/1986>. Acesso em 20 fev. 2022.
- MALANGA, E. *Publicidade: uma introdução*. São Paulo: Atlas, 1979.
- PINHO, J.B. *Propaganda Institucional: usos e funções da propaganda em relações públicas*. 6. ed, São Paulo: Summus Editorial, 1990.
- RABELO, C. *Faixa Preta em Publicidade e Propaganda: um guia com os novos conceitos, contextos e ferramentas*. Vitória: GSA, 2018.
- RAMBO, R. A. *Emancipação na Perspectiva de Paulo Freire*. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/rambo.pdf>. Acesso em 23 jul. 2021.
- ROJO, R. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola editorial, 2015.
- SAMPAIO, R. *Propaganda de A a Z*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- SANT'ANNA, A. *Propaganda – Teoria, técnica e prática da comunicação*. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. *Sobre los sistemas psicológicos*. Madrid: Visor, 1987.
- VYGOTSKY, L. S. *Imaginación y creación en la edad infantil*. La Habana: Pueblo y Educación, 1999.

# Contribuições das histórias em quadrinhos (HQs) para os processos de ensino e aprendizagem de língua inglesa

*Contributions of comic books to the processes of teaching and learning English*

Fabiana Pereira de Sousa<sup>1</sup>  
Rafael de Souza Timmermann<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo propõe explorar de que forma as Histórias em Quadrinhos (HQs) podem contribuir positivamente para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa como língua estrangeira, uma vez que possuem uma grande diversificação de nichos e características que podem ser trabalhados na sala de aula. Ademais, o artigo busca evidenciar este material como parte da cultura *pop*, cultura que engloba as práticas sociais das massas (Tavares; Tiraboschi, 2021), salientando que as HQs representam as mais diversas realidades do povo. Sendo assim, realizamos uma revisão de literatura através das bases de dados Eric, Scielo, Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas foram: Cultura Pop, Histórias em Quadrinhos e Ensino de Língua Inglesa. Assim, foram selecionados 6 trabalhos (Williams, 1995; Mei-Ju; Yung-Hung; Ching-Chi, 2015; Norton; Vanderheyden, 2003; Santos; Dalben, 2021; Apriani, Vianty, Loeneto, 2014) para fazerem parte do *corpus* de análise deste artigo. Desse modo, através dos dados coletados, foi possível compreender e discutir os aspectos positivos do uso das HQs dentro da aprendizagem da Língua Inglesa, sendo os principais resultados: a melhora significativa da competência de leitura, a contribuição para construção da competência cultural e identidade do aluno, conjuntamente, facilitando a aprendizagem de demais aspectos da língua.

**Palavras-Chave:** Cultura *pop*; histórias em quadrinhos; ensino-aprendizagem de língua inglesa

**Abstract:** This article explores how comic books (comics) can contribute positively to English as a foreign language teaching and learning since they have a wide range of niches and characteristics that can be worked on in the classroom. In addition, the article seeks to showcase this material as part of pop culture, a culture that encompasses the social practices of the masses (Tavares; Tiraboschi, 2021), highlighting that comic books can represent the most diverse realities of the people. Thus, we carried out a literature review through the databases Eric, Scielo, Google Scholar. The research was carried out by using the following keywords: Pop Culture, Comics, and English Language Teaching. Six works were selected (Williams, 1995; Chou, Hsu, Chen, 2015; Norton; Vanderheyden, 2003; Santos; Dalben, 2021; Apriani Vianty And Loeneto, 2014) to be part of this article's *corpus* of analysis. Thus, through the data collected, it was possible to understand and discuss the beneficial aspects of using comics within the learning of the English language, with the leading results being: a significant improvement in the reading competence, the contribution to building the cultural competence and identity of the student, facilitating the learning of other aspects of the language.

**Keywords:** Pop culture; comic books, teaching and learning English

## Introdução

A cultura *pop*, para Tavares e Tiraboschi (2021), pode ser classificada como a cultura do povo, criada e direcionada para uma grande massa, a qual tem o poder de

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual do Tocantins (Seduc). Graduada em Língua Inglesa pela Universidade Federal do Pará – UFPA. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5789195094824184>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-3084-4215>. E-mail: [fabianasousa1349@gmail.com](mailto:fabianasousa1349@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor Adjunto na Universidade Federal do Pará – UFPA. Doutor em Letras pela Universidade de Passo Fundo – UPF. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0969634023515698>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-9038-265X>. E-mail: [rafaeltimmermanm@ufpa.br](mailto:rafaeltimmermanm@ufpa.br)

performar um papel significativo na vida dos indivíduos que a produzem/consomem, por ser algo que se encontra presente na realidade corriqueira, principalmente, no entretenimento, através de filmes, séries, músicas, livros, Histórias em Quadrinhos (doravante HQs), entre outras manifestações que representam a sociedade por meio de diversas perspectivas/narrativas.

Segundo Ratnawati (2016), diversos autores defendem a ideia de utilizar os elementos da cultura *pop* como materiais autênticos<sup>3</sup> nas aulas de Língua Inglesa (LI) como língua estrangeira, partindo da premissa que esses materiais se conectam e expressam os interesses e experiências dos alunos. Por serem de fácil acesso, a probabilidade desses meios autênticos de entretenimento apresentarem mais proximidade com a realidade dos alunos é maior, tornando-os opções promissoras para proporcionar a criação de um ambiente propício à aprendizagem, de modo que o aluno possa perceber tanto traços da língua, como aspectos comunicativos, sociais e culturais.

A partir do que é apresentado pela BNCC<sup>4</sup> (Brasil, 2018), no âmbito das linguagens e da LI, compreende-se que o mundo deve ser apresentado aos alunos abertamente, permitindo-lhes oportunidades de investigação crítica e intervenção quando julgarem necessário acerca de diversos aspectos sociais.

Dessa maneira, através das HQs, é possível trabalhar com perspectivas pessoais dos estudantes de modo entusiástico, uma vez que as temáticas sociais estão presentes em histórias com cenários fantasiosos já conhecidos; assim, por possuírem uma grande diversidade de nichos, torna-se interessante propor o uso dessa diversificação em aulas de LI, pois tal diversidade pode ser positiva ao trabalhar percepções de mundo.

Sendo assim, este artigo tem como finalidade explorar de que forma as HQs podem contribuir positivamente para o ensino e a aprendizagem de LI, uma vez que possuem uma grande variedade de nichos e características que podem ser trabalhados em sala de aula. A importância de investigar o uso das HQs no ensino de LI decorre da necessidade de utilizar práticas pedagógicas efetivas. Ao reunir esses benefícios

---

<sup>3</sup> Materiais autênticos são textos/materiais que emanam da própria língua em uso, em situações de uso real: desde conversas simples registradas, a receitas de bolo, a textos de jornais, a produções musicais e cinematográficas, por exemplo. Sendo assim, a autenticidade está relacionada à veiculação da própria língua, em formatos estabelecidos (Silva; Timmermann, 2023)

<sup>4</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

específicos, é possível compreender o que as HQs podem oferecer aos alunos, para que, a partir disso, os educadores possam aproveitar plenamente o potencial dos materiais autênticos e maximizar os resultados dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, é necessário investigar como as HQs podem contribuir efetivamente à aprendizagem da LI, considerando não apenas aspectos gramaticais da língua, mas também aspectos comunicativos, sociais e culturais.

Diante disso, este artigo adota uma abordagem qualitativa, cuja coleta de dados é realizada por meio de revisão sistemática da literatura para investigar o uso das HQs nas aulas de LI. Assim, a partir da busca em bases de dados acadêmicos, como Eric e Scielo e posteriormente, Google Acadêmico, os dados e conceitos foram agrupados e discutidos para identificar os principais benefícios relatados e as melhores práticas para a utilização das HQs no ensino de LI.

Portanto, para melhor compreensão da temática abordada, este artigo se estrutura em introdução; revisão de literatura pautada nas temáticas e conceitos de cultura *pop* no ensino de línguas e HQs; seguido pela metodologia para realizar a pesquisa; os resultados e as análises; e, por fim, as considerações da discussão feita ao longo do trabalho.

### **Cultura *pop* e ensino de língua inglesa**

Este tópico é destinado a apresentar a interseção entre cultura *pop* e ensino de línguas. Busca-se salientar como expressões populares – filmes, músicas, séries, por exemplo – podem ser utilizadas como recursos no ensino de idiomas, por possibilitarem um ambiente de aprendizagem mais autêntico e envolvente, no qual os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades linguísticas enquanto se familiarizam com aspectos socioculturais contemporâneos.

Então, faz-se necessário apresentar conceitos. A cultura *pop* é compreendida como a cultura que contempla a população em massa e engloba as produções populares realizadas e idealizadas para diversos grupos sociais que retratam questões recorrentes da sociedade através de filmes, séries, músicas, livros, HQs, entre outros (Tavares; Tiraboschi, 2021).

Em vista disso, para construção do significado de cultura *pop*, há a junção dos conceitos de cultura e popular. O conceito de cultura, ao longo dos anos, se

transformou, diante da compreensão que a sociedade passou a construir a partir de seus questionamentos acerca do que esse termo poderia abranger. Tavares e Tiraboschi (2021), com base em outros autores, discorrem que, apesar das diversas discussões que existem sobre o que, de fato, constitui o conceito de cultura, é notório que há um consenso entre as concepções e que estas se encontram ao descrever os seguintes pontos:

é possível perceber um consenso em relação à visão de que a cultura é uma construção social e não pode existir longe do contato social, é um processo que acontece do externo para o interno, o indivíduo absorve todos os comportamentos, manias e filosofia de vida, que o indivíduo internaliza a partir da convivência com aqueles que estão a sua volta (Tavares; Tiraboschi, 2021, p. 137.)

A partir disso, compreende-se que cultura engloba as práticas sociais e os resultados dessas práticas, que se manifestam de diversas formas, sempre retratando crenças, tradições, costumes, seja no meio artístico, linguístico ou outro setor da sociedade.

Seguindo nas conceitualizações, o termo *popular* é descrito, principalmente, como “algo relativo ou pertencente ao povo”, “algo notório”, “algo de agrado do povo” (Dicio, Oxford, Priberam, 2023). Nessa perspectiva, Rabanni (2015) reforça a definição de popular como algo no qual o povo simpatiza e é pertencente.

A palavra popular refere-se à qualidade de ser querido, bem recebido e fácil de compreender. Portanto, a cultura popular implica as práticas sociais e políticas que são amplamente apreciadas pelas massas ou pelas pessoas comuns. (Rabanni, 2015, p. 91, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Apoiando-se nesses conceitos, situamos a cultura popular representando “toda manifestação e consumo de mídia cultural de um povo, seja ela em formato de dança, música, cinema e folclore e seu principal protagonista é o artista, a população, a periferia, quem produz as manifestações, e não o resultado delas” (Tavares; Tiraboschi, 2021, p. 138).

Dessa forma, o conceito de cultura *pop*, apresentado nesta pesquisa, trata de uma expressão cultural que surge de forma orgânica e espontânea, atendendo aos

---

<sup>5</sup> Popular refers to the quality of being well liked, well received and easy to understand. Therefore, Popular culture implies the social and political practices which are widely liked by the masses or the ordinary people. It is a culture made by the people for themselves. (texto original)

anseios e aspirações do público, representando uma vertente particular da cultura popular, caracterizada pelo amplo consumo e influência das mídias culturais, como dança, música, cinema e folclore.

Conseqüentemente, surgem as produções pertencentes a essa cultura, as quais, por serem de conhecimento popular de diversos grupos sociais, se tornam atrativas para serem utilizadas como materiais nas aulas de LI, nesse sentido, Rets (2015) afirma que “esse tipo de material expõe os alunos aos fenômenos culturais e sociais mais atuais e avançados, assim, eles atraem o interesse dos alunos ao máximo e, ao mesmo tempo, os mantêm informados sobre o que está acontecendo na sociedade no momento”<sup>6</sup>. Assim, esses materiais conseguem produzir um impacto positivo no aprendizado e na vida dos alunos que os consomem, podendo influenciar seu modo de agir e pensar.

Sendo assim, a cultura *pop* pode proporcionar para os alunos de LI mais detalhes dos costumes, linguagens e ideologias que os falantes dessa língua ao redor do mundo possuem. Dessa maneira, ao observar mais atentamente os aspectos culturais, os alunos conseguem encontrar seu lugar como falantes da língua.

Nesse contexto, é importante ressaltar a necessidade de tratar a cultura como parte do ensino e da aprendizagem, ao invés de considerá-la um fator isolado. Como salienta Liddicoat (2004), existe, em alguns livros didáticos, seções específicas sobre aspectos culturais, como festivais e artes, por vezes não relacionados à língua; dessa forma, em certo nível, ignorando informações culturais relevantes para o aprendiz da língua.

A partir disso, compreende-se a necessidade de adotar uma abordagem intercultural no ensino de LI, que é o foco deste trabalho, em contraposição à abordagem isolada da cultura frequentemente encontrada nos livros didáticos.

Ao que se refere à interculturalidade no ensino de LI, pode-se dizer que ela envolve a incorporação da cultura ao ensino, incentivando o diálogo, a reflexão crítica e a conscientização intercultural, preparando os estudantes para a sociedade globalizada e multicultural; é necessária para promover a compreensão e valorização das diversas perspectivas culturais dos alunos.

---

<sup>6</sup> This kind of materials expose students to the most current and state-of-the-art cultural and social phenomena, thus they appeal to the interests of the students to the greater extent and at the same time keep them informed about the things that happen in the society right at the moment of speaking. (texto original)

Nesse sentido, White (1985) pontua que a cultura *pop* funciona como uma ferramenta que pode contribuir para a construção da identidade dos alunos, principalmente dos jovens, que tendem a absorver aspectos das produções e mesclar a suas personalidades. Portanto, ensinar a língua através de cultura *pop* para os alunos acarreta diversas possibilidades positivas de resultados dentro de sala de aula. Cheung (2001, p. 58) corrobora a ideia ao apontar que

o uso da cultura popular no ensino cria um ambiente que potencializa o aprendizado. Quando os professores planejam aulas usando exemplos desenhados da cultura popular, os alunos os acharão fáceis de seguir. O ambiente de sala de aula se tornará mais harmonioso à medida que o aprendizado lugar de uma forma descontraída, mais agradável à medida que os alunos se envolvem em atividades de que gostam e mais orientadas para o desempenho, à medida que os alunos se tornam mais dispostos a participar, pois podem desfrutar de seu sucesso respondendo corretamente<sup>7</sup>

Fukunaga (2006, p. 220) aponta que a cultura *pop* age como “um gancho para chamar a atenção dos alunos”, uma vez que, ao ato de se identificar com um material, o aluno pode criar uma conexão com os demais consumidores daquela produção. Esse vínculo resulta em um desempenho positivo dentro da sala de aula, devido ao alto grau de motivação despertado pelo material escolhido. Ressalta-se que não reduzimos o material autêntico ao papel de engajamento, pois sua riqueza ultrapassa os limites da língua, cultura e sociedade.

Em suma, a interseção entre cultura *pop* e ensino de línguas revela uma abordagem pedagógica promissora, na qual o uso de filmes, músicas, séries e outros elementos da cultura popular pode enriquecer o processo de aprendizagem de idiomas. Assim, ao adotar os produtos da cultura *pop*, os estudantes têm a oportunidade não apenas de desenvolver habilidades linguísticas, mas também de se familiarizar com aspectos culturais, tornando o ambiente de aprendizagem mais autêntico e envolvente. As HQs proporcionam uma configuração única para explorar aspectos culturais e promover o aprendizado de idiomas. Por isso, as HQs foram selecionadas como foco

---

<sup>7</sup> The use of popular culture in teaching creates an environment that enhances learning. When teachers design lessons using examples drawn from popular culture, students will find them easy to follow. The classroom atmosphere will become more harmonious as learning takes place in a relaxed manner, more enjoyable as students are engaging in activities they like, and more achievement-oriented, as students become more willing to participate, since they can enjoy their success in answering correctly. (texto original)

deste texto e, na próxima seção, discorreremos sobre elas e sua relevância para o ensino e a aprendizagem de LI.

### **Histórias em quadrinhos (HQs): configurações e relevância**

As HQs, também conhecidas como *comic books* em inglês, consistem em narrativas que integram elementos verbais e não verbais, empregando a combinação de textos e desenhos como meio de expressão (Silva, 2001). Essas narrativas abrangem uma ampla variedade de temas, como aqueles envolvendo super-heróis, ficção científica, fantasia, crime, drama e comédia, dentre outros. Nesse contexto, é imprescindível considerá-las como gênero discursivo, no sentido bakhtiniano (Bakhtin, 2003). A HQ possui suas próprias convenções e expectativas específicas em relação aos personagens, enredos e atmosfera geral da história, à linguagem e à comunicação.

Para Bakhtin (2003), os gêneros discursivos surgem da interação social e pela variedade de situações comunicativas e são influenciados por elas:

o emprego da língua efetua-se em forma de enunciados, (orais e escritos), (em em outras semioses) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo seu estilo da linguagem, ou seja pela seleção dos recursos, fraseológicos e gramaticais da língua mas acima de tudo, por sua construção composicional (Bakhtin, 2003, p. 206).

A partir dessa perspectiva, o uso da linguagem não se limita apenas ao conteúdo, mas também diz respeito à forma como é apresentada. Desse modo, a estrutura e composição dos enunciados revelam a natureza e as particularidades do gênero questão. Compreende-se que a HQ, como gênero, é um conjunto de enunciados que possuem elementos que as caracterizam como tal, sejam eles pautados em aspectos gramaticais, lexicais ou estilísticos, que possuem a função de expressar um sentido, além de sua forma particular convencionalizada.

Os discursos presentes nas HQs são transmitidos e representados através dos vários elementos gráficos que podem ser encontrados nos quadrinhos. Diante disso, Guimarães (2002, p. 11) enfatiza a presença de diversos elementos nas HQs: “além do quadro, que delimita a imagem, há os balões e legendas que delimitam diálogos, pensamentos e textos do narrador, as onomatopéias, e também alguns códigos gráficos

que representam sentimentos e emoções dos personagens”, os quais desempenham um papel fundamental na clareza e na distinção visual da transmissão dos enunciados, contribuindo com a compreensão da história e a construção da experiência.

Dos elementos presentes em uma HQ, encontra-se uma representação da vinheta ou quadro – esse é o elemento que cede espaço para a cena acontecer. Para Poai (2018), a vinheta é o elemento mais básico na construção de uma HQ, podendo agrupar vários elementos verbais ou não verbais; nela, os personagens, as falas e efeitos são posicionados de acordo com o que a história quer transmitir, podendo se conectar ou não com outras vinhetas.

Outra característica presente nas HQs é a figura de linguagem *onomatopeia*. Para Meirelles (2007), as onomatopeias são de extrema importância dentro da linguagem estabelecida nas HQs e é impossível não estabelecer uma relação elas, uma vez que são utilizadas para representar sons.

Assim, as onomatopeias indicam a prioridade de algum elemento que está incluso na história mas que não necessariamente se faz presente dentro da fala dos personagens. Elas podem estar posicionadas dentro ou fora dos balões (Acevedo, 1990), indicando a sonoridade dos acontecimentos do ambiente externo.

Para Silva (2001), outro fator primordial das configurações das HQs são os balões, pois possuem a função de conectar os elementos visuais aos elementos verbais que se apresentam dentro dos quadros da história, nos quais as falas e pensamentos dos personagens são expostos ao leitor, através da linguagem ou por símbolos. Nesse sentido, há uma diversidade de balões para representar funções diferentes.

Essa diversidade de balões nas HQs desempenha um papel crucial na comunicação visual e na narrativa. Por meio de diferentes tipos de balões, como os de fala, pensamento, grito e sussurro, é possível transmitir de forma clara as falas e pensamentos dos personagens, enriquecendo a experiência do leitor e contribuindo para a construção da HQ.

Ao que se refere às falas posicionadas nos balões, Silva (2001, p. 2) discute que a forma como as letras são representadas é imperativa para compreensão do tom da fala:

O tamanho das letras informam diferentes intensidades de voz; dessa maneira letras maiores indicam uma voz dita num tom mais alto enquanto letras menores indicam o oposto. Outras possibilidades de expressão ocorrem quando a forma da letra é ondulada imitando o som

de uma música; ou quando as letras saem dos balões e invadem todo o texto indicando que aquele som tomou conta de todo o ambiente.

Dentro dessas configurações (e tantas outras que compõem o gênero HQ), diversos temas podem ser abordados. Inicialmente, entre 1900 e 1920, as HQs possuíam teor cômico (Xavier, 2017). Por isso, o termo *comic* se instaurou na definição do termo *Comic books* em inglês, fazendo referência à palavra cômico (*comic*) (Jarcem, 2007). No entanto, nos anos seguintes, com a mudança do cenário político-social global, o teor das narrativas passou a refletir acontecimentos reais.

Em 1939, no que se considera ter sido a era de ouro das HQs, surgiram os primeiros personagens com superpoderes, Namor e Tocha humana (*Human torch*), Anjo (*Warren Worthington III*), que primeiramente protagonizaram suas histórias isoladas na revista intitulada *Marvel Comics #1*. Contudo, os personagens Namor e Tocha humana passam a ser aliados, juntamente a outros personagens para derrotar a grande ameaça nazista, fazendo referência ao contexto político social da época, quando França, Inglaterra, EUA e URSS se juntam formando o grupo denominado de aliados, com o intuito de derrotar outro grupo composto pela Alemanha, Itália e Japão. Nesse período, surge o personagem Capitão América (*Capitan America*) representando os ideais estadunidenses e protagonizando referências ao papel no qual os EUA desempenharam no conflito (Cunha, 2012).

Levando em consideração as características das histórias, nas quais os personagens participavam, é evidente a relação que as HQs podem ter com o mundo fora das vinhetas, representando fatores que vão além do teor humorístico, como políticos, sociais e culturais que expõem mais de uma vertente. Desse modo, as HQs carregam a função não só de entreter o público, mas também de expor distintas realidades, podendo mostrar ao leitor algo que está fora da sua realidade diária, trazendo uma carga significativa de conhecimentos a respeito de diversas temáticas. Nesse sentido, Cavalcanti (2018, p. 10) descreve que HQs

contribuem para a representatividade de grupos minorizados e que tal fato está diretamente relacionado à identificação de seus leitores com a figura do super-herói e com a importância desta. Tais fatores também estão associados ao potencial que as HQs de super-heróis possuem de agir como ferramentas de engajamento identitário.

Assim, ter contato com as HQs e refletir sobre diversas áreas também pode resultar na transformação do seu próprio eu-social, uma vez que, o leitor passa a compreender a luta e as vivências de outros indivíduos. Nesse sentido, Norton e Vanderheyden (2003) observam que se envolver no consumo da cultura popular, como ler HQs em uma língua estrangeira, como o inglês, pode beneficiar o senso de pertencimento dos alunos a uma nova comunidade, bem como o desenvolvimento de seu idioma. O resultado que tal influência pode gerar no sujeito é indubitável quando se considera que além da compreensão do mundo a sua volta, o leitor poderá encontrar e compreender a si próprio através da representatividade gerada pelas HQs.

Em síntese, esta seção abordou a natureza das HQs, destacando sua combinação de elementos verbais e não verbais, bem como caracterização como gênero e suas convenções específicas. Por fim, ressaltou-se o potencial das HQs para a construção da identidade cultural e representatividade, bem como seu impacto no desenvolvimento da linguagem e pertencimento dos leitores. A próxima seção irá abordar a metodologia utilizada para realizar a pesquisa e alcançar os objetivos estabelecidos.

## Metodologia

Este artigo busca compreender os benefícios do uso das HQs nas aulas de Língua Inglesa como língua estrangeira. Sendo assim, conduzimos uma revisão de literatura (RL) nas bases de dados Eric e Scielo, com as seguintes palavras-chave: *Cultura Pop*, *Histórias em Quadrinhos* e *Ensino de Língua Inglesa*. Posteriormente, foi acrescentada a plataforma Google Acadêmico, devido ao número limitado de trabalhos disponibilizados nas demais plataformas utilizadas.

Com o fim das buscas, foram selecionados 6 trabalhos (Williams, 1995; Chou, Hsu, Chen, 2015; Norton e Vanderheyden, 2003; Santos; Dalben, 2021; Apriani, Vianty, Loeneto, 2014) para fazerem parte do *corpus* de análise deste artigo. Organizou-se um quadro com os resultados mais relevantes encontrados em cada trabalho, os quais são discutidos na seção de análise deste texto.

Apesar das HQs em formato digital contarem com as mesmas características na sua construção, visou-se a escolha de textos que utilizaram como material as HQs regulares, para construção de uma revisão de literatura acerca dos aspectos que envolvem a escolha desse material como recurso nos processos de ensino e aprendizagem e os benefícios que essa escolha proporciona. Assim, materiais que

exploraram as HQs em âmbito digital não foram analisados nesta pesquisa, pois o formato digital engloba outras teorias e justificativas que vão além das informações discutidas a seguir.

### Textos selecionados

Esta seção é destinada a expor os resultados encontrados a partir da busca realizada acerca da temática nas plataformas mencionadas. No Quadro 1, estão dispostos 6 resumos referentes aos artigos encontrados na RL, seus títulos e autores. Cada resumo traz pontos importantes das reflexões feitas nos trabalhos originais acerca do uso das HQs nas aulas de LI, que se distinguem por seus contextos variados.

Quadro 1: Resumo das pesquisas encontradas

Título	Autores (as)	Resumo
The Comic Book as Course Book: Why and How.	Williams (1995)	Neste artigo teórico-reflexivo, a discussão se fundamenta na crença que as HQs podem despertar o aprendizado de aspectos de linguagem que não são enfatizados em cursos de idioma com frequência. Esse estudo foi realizado com alunos de nível pré-intermediário. Por meio das HQs, por se tratarem de materiais autênticos, acredita-se que os alunos são expostos à Língua Inglesa como um todo e não somente às estruturas sequenciais que compõem a língua. Desse modo, o artigo traz o porquê de utilizar HQs como material para aulas de língua e como utilizar, pautando os atributos que as HQs têm para o aprendizado da língua, tais como, aspectos linguísticos da fala que não são enfatizados com frequência nas aulas de língua, como características relacionadas a sons, entonação, vocabulário.
Will Aesthetics English Comic Books Make Junior High School Students Fall in Love with English Reading?	Chou, Hsu e Chen (2015)	O artigo apresenta, a partir de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa qualitativa realizada com 28 alunos do ensino médio de uma escola pública, localizada na da cidade de Pingtung em Taiwan, as finalidades das HQs em prol da aquisição de vocabulário e melhor compreensão de leitura. Assim, os resultados são pautados, principalmente, a partir da motivação alcançada no processo de aprendizagem dos alunos, em função das informações dispostas no cenários construídos dentro da HQ.
Comic book culture and second language learners	Norton e Vanderheyden (2003)	Esse artigo discute a relação que as HQs podem estabelecer com aprendizes do inglês como segunda língua, a partir da análise dos dados coletados em um estudo que possuiu objetivo de compreender de que forma as HQs canadenses <i>Archie</i> facilitam a aprendizagem da língua para alunos do 5º, 6º e 7º anos. Além de buscar compreender como esses recursos da cultura <i>pop</i> poderiam engajar os alunos na cultura de seus colegas e também na cultura da língua-alvo, os alunos tiveram a compreensão de práticas sociais que ocorrem dentro de diferentes contextos, fazendo com o que percebessem aspectos da língua que vão além de sequências gramaticais.

<p>O gênero textual-discursivo 'História em Quadrinhos' no ensino da Língua Inglesa</p>	<p>Santos e Dalben (2021)</p>	<p>Com base em um grande desinteresse da parte dos alunos com a LI observado pelos autores, principalmente com os gêneros formais, uma discussão se inicia com base em uma pesquisa bibliográfica acerca de como os gêneros textuais-discursivos GTD, em específico, as HQs, podem contribuir para que os alunos possam melhorar sua relação com a aprendizagem da língua. Como resultado dessa pesquisa, concluiu-se que, além da competência comunicativa, através das HQs, pode-se construir um pensamento crítico-reflexivo, estimulando e incentivando o aluno a ter contato com variados tipos de leitura, assim mantendo o leitor em contato com temas transversais atuais ou antigos. Além disso, foi discutido o aumento da criatividade dos alunos junto ao desenvolvimento de competências culturais e comunicativas da língua. Diante dos achados da pesquisa, uma proposta de aula foi desenvolvida utilizando o gênero HQ.</p>
<p>The Use Of English Comic Book Series In Teaching Reading Comprehension</p>	<p>Apriani Vianty e Loneto, (2014)</p>	<p>O objetivo principal da pesquisa foi compreender se as HQs poderiam melhorar a compreensão leitora de alunos da Sétima série da escola SMP Negeri 32 Palembang, na Indonésia. Para isso, foi realizado um estudo quali-quantitativo, no qual os autores ensinaram inglês utilizando as HQs e aplicaram um pré-teste e um pós-teste para verificar a compreensão dos alunos, coletando os dados necessários para análise do problema de pesquisa. Como resultado, concluiu-se que, através da leitura das HQs, os alunos tiveram não só uma maior facilidade de expressar suas ideias, mas também demonstraram mais interesse no ato da leitura.</p>
<p>Histórias Em Quadrinhos: Um Estudo Sobre Ensino E Aprendizagem Da Língua Inglesa</p>	<p>Zilio (2020)</p>	<p>Essa dissertação foi elaborada em torno de queixas recorrentes de alunos acerca do aprendizado de LI e o descaso em escolas públicas, pois os alunos não percebiam sentido em aprender a língua. O autor se propõe a utilizar HQs para contribuir com o aprendizado de 52 adolescentes do nono ano, em uma escola de Porto Alegre. O trabalho é dividido em sete capítulos, sendo o primeiro destinado a expor a relevância das HQs na educação; o segundo apresenta HQs nacionais relevantes; o terceiro é destinado ao referencial teórico; o capítulo 4 detalha a metodologia; os capítulos 5 e 6 narram e analisam os relatos das atividades realizadas; a pesquisa conclui com o capítulo 7, expondo as reflexões feitas após a aplicação de atividades, que apresentando de que modo as HQs podem contribuir para o aprendizado dos alunos participantes da pesquisa.</p>

Fonte: Organizado pelos autores (2023)

Com a leitura dos artigos, obteve-se o seguinte panorama das contribuições das HQs para o ensino de LI: a contribuição que as HQs têm para formação da identidade cultural do aluno; como esses textos auxiliam na construção de diversas representações sociais necessárias; a contribuição significativa das HQs para o desenvolvimento da competência de de leitura em LI e aquisição de novos vocábulos. Conclui-se esta seção e avança-se para a discussão desses resultados e sua relevância no contexto educacional e de pesquisa.

## Análise

Esta seção apresenta a análise dos resultados, que se concentra na investigação de três pontos fundamentais relacionados às HQs. Em primeiro lugar, a HQ como gênero textual, considerando tanto seus elementos linguísticos quanto não linguísticos, como os recursos visuais que compõem essa forma de expressão.

Explora-se as HQs, suas temáticas e sua relação com desenvolvimento da identidade cultural de leitores, ao retratar diversidade, representatividade e proporcionar espaço para expressão de diferentes perspectivas. Esta seção aborda, também, como as HQs podem contribuir para a compreensão leitora e aquisição de vocabulário, através do contexto/uso de recursos visuais, oferecendo experiências multimodais.

### **HQs como gênero textual e elemento da cultura *pop***

Ao analisar os conteúdos presentes nas HQs, torna-se evidente a existência de diversos aspectos que as tornam recursos viáveis para serem utilizados em aulas de língua. Dentre esses elementos, destacam-se características intrínsecas desse gênero, tais como: a vinheta, os balões contendo diálogos e pensamentos, as onomatopéias e os códigos gráficos que expressam os sentimentos e emoções dos personagens.

Esses elementos, ao possibilitarem a compreensão da linguagem e seus objetivos, desempenham um papel fundamental na compreensão das histórias como um todo, uma vez que representam e transmitem os enunciados específicos que caracterizam as HQs. Portanto, esses elementos presentes nas HQs não apenas facilitam a compreensão da linguagem e dos objetivos das narrativas, mas também enriquecem a experiência de leitura, tornando-a mais envolvente e impactante, assim, atuando em conjunto, complementando-se mutuamente para transmitir as mensagens e construir sentidos.

Ao que se refere a esses elementos, Apriani, Vianty e Loneto (2014) destacam que são pontos efetivos para compreensão de leitura, uma vez que as HQs, por possuírem uma grande quantidade de elementos como imagens, cenários, balões de fala e outros recursos gráficos, conseguem prender a atenção dos alunos por mais tempo do que textos regulares e, assim, possibilitam que o leitor compreenda a natureza do contexto da cena em questão e determine o tipo de interação entre os personagens, a partir do local onde os personagens se encontram, suas expressões faciais, posturas e onomatopéias dispostas no quadro da HQ.

Nesse sentido, Zilio (2020) ressalta a relevância dos elementos visuais na construção do significado nas HQs. Conforme observado por ele em suas aulas, ao utilizar HQs como recurso, as ilustrações desempenham um papel fundamental. Através de suas cores vibrantes e sequências de imagens cuidadosamente elaboradas, elas permitem que os alunos atribuam sentido ao texto presente nas páginas das HQs. Essas evidências são intrinsecamente relacionadas à função desses elementos na narrativa.

Ao considerar os escritos de Bakhtin (2003) acerca dos elementos que compõem/caracterizam um gênero, embora não trate diretamente de ensino, é possível compreender a importância dos elementos mencionados por Zilio (2020), o qual afirma que as cores, as imagens sequenciadas e outros recursos visuais utilizados nas HQs desempenham um papel crucial na comunicação e no entendimento global dessas narrativas. Em suma, os elementos, verbais e não verbais, que são partes integrantes do gênero HQ, no contexto de ensino e aprendizagem de LI, tornam o desenvolvimento linguístico mais significativo.

Assim, Zilio (2020) evidencia como a combinação harmônica desses elementos visuais e textuais nas HQs proporciona aos alunos a oportunidade de construir o significado de forma mais rica e completa. Essa interação entre os aspectos visuais e linguísticos estimula a imaginação, a interpretação e a compreensão do conteúdo, possibilitando uma experiência de leitura mais envolvente e significativa.

Williams (1995), Santos e Dalben (2021) destacam pontos importantes sobre o conteúdo das HQs e o que as torna tão favoráveis para o ensino e aprendizagem de LI, que vão além dos elementos gráficos/visuais presentes no gênero, sendo estes, a interação entre personagens, a forma em que a língua é apresentada, assemelhando-se ao inglês falado no dia a dia, e o fato de que a língua apresentada é a representação da ideia que uma pessoa (autor) tem da língua, além de apresentar histórias ricas em contextos históricos, socioculturais e políticos que podem ser utilizadas em prol da melhor compreensão da língua, da cultura e da sociedade que engendram a língua-alvo.

Desse modo, um fator importante a se reconhecer é apresentado por Zilio (2020, p. 150): a HQ, por ser “uma mídia de massa abundantemente difundida na internet e no cinema”, torna-se o recurso ideal para o ensino, uma vez que, por ser popular entre os meios midiáticos e “seus personagens serem facilmente reconhecidos pelo grande público, promovem identificação e ativação dos conhecimentos prévios gerados por

eles, sejam léxicos, narrativos, sociais ou mesmo filosóficos, beneficiando o processo de aprendizagem”.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre as HQs e o conceito de cultura *pop* apresentado por Fukunaga (2006), que sugere que a cultura popular pode servir como um atrativo para os estudantes. Nesse contexto, Zilio (2020) destaca a importância das HQs como um elemento da cultura *pop*, reforçando sua relevância no contexto do ensino de inglês. Por serem consumidas e produzidas pela grande massa, as HQs apresentam aspectos que podem ser atraentes para os alunos, uma vez que refletem vivências populares e cotidianas.

### **HQs e suas temáticas relevantes**

As HQs têm sido um meio poderoso de comunicação e expressão artística há décadas. Ao longo dos anos, elas evoluíram e se diversificaram, abordando uma ampla gama de temáticas relevantes, apresentando narrativas visuais e textuais que exploram questões sociais, políticas, ambientais e emocionais, fornecendo um espelho para a sociedade e oferecendo comentários perspicazes sobre o mundo. Desde super-heróis icônicos até histórias intimistas e emocionais que exploram a complexidade das relações humanas.

Ademais, as HQs contêm personagens intrigantes, detentores de características únicas e especiais, os quais podem vivenciar histórias em contextos semelhantes aos do leitor, ou diferentes, proporcionando-lhe a oportunidade de explorar novos cenários, culturas e realidades, ampliando sua visão de mundo e estimulando sua imaginação.

Dessa forma, as HQs não apenas entretêm, mas também incentivam a criatividade e a empatia, contribuindo para o desenvolvimento integral e cidadão do aluno, além de aspectos específicos de linguagem. Conforme Santos e Dalben (2021, p. 282), pode-se esperar que, “com leitura e discussões sobre os temas abordados, é possível promover um aprimoramento, de forma estimulante, da habilidade de fala, e, como consequência, auxiliar no desenvolvimento da escrita do discente”.

Outro panorama que pode ser explorado a partir das HQs como elemento da cultura *pop*, parte do ponto da construção de aspectos que vão além dos pontos linguísticos. Em sua pesquisa, Norton e Vanderheyden (2003) retratam que, a partir da leitura das HQs, os alunos conseguem ter uma visão de parâmetros culturais de outras realidades e podem compreender as dinâmicas sociais exercidas em outro contexto.

Os autores ilustram sua argumentação ao abordar o uso específico das HQs da série *Archie comics* em sua pesquisa, destacando que “os alunos indicaram que as HQs de Archie lhes deram algumas noções de como pode ser a vida de um adolescente, como os amigos se relacionam e quais atividades de lazer são populares entre os jovens na América do Norte” (Norton; Vanderheyden, 2003, p. 210, tradução nossa)<sup>8</sup>.

No entanto, é possível fornecer outros *insights* para os leitores de acordo com a HQ escolhida e a relação que será estabelecida entre o aluno e a obra, assim, promovendo o contato dos alunos com diversas dinâmicas sociais. Eles podem conhecer e identificar o que se assemelha com sua realidade, além de compreender de que forma os ciclos sociais e aspectos culturais ocorrem em outras localidades.

Assim, Zilio (2020) aponta que as HQs podem ser utilizadas para compreensão de conceitos diversos, ao mencionar a profundidade das temáticas, as quais podem, por exemplo, retratar como as pessoas se relacionam, como o caso apresentado por Norton e Vanderheyden (2003), ao descrever que seus alunos perceberam como os adolescentes norte-americanos se relacionam. Zilio (2020, p. 45) pontua que,

por meio de uma narrativa atraente, fazem com que o leitor visualize exemplos com os quais se identifica, possui empatia ou mesmo repulsa (como o racismo). Assim, pode-se afirmar que as HQs parecem auxiliar no processo de aprendizagem, não somente de aspectos relacionados à cultura de determinado contexto ou conteúdos de diferentes componentes curriculares ou áreas de ensino, mas, também, a aprendizagem de um idioma, como no exemplo adotado neste estudo: a Língua Inglesa.

Essa relação é explorada nas atividades propostas por Zilio (2020), Santos e Dalben (2021). Em suas pesquisas, eles descrevem aulas que incluíam momentos de discussão e reflexão acerca de temas atuais voltados para o contexto ambiental e social, guiadas pelos autores através de conversações e atividades discursivas. Com essa perspectiva, é possível visualizar como os temas presentes nas HQs contemplam o aprendizado de aspectos da língua que vão além de pontos que encontrados em livros didáticos (Williams, 1995).

### **HQs, ensino e aprendizagem de Língua Inglesa**

---

<sup>8</sup> Students indicated that Archie comics gave them some insight into what life might be like as a teenager, how friends relate to one another, and what leisure activities are popular among young people in North America. (texto original)

Considerando diversas temáticas que podem ser abordadas nas HQs, Lima (2018) destaca que, no processo de aprendizagem de uma segunda língua, uma segunda identidade é construída pelo aluno diante das suas interações com os aspectos de tal língua. Nesse sentido, Lima (2018, p. 3) discorre que

o sujeito não abrirá mão de sua identidade como falante da língua materna, mas que, durante o processo de aquisição de L2, poderá agregar elementos a esta, de forma a modificá-la. Assim, este aprendiz será capaz construir uma nova identidade com base nos dados internalizados da segunda língua, que resultará numa constante reconstrução dessa primeira, sempre buscando ressignificá-la.

Desse modo, julga-se o uso das HQs como uma possibilidade para garantir que os alunos possam estar em contato com particularidades que auxiliam na construção de sua identidade como falantes de LI, pois, a partir da leitura e discussões acerca das características culturais, os alunos percebem quais pontos podem agregar em sua conduta, considerando o que é necessário nos diversos âmbitos sociais e locais dos falantes dessa língua.

Há diversos estudos (Apriani; Vianty; Loneto, 2014; Chou; Hsu; Chen, 2015; Zilio, 2020) que destacam o desenvolvimento de habilidade de leitura como um dos principais benefícios do uso das HQs nas aulas de LI. Segundo Apriani, Vianty e Loneto (2014, p. 103), os alunos obtiveram um desempenho muito superior quando utilizavam HQs em vez de outros formatos de texto.

Portanto, pode-se concluir que a aplicação da série de Histórias em Quadrinhos em inglês pode melhorar a compreensão de leitura dos alunos da sétima série. Os alunos que foram ensinados usando Histórias em Quadrinhos em inglês tiveram melhores pontuações de compreensão de leitura do que os alunos do grupo controle.<sup>9</sup>

Com esse resultado, assim como os demais obtidos nas pesquisas dos autores previamente mencionados, pode-se justificar a relevância das características encontradas no gênero HQ, as quais são compostas, principalmente, de elementos visuais ou não verbais, como, por exemplo, o formato do balão que contém o diálogo –

---

<sup>9</sup> Therefore, it can be concluded that the application of English Comic book series could improve the reading comprehension of the seventh grade students. The students who were taught by using English comic books had better reading comprehension scores than those students in the control group. (texto original)

de acordo com o seu formato pode expressar um tom diferente para a fala do personagem –, ou códigos gráficos que representam emoções. Guimarães (2002, p. 11) explica como são utilizados esses elementos para construção de sentido na narrativa:

o personagem que se segura na linha superior do quadro para fugir de um perigo; o uso do balão de fala como um balão de gás para flutuar; o pedaço de toco de madeira serrado – convenção gráfica usada para representar o ronco – que cai na cabeça do personagem, acordando-o; o personagem que tropeça numa onomatopéia; etc.

Apesar de serem descritos pelo autor como um exemplo de cenário com contexto humorístico, eles podem ser utilizados para construção de sentido de outros contextos.

Com relação à aquisição de vocabulário, a partir da leitura de HQs, esta é apontada como eficaz nas pesquisas (Chou; Hsu; Chen, 2015; Zilio, 2020; Williams, 1995; Apriani Vianty; Loneto, 2014) e pode estar atrelada justamente pelos recursos visuais dispostos na HQ que auxiliam na sua compreensão e as palavras que a compõe.

Chou, Hsu e Chen (2015) destacam em sua pesquisa que, ao trabalhar com as HQs, não só houve melhorias no ato da leitura por prazer como aumentou significativamente a aquisição de novos vocábulos sem o ato de procurar o significado da palavra e isso se tornou possível pela percepção dos sentidos criados a partir dos elementos dispostos nas HQs.

De forma geral, as atividades trabalhadas nas pesquisas partem da leitura para construção de significação dos eventos envolvidos no contexto das histórias, entrelaçando-os com pautas recorrentes na sociedade. Ademais, tais ações utilizam estratégias de leitura com apoio da tradução e discussão guiadas acerca do que está sendo lido para o entendimento dos demais aspectos, sejam eles gramaticais ou relacionados à construção do gênero, variando de acordo com a temática pautada na aula.

### **Considerações finais**

O objetivo geral deste trabalho foi explorar de que forma as HQs podem contribuir positivamente para os processos de ensino e aprendizagem de LI como língua estrangeira, apresentando, através de uma revisão de literatura, os resultados encontrados sobre o usos desses recursos da cultura *pop* nas aulas de inglês.

Apesar dos poucos artigos encontrados acerca do uso desse gênero textual nas aulas de língua, construiu-se um panorama sobre as principais contribuições que as HQs podem oferecer. Evidenciou-se, neste trabalho, as concepções de cultura *pop*, HQs e as principais contribuições do seu uso que ocorre, principalmente, a partir da ligação do gênero com a cultura *pop*, possibilitando que as HQs possam proporcionar uma relação mais próxima entre os alunos e diversos aspectos linguísticos.

Ao longo deste trabalho, foi possível identificar as principais contribuições das HQs para o ensino e a aprendizagem de Língua Inglesa como língua estrangeira. Dentre essas contribuições, destaca-se a sua influência na construção da identidade cultural do aluno, através da representação de realidades diversas que envolvem crenças, tradições e práticas de inúmeros grupos sociais. Essas particularidades culturais presentes nas HQs podem agir como um guia para que os alunos compreendam tanto a sua própria identidade quanto a identidade do outro, contribuindo para uma educação mais ampla, cidadã e inclusiva. Além disso, as HQs apresentam benefícios para a construção da competência de compreensão de leitura e aquisição de vocabulário, tornando-se um recurso pedagógico valioso para professores de LI.

Dessa forma, este estudo foi capaz de apresentar de forma abrangente o potencial das HQs como recursos pedagógicos, destacando suas vantagens em relação a outros materiais e estratégias de ensino. Portanto, espera-se que estes resultados possam oferecer uma reflexão sobre os benefícios as HQs podem possibilitar para os professores que as utilizam ou gostariam de utilizar, uma vez que, através das informações dispostas ao longo do trabalho, pode-se compreender por que utilizar este recurso e quais os resultados já foram obtidos com sua utilização.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, Juan. *Como fazer história em quadrinhos*. São Paulo: Global, 1990.
- APRIANI, Winda; VIANTY, Machdalena; LOENETO, Bambang A. The use of English comic book series in teaching reading comprehension. *The Journal of English Literacy Education: The Teaching and Learning of English as a Foreign Language, Indonesia*, v. 1, n. 2, p. 100-105, 2014. Disponível em: <https://ejournal.unsri.ac.id/index.php/jenglish/article/view/2078/886> Acesso em: 30 jun. 2023.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CAVALCANTI, Marina de Simone. *Muito além dos superpoderes: As Histórias em Quadrinhos de super-heróis como força social*. 2018. 78 p. Monografia (Bacharelado em

- Produção Cultura) - IFRJ – Campus Nilópolis, 2018.
- CHEUNG, Chi-Kim. The use of popular culture as a stimulus to motivate secondary students' English learning in Hong Kong. **ELT Journal**, [S. l.], v. 55, p. 55-66, 1 jan. 2001. DOI <https://doi.org/10.1093/elt/55.1.55>. Disponível em: <https://academic.oup.com/eltj/article-abstract/55/1/55/3114081?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- CUNHA, Rodrigo Moraes. História em Quadrinho: um olhar histórico. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, 2012. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/historiaemquadrinhoulharhistorico.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- FUKUNAGA, Natsuki. “Those anime students”: Foreign language literacy development through Japanese popular culture. *Journal of adolescent & adult literacy*, [S. l.], v. 50, n. 3, p. 206-222, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/227759662\\_Those\\_Anime\\_Students\\_Foreign\\_Language\\_Literacy\\_Development\\_Through\\_Japanese\\_Popular\\_Culture](https://www.researchgate.net/publication/227759662_Those_Anime_Students_Foreign_Language_Literacy_Development_Through_Japanese_Popular_Culture) Acesso em: 30 Jun. 2023.
- GUIMARÃES, Edgard. Linguagem e metalinguagem na história em quadrinhos. In: **XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação**. Salvador/BA, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/837ee4a468b4e1f03fc058ea804eaec3.pdf> Acesso em: 30 jun. 2023.
- JARCEM, René Gomes Rodrigues. História das histórias em quadrinhos. *História, imagem e narrativas*, Marília/SP v. 3, n. 5, p. 1-9, 2007. Disponível em: [https://www.appai.org.br/Media/Arquivos/BEC/06-historia-hq-jarcem\\_092530.pdf](https://www.appai.org.br/Media/Arquivos/BEC/06-historia-hq-jarcem_092530.pdf) Acesso em: 30 jun. 2023.
- LIDDICOAT, Anthony. Intercultural language teaching: Principles for practice, *New Zealand Association of Language Teachers*, Australia, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281571069\\_Intercultural\\_language\\_teaching\\_principles\\_for\\_practice](https://www.researchgate.net/publication/281571069_Intercultural_language_teaching_principles_for_practice) Acesso em: 07 jun. 2023.
- LIMA, Luana Anastácia Santos De. Aquisição de L2 e identidade: uma reflexão teórica sobre a (re) construção da identidade cultural do falante-aprendiz. *Anais VII CONEDU - Edição Online*, Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67987>>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- MEI-JU, Chou; YUNG-HUNG, Hsu; CHING-CHI, Chen. Will Aesthetics English Comic Books Make Junior High School Students Fall in Love with English Reading? *Universal Journal of Educational Research*, Taiwan, v. 3, n. 10, p. 671-679,. 2015. DOI 10.13189/ujer.2015.031003. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1077622>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- NORTON, Bonny; VANDERHEYDEN, Karen. 11 Comic book culture and second language learners. *Critical pedagogies and language learning*, New York: Cambridge University Press, 2004. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/241882078\\_11\\_Comic\\_book\\_culture\\_and\\_second\\_language\\_learners](https://www.researchgate.net/publication/241882078_11_Comic_book_culture_and_second_language_learners) Acesso em: 20 jun. 2023.

- RABBANI, Farhanaz. The millennial generation and popular culture in EFL classroom. *Indonesian EFL journal*, Indonesia, v. 1, n. 1, p. 88-97, 2015. Disponível em: <https://journal.uniku.ac.id/index.php/IEFLJ/article/view/618> Acesso em: 30 jun. 2023.
- RATNAWATI, Ratnawati. Effects of Pop Culture for improving student-teachers' writing skill (A case study at Galuh University) *Bahasa Inggris*, v. 4, n. 1, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/331705819\\_Effects\\_of\\_Pop\\_Culture\\_for\\_Improving\\_Student-Teachers'\\_Writing\\_Skill\\_A\\_Case\\_Study\\_at\\_Galuh\\_University](https://www.researchgate.net/publication/331705819_Effects_of_Pop_Culture_for_Improving_Student-Teachers'_Writing_Skill_A_Case_Study_at_Galuh_University). Acesso em: 30 jun. 2023.
- RETS, Irina. Teachers' Perceptions on Using Popular Culture when Teaching and Learning English. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, Turquia, v. 232, p. 154-160, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042816312721> Acesso em: 30 jun. 2023.
- SANTOS, Jhonatan Carvalho; DALBEN, Tatianny Pertel Sabaini. O gênero textual-discursivo 'História em Quadrinhos' no ensino da língua inglesa. **Tabuleiro de Letras**, Bahia, v. 15, n. 2, p. 274-289, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/11551> Acesso em: 30 Jun. 2023.
- SILVA, Nadilson M. Elementos para a análise das Histórias em Quadrinhos. INTERCOM– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2001. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145679190592438538598866043670438455063.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- SILVA, C. M. G.; TIMMERMANN, S. R. Materiais autênticos e ensino de Língua Inglesa: Conceitos e desdobramentos. *Revista de Letras Juçara*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 314–331, 2023. DOI: 10.18817/rlj.v7i1.3233. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/jucara/article/view/3233>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- TAVARES, Fernando Guimarães; TIRABOSCHI, Fernanda Franco. A cultura Pop na perspectiva dos Letramentos Queer no ensino de Língua Inglesa. *Educação e Cultura em Debate*, Goiânia/GO v. 7, n. 1, p. 132-147, 2021. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/view/682> Acesso em: 30 jun. 2023.
- WHITE, Arden. Meaning and effects of listening to popular music: Implications for counseling. *Journal of Counseling & Development*, [S. l.], v. 64, n. 1, p. 65-69, 1985. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.1556-6676.1985.tb01008.x> Acesso: 30 jun. 2023.
- WILLIAMS, Neil. *The comic book as course book: Why and how*, Annual Meeting of the Teachers of English to Speakers of Other Languages; Long Beach/CA, 1995. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/234607767\\_The\\_Comic\\_Book\\_as\\_Course\\_Book\\_Why\\_and\\_How](https://www.researchgate.net/publication/234607767_The_Comic_Book_as_Course_Book_Why_and_How). Acesso em: 30 jun. 2023.
- XAVIER, Glayci Kelli Reis da Silva. Histórias em quadrinhos: panorama histórico, características e verbo-visualidade. *Darandina Revisteletrônica*, Juiz de Fora, p. 1-20,

2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/darandina/article/view/28128>. Acesso em: 30 jun. 2023.

ZILIO, Talize. *Histórias em quadrinhos: um estudo sobre ensino e aprendizagem da língua inglesa*. 2020. 175 f. Dissertação (mestrado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/1607>. Acesso em: 30 Jun. 2023.

Re-Unir

# Corpos atravessados no/pelo (dis)curso: entre o ritual e o horror

*Bodies crossed in/through (dis)course: between ritual and horror*

Marilda Aparecida Lachovski<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir do aporte teórico da Análise do Discurso, na perspectiva pecheutiana, e tomando como objeto o linchamento, como prática de uma justiça paralela ao jurídico, organizamos no presente texto, por um lado, uma reflexão sobre os modos de contenção e punição, no pré-julgamento e aplicação de penas por parte da população que toma para si o direito de execução. Por outro lado, analisamos os modos de punição, sob a forma do jurídico legitimado no e pelo Estado sob a forma da polícia, como parte dos Aparelhos Repressivos (Althusser, 1985). Neste sentido, nossa análise dá contornos a textos-imagens que sinalizam para os modos de se fazer justiça, numa relação que se estabelece dentro/fora do jurídico, e que aponta para a ruptura com a lei, fazendo ressoar as faltas (e falhas) do Estado bem como fazem ressoar os restos da escravidão, como constitutiva do imaginário brasileiro.

**Palavras-chave:** Discurso; sujeito; justiça; corpo.

**Abstract:** Based on the theoretical contribution of Discourse Analysis, in the Pecheutian perspective, and taking lynching, as a practice of justice parallel to the legal one, we organize in this text, on the one hand, a reflection on the modes of containment and punishment, in the pre-judgment and application of sentences by the population that assumes the right of execution. On the other hand, we analyze the modes of punishment, in the form of the legal legitimized in and by the state in the form of the police, as part of the Repressive Apparatuses (Althusser, 1985). In this sense, our analyze gives contours to text-images that point to the ways of doing justice, in a relationship that is established inside/outside the juridical, and that points to the rupture with the law, making the lacks (and flaws) of the State, as well as echoing the remnants of slavery, as part of the Brazilian imagination.

**Keywords:** Discourse; subject; justice; body.

*O que é muito difícil é você vencer a injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois países distintos: o país dos privilegiados e o país dos despossuídos (Suassuna, 2007)<sup>2</sup>*

## Palavras iniciais

O que é a justiça? Como funcionam as práticas de sua realização, no e pelo Estado como parte de um aparelho ideológico que determina não só o que cabe como justiça a cada sujeito “suspeito”, como também regula quem deve e pode morrer? Como se dão essas práticas, e como o corpo é representado e interpretado? Na possibilidade de contornos dessas questões, procuramos compreender como funciona a sua

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Estágio de pós-doutorado em andamento pela UNICENTRO/PR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4369257971293674>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-8951-4603>. E-mail: [lachovskimarilda@gmail.com](mailto:lachovskimarilda@gmail.com).

<sup>2</sup> Entrevista com Ariano Suassuna. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL879161-16021,00-ENTREVISTA+COM+ARIANO+SUASSUNA.html>. Acesso em 05 jul. 2023.

textualização nos recursos midiáticos atuais, bem como essas representações interferem e modificam os efeitos de sentido, sinalizando para a falha e para a falta, produzindo um corpo espetáculo como objeto, à mostra. Vigiado, punido e discursivizado, na e pela mídia. Corpo que, assim como a língua, é atravessado e constituído historicamente.

É por essa entrada que refletimos no presente texto sobre o funcionamento da justiça nas práticas de linchamento, como um dos modos de se fazer justiça, mas que rompe de certa forma com as normas jurídicas apontando para as falhas do Estado e da lei, como constitutiva de seu exercício através dos Aparelhos Repressivos de Estado (Althusser, 1985). Logo, analisamos textos-imagens<sup>3</sup> que circulam sob a forma de notícias e posts na rede social Facebook, dos jornais Extra e G1. Esses recortes<sup>4</sup> se referem a três episódios de linchamento que ocorreram entre 2014 e 2017<sup>5</sup>. Para nós, o corpo do sujeito linchado é parte de um dispositivo de escuta, de punição e de veiculação exhaustiva dessas cenas de violência que atestam para as formas de controle do Estado, produzindo, portanto, o espetáculo da violência como natural, instaurando um espaço de indagação e de reflexão de nossa parte. É por essa entrada que seguimos, produzindo um gesto de leitura e de interpretação, tal como postula Orlandi (1996).

### **O corpo em (dis)curso na e pela história, no e pelo digital**

Adentrando na e pela historicidade do corpo, consideramos que é no início da modernidade<sup>6</sup> que o homem deixa de ter seu desejo de completude totalmente ligado

---

<sup>3</sup> Utilizamos essa definição a partir das reflexões de Venturini (2009), como um conjunto do texto, no qual se conjugam diferentes movimentos de interpretação, na relação entre a imagem e o texto que a constitui.

<sup>4</sup> Consideramos o recorte como “uma unidade discursiva”, de acordo com Orlandi (1984). Segundo a autora, a unidade discursiva, compreende os “fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva. [...] o texto é o todo em que se organizam os recortes. [...] O recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é mensurável em sua linearidade (ORLANDI, 1984, p. 14-16).

<sup>5</sup> Essas considerações, entre outras, constituem o texto de tese, defendida em 2021, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amanda Eloina Scherer. Ressaltamos ainda que na tese, não adentramos nas reflexões sobre o corpo e a espetacularização da violência, e é isso que buscamos no presente texto.

<sup>6</sup> Consideramos aqui a definição de modernidade a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e o Iluminismo, estruturando uma nova perspectiva e visão de mundo, política, social e historicamente. É nessa nova direção que há uma ruptura nos modos de compreensão da sociedade, da cultura, da economia, e da religião, o que afetará a constituição do Estado moderno, na divisão e exercício do poder, nas e pelas vias do mesmo Estado.

ao céu e ao sagrado, como fonte de inspiração e de projeção de um sujeito produzido à imagem e semelhança de um ser pleno, uno e onipotente<sup>7</sup>.

Esse sujeito onipotente, pelo reflexo do sagrado, produzido mais especificamente no período medieval, está ligado aos modos de uma determinação de que só pode significar (e dizer) pela sua religiosidade. Discurso sagrado no qual nada falha, o religioso apaga pela sua constituição, o outro, como tudo aquilo que está fora de si mesmo, de suas normas. Sujeito pleno em sua obediência, (re)produz sentidos, considerando-se que a Palavra está contida e guardada nas auras do grande “Sujeito”. Ao final da Idade Média, num período de divulgação e acesso ao saber que se desvincula das redes de sacralização, e pelo jurídico que lhe impõe outras formas de ser, o sujeito aos poucos assume outra forma, sendo essa forma arregimentada e firmada, reconhecida via instituição.

Se antes lhe faltava o sagrado e seu objeto de desejo era o Deus encarnado na instituição da Igreja; no início da modernidade, são as relações comerciais e o advento da individualidade que o situam na filiação ao Estado. De um corpo coletivo e sagrado, sua materialidade moderna é também estatuto, lei. Sobre ele e nele se escreve, se pauta e se executa a lei em seus direitos e deveres. Não coletivo, mas parte de uma coletividade, ainda é sujeito faltoso.

Relacionando escrita e corpo, corpo escrito e inscrito na língua, nos apoiamos nas considerações de Dias (2004), definindo o digital como um “espaço no qual nos conectamos de outro modo aos sentidos”, uma vez que nele, língua e escritura se organizam nas tecnologias, possuindo uma forma específica e assim, o “ciberespaço” tem uma relação espaço/tempo diferenciado. Por esse viés, segundo Dias (2004, p. 11-17), “o espaço define uma temporalidade e a temporalidade configura o espaço de construção de sentido”, e o sujeito, “experimentando a si mesmo”, nessas relações as quais não possuem um corpo físico, mas produz “um modo de formulação do corpo inscrito na forma de escrita”, a “corpografia”, e assim, cria laços e traços de pertencimento a determinados grupos de modo que o faz, sem conhecer ou ver seus interlocutores. Para a autora, nas redes de relações da internet, o encontro entre a língua e o corpo se dá

---

<sup>7</sup> Para nós, na formulação “fazer justiça com as próprias mãos” há o funcionamento do discurso transversal, remetendo-se “àquilo que, classicamente, é designado como metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc” (Pêcheux, 2014, p. 153), como advindo do discurso religioso em seu atravessamento no jurídico. Neste sentido, há nos linchamentos, não só o processo de culpabilização da vítima, mas a sua penalização, seu sacrifício e expiação (através de sua morte) como medidas de exercício punitivo.

pelo impossível, mas ao mesmo tempo situando a língua como “simulacro do corpo e não apenas como representação do pensamento” (Dias, 2004, p. 11-17).

Como lugar de encontro, no ciberespaço criam-se emoções, estabelecem-se relações diferentes daquelas experimentadas no real físico dos corpos, mas antes, se dá pelo intermédio da máquina e sua forma específica de linguagem, ou seja, pela linguagem de programação própria e que pelas suas condições de produção, alteram não só o modo de acesso mas também a leitura e interpretação e, sobretudo, de subjetivação, pressupondo uma escrita inventiva, na qual e pela qual o sujeito não só se inscreve mas também inscreve o corpo. O corpo, no ciberespaço não é físico, mas simbólico (Dias, 2004). É a partir desse entendimento que apresentamos nossos recortes:

Texto-imagem 1 - “suspeito” preso por trava de bicicleta



Fonte: <https://extra.globo.com/noticias/rio/adolescente-atacado-por-grupo-de-justiceiros-preso-um-poste-por-uma-trava-de-bicicleta-no-flamengo-11485258.html>. Acesso em 20 jun. 2024.

Nosso primeiro recorte é de uma prática de linchamento de um jovem preso por uma trava de bicicleta a um poste no Aterro do Flamengo, em 2014. Esse caso foi não só posto na rede social, na página do Jornal Extra, como foi também capa da revista Veja, edição 2360, de 12 de fevereiro de 2014. No recorte, o jovem preso está nu, é negro, e é menor, já que seu rosto está como uma imagem desfocada recobre as condições de exposição na e pela mídia, como uma forma de “proteção”. Eis aí a contradição – se por um lado a justiça determina seu anonimato, por outro lado a exposição de seu corpo inteiro está à mostra. Estabelece-se nele e por ele, como corpo atravessado pelas normas jurídicas que o determinam e o condicionam como sujeito

anônimo, um efeito de desdobramento – por um lado o sujeito em sua condição de existência, e por outro o sujeito sob as normativas da lei, que o defende em tese da exposição, mas que por esse mesmo gesto, o expõe exaustivamente, na e pela mídia. A repetição do pressuposto “bandido”, e de seu par antagônico “justiceiros”, reproduz os sentidos da (in)justiça, numa dupla via.

Nessa relação constante e irremediável de ser, determinado pelo corpo, o sujeito “é indeterminado, artigo indefinido, e se constitui na própria velocidade do acontecimento”, que não se organiza pela relação imagem e realidade, mas pela reinvenção constante e necessária de si mesmo, na criação de um “eu” diferente do seu referente – um “eu” que se desdobra no corpo a corpo com a linguagem, em funcionamento, e assim, “[...] o real do corpo irrompe daquilo que lhe é impossível enquanto corpo orgânico, e que, no entanto, o constitui enquanto corpo gráfico” (Dias, 2004, p. 57). Vale destacarmos aqui que quando se refere ao corpo gráfico, Dias (2004) coloca a língua como elementar na produção de um efeito sujeito que se inscreve e se produz na e pela mesma língua que o divide e que por esse gesto, o afeta, o faz transbordar, e o permite ser sempre outro dependendo dos acontecimentos, das condições de produção e de sua forma inventiva de escrita, na necessidade de criar os laços de pertencimento aos mais diferentes grupos sociais.

Como espaço de produção de efeitos de sentidos, a rede social Facebook abre espaço para cenas nas quais o corpo do sujeito não só o inscreve como real possível, palpável, corpo material – carne; mas também o constitui como lugar de produção de sentidos, de discursos e de memórias sobre esse mesmo corpo, corpo objeto a, objeto *de*, relacionando os modos de punição, castigo e morte, nos quais o corpo ocupa papel central, sendo ele não só uma ferramenta para a execução do poder, mas também como via de sua existência. Sendo assim, esses modos de punir e controlar o corpo foram utilizados em épocas distintas, desde o Antigo Regime<sup>8</sup>, mas vigoram e ressoam nos modos de punição atual, nos quais a população civil se outorga o direito a executar tais atos, logo atestam para o movimento da história e da memória. Para tanto, apresentamos nosso próximo recorte:

---

<sup>8</sup> O Antigo Regime, historicamente, é entendido como o governo aristocrático, que prevaleceu até a Revolução Francesa, logo, entre os séculos XV e XVII. Era a forma de poder centralizado no monarca, também chamado de Absolutismo.

Texto-imagem 2- Morte por espancamento, “suspeito” amarrado ao poste



Suspeito de assalto foi amarrado em um poste e espancado até a morte em São Luís, no Maranhão

Fonte: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/assaltante-amarrado-em-poste-espancado-ate-morte-por-pedestres-em-sao-luis-16686215.html>. Acesso em 20 jun. 2024.

O texto-imagem acima refere-se ao caso em que um suspeito de assalto é amarrado a um poste e morto pela população. Esse caso foi noticiado também pelo Jornal Extra, parte do Grupo Globo, no Maranhão em 2015. A notícia foi veiculada também pelo Jornal Folha de São Paulo. Em tela, um homem negro e nu, assim como o jovem no Aterro do Flamengo, está amarrado ao poste. Ele já está morto. Cleidenilson Pereira da Silva, sob a condição de “suspeito”, tem seu corpo preso. No entorno, uma multidão acompanha, observa.

Logo, nos perguntamos: qual seria a nomeação para as cenas de violência as quais produzem pelo seu funcionamento nas redes sociais, um corpo espetáculo – no qual se apaga “ilusoriamente” o sujeito em sua subjetividade e põe à mostra, um corpo social, doentio e falho, mas que ao tentar ser universal não apaga o sujeito em sua subjetivação, e o inscreve, o marca e delimita, o impõe como realidade mostrada e exposta ao olhar do outro. O corpo, nesse sentido, é designado como um corpo marginal, subjugado e posto em silêncio, mas pela mesma condição, “grita”, produz evidências e perturba os sentidos na relação história e língua.

Espaço de movimento, de divisão e de heterogeneidade, o corpo do sujeito é lugar de inscrição dessa luta pela sua identificação, de seu desejo de preenchimento, de seu objeto de desejo. É por ser sempre faltoso que tem necessidade de registro de suas ações, de seus gestos, de suas interpretações acerca de si mesmo, do outro e do mundo, e por isso, ilusoriamente abre mão de sua incompletude e diz, produz e reproduz sentidos, imbuído no desejo de significar e (re)significar suas relações, criando

representações de si e do outro, no mundo. É assim que encontra a medida da vigilância moral e a articulação do desejo através do corpo do sujeito, afeito aos modos de infração e repressão, corpo que (re)produz a culpa e a resistência, a medida dos atos, dos modos de ser e estar no corpo social (Del Priore, 2004, p. 13). Sendo assim, eis o recorte a seguir:

Texto-imagem 3 - Fabiane de Jesus - “suspeita” apedrejada

05/05/2014 09h44 - Atualizado em 05/05/2014 10h13

## Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, SP

Ela foi agredida após ser acusada de praticar magia negra com crianças. Moradores registraram vídeos mostrando a agressão e postaram na web.

Mariane Rossi  
Do G1 Santos



A dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, morreu na manhã desta segunda-feira (5), dois dias após ter sido **espancada por dezenas de moradores** de Guarujá, no litoral de São Paulo. Segundo a família, ela foi agredida a partir de **um boato gerado por uma página em uma rede social** que afirmava que a dona de casa sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra.

Fonte: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2014/05/mulher-espancada-apos-boatos-em-rede-social-morre-em-guaruja-sp.html>. Acesso em 20 jun. 2024.

Esse recorte discursivo refere-se à perseguição e morte de Fabiane de Jesus, suspeita de bruxaria, na cidade de Guarujá, São Paulo. Segundo as informações disponíveis, no site do jornal, a população, a partir de um retrato falado, perseguiu, apedrejou e matou Fabiane. Esse caso ganhou destaque na mídia, e alguns sites colocaram o caso tratado como aquele da “bruxa do Guarujá”, fazendo referências aos modos de punição contra as mulheres no medievo e que fazem ressoar a violência contra a mulher, em sua condição de obediência aos preceitos religiosos, e vista naquele período como “pecadoras”, e bruxas<sup>9</sup>. Mas afinal, como um boato e os compartilhamentos na rede social produzem em seu alcance midiático, uma força tão grande e instaura, como um desejo insano de justiça, baseado na falsa notícia de

<sup>9</sup> Em nossas condições atuais de produção, é urgente que tratemos da repercussão e não resolução desse caso. No programa Linha Direta, veiculado pela Rede Globo de televisão, e apresentado por Pedro Bial, no dia 22/06/23, o caso foi revisto, atestando para os modos de reprodução da mídia e ineficácia dos dispositivos jurídicos quando tratamos de linchamento, uma vez que nelas, não há apenas um agressor, e a voz da vítima é perdida na multidão. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11723489/>. Acesso em 05 jul. 2023.

práticas de “magia negra”, e torna-se um espetáculo de horror e medo? Como discurso ele se dá no entremeio entre o indizível e o nomeado.

E é nessa divisão, nesse registro que se dá na e pela língua, em discurso, que o sujeito carrega, inscreve, escreve e é escrito; no/pelo seu corpo como parte dessa sua materialidade. Para nossa reflexão, compreender como a rede social Facebook, como lugar de produção de sentidos, funciona na/pela sua heterogeneidade constitutiva, e como tecnologia, segundo Dias (2013, p. 50), está na ordem do simbólico, do político e do ideológico, sendo não só lugar, mas “instância de produção de discursos, de relações de poder”, na passagem do silêncio à verbalização. Logo:

O discurso da tecnologia (da escrita, da imprensa, dos meios de comunicação de massa, da informação e da comunicação – Internet) se constitui nesse processo (de ideologização da técnica) e produz sentidos para a relação sujeito-linguagem-mundo. Isso se dá ao mesmo tempo que um sentido de transparência e completude (do dizer, do sujeito) se configura no campo da linguagem (Dias, 2013, p. 51).

No que se refere às cenas de violência dos quais tratamos aqui, há um deslocamento dessas das práticas sociais para um lugar de discursividade, de visibilidade que se dá por duas entradas: pelo discurso e pela mídia, tendo no corpo o seu enfoque principal, uma vez que a imagem posta como texto primeiro expõe o corpo preso, punido, silenciado ou morto. E por essa relação podemos dizer que a rede social funciona também como lugar de repercussão – lugar de circulação de discursos que organizam certos rituais simbólicos de violência nos espaços urbanos nos quais o corpo é lugar de sua inscrição.

### **Desnudando o corpo**

Apesar de considerarmos o século XIX como aquele que ofereceu e exigiu condições para o surgimento da Sociologia como a área que estuda as relações entre o indivíduo e o mundo, a preocupação com a vida em grupos é muito anterior. A sociedade, como organização dessas relações, foi um dos objetos de estudo de pensadores e filósofos gregos, os quais firmaram uma noção de homem e sociedade dissociada do mito e que impulsionou o surgimento da ciência, tal qual conhecemos hoje, mas que se consolidou a partir dos séculos XVI e XVII. Platão e Aristóteles já se preocupavam com a sociedade em seu funcionamento, uma vez que para o primeiro,

vigorava uma concepção idealista de sociedade e de homem, e por isso, o mundo como sensível, seria lugar de imperfeição das ideias universais.

O mundo inteligível, como perfeito e universal é o que se mostra como exemplo para o sensível, não havendo igualdade entre ambos, mas divisão. E é por esse motivo que interessa ao filósofo o mundo das ideias ou mundo inteligível; a sociedade, deveria estar firmada nas ideias universais e não no mundo concreto, logo sua projeção era de uma relação perfeita entre homens e mundo. Já para Aristóteles, o homem é essencialmente um ser social e pode pelas suas interferências e ações modificar a sociedade, atribuindo-lhe características melhores e mais produtivas. É importante para ele a forma como os governos se organizam e como usam as mesmas para melhor conduzir a sociedade. Logo, não é idealista como Platão, mas está preocupado com as ações humanas na formação das sociedades.

É, portanto, com a filosofia grega que temos uma preocupação inicial com a vivência em grupos, com os modos de funcionamento do social e das problemáticas que surgem dessas relações. Desenvolve-se nesse período uma concepção de corpo saber, ligado à produção de conhecimento e de ciência. Corpo a serviço *de*, que pode conduzir à consciência de si, do outro e do mundo, mas não é objeto desse saber, como se a ele não pertencesse.

O não pertencimento do corpo aos parâmetros sociais se dá mais enfaticamente na Idade Média. Como terreno, está diretamente ligado aos céus, logo, não pertence ao indivíduo, mas a Deus, ao qual o homem deve obediência e gratidão, servidão e temor. A sociedade, por esse viés, é lugar no qual as ações humanas devem ser observadas, corrigidas e controladas, uma vez que o destino dela é alcançar um novo mundo, esse sim, perfeito e igual. O pecado surge como obstáculo para tal empreitada e funciona como espécie de gatilho para que a divisão social se estabeleça e se legitime pela instituição Igreja. Não sendo dono de seu corpo, o sujeito deve, como ordem e ensinamento do sagrado, auto vigiar-se, controlar-se e punir-se.

O corpo violado é lugar no qual o pecado se apresenta como inimigo de Deus, portanto, suas vontades e desejos devem ser combatidos, expurgados. Tirar de si e do outro o pecado que conduz à perdição é condição para que o sujeito seja aceito e inserido no grupo social, e, sobretudo, na forma institucional de sociedade, condicionada pela fé. É também o período no qual o homem é impedido de saber sobre o corpo, pois este, não

é propriedade sua, o corpo que habita, temporariamente, é apenas uma morada da alma que assim como sua forma corpórea, não lhe pertence.

É na renascença que o corpo passa a ser vislumbrado como ponto de interesse, de atributos e de valores. Entra em cena o corpo vital, o corpo saudável, pleno e racional, iluminado. A razão atua sobre e nele, perpassando suas ações na sociedade, nas suas práticas. É no Renascimento que o corpo adquire a dupla função: “é ao mesmo tempo receptáculo e ator face às normas prontamente enterradas, interiorizadas, privatizadas”, segundo o prefácio de *História do Corpo*, segundo Corbin et al. (2010, p. 11). É pelo uso da razão que o homem deve aprender a usar e habitar o corpo como investimento, logo, elementar na distribuição das normas e imposições (coletivas) e na liberdade de ser individual, no uso da razão como busca pela sua autonomia. Duplamente afetado pelo social e individual, é requerido do sujeito um corpo encenação: nem livre, nem preso, mas plural e dinâmico. Corpo objeto. (Corbin et al. 2010, p. 18).

De acordo com os autores da coletânea acima citada, o sujeito ocidental é “o resultado de um intenso trabalho do corpo”, que opera sobre as dualidades coação/liberdade; igualdade/desigualdade, que permeiam um processo de historicização do corpo ainda como “‘ponto-fronteira’ entre o social e o sujeito”, uma vez que é pela imposição da vigilância, da contenção dos impulsos, e das “coisas do corpo que foi possível multiplicar os comportamentos submissos ao íntimo, as experiências consideradas incomunicáveis, a vigilância mais profunda das sensações internas e dos fenômenos de consciência” (Corbin et al. 2010, p. 12-13).

É esse corpo corrigido que adentra o período das revoluções. O século XVIII traz em seu bojo, o poder como desejo e objeto, uma vez que como desejo está ligado aos modos de sua manutenção a toda prova, seja pela paz, seja pelo temor; como objeto, faz valer sua eficácia pelas punições e suplícios. A Revolução Industrial produz um abalo nas estruturas sociais, e no advento das produções fabris, (re) produz também o homem: manipulado, fechado no espaço privado e contido em suas ações públicas. O corpo máquina não deve ser afeito às paixões, aos devaneios, mas antes amparado nas técnicas e no manejo delas.

No período do terror, o corpo é lugar de entraves políticos, e não mais se precisa puni-lo demoradamente. Estabelece-se uma espécie de igualdade de controle, regida por padrões de eficácia e de tempo: o rei e o servo, ambos estão expostos aos mesmos modos de vigilância e punição. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade gritam

aos ouvidos da sociedade, não só da França, mas de todo o mundo, uma construção anunciada. O corpo, nesse processo, já não está posto na ambivalência carne e alma, mas aos poucos assume um lugar nas discussões gestoras do social. É exposto, visto e analisado; é aparente e profundo; é postura, porte e movimento; compondo “uma fábrica social”, é inscrito num “contexto social e ideológico”, pois só assim, “o indivíduo sente-se atingido, observado, desejado, impelido *em* e *por* seu corpo. Corpo existido e corpo alienado” (Corbin et al. 2010, p. 09). (grifos nossos). Corpo espaço.

O espaço que ocupa é delimitado, é ele mesmo, enquanto corpo, um espaço, mas que possui desdobramentos: é físico e material, mas é também tocado, sentido, visto e dado a ver, manipulado, é “objeto de ciência”. Ou ainda:

[...] o sujeito – o eu – existe somente encarnado; nenhuma distância pode se constituir entre ele e seu corpo. Todavia, o corpo transcende o eu a toda hora no – ou pelo – sono, na fadiga, na possessão, no êxtase, na morte. [...] As modalidades da união da alma e do corpo – posteriormente, do psíquico e do somático – não cessam de ocupar os discursos. [...] Corpo da ciência, do trabalho, o corpo produtivo, experimental, e o corpo espiritualizado (Corbin et al. vol. II, 2010, p. 08-09).

Entendemos que é por ser um corpo delimitado e encarnado que lhe é negada a ação, os modos de resistência e de luta, uma vez que ao ultrapassar esses limites postos pela ideologia dominante, foge à regra, quebra o ritual e falha. Por falhar, por romper com a aura de universalidade e naturalidade, é contido em *suas* aparentes ações espontâneas, ou ainda, nas *suas* reações aos modos de sua (des)subjetivação. São nesses “efeitos falhados do assujeitamento” que, segundo Haroche (1992, p. 211), se produzem “aquilo que pode ser, do ponto de vista do Estado, a marginalidade, a dissidência, tudo o que pode representar um perigo político, crítico para o Estado, então contestado”.

São também essas falhas que conduzem ao conflito no corpo social, gerando uma destruição lenta e gradativa da sociedade em sua constituição. É também por essas falhas que o medo irrompe, sob duas vias: o medo do sujeito em resistir ao poder instado pelo Estado e logo gerenciador das formas de contenção e domínio; e o medo do Estado de que sujeito se rebele, e vá contra o pensamento objetivo e regulador, que promova, por essa ação, a desestabilização do poder e dos seus modos de existência.

Na contenção do medo e da insegurança, a violência funciona sob diversas formas, no entanto, nos delimitamos neste trabalho aos modos de sua ação e execução

no e pelo corpo do sujeito, sobre o qual se produz um novo olhar, ressoando um corpo espetáculo, como parte da constituição do sujeito em sua materialidade. O corpo, pouco mais distanciado de seu par, *alma*, é um corpo discursivo, que reproduz na dupla relação da língua e da história, corpo afeito aos sentidos que sobre e nele atuam, deslizam e produzem efeitos que lhes escapam. Corpo inscrito, marcado, vigiado, visto e dado a ver, por todos os seus pares, e sobretudo, em todos os espaços. O sujeito põe em cena o corpo que julga lhe pertencer, no entanto, se os sentidos não estão presos às palavras, também não são seus, mas escapam, desdobram-se e se dividem, instauram a falha, o equívoco. É desse corpo que a violência como forma de manutenção do poder se serve, se apodera e o põe para funcionar, lhe dá visibilidade na sua denegação, desubjetivando-o.

### **Sob um efeito de fechamento**

Pensando nas práticas de linchamento, na espetacularização do corpo e da violência que o atravessa, buscamos pensar, a partir dos escritos de Althusser (1985) e Pêcheux (2014), o ritual colocado de diferentes modos nas perspectivas desses dois autores, como um modo de nos colocarmos perante esses modos de exercício da justiça. Althusser (1985) considera o ritual orientado para as práticas sociais humanas organizados pelos Aparelhos Ideológicos de Estado. Para o autor, o ritual aponta para o fato de que todo dizer é afetado pela ideologia. Pêcheux (2014) retoma essa assertiva de Althusser (1985) e acrescenta a falha como constitutiva do dizer, logo, não há ritual sem falha, na interpelação ideológica, tendo em vista que todo dizer é ideológico. Para Pêcheux (2014), nesse sentido, se todo dizer é atravessado pela ideologia, o que se tem são evidências, trabalho e função da mesma ideologia que sinaliza para quebra, para os lapsos e falha.

Ao estabelecer essas considerações, Pêcheux (2014) põe em questão a noção de sujeito, em seu desdobramento e divisão, sendo, portanto, ao mesmo tempo, nem livre nem submisso, mas chamado à sua existência como sempre já sujeito, na interpelação ideológica, assujeitando-se. É no entremeio desse trajeto elaborado por ambos os autores, que norteamos aqui as discussões acerca do ritual tal como Pêcheux (2014) concebe, numa relação entre língua, sujeito e ideologia, sinalizando para a não transparência e completude da língua. Por esse viés, a língua, enquanto materialidade do discurso é, naquilo que Pêcheux (2004) postulou, inatingível. Assim, pelas vias

desses teóricos, o ritual deixa de ser referido somente à prática, no sentido de ação, de gesto, mas é entendido como discursividade, como língua em funcionamento, na relação e no cruzamento desse próprio real e atravessado pelo real da história.

Os estudos acerca do ritual numa perspectiva materialista discursiva demanda também analisar aquilo que toca a noção de sujeito, as formações discursivas e a ideologia, daí a importância de se pensar teoricamente sobre tais relações, numa língua que não cessa de se movimentar, de romper e retornar sob a aparência do novo e que nos constitui, constituindo-se. A discursividade é “efeito da língua sujeita a falha que se inscreve na história”, segundo Orlandi (2004) no prefácio da obra *A Língua Inatingível*, e é nessa perspectiva que escrevemos até aqui, buscando a reflexão em torno da violência e da (in)justiça como discursividades, no entrecruzamento da língua e da história, com falhas.

Pensar a língua e os efeitos de sentidos é também pensar os deslizos, o movimento – dos sentidos e da memória – que tem no espaço público um lugar de maior visibilidade, mas que ainda, está e se dá como deslocamento, para e num espaço diferenciado: o digital. Por essa entrada, destacamos a passagem do ritual como da ordem prática, ou ainda como conjunto de práticas com um objetivo e um produto, para um indício de discursividade, que na e pela língua, é sempre processo, logo, descontinuidade, ou um “real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (Pêcheux, 2014, p. 43). Logo, são essas falhas que tocam a língua e a constituem, que atravessam o sujeito em sua materialidade, enquanto corpo e discurso que estruturam, sob nosso ponto de vista, as práticas de “justiça” das quais tratamos.

São, portanto, partes de uma relação entre a mídia, o linchamento e o espetáculo construído em torno dele como prática, sob a forma de exposição, com sujeitos sob a designação de sempre “suspeito”, “acusados” ou “bandidos”, por parte da população que toma para si o direito de exercer e de determinar o que é justo, rompendo com o jurídico. Nem dentro, nem fora das normas jurídicas, esses rituais, como práticas simbólicas, têm em sua gênese e como objeto *de*, um sujeito incriminado pela sociedade. Assim, sua punição é desejada nos linchamentos, de modo que sirva ainda como um exemplo a ser seguido, no exercício de domínio de uns sobre outros, na manutenção de um poder de punir, de controlar e de definir, perante uma grande parte da sociedade, a quem cabe esse mesmo poder.

Entre bruxas, bandidos, suspeitos, mulheres, negros e pobres, cresce o índice de crueldade, de violência e de divisão social. A parcela de despossuídos, de direitos civis e jurídicos, mas até mesmo de deslocar seus corpos, de ser e estar em sociedade, só cresce e alimenta os números. É o desvínculo entre a humanidade e a justiça como forma de sua garantia num país que se diz democrático. São, portanto, como todos os rituais, falhos. É pela falha que o indizível se instaura – não há modos de se nomear, de descrever e/ou narrar, pois o impossível tange o inadmissível – onde o humano se desprende de seu lugar de origem, seu princípio de humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2ª ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DIAS, Cristiane. *A discursividade da rede (de sentidos)*: a sala de bate-papo hiv. Tese de doutorado. 176p. Unicamp. São Paulo, 2004.
- DIAS, Cristiane. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. *Análise de Discurso em Perspectiva*. Teoria, método e análise. (orgs). Santa Maria, editora da UFSM, 2013.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.
- LACHOVSKI, Marilda Aparecida. *Violência e dominação*: o Estado, a mídia e a (re)produção dos “despossuídos”. Tese de doutorado. 163p. Santa Maria, 2021.
- ORLANDI, Eni P. *Segmentar ou recortar?* Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação*. Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. Prefácio. In: PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível*. Campinas: Pontes, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. 5ª ed. São Paulo, Campinas, Editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível*. Tradução Bethânia Mariani e Maria Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.
- VENTURINI, Maria Cleci. *Imagário Urbano*. Espaço de rememoração/comemoração. RS, Passo Fundo: Editora UFP, 2009.

# Memória e resistência afro-brasileira e angolana no *poetry slam*<sup>1</sup>

Afro-brazilian and Angolan memory and resistance in poetry slam

Miguel Lombas<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo analisa a importância do slam para a articulação da memória e das vozes da resistência afro-brasileira em territórios que foram colonizados por Portugal, no caso Angola e Brasil. Para isso, parte de estudos sobre memória e história de Joseph Ki-Zerbo, Amadou Hampâté Bâ e Michel Pollak, encontrando as especificidades dessas relações no slam, considerado uma voz de resistência afro-brasileira no trabalho de teóricos como Roberta Estrela D'Alva. Composições da slammer angolana Joice Zau e dos slammers brasileiros Agnes Mariá e Bruno Negrão apontam para uma poética coletiva que visibiliza pessoas negras, pobres e periféricas comprometidas com o legado da ancestralidade africana e com o agenciamento estético-político afro-brasileiro. Com nossas análises, queremos demonstrar como o slam aproxima poeticamente as culturas de Angola e do Brasil.

**Palavras-chave:** Poetry slam; Angola; memória; oralidade; Resistência afro-brasileira.

**Abstract:** This article analyzes the importance of slam for articulating the memory and voices of Afro-Brazilian resistance in territories that were colonized by Portugal, in this case Angola and Brazil. To do this, draws on studies on memory and history by Joseph Ki-Zerbo, Amadou Hampâté Bâ and Michel Pollak, finding the specificities of these relationships in slam, considered a voice of Afro-Brazilian resistance in the work of theorists such as Roberta Estrela D'Alva. Compositions by Angolan slammer Joice Zau and Brazilian slammers Agnes Mariá and Bruno Negrão point to a collective poetics that makes visible black, poor and peripheral people committed to the legacy of African ancestry and Afro-Brazilian aesthetic-political agency. With our analyses, we want to demonstrate how slam poetically brings together the cultures of Angola and Brazil.

**Keywords:** Poetry slam; Angola; memory; orality; Afro-Brazilian resistance.

## Poetry Slam das origens urbanas aos contextos pós-coloniais: o caso Joice Zau

O poetry slam ou simplesmente slam surgiu nos Estados Unidos da América, mais precisamente, em Chicago nos meados dos anos 1980; Marc Kelly Smith<sup>3</sup> é o inventor/criador desta arte contemporânea. O poetry slam é herdeiro da vasta tradição de poesia falada que já era praticada nos Estados Unidos: “dos readings dos poetas beatniks; do spoken words de poetas negros, como Gil Scott-Heron, que já gravavam seus LPs bem antes da existência dos emcees; da poesia de Langston Hughes com suas emulações dos ritmos do jazz” (Freitas, 2019, p. 2). De acordo com a mesma

<sup>1</sup> Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Rap e o Slam: Vozes de resistência dos poetas contemporâneos”, desenvolvido por Miguel Lombas, sob orientação de Carlos Augusto do Nascimento Sarmiento-Pantoja, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), no âmbito do Mestrado.

<sup>2</sup> Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB). Mestrando em Estudos Literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorando em Estudos Literários pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9576625253376255>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-6182-2708>. E-mail: lombadas1990@gmail.com

<sup>3</sup> Marc Kelly Smith, fundador e criador do primeiro slam do mundo, era trabalhador da construção civil e poeta em meados dos anos 1980.

autora, o poetry slam, em alguns lugares dos Estados Unidos, particularmente na região de Nova Iorque, associou-se ao movimento e à cultura Hip Hop e, como prática cultural diaspórica, espalhou-se pelo mundo. A respeito desta ligação do poetry slam ao movimento hip-hop, Soares (2021, p. 44) acrescenta que o slam “se originou do movimento de verso livre ou rap produzidos nos Estados Unidos. O rap é uma expressão artística do movimento do hip-hop, portanto, para compreender essa ligação, é preciso retomar, ainda que brevemente, a constituição dessa expressão cultural”. Ao aglutinar-se ao rap e ao hip-hop, o poetry slam expandiu-se pelo mundo e, hoje, está presente em países como Angola, Brasil, França, Alemanha, Bélgica, Moçambique, Canadá, Zimbábue, Japão, entre outros. Vale destacar que os campeões dos concursos nos seus países participam na Copa do Mundo de Slam.

O poetry slam é uma batalha de poesia falada, que contém cinco regras fundamentais, variáveis de região para região e de país para país. Embora seja uma expressão de difícil conceituação, pode ser sintetizada como

uma competição de poesia falada, um espaço para livre expressão poética, uma ágora onde questões da atualidade são debatidas ou até mesmo mais uma forma de entretenimento. De fato, é difícil defini-lo de maneira tão simplificada, pois, em torno de 25 anos de existência, ele se tornou, além de um acontecimento poético, um movimento social, cultural, artístico que se expande progressivamente e é celebrado em comunidades em todo o mundo. (D’Alva, 2014, p. 109)

Os slammers e poetas, por meio dos seus discursos poéticos, procuram trazer temáticas que descrevem as realidades dos seus bairros, das suas vidas e das suas relações com a ação política; esses discursos devem estar de acordo com os princípios e/ou as regras básicas que regem a competição. Ou melhor, os slammers e poetas participam da primeira rodada e têm três minutos para apresentar sua poesia autoral e inédita sem fazer recurso a acessórios, sem figurino e sem acompanhamento musical, pois devem explorar mais as suas performances vocais e corporais para convencer o júri. O júri, na maior parte das vezes, é formado por cinco pessoas sorteadas ou escolhidas de forma aleatória na plateia pelo apresentador.

Por sua vez, os júris têm a responsabilidade de julgar o poema e a performance do slammer/poeta e atribuir uma nota após cada poema, numa escala de zero a dez, sem se deixar influenciar pelo apresentador e pela plateia. As notas mais altas e as mais baixas são destacadas. Há ainda um assistente que tem a missão de fazer as

médias e de anotar os registros num quadro ou painel visível a todos que assistem a fim de evitar fraude no momento da cotação dos pontos finais. Caso haja empate, os poetas empatados devem participar de mais três rodadas e têm de, imperativamente, apresentar três poemas inéditos de sua autoria.

Os principais participantes dos slam são, em sua maioria, jovens oriundos de bairros periféricos que trazem um discurso plasmado nas suas realidades e vivências, em que se fazem presentes as temáticas de discriminação social ou racial, desigualdade, miséria, violência de estado, questões de gênero, política, assistência social entre outras, o que, de certo modo, se configura como uma forma de questionar as instâncias dos poderes dominantes. O filósofo e crítico literário britânico Terry Eagleton (2006, p. 23) alerta sobre “os modos de sentir, avaliar, perceber e acreditar, que se relacionam de alguma forma com a manutenção e reprodução do poder social”. Esse controle presente nos critérios de valoração e hierarquização da escrita literária não se manifesta nos eventos engendrados pelo circuito do slam, cujas expressões confrontam o status quo, servindo como instrumento de conscientização, de luta, de resistência e de enfrentamento político e como tal são acolhidas (ou não) pelo público.

No contexto lusófono e, em particular, no Brasil, o slam surgiu um pouco mais tarde. O primeiro poetry slam no Brasil foi o Zona Autônoma da Palavra, ou se quisermos ZAP, organizado pela atriz, emcee, pesquisadora e cantora brasileira Roberta Estrela D’Alva desde o ano de 2008, no Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, no bairro de Pompeia, em São Paulo. Figura de proa na criação, expansão e afirmação do poetry slam no Brasil, Roberta foi a primeira brasileira a participar numa Copa do Mundo, no caso, daquela realizada em Paris, em 2011. Como uma das mais antigas pesquisadoras do poetry slam no cenário brasileiro, dirigiu o documentário *Slam: voz de levante*<sup>4</sup> (2018) em coautoria com Tatiana Lohmann. A expansão e afirmação do poetry slam, no Brasil, é uma certeza, uma vez que hoje há numerosos slams espalhados pelo Brasil, como o slam Dandara (que acontece no estado do Pará), o slam da Guilhermina (que acontece em São Paulo), o slam das Minas, o slam do Corre, o slam Delas.

Os discursos poéticos dos slammers são feitos pelo povo e para o povo e assim como o movimento hip-hop carregam uma

---

<sup>4</sup> O documentário foi lançado no Festival do Rio em 2017 e ganhou o prêmio de melhor direção de documentário e o prêmio especial do júri.

[...] necessidade de mobilização contra estruturas que impedem a ascensão dos marginalizados. Ambos são manifestações urbanas à margem das expressões hegemônicas. Utilizando-se da subversão à ordem estabelecida, utilizam-se de corpo e voz em prol do reconhecimento da necessidade de inclusão das minorias. Nas ruas, criam um espaço social de educação; um espaço onde existe o direito à livre expressão com possibilidade de escuta. Nas duas formas de arte, há porta-vozes de uma juventude desassistida que a conscientizam e incentivam na busca de alternativas para a superação das barreiras sociais vivenciadas por elas. No caso do slam, a mobilização ocorre através da arte poética, numa organização cultural que faz das ruas um palco democrático no qual o invisibilizado ganha notoriedade na busca por seus anseios. (Soares, 2021, p. 45)

Os grandes responsáveis pela mobilização dos discursos poéticos contra o poder hegemônico são os mestres de cerimônia/poetas que “veiculam a mensagem, declamam e cantam a poesia. Seu papel é usar a voz para falar do cotidiano; ele ou ela, pela poesia, trazem aspectos do contexto social e cultural e mostram de que maneira mantém relações com questões globais e locais (Souza, 2011, p. 73). Quanto ao mestre de cerimônia, Roberta Estrela D’Alva (2014, p. XV) o apresenta como porta voz da comunidade que tem consciência de seu papel “político e luta pelo direito de narrar a história coletiva em nome próprio, que funciona como instância performática de manifestação que oscila entre depoimento pessoal e criação estética, vida e arte, ética e estética”.

Os slammers e poetas estão preocupados com as questões sociais e políticas dos seus tempos, verbalizam o sofrimento da população periférica excluída, na sua maioria jovens estudantes, desempregados, mulheres e pessoas negras que, desamparados e desassistidos em suas necessidades básicas como educação, saúde, emprego, cultura e lazer, resolvem arregimentar forças em torno de objetivos comuns. Com ousadia e proposição, os mestres de cerimônias procuram revelar para a sociedade as mazelas, a dor e o luto dos seus concidadãos por meio das suas produções artísticas. Nesse sentido de ativismo e intervenção, esses criadores e produtores têm sido protagonistas no contexto angolano. Na pesquisa de campo realizada em Angola nos anos de 2018 e 2019, a pesquisadora brasileira Miriane Peregrino (2022) traça um panorama da construção do espaço do *spoken word* e do slam. Jovens negros de classe mais abastada que estudaram na África do Sul e nos Estados Unidos, Lukeny Bamba Fortunato e Elisângela Rita, em contato com a poesia falada sob influência do hip hop, tornaram-se não apenas artistas, mas produtores

culturais dessa arte que possui evidente ligação com a arte tradicional de contar histórias que ainda acontece na África Ocidental. Peregrino mapeia três eventos-chave que, a seu ver, contribuíram para o surgimento da primeira competição angolana de poetry slam, o Luanda Slam criado por Elisângela Rita em dezembro de 2015: o Artes ao Vivo, iniciado em 2004 por Lukeny Bamba Fortunato; The Spoken Word Project, realizado em 2013 pelo Goethe Institut alemão em Luanda; e o Rio Poetry Slam de 2015, no qual Rita participou a convite da slammer brasileira, Roberta Estrela D'Alva, acrescentando ainda a influência do Concerto Liberdade Já! na campanha pela libertação dos 15+2<sup>5</sup>, que marcou o tom político de alguns poemas difundidos em 2015, ano de criação do Luanda Slam. A pesquisadora identifica ainda que o debate político travado nos meios ativista, artístico ou acadêmico tem crescido em Angola, embora a censura e o silêncio sejam palavras repetidas com frequência nas produções e eventos, com destaque em 2020 para a projeção nacional e internacional do poema “2022 vão gostar” da slammer e ativista Joice Zau. O poema-protesto apresentado no Slam Tundawala, na TV angolana, viralizou nas redes sociais e a autora veio posteriormente a participar de vários Saraus realizados no Brasil tanto no formato on line e como no formato presencial. Acompanhemos a transcrição do poema:

É injusto que os capítulos de um passado maquiavélico perpetuem-se até hoje como fina poeira que deságuam na indigestão dos nossos estômagos. É injusto que a bandeira que um dia erguemos continua a

---

<sup>5</sup> Em 20 de junho de 2015, 15 jovens foram presos por reunirem-se para leitura e discussão do livro de Gene Sharp, *Da Ditadura à Democracia – uma estrutura conceitual para a libertação* (1993). Eles foram acusados de terrorismo pela leitura desse livro. O caso teve repercussão mundial, deixando mais evidente a gravidade do autoritarismo do governo do MPLA. Mais tarde, duas mulheres, também manifestantes, foram presas e o caso das prisões ficou conhecido como 15+2 (quinze + duas). Muitas pessoas, dentro e fora de Angola, se mobilizaram pedindo a liberdade dos ativistas. No mesmo ano, iniciou-se o movimento “Liberdade para os Presos Políticos Angolanos”, que realizou ações tais como a Conferência de Imprensa com familiares dos presos e a Campanha “Liberdade Já”, que reuniu depoimentos em defesa dos presos políticos e promoveu o Concerto “Liberdade Já”, em Luanda e em Lisboa. Dentre os profissionais que gravaram depoimentos com a nota do Liberdade Já estão renomados escritores, professores universitários, pesquisadores, cineastas, cantores, entre outros. Destaco a participação dos escritores Ondjaki, Kalaf Epalanga e José Eduardo Agualusa, dos cineastas Kamy Lara, Afonso Sérgio e Mário Bastos, dos artistas Kiluanji Kia Henda e Nastio Mosquito, dos cantores Aline Frazão e Paulo Flores, das ativistas Sizaltina Cutaia e Mel Gamboa, da rapper Girinha e do ator Orlando Sérgio. Os vídeos contam também com nomes internacionais tais como do cantor brasileiro Chico César. Essas vozes unidas, exigindo a libertação dos jovens presos em 20 de junho de 2015, trouxeram à tona a relação Estado-cidadão em Angola, em especial, no que diz respeito à liberdade de expressão. Os jovens presos sem provas “sob a acusação de tentativa de Golpe de Estado” são descritos nos depoimentos da Campanha “Liberdade Já” como inocentes e o texto é preciso ao cobrar uma resposta das autoridades angolanas: “Apelamos às autoridades angolanas para que respeitem a liberdade de expressão e de pensamento consagradas na Constituição da República”. Em 2 de agosto de 2015, a Campanha promoveu concertos em Luanda e Lisboa em que pediam a soltura dos presos políticos. O Concerto “Liberdade Já” aconteceu no Elinga Teatro, em Luanda, e na Galeria Zé dos Bois, em Lisboa, com adesão de diversos artistas. Cf. Peregrino (2022, p. 245).

demandar o sangue das nossas dores atuais e evaporar nossos sonhos. É injusto que seres feitos de energia, carne e osso sejam propagados em espaços siderais com promessas vazias que paira sobre o mar dos ouvidos ao ponto dos olhos perderem o ângulo da visualização daquilo que realmente nos assola, mas já que a justiça tarda e não falha, é justo dizer que em 2022 vão gostar, porque palácios onde dormem no meio da fartura, no meio das escondidas séries que executam Maldivas que pela pernuma que emanam acabam executando vidas. A história dos ovos vai se repetir, em 2022 vão gostar, porque se antes enaltece o suposto arquiteto da paz que invés de educação, saneamento e luz, baixava as febres da barriga dos candangos com bicicleta que ficam lá nos musseques, são hoje os mesmos que enaltecem aquele que um dia vão gostar. Há vínculos epistemológicos conhecidos aí. Vão gostar porque faz tempo tem uma forte relação de cupido entre pastores e fiéis pela educação aleijada que nós damos, nos tornando presas fáceis diante de predadores munidos. Vão gostar, porque muito lhes custam em melhorar o que tá bom sendo que o que tem feito é piorar o que está mal e por acaso não tem estragado o que está bom, porque não sobrou nada de bom nesse país, passaram de vendedores de sonhos a vendedores de pesadelos e sim vão gostar porque diante dessa toda lixeira sistemática e soluções não passam de falaciosas, onde o cão ladra, a caravana passa e nada se faz. Vão gostar porque transformaram isso numa experiência falhada de paz, utopia, onde as grandes mudam seu modus operandi eu mesmo, já não temos pinta, Angola está bloqueada, não há luz no fim do túnel, presos na era de só incompetência, ignora o gemido das nossas dores e indícios de almas precárias, indícios de viver falha, afogados na ignição estamos como carburadores velhos onde lagrimente choramos no colo do silêncio. Assistimos bem perto da íris de nossos olhos a felicidade desfilar na passarela, no entanto mercenários príncipes, barões, heróis e anti-heróis, tá vamos deixar, tá vamos buscar e selar porque imediatamente que, ainda que, nem toda criatura angolana é associada à mesma perspectiva, razão pela qual vão gostar, ainda que sejamos como a beleza das flores que partilham os mesmos passos que os espinhos dos polífticos que deixam nossas almas em chamas, passos em lama, com pobres rimas, rimas como ovos que se chocam em seguida te calas, razão pelo qual vão gostar.<sup>6</sup>

O poema traz o eu lírico de quem está cansada e esgotada com o Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA, partido que está no governo desde 1975, com o fim da guerra colonial. A poeta mostra a sua indignação com a situação política, social e econômica do país, que há 48 anos vem enfrentando sérios problemas como a falta de educação de qualidade, saúde, habitação, saneamento básico. A indignação da

---

<sup>6</sup> JOICE ZAU Em 2022 vão gostar spoken word. Disponível em: <https://youtu.be/fN8uHfVGiCs>. Acesso em 13 jul. 2024.

poeta dá-se também ao ver no seu país que os *ana ngola* (filhos de Angola) que ergueram os seus punhos e levantaram as vozes da resistência para lutarem e libertarem-se do sistema colonial são os mesmos que no presente perseguem, maltratam e matam os seus filhos. Quem assumiu o poder no período pós-colonial até hoje não convive com quem critica a forma de governação e usa todas formas e meios para silenciar essas pessoas, seja aliciando-as com bens materiais e cargos políticos, seja matando-as caso resistam aos aliciamentos.

Uma forma de se livrar deste governo ditatorial é votar em outro partido político, daí o título do poema “vão gostar”. De forma destemida, a poeta mostra que não votaria jamais nos vendedores de pesadelos do MPLA, apesar de existirem ainda angolanos que acreditam no partido, como é o caso dos “bajuladores” que se fazem de cegos ao não enxergarem os problemas que assolam a população angolana, colocando os seus interesses pessoais e partidários em primeiro lugar. No passado, defendiam de forma exaltada o antigo líder de estado, José Eduardo dos Santos, no presente defendem e exaltam aquele que vai gostar, “João Manuel Gonçalves Lourenço”, atual presidente de Angola.

Angola tomou-se um país sem rumo e sem esperança para os seus filhos enquanto o MPLA estiver no poder. De forma a recuperar a esperança para a população angolana, gerações mais jovens, sobretudo de lugares periféricos e desassistidos pelos governos, entendem que se deve votar contra o partido no poder e, mais do que isso, não basta votar, deve-se fiscalizar o voto e acreditar na justiça e na comissão eleitoral, embora esta, muitas vezes, se mostre a favor do MPLA, o que tem acarretado alegações de fraude nas vitórias do partido<sup>7</sup>. Na comparação com as lutas dos poetas da geração anterior, Peregrino (2022, p. 252-3) observa que

A *poetry slam* tem em comum com a poesia de combate, produzida no calor da luta anticolonial, sobretudo, o caráter de denúncia das desigualdades sociais de seu tempo. Esse grito de indignação e de liberdade ressurgiu no quadro pós-guerra civil em novo contexto e contra outros atores, ainda que se possam identificar continuidades ou consequências do colonialismo nos dias atuais. Os autores dos novos disparos das letras, muitos deles, vivem o cotidiano da periferia da cidade, veem a realidade que denunciam em primeira pessoa. Em sua grande maioria, não têm ascendência portuguesa, como era o caso de muitos escritores da geração da utopia e, para além de Portugal, se

<sup>7</sup> <https://www.publico.pt/2022/09/24/mundo/noticia/milhares-protestam-luanda-alegada-fraude-eleitoral-2021739>. Acesso em 18 jul. 2024.

referenciam também nas culturas de língua inglesa dos EUA e da África do Sul. Reconhecer esses aspectos não torna uma geração melhor que a outra, não é uma questão de qualificar poesia e protagonistas, mas sim reconhecer a importância de cada geração e a eficiência de suas respostas às demandas urgentes de sua época.

A partir desse entendimento de continuidades e distanciamentos entre as duas gerações, os discursos poéticos dos e das mestres de cerimônias são interpretados como uma dinamização dessas populações excluídas, a quem costumam ser negados direitos e liberdade de expressão pelos governantes. Assim, os e as poetas encontram no slam a forma mais dinâmica, direta e democrática de repassar uma informação, uma denúncia, um saber; enfim, de transmitir um conhecimento que, por sua vez, pode ser interpretado como uma prática contestatória, informativa e educativa. A repercussão nacional e internacional do poema de Joice Zau, o crescimento dos certames em Angola e seus diálogos com outros contextos, sobretudo com o sul global, mostram que, apesar dos cerceamentos da liberdade de expressão e pensamento, a poesia falada segue como um espaço potente de reivindicação e ativismo.

### **Africanidade e oralidade pós-coloniais**

Para maior compreensão do continente africano e da pessoa africana é fundamental o conhecimento do seu meio natural, cultural, histórico e social. Uma outra questão que se deve ter em conta é o fato de muitas culturas terem no verbalismo um dos principais meios de transmissão de conhecimento e de educação. Sendo a transmissão oral um fato social e um indicador empírico da memória coletiva, essa memória, “ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimentos e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989, p. 3). Em tais contextos, nada substitui o poder da palavra falada, que, para diversos povos africanos, está vinculada a uma perspectiva cosmológica peculiar à consciência social, cultural, histórica e política.

Quanto à perspectiva cósmica e o poder mágico que a palavra desempenha na África e para os africanos, o historiador, poeta, etnólogo e escritor maliano Amadou Hampâté Bâ (2010, p. 169) elucida que

Nas sociedades africanas (...) a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua

origem divina e às forças ocultas nela depositada. Agente mágico, por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizado sem prudência.

A palavra oral teria força muito superior à força da palavra escrita. Nessa mesmo entendimento, em consonância com o burkinabe também historiador Joseph Ki-Zerbo (2010), a palavra tem poder, pois carrega as possibilidades de edificar e arruinar, trazer coisas boas ou coisas ruins. Devido a essa carga mágico-cultural, a oralidade não se presta muito à tradução, pois a força da voz que pronuncia, ensina, recita e encanta jamais poderá ser apreendida em toda sua completude fora da tradição: “Desenraizada, ela perde sua seiva e sua autenticidade, pois a língua é a ‘morada do ser’. Aliás, muitos dos erros, que são imputados à tradição, são provenientes de intérpretes incompetentes ou inescrupulosos” (Ki-Zerbo, 2010, p. XL). Assim, não se pode compreender adequadamente as vivências da pessoa africana fora do seu contexto social, histórico e cultural, e a oralidade desempenha uma função mágico-pedagógica na sua vida ao ligá-la com os seus ancestrais e com a natureza.

A palavra desempenha um papel fundamental também na vida educacional e social de um povo, tal como descreve a pesquisadora angolana Domingas Monte (2019, p. 20) na sua obra *A canção Kongo e Ovimbundu: tradições e identidades*.

As sociedades africanas em geral, e muito em particular a África subsaariana, são essencialmente sociedades da palavra falada. Mesmo quando a escrita existe, e não obstante séculos de colonização, a oralidade continua a fazer parte da comunidade e do indivíduo, sendo constitutiva da própria identidade individual e colectiva. É um elemento-chave para a transmissão e preservação da tradição e da sabedoria dos povos, legada pelos antepassados de geração em geração, de boca em boca, ao longo dos séculos.

No continente africano, a palavra falada é um elemento indispensável na transmissão do legado histórico-cultural africano para as novas gerações, fazendo da tradição oral a mais genuína e a que mais se aproxima da força que a memória e a ancestralidade realmente possuem. Como lugar da memória e de resistência, onde a tradição se faz presente e necessária na continuação e conservação da cultura, pode caracterizar-se também enquanto aspecto descolonizador e emancipatório.

Muitos africanos acreditam no poder da palavra, pois ela aprisiona e também liberta; por isso, ela é tão importante no continente. A tradição traz de volta o passado e atualiza-o. Um agente privilegiado de transmissão dessa palavra é o griô:

[...] trovador e músico cujo ofício chega a tornar-se hereditário, constituindo uma verdadeira casta. Este poeta e músico é possuidor de uma missão social de extraordinária importância, já que é o depositário da memória colectiva do seu povo, da classe aristocrática ou da dinastia dominante (Acosta, 1989, p. 113).

Como temos reiterado, este poeta e músico é o encarregado da transmissão e preservação do acervo ancestral e da memória coletiva. Também é exímio na arte de narrar, complementando o saber do historiador e seus métodos com toda a gama de conhecimentos emanados no verbalismo produzido no continente africano há séculos.

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. (Hampâté Bâ, 2010, p. 167)

Assim, Hampâté Bâ pontua como a oralidade é e tem sido um grande vetor nas transmissões dos saberes coletivos nas sociedades, seja num plano intergeracional familiar e local, seja na conservação, divulgação e preservação do patrimônio imaterial histórico-cultural e identitário a partir dos lugares sociais e dos pertencimentos étnicos. Nos tempos recentes, as poéticas orais urbanas têm sido relevante veículo na continuidade dos saberes ancestrais africanos, já que os slammers e poetas vêm atuando como porta-vozes das populações segregadas ao declamarem a realidade dos seus coletivos, denunciando as injustiças sociais, políticas e raciais de que têm sido vítimas. Tal qual um griô, cantando e narrando a memória ancestral de um povo ou de uma comunidade, os slammers nas cidades vêm dando sequência a esta nobre missão dos mestres da oralidade ao operarem com conhecimentos de matrizes africanas e orais. Por outra, os slammers denunciam também a desvalorização dos lugares, dos povos e dos conhecimentos não eurocêntricos, efeitos dos processos de desumanização e hierarquização racial planejadas e executadas pelo sistema moderno-colonial-capitalista: “com o amparo no racismo, os estados coloniais constituíram-se a partir da negação da humanidade de povos originários. A dizimação, o massacre, a violação e a escravidão

foram práticas recorrentes, sobretudo, na África e na América, onde os povos negros e indígenas eram tidos como não cidadãos, isto é, ausentes de direitos e liberdades fundamentais” (Lombas; Rückert, 2022, p. 3). Maria Conceição Neto (2010), por meio dos seus estudos sobre o colonialismo e o Indigenato em Angola, vem revelando que a abolição do trabalho escravo e da escravatura não significou igualdade de direito perante a lei para todas as pessoas, pelo contrário, o regime colonial português buscou legitimar as diferenças raciais ao trazer as leis que determinavam e hierarquizavam juridicamente quem deveria ser considerado cidadão e indígena.

A discriminação racial ganhará base legal, já que os classificados como «brancos» eram por inerência cidadãos, apesar do elevado analfabetismo, das bolsas de pobreza e da percentagem de degredados, longe dos padrões de vida e integridade moral exigidos a negros e mestiços para a inclusão no grupo dos «civilizados» (Neto, 2010, p. 215).

A mesma autora acrescenta que:

No Estatuto dos Indígenas de 1926 havia ainda larga margem para a subjetividade na identificação dos «indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça» e, por isso, a classificação dependia do discernimento ou do interesse dos funcionários. Versões posteriores, sobretudo, a de 1954, transformaram a concessão do «alvará de cidadania» num processo burocrático kafkiano, dispendioso e humilhante, ainda hoje evocado com ressentimento. Os «negros e seus descendentes» deviam provar, documentalmente e por inspeção oficial, nas suas casas, «a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses». Esposas e filhos menores deviam provar igualmente o domínio da língua, comportamento e hábitos europeus, para beneficiarem do estatuto do chefe de família (Neto, 2010, p. 216).

O racismo, nos países colonizados por Portugal, com realce para Angola e Brasil, foi instituído pelo poder colonial e legitimou-se pelo o uso da força política e pelos governos no pós independência. Ou melhor, nestes países expulsou-se o colono, mas não o colonialismo. Angola, por exemplo, enquanto país colonizado, tem uma história estruturada a partir de hierarquias raciais, ou seja, “a ideia de raça compõe narrativas, políticas e estratégias de intervenção adotadas tanto pelos administradores do período colonial como pelos governantes da nova república a partir de 1975” (Santos, 2019, p.

208). Com a proclamação da independência em 1975 por António Agostinho Neto – por sinal presidente do MPLA, partido que assumiu o poder no pós-independência – e, com o poder em suas mãos, o MPLA buscou construir um país pautado em sentimento de unidade nacional com a sua máxima “um só povo, uma só nação”. Nesse sentido, o MPLA tentou “consertar” o erro que cometeu em construir narrativas maléficas sobre os grupos étnicos linguísticos angolanos. Este projeto de agregar todas as diferenças etnolinguísticas em prol de um projeto de nação única e indivisível foi e continua a ser uma mera utopia, porque até a presente data ainda há ataques preconceituosos, maiores privilégios e oportunidades de um grupo étnico linguístico em detrimento de outro.

Com a sua máxima de um só povo e uma só nação, o MPLA buscou “construir um projeto de nação à sua imagem”, o que impossibilitou a reconciliação entre grupos e projetos em disputa e a elaboração de uma narrativa diversificada sobre a representação do país. Hoje vive-se numa sociedade bastante desigual onde os mais fortes sobrepõem-se aos mais fracos, apesar de estarmos na era da “globalização e pós-colonial”, e a neocolonização dá-se por pessoas da mesma cor que detêm o poder.

Não houve destruição do imaginário colonial português em Angola, visto que o MPLA, “grupo que assumiu a direção do país, era composto por crioulos, mulatos, negros e brancos, considerados assimilados ou não, e suas principais lideranças usufruíram do acesso à universidade, inclusive nos países colonizadores” (Santos, 2019, p. 219). Herdeiro do sistema político colonial português, o MPLA promoveu a diferença entre escuros e mulatos, fazendo com que milhares de pessoas com tom de pele mais escura não tivessem acesso a bens, serviços e oportunidades de empregos, esta discriminação é resultante da não destruição do imaginário colonial. Na seção seguinte, através das performances orais de slammers brasileiros, serão explicitados alguns dos efeitos dessa continuidade colonial. Esses artistas da palavra falada exercem de maneira contundente e crítica o ancestral papel dos griôs: narrador das comunidades e “trovador e músico” da memória coletiva.

### **Memórias e resistências afro-brasileiras nas poéticas orais urbanas: os casos de Agnes Mariá e Bruno Negrão**

O poetry slam torna-se importante ponte entre as populações negras no espaço e no tempo. As letras, de estilo realista, engajadas politicamente com os movimentos

negros, são duras e diretas, dialogando com a crônica e a autobiografia e destacando com um discurso crítico as injustiças e as desigualdades vivenciadas na pele pelas comunidades representadas. No entanto, o slam assume, aqui, o caráter de resistência inerente à palavra empregada artisticamente, como explica Alfredo Bosi (2002, p. 118), por “opor a força própria à força alheia”.

A resistência tem sido parte integrante das relações de poder, dominação e subjugação nas sociedades ocidentais, posto que desigualdades e conflitos, em maior ou menor graus, marcaram a sua história. As artes, de um modo geral (e aqui incluímos danças, rituais, festas e manifestações performáticas de cunho musical e religioso), desde a era colonial até aos dias atuais, têm se mostrado arquivos eloquentes (por vezes rasurados, marginalizados e pouco abordados pelos lugares oficiais das artes e da cultura) do sofrimento da população excluída e racializada e da sua reinterpretação da vida social, cultural, histórica e política de maneira que a mensagem a respeito do racismo e do silenciamento da história negra, por exemplo, pode ser reconhecida. Os poemas dos slammers, enquanto artefatos culturais, servem de instrumento que mobiliza os sujeitos a organizarem-se discursivamente e comunitariamente para resistir à ordem do discurso vigente no âmbito colonial e pós-colonial. As linguagens artísticas, enquanto formadoras de subjetividades no bojo das culturas, permitem aos sujeitos resistir ao poder colonial e pós-colonial.

As artes são e sempre serão usadas como instrumento de luta e de resistência diante das atrocidades do poder político vigentes em Angola e no Brasil, porque os seus criadores usam-nas como forma de expressão, de enfrentamento político e de divulgação do conhecimento afro ao despertar na pessoa negra o autoconhecimento liberto da visão eurocêntrica que manipulou as histórias, saberes e criações. Assim, como abordamos a partir de Pollak (1989), a memória opera como algo que individual e coletivamente busca superar as imposições de silenciamento ou as instâncias de esquecimento em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento. O caso da slammer Agnes Mariá é emblemático dessa atitude insurgente. Desde criança escrevia e fazia versos; passou a transitar na cena portoalegrense como atriz, cantora, produtora cultural, rapper e também como educadora, sobretudo a partir das ações do coletivo Poetas Vivos, ganhando destaque a partir de 2017, quando venceu o Slam das Minas/RS. Sua poesia é arma de combate

das populações periféricas excluídas da preservação e da transmissão da cultura e da memória dos seus ancestrais, conforme o excerto abaixo.

Eles inteligência artificial,  
robô  
Nós intelectualidade ancestral,  
griôs (Mariá, 2019, p. 108)

Ciente das suas responsabilidades sociais e da continuidade dos saberes ancestrais, Mariá produz uma crítica à hegemonia ocidental que, no seu apreço por robôs e inteligência artificial, menospreza outros tipos de conhecimentos. O eu lírico afirma a oralidade e procura preservar e transmitir a cultura dos seus ancestrais ao atuar, junto aos seus pares (“nós”) como uma griô contemporânea que coloca a sua arte ao serviço de um bem comum: “uma vez que a sociedade africana está fundamentalmente baseada no diálogo entre os indivíduos e, na comunicação, entre as comunidades ou grupos étnicos, os griôs são os agentes ativos e naturais nessas conversações” (Bâ, 2010, p. 195). A preocupação com a formação intelectual de seus pares e de seu público é evidente, assim como o necessário enfrentamento da discriminação. Seus versos na performance “Poesia Lattes<sup>8</sup>” são explícitos a esse respeito: “Emergi à margem/ ambiente informal de aprendizagem/ Exu meu orientador/ e na rua eu ganhei o meu Lattes/ mas não morde/ com sorte/ só fala/ o que no peito não cala/ se calasse não era Agnes/ era Paulo Bala/ na cara dos playboy/ que se acham o cara/ eu sou Agnes/ o “g” é mudo/ eu não”.

Como se percebe, não se trata apenas de reivindicar competência intelectual e valorizar a trajetória marginal(izada), mas de empregar a voz num sentido político, até porque o slam se espalhou pelo mundo todo por meio de cada poeta que “acaba se destacando e assumindo responsabilidade como porta-voz do movimento, tanto do lado político-ideológico quanto do sociocultural” (Leal, 2007, p. 67). É de forma poética e irônica que Agnes afirma não ser muda e ter construído a partir das margens seu próprio currículo Lattes, distinto daquele do universo acadêmico, como uma verdadeira voz de resistência, de enfrentamento político, de despertar de consciência e de questionamento dos conhecimentos eurocêntricos.

O slam também tem sido relevante vetor no enfrentamento da branquitude e das instâncias do poder político. Artistas convidam pessoas negras e as populações

---

<sup>8</sup> Agnes Mariá *Poesia Lattes*. Disponível em: <https://youtu.be/1eWedd6kh9M>. Acesso em 13 jul. 2024.

excluídas a unirem-se e a agirem de forma coletiva, como milenarmente atuam os griôs no continente africano, que “tomaram parte em todas as batalhas da história, ao lado de seus mestres, cuja coragem estimulavam, lembrando-lhes a genealogia e os grandes feitos dos seus antepassados” (Bâ, 2010, p. 196). Assim, os slammers enfrentam como sujeitos produtores de memórias os novos paradigmas atuais, ainda persistentes no que diz respeito à exclusão social, ao racismo e à perseguição política por pensar diferente. Destacamos “Dia de Preto”, do portoalegrense Bruno Negrão. O nome artístico e o título do poema de antemão evidenciam a poética antirracista deste jovem que afirma a existência, a força e a coragem dos seus ancestrais, indispensáveis para que ele hoje possa falar e com isso convocar outros a acordarem e também a se insurgirem.

Meus ancestrais contavam história  
Só que pra fazer dormir sinhá  
Hoje as histórias que conto  
Fazem meu povo todo se acordar  
[...]  
Pois muita gente deu a vida  
Pra eu poder vir aqui falar  
[...]  
Se a cada 23 minutos  
Dos nossos hoje morre um  
No Slam, só tenho 3 minutos  
Eu vou ter que salvar pelo menos um  
[...]  
Não nasci esse preto bonito  
Pra tu vir aqui me chamar de moreno  
É o sonho de Luther King  
Virando teu pesadelo  
[...]  
Tu sabe que África é mãe  
Sempre cabe mais um dentro do seu coração  
Aí, neguin é o caralho  
Meu nome é Bruno Negrão!  
Eu sou a mancha preta  
Que eles não vão conseguir limpar  
A Carolina cujo quarto  
Tu já não pode mais despejar  
Uma Rosa no parque com espinhos  
E desse banco eu não vou levantar  
O lanceiro que em Porongos

Tu te esqueceu de vim fuzilar [...] <sup>9</sup>

O poeta enumera heróis e heroínas negros e negras como inspirações: o líder político das lutas por direitos civis Martin Luther King, a precursora na escrita a partir da periferia Carolina Maria de Jesus, a ativista dos direitos civis negros Rosa Parks, os lanceiros massacrados pela traição em Porongos. O eu-lírico afronta com a afirmação de sua negritude – “preto bonito”, “mancha preta” – um interlocutor não nomeado, que reitera estereótipos raciais quando o nomeia como “moreno”, “neguin”. As palavras que ferem são devolvidas como arma poética contra as mazelas da exclusão social e racial, assumindo o compromisso de levar adiante o legado que une autoamor e enfrentamento político. Tal enfrentamento viralizou nas redes sociais com a performance do poema “E se Jesus fosse Negro?”, executado numa batalha de slam. Julio Salom e Warley Pires (2020) examinam a periferização da cena do slam na zona metropolitana de Porto Alegre e destacam a repercussão deste poema de Bruno, que veio a ser proclamado em vários saraus locais e até em outras cidades do Brasil. Para os autores, o vídeo editado provoca mudanças nos efeitos poéticos e na recepção, pois a ironia provocativa sobre o Jesus negro fica mais sutil, sem a necessidade de elevar a voz como no vídeo com a performance ao vivo; acrescentam que o poeta realizou outra proeza ao criar um fanzine, terceira forma de expressão do poema famoso, que passou a ser comercializado nos eventos ampliando sua disseminação e gerando retorno financeiro pelo trabalho.

Em blog o jovem poeta tem revelado percepções variadas sobre o tempo presente (futebol, carnaval, música), além das inquietações como escritor que se mostra herdeiro tanto de características físicas e modos de ser e agir dos que vieram antes, em “passos que vêm de longe”, como também de seus medos e fantasmas, que ecoam como vozes em sua cabeça:

Escrevo no papel como quem planta uma semente torcendo para que, dessa vez, o fruto vingue. É preciso cultivar a palavra. Essas vozes inquietas merecem a chance de se tornarem tudo aquilo que elas não puderam ser em outro momento. E eu, a chance de me ver livre. A ânsia por liberdade é uma herança ancestral. [...] Escrevo como forma de resgate. (Negrão, 2024) <sup>10</sup>

<sup>9</sup> BRUNO NEGRÃO - *Dia de Preto* (Prod. Jay-Gueto). Disponível em: <https://youtu.be/ZUIsilhj3bo>. Acesso em 13 jul. 2024.

<sup>10</sup> NEGRÃO, Bruno. *Escrevo como forma de resgate*. 07/01/2024. Disponível em: <https://medium.com/@brunonegrao/escrevo-como-forma-de-resgate-7ae9be3b64d6>. Acesso em 13 jul. 2024.

Como protagonista de sua história, Bruno se insere na dimensão de “agência (cri)ativa negra” dos tempos pós-coloniais e decoloniais, pautados por alguns marcos: “a) o lugar dos subalternos – de passivos a ativos desenvolvedores de estratégias que vão da pura e simples manutenção da vida à organização de revoltas e rebeliões; b) o lugar da festa e da dança como formas de resistência; c) a construção de sociabilidades alternativas desconsideradas pela opinião pública” (Silvério, 2018, p. 281). Assim, os coletivos de slam e as culturas urbanas ressignificam memórias e empreendem lutas com o deslocamento de um paradigma da ausência para um paradigma da agência. Lutas que articulam as dimensões estéticas, políticas e culturais em práticas simultaneamente participativas, celebrativas e combativas com vistas a transformações locais e globais. Artistas, como homens e mulheres de ação, “vão servindo de agentes ativos, educadores ao interferirem diretamente no trama social, julgando e lutando para alterar a situação ao combaterem por meio da arte” (Bosi, 2002, p. 120). No caso dos slams e saraus, a realidade periférica agudiza uma estética que fomenta o combate e mobiliza discursos de resistência às variadas formas de subalternização e desumanização experimentadas por poetas e seus públicos.

O slammer dá assim sequência à luta pela “valorização dos feitos de negros que o antecederam” e, como seus ancestrais griôs, por meio da oralidade compartilha “conhecimento com o público que lhe assiste. Seus poemas são pautados em instrumentalizações históricas.” (Soares, 2021, p. 60). Portanto, revestindo-se das heranças das ancestralidades culturais africanas, esses agentes (cri)ativos negros contemporâneos ampliam anseios, reivindicações e lutas de toda uma parcela da população historicamente enxergada como à margem da sociedade.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Leonardo. *Música e Descolonização*. Tradução de Carlos Caetano. Lisboa: Caminho, 1989.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- D'ALVA, Roberta Estrela. *Teatro hip-hop*. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREITAS, Daniela Silva de. Slam Resistência: poesia, cidadania e insurgência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 59, 5915, 2020.

- HAMPATE Bá, Amadou. A tradição viva. In: KI ZERBO, Joseph. *História Geral da África I. Metodologia e Pré-História de África*. São Paulo, Edição Ática/UNESCO, 2010, Vol. I
- KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, Secad/MEC e UFSCar, 2010.
- LEAL, Sérgio José de Machado. *Acorda hip-hop! Despertando um movimento em transformação*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.
- LOMBAS, Miguel, RÜCKERT, Gustavo Henrique. O rap e o slam: vozes de resistências em contextos pós-coloniais. Dossie Poetry Slam: Produção, circulação e recepção – parte 1, *Revista Terceira Margem*, Universidade Federal do Rio de Janeiro. v.26, n. 49, 2022.
- MARIÁ, Agnes et all. *Vozes da revolução*. Porto Alegre: Class, 2019.
- MONTE, Domingas. *A Canção Kongo e Ovimbundu – Tradições e Identidades*. Luanda: INICC, 2019.
- NETO, Maria da Conceição. A República no seu estado colonial: combater a escravatura, estabelecer o “indigenato”. *Ler História*, n. 59, 2010, p.205-225.
- PEREGRINO, Miriane. Do Artes ao Vivo ao Luanda Slam: marcos da poesia falada em Angola no século XXI. *Revista Terceira Margem*, v. 26, n. 49, mai./ago. 2022, p. 233-256.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- SALOM, Julio Souto, PIRES, Warley “Janove” Souza. La explosión de los slams de poesía hablada en Brasil. *Literatura: teoría, historia, crítica*, v. 22, n. 2, 2020, p. 381-419.
- SANTOS, Jaqueline Lima. *Imaginando uma Angola Pós-Colonial: a cultura Hip-hop e os inimigos políticos da Nova República*. 2019, 315 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. Quem negro foi e quem negro é? Anotações para uma sociologia política transnacional negra. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSGOUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2018. p.269-284.
- SOARES, Cibele Moni. *A voz das ruas: resistência negra e feminina no Poetry Slam*. 2021, 124 p. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) Programa de Pós-Graduação em Letras, PUCRS, Porto Alegre, 2021.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de resistência, poesia, grafitti, música, dança: hip-hop*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

## A categoria temporal na representação do passado histórico em *O outro pé da sereia*, de Mia Couto

*The temporal category in the representation of the historical past in O outro pé da sereia, by Mia Couto*

Maria de Fátima Castro de Oliveira Molina<sup>1</sup>

**Resumo:** O romance *O outro pé da sereia* (2006), do escritor moçambicano Mia Couto, evidencia na composição de sua estrutura narrativa uma proposta de revisitação do passado por meio de uma escrita simbiótica em que poesia e crítica harmonicamente dão o tom do diálogo que a ficção instaura com eventos que marcaram a História de Moçambique. Nessa via de repaginação, o ficcionista adota como procedimento de escrita a inserção de elementos que têm significação extratextual na composição da trama romanesca. Considerando essa moldura enunciativa, o objetivo deste estudo consiste em analisar o plano temporal que encena o passado histórico de 1560 na narrativa, dando visibilidade aos elementos convocados pela ficção que instauram o diálogo com a história de Moçambique. A base de fundamentação teórica sobre a categoria temporal no romance é constituída a partir das concepções de Pouillon (1974), Ricoeur (1994), Mendilow (1972) e Nunes (1988).

**Palavras-chave:** Ficção; História; tempo; *O outro pé da sereia*.

**Abstract:** The novel *O outro pé da sereia* (2006), by Mozambican writer Mia Couto, highlights in the composition of its narrative structure a proposal to revisit the past through a symbiotic writing in which poetry and criticism harmoniously set the tone of the dialogue that fiction begins with events that marked the History of Mozambique. In this way of revamping, the fiction writer adopts as a writing procedure the insertion of elements that have extratextual significance in the composition of the novel plot. Considering this enunciative framework, the objective of this study is to analyze the temporal plane that stages the historical past of 1560 in the narrative, giving visibility to the elements summoned by fiction that establish a dialogue with the history of Mozambique. The theoretical basis for the temporal category in the novel is based on the concepts of Pouillon (1974), Ricoeur (1994), Mendilow (1972) and Nunes (1988).

**Keywords:** Fiction; History; time; *O outro pé da sereia*.

### Introdução

A ficcionalização de distintos momentos que marcaram a História de Moçambique é uma constante na produção literária de Mia Couto. Emolduradas por essa tendência de retomada do passado histórico, suas obras são perpassadas por uma proposta de releitura da história pré-colonial, colonial, pós-independência e pós-colonial.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP. Docente do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4042182157568764>. OrCID: <https://orcid.org/0000-0001-8193-3088>. E-mail: [fatima.molina@unir.br](mailto:fatima.molina@unir.br)

Como um traço da criação estética do autor, suas narrativas promovem reinterpretações e dão novos significados a eventos que constituem a trajetória histórica do seu país. O retorno à instância temporal de um passado próximo ou distante marca a composição estrutural dos seus romances, de forma que tempos, espaços e personagens tencionam em suas atuações suscitar diferentes versões, sob diferentes perspectivas, para os mesmos acontecimentos.

Esse processo de composição poética pode ser identificado na encenação de um tempo pré-colonial na narrativa de matriz histórica e na retomada de um tempo pós-colonial, evidenciando, assim, diferentes momentos entrelaçados na estrutura do romance em *O outro pé da sereia*. Contudo, o percurso investigativo segue pela análise da estrutura temporal da narrativa encenada em 1560. O foco de observação é projetado para a análise dos elementos que instauram o diálogo entre a ficção e a história. Auxiliam na compreensão da arquitetura temporal do romance as concepções de Pouillon (1974), Bergson (1999), Ricoeur (1994), Mendilow (1972), Nunes (1988), além de títulos da história de Moçambique.

### **A categoria temporal no romance**

A apreensão do tempo em *O outro pé da sereia* passa pelo paradoxo de ser evocado pela memória e, ao mesmo tempo, de trazer consigo o desejo de esquecimento. Na revisitação do passado histórico, memória e esquecimento articulam-se, por meio da atuação das personagens, na construção da categoria temporal, de forma que “[...] seja qual for o modo de compreensão do herói do romance, nós não assistimos a um aparecimento instantâneo, mas sim à sua existência no tempo” (Pouillon, 1974, p. 111). Assim, as ações das personagens criam esse elo com um passado pré-colonial, marcado por uma intervenção eurocêntrica no espaço africano.

Reflexões de natureza filosófica, histórica e literária revelam a consciência do tempo como uma característica inerente à experiência humana. Ao analisar as relações entre tempo e consciência nas *Confissões*, de Santo Agostinho, Paul Ricoeur inicialmente observa que o filósofo cristão coloca o passado e o futuro no presente, por intermédio da memória e da espera. Nessa perspectiva, passado e futuro passam a ser considerados não como tais, mas como qualidades temporais que podem existir no presente, sem que, para isso, “[...] as coisas de que falamos quando as narramos ou as predizemos ainda existam ou já existam” (1994, p. 26). Para tanto, é necessário que

estejam inclusas as noções de narração e de previsão, relacionadas, respectivamente, à memória e à espera.

Nessa linha de entendimento, recordar é ter uma imagem do passado, que, por sua vez, torna-se possível pelo fato dessa imagem configurar-se numa impressão deixada pelos acontecimentos. Quanto à previsão, trata-se de uma noção que se concretiza graças a uma espera presente, o que faz com que as coisas futuras se apresentem como porvir. Ocorreria, assim, o que Ricouer chama de solução elegante: “confiando à memória o destino das coisas passadas e à espera das coisas futuras, pode-se incluir memória e espera num presente ampliado e dialetizado” (Ricouer, 1994, p. 28). Dessa forma, a reflexão de Santo Agostinho sobre o tempo apoia-se em uma tríplice equivalência: o presente do passado é a memória, o presente do presente é a visão, o presente do futuro é a espera.

Para Henri Bergson, em *Matéria e memória* (1999), as questões relativas ao sujeito e ao objeto, à sua distinção e à sua união, devem ser colocadas mais em função do tempo que do espaço. Conforme diferencia o filósofo, o tempo vivo é concernente ao modo como a consciência apreende a duração de um acontecimento, enquanto o tempo medido pelo relógio tem um caráter mais físico, é o tempo espacializado, que se pode contar. Logo, a duração é resultado de uma percepção subjetiva.

Ao projetar o foco dessas reflexões para um período mais próximo, Adam Abraham Mendilow reflete acerca da obsessão do século XX pelo tempo, apontando para o fato de que, “em certo sentido, nossa época tem visto a conquista do espaço pelo tempo” (Mendilow, 1972, p. 11). Sob esse enfoque, as mudanças mais frequentes na maneira de viver têm relação direta com a consciência do tempo. A ânsia por encontrar saídas para os impasses da vida moderna eleva o tempo a uma posição de destaque, mesmo ao nível da vida cotidiana. Mediante essas mudanças, o homem é levado a manter uma relação mais dinâmica com as projeções do tempo, não mais confinado entre os limites da marcação temporal da criação do mundo e do Juízo Final, mas criando seu próprio sistema de tempo. Assim, na concepção do autor, “cada vez mais, escritores e pensadores lembram-nos de que: a exigência de que o tempo seja tomado a sério é uma das notas fundamentais da época moderna” (Mendilow, 1972, p. 12).

Se as marcas da obsessão do tempo estão presentes nas maneiras de pensar e sentir, decorre daí a preocupação pelo tempo nas diferentes formas de expressão artísticas da atualidade, seja na dança, na música, nos ritmos livres da poesia, ou no

processo de movimento da pintura. Nesse sentido, o autor destaca que, ao invés de pintar corpos estáticos, o artista procurou dar uma forma mais dinâmica à sua arte pintando corpos em movimento. Imediatamente, o aspecto temporal foi introduzido a partir de uma consequente modificação da técnica. No que diz respeito à produção de arte romanesca, essa preocupação com o tempo manifesta-se de forma mais expressiva, segundo as palavras de Henry James usadas por Mendilow, por ser “a mais independente, a mais elástica, a mais prodigiosa das formas literárias” (1972, p. 13).

Condizente com a proposta de investigar o processo de variação do tempo, a partir de todas as convenções de que o aspecto temporal é revestido no romance, o autor aprecia, com naturalidade, o fato de romancistas de todas as épocas dispensarem uma maior atenção aos vários aspectos do tempo. A justificativa para essa tendência encontra-se no fato de que a maioria das convenções e técnicas da ficção está ligada ao fator do tempo. Mendilow assim expressa a correlação que se estabelece entre o tempo e as técnicas que envolvem o processo de construção do romance:

Dentro de um tempo maior ou menor, todo o bom escritor tem de clarificar suas opiniões sobre pontos tão centrais de seu instrumento como suspense, andamento, continuidade, tem de determinar sua atitude em relação ao enredo e à estrutura em geral, e isso envolve um cuidadoso exame de causalidade, sequência, seleção e pontos de visualização (Mendilow, 1972, p. 20).

A citação ressalta aspectos importantes para a compreensão da influência que o tempo exerce sobre a estrutura do romance. Dessa forma, procurando mostrar como a atuação do aspecto temporal é aplicada na criação literária, Mendilow é de opinião que a ficção, como qualquer outra arte, é demarcada por uma estrutura que lhe dá a sua forma. É o romance que determina a forma como os indivíduos agem através do tempo, por isso suscita, como nenhuma outra forma de arte, o aspecto temporal e faz do romancista o senhor do tempo e do espaço onde se realiza a vida humana (Mendilow, 1972).

À semelhança dessas concepções, Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, elege como pressuposto dominante da identidade estrutural da função narrativa o caráter temporal da experiência humana. Nesse sentido, o filósofo assegura que o mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. Sua hipótese de base sustenta-se na ideia de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que

é articulado de um modo narrativo, e que a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur, 1994, p. 85).

Nessas formulações, é interessante observar o grau de importância que se reveste o tempo como elemento catalisador da experiência humana no romance. Na obra, a apreensão subjetiva do tempo é perpassada por traços da essência do ser, das experiências humanas que ganham contorno e significado a partir de suas manifestações.

À luz dessas concepções, Francisco Noa reflete acerca da mútua relação de equilíbrio e sustentação que se processa entre a narratividade e a temporalidade por meio do romance. Nesse sentido, o autor destaca o fato do “romance, enquanto forma narrativa particular, significar, antes de tudo, uma verdadeira experiência temporal. Isto é, o tempo institui-se como um valor determinante da narratividade” (Noa, 2002, p. 239). Para o autor, o destaque ou a omissão das categorias da narrativa obedece mais a questões metodológicas que a ampliação ou redução valorativa dessas categorias. No entanto, conforme pontua o autor,

o tempo acaba invariavelmente por se impor pelo seu caráter inalienável em relação à narrativa, ou por ser um dos objetos mais privilegiados do pensamento humano sob os mais diferentes pontos de vista: mítico, religioso, filosófico, antropológico, estético, científico etc. (Noa, 2002, p. 240).

A importância do tempo para a narrativa também é ressaltada por E. M. Foster, na abordagem sobre os materiais e métodos da ficção. Nessa perspectiva, as condições atmosféricas do tempo sobressaem dentre os elementos mais interessantes desse cenário. Na concepção do autor, as condições temporais podem ser simplesmente empregadas com um propósito decorativo, como complemento utilitário ou determinante da ação ou podem, ainda, exercer influência controladora sobre as personagens. Em face dessa múltipla atuação, o autor atribui às condições atmosféricas do tempo o papel de verdadeiro herói da narrativa (Foster, 2004).

A indissociável relação que se estabelece entre o tempo e a narrativa fornece elementos para a construção da tese do autor apresentada nos seguintes termos: “a base do romance é uma estória, e uma estória é uma narrativa de eventos dispostos conforme a sequência do tempo” (Foster, 2004, p. 57). Conforme concluem suas ideias, a inscrição do tempo é imperativa no sentido de que nenhum romance pode ser escrito sem ela, tanto que o romancista, em seu fazer literário, não tem a possibilidade de negá-la.

A projeção do foco para a arquitetura temporal, em *O outro pé da sereia*, dá visibilidade à execução de um tempo dinâmico capaz de revelar, por meio de suas diferentes manifestações, outros componentes da narrativa que para ele convergem. Emoldurada nessa configuração, a disposição temporal do romance processa-se por meio da alternância de duas narrativas paralelas que constituem sua estrutura formal, permitindo, ainda, que ao lado das histórias principais, o romance tenha outras secundárias, criadas com o objetivo de caracterizar personagens.

Dessa forma, a categoria do tempo em *O outro pé da sereia* (2006) configura-se no eixo em torno do qual as narrativas realizam o encadeamento das ações e para onde confluem os demais elementos da estrutura ficcional. Em face dessa articulação, o tempo impõe-se não só como elemento estruturador, mas também como um elemento a ser tematizado pelo romance.

### **O passado histórico no plano temporal de 1560**

Em *O outro pé da sereia* (2006), a retomada do tempo passado funciona como uma predição dos acontecimentos no presente, uma vez que fatos ocorridos no passado histórico da colonização em 1560 revelam-se no tempo presente encenado em 2002, dando visibilidade a um tempo de desolação, como consequência das sucessivas guerras, cujos vestígios compõem o cenário da ficção. Mediante esses aspectos, as dimensões do tempo são determinantes para o desenvolvimento das duas narrativas, pois é por meio das diferentes temporalidades que se dá o enlace entre a História e as histórias no romance.

O tempo da narrativa situada no passado histórico que transcorre no período de janeiro de 1560 a março de 1561 é inicialmente registrado no capítulo três por meio dos seguintes indicativos temporais: “Cinco semanas depois, em Fevereiro de 1560, chegará à costa africana” (Couto, 2006, p. 51). Em seguida, é pontuada na finalização no capítulo nove: “Até o dia 4 de janeiro, data do embarque em Goa, ele era branco, filho e neto de portugueses. No dia 5 de janeiro, começara a ficar negro” (Couto, 2006, p. 164). É retomada no início do capítulo quinze: “Tinham decorrido trinta e cinco dias de viagem quando o gajeiro avistou pássaros no horizonte” (Couto, 2006, p. 247). Posteriormente, na passagem: “D. Gonçalo da Silveira e a sua comitiva saíram da ilha de Moçambique com destino a Sena na manhã de 19 de Agosto de 1560” (Couto, 2006, p. 255). Desenvolve-se, ainda, na sequência do mesmo capítulo na passagem: “Estava-

se nas vésperas de Natal do ano de 1560” (Couto, 2006, p. 259). Prossegue: “Como um presságio, Silveira entrou na capital do Monomotapa no dia 1 de janeiro de 1561” (Couto, 2006, p. 261). E, ainda: “À meia-noite do dia 16 de Março de 1561, aos trinta e seis anos de idade, o missionário D. Gonçalo é estrangulado, no interior de sua cubata” (Couto, 2006, p. 264). Tem seu desfecho no capítulo dezoito: “Tinham decorrido duas semanas sobre o assassinato do jesuíta, quando as mais preocupantes novidades chegaram à aldeia de Bemba” (Couto, 2006, p. 311).

O aspecto cronológico da viagem é explicitamente marcado no desenvolvimento dos capítulos, articulando a sequência das ações e o ritmo do enredo. Conforme evidenciam os excertos, o discurso ficcional faz a reconstrução temporal do evento por meio da marcação cronológica das semanas, dos meses e do ano, como uma forma de delimitar o tempo histórico da narrativa. Trata-se de um tempo em que se processa a experiência da sucessão dos acontecimentos, com informações cronológicas atinentes ao calendário do ano civil.

Em razão do projeto de entrelaçamento proposto pelo romance, a demarcação cronológica do tempo na ficção estabelece relações de proximidade com o tempo da História, haja vista tratar-se de um período que marca o início da colonização portuguesa em Moçambique. Nessa repaginação da História, as encenações no plano temporal de 1560 revelam as primeiras manifestações do sistema colonial e os contatos iniciais entre colonizador e colonizado sob a perspectiva destes que tiveram sua voz negligenciada pela História oficial. Assim, é como forma de representação que o tempo da História é evocado para a criação de um mundo imaginário, e a categoria do tempo atua como elemento estruturador desse mundo no enredo.

Na reconstrução do tempo histórico pelo discurso narrativo, os indicadores temporais atuam como dispositivos responsáveis não só pelo desencadeamento, mas também pela coordenação das ações no enredo. A marcação cronológica, portanto, é um mecanismo referencial adotado pelo texto para o encadeamento da ordem temporal, ou seja, para a sucessão dos fatos que o discurso narrativo evoca. A esse respeito, Nunes (1988, p. 14) afirma: “é preciso que os fatos se ajustem entre si na forma de um enredo ou intriga, configurador da ação, como ponto de chegada da atividade mimética”.

Em *O outro pé da sereia*, a articulação entre os diferentes tempos dá dinamicidade às histórias que constituem o enredo. Na construção dessas histórias, o discurso da narrativa revela as marcas de um tempo pré-colonial, envolto na percepção

subjetiva das personagens. Sobressai, nessa dimensão, não apenas os acontecimentos narrados, mas a forma como o narrador os revela. Nas palavras de Todorov (2011, p. 221): “Nesse nível, não são os acontecimentos relatados que contam, mas a maneira pela qual o narrador nos faz conhecê-los”. Instaura-se, assim, um tempo de difícil mensuração, pois ao contrário da ordem temporal, em que ocorre a sucessão dos eventos no tempo da história narrada, tem-se um tempo relacionado à ordem pela qual o discurso narrativo o produz e o transmite.

Sobre as diferenças que envolvem a temporalidade da história e a temporalidade do discurso, Todorov (2011 p. 242) afirma:

O problema da apresentação do tempo na narrativa impõe-se por causa de uma dissemelhança entre a temporalidade da história e a do discurso. O tempo do discurso é, em um certo sentido, um tempo linear, enquanto o tempo da história é pluridimensional.

Assim, dentro do tempo da história, concebido pelo autor como uma sucessão de acontecimentos reais ou fictícios que constituem o significado ou o conteúdo da narrativa, há a coexistência de outros tempos, relacionados às experiências, pensamentos e emoções das personagens. Nessa dimensão temporal, ocorre a transferência de eventos do plano físico para o mental, sem que haja a necessidade de uma sequência cronológica para manter a continuidade das ações, visto que se trata da evocação de processos mentais, em que a memória segue leis de sequência puramente privadas e individuais (Mendilow, 1972). Com vistas a produzir esse efeito, o narrador faz uma digressão no tempo para dar visibilidade a acontecimentos que marcaram a vida de personagens representativos nesse momento da história.

É o que ocorre, por exemplo, com o escravo congolês Nimi Nsundi, cuja vida é apresentada por meio de recuos no passado. No tempo presente, o escravo sentia-se orgulhoso pela função de ajudante de meirinho que exercia no navio. Para justificar o resgate do passado da personagem, o narrador anuncia: “O orgulho vinha de longe: o ajudante de meirinho não era um simples cafre” (Couto, 2006, p. 53). A partir daí, passa a descrever a vida pregressa do escravo, quando fora capturado no Reino do Congo e enviado para Lisboa em troca de mercadorias. O escravo era um “trocado”, uma moeda de carne. Trabalhou arduamente em Lisboa, mas, como medida corretiva, devido a sua rebeldia, fora enviado para a Índia Portuguesa. Em Goa, ao mesmo tempo em que

cumpria serviços domésticos, apurava os conhecimentos de português para servir de intérprete nas costas africanas.

Dessa forma, o tempo dos acontecimentos é revelado na história pela produção do discurso narrativo. Assim, mais importante do que precisar exatamente o tempo em que o escravo teve uma vida sofrida em Lisboa e em Goa, a forma como esses acontecimentos são transmitidos dá visibilidade à condição de vida da personagem e o lugar que ocupa nesse tempo. A condição de escravo, que servia de moeda de troca para atender aos interesses dos seus donos portugueses, contrapõe-se à função de confiança que assumiu na nau, possibilitando-lhe ser uma das vozes representativas nas relações que se estabeleceram entre portugueses e escravos durante a viagem. Portanto, a atuação da personagem dá visibilidade à proposta da ficção de atribuir aos negros o papel de protagonistas, contrariando, assim, o lugar por eles ocupado nos discursos oficiais.

O recuo ao passado configura-se numa estratégia da narrativa para justificar a atuação da personagem no tempo presente. Nesse processo, o tempo revela seu caráter pluridimensional, pois, além de permitir o retorno, a suspensão, a aceleração ou o retardamento da sucessão temporal, o tempo também se pluraliza pelas linhas de existência dos personagens (Nunes, 1988). A representação dos estágios da vida da personagem projeta-se no tempo do discurso pela ordem verbal dos acontecimentos.

A necessidade de apresentar-se como alguém que assume uma importante função justifica-se pelo confinamento que sua condição étnica e racial o imputava, conforme revela a passagem: “O negro que o ajudara a carregar a Santa permanecia a seu lado. Silveira estranhou a presença: aos escravos não era permitido permanecer no convés” (Couto, 2006, p. 53). Contudo, a personagem permanece em cena, é atuante na defesa de suas crenças, atraindo para si as atenções necessárias. Assim, por meio da história de vida de Nsundi, o narrador revela o contexto de um determinado tempo histórico, construído estrategicamente para compor o cenário de um plano temporal condizente com a proposta temática da obra. Isso se torna possível por meio do artifício utilizado pelo romance de retroceder no tempo da narrativa, fazer a exposição necessária e, em seguida, dar continuidade ao fluxo narrativo.

O artifício do episódio retrospectivo, segundo a análise de Mendilow, possibilita um efeito mais suave de continuidade, evitando, assim, saltos e brechas entre uma ação e outra. Mediante a adoção desse recurso, “a matéria de exposição que for requerida

para se compreender o ponto principal é mostrada em um único ou em uma série de flashbacks intercalados” (1972, p. 83).

A mesma estratégia de retroceder ao passado foi utilizada no capítulo seguinte para dar visibilidade à história da escrava indiana Dia Kumari, a *aia* de Dona Felipa, escrava particular e acompanhante da portuguesa durante a viagem de Goa a Moçambique. A revelação do passado da personagem é inserida na narrativa por meio de uma breve interrupção do fluxo sequencial da história, como se houvesse a abertura de parênteses no tempo presente para a inserção de outro tempo anterior ao da história. Embora haja a marcação cronológica situando o fato no passado, trata-se de um tempo subjetivo, organizado numa ordem mais introspectiva, conforme revela o excerto:

Dia Kumari revelou: há dois anos atrás ela enviudara. Como de todas as viúvas na Índia esperava-se dela um luto breve: atirada às chamas, como recurso último para se purificar. Ao contrário das outras condenadas, Dia não contrariou a sentença: voluntariosa, ela acendeu a fogueira por sua própria mão e se ofereceu ao abraço das chamas. O que a seguir ocorreu não apenas a salvou da morte como lhe abriu uma vida nova: as labaredas não a consumiram e, incólume, ela atravessou o fogo. Familiares e vizinhos acreditaram que estivesse tomada pelos espíritos e afastaram-na de casa e do convívio da aldeia. A exclusão conduziu-a, depois, à escravatura. (Couto, 2006, p. 108).

A retomada do passado pela personagem revela a situação de exclusão que a impeliu à escravatura, embora sendo indiana, pertencendo a outra cultura e a outro povo, viveu a experiência da colonização portuguesa em seu país, logo, também é ajustada à condição de escrava por esse sistema. A estratégia de recuar no tempo dá visibilidade a fatos históricos que dialogam com o contexto temporal do presente da narrativa, é uma forma de entretecer a História por meio do elemento temporal na ficção. Nesse processo, a quebra da ordem temporal das ações evidencia-se não só pela mudança do tempo verbal, mas também pela marcação cronológica que inicia a revelação.

A experiência vivida ou testemunhada se revela na dimensão do tempo interior medido, segundo Mendilow (1972), através de estados de consciência. Há, nessa perspectiva, a configuração de um tempo psicológico, cuja estimação se processa através de valores individuais e não por escalas objetivas. Logo, trata-se de um tempo de percepção, “um tempo relativo, interior, estimado através de valores que variam

constantemente, em contraste com o tempo exterior, medido através de padrões fixos” (1972, p. 131).

Na obra, as situações introspectivas são exploradas pelo jogo temporal da narrativa que simultaneamente se realiza nas diferentes dimensões do tempo. Construídas nesse processo, as ações das personagens são permeadas por um viés reflexivo ligado às lembranças dos estágios passados de suas vidas. Resultam dessas figurações do tempo cenas livres de marcações cronológicas, que indicam o passar das horas ou o momento exato de suas realizações, pois são geradas a partir de um fluxo de consciência. É essa atmosfera temporal que predomina na carta que o escravo Nimi Nsundi escreve a Dia Kumari, em resposta aos julgamentos e ofensas proferidas pela escrava indiana:

Os portugueses dizem que não temos alma. Temos, eles é que não veem. O coração dos portugueses está cego. A nossa luz, a luz dos negros, é, para eles um lugar escuro. Por isso, eles têm medo. Têm medo que a nossa alma seja um vento, e que espalhem cores da terra e cheiros do pecado. É essa a razão por que D. Gonçalo da Silveira quer embranquecer a minha alma. Não é a nossa raça que os atrapalha: é a cor da nossa alma que eles não conseguem enxergar. (Couto, 2006, p 113).

As imagens produzidas pelos tempos verbais atualizam as experiências vividas pela personagem para um tempo presente, todavia, mais que uma atualização cronológica, a proximidade com o tempo é feita pela capacidade da imaginação em expressar os sentimentos deixados pelas ações passadas. Como bem observa Mendilow, a atuação das personagens não se limita a uma progressão regular do tempo de um ponto para outro: “Suas ações, pensamentos e sentimentos não são vistos como datas estacionárias que indicam o que é passado; pois o todo de sua experiência está implícito em qualquer momento de seu presente” (1972, p. 119).

No tempo cronológico da viagem, revelam-se questionamentos sobre as ações da missão de forma que colocam em dúvida, pela retomada de acontecimentos do passado, as ações futuras, conforme revela o diálogo entre o padre Manuel Antunes e Dom Gonçalo:

*–Vou-lhe confessar uma coisa: este barco está-me conduzindo para longe da fé.*

*– Estamos levando a palavra cristã a terras onde ela falta. Como pode vossemecê estar tão carente dessa mesma fé?*

- *Você, caro Manuel, põe na sua ideia a relevância da nossa missão no Monomotapa?*
  - *Que pergunta é essa?*
  - *Tem sentido irmos evangelizar um império de que não conhecemos absolutamente nada?*
  - *Você está cansado e o cansaço é inimigo do bem pensar.*
  - *Pois eu nunca estive mais lúcido. Já pensou bem? Estamos descobrindo terras que nunca conhecemos, estamos mandando em gente que nunca governamos.*
- (Couto, 2006, p. 160).

O conteúdo do diálogo dá lume à estratégia de construção do plano temporal de 1560 que consiste em desvelar um tempo historicamente marcado por um processo inicial de colonização. Construído, estruturalmente, pela temática da colonização, esse plano temporal estabelece um diálogo com a História da colonização de Moçambique. Conforme registra o volume V da *História Geral da África*, “O período que se estende do século XVI ao XVIII inaugurou-se com a chegada dos portugueses na extensão da costa oriental da África” (2010, p. 883). O mesmo Volume revela, ainda, que, “Embora a chegada dos portugueses a Sofala remonte a 1506, somente foi de 1550 a 1630 que eles tentaram verdadeiramente submeter o Império Mutapa” (2010, p. 764). Logo, em diálogo com a cronologia da História, são os intentos desse tempo que este plano temporal ficcionaliza, e esteticamente tem a proposta de configurar a mentalidade de uma época por meio dos elementos que constituem a estrutura do romance.

Numa outra perspectiva temporal, a temática da colonização é retomada. Dessa vez, rebuscando no tempo da memória da personagem, o narrador avulta as consequências do domínio dos portugueses sobre os escravos:

A viagem de Goa para Moçambique fizera-o ver o mundo de outra maneira. As lembranças da nau enchiam a sua alma de poeiras, maldições e amarguras. [...] A mais cruel das memórias de Manuel Antunes era a de um escravo que, desesperado de fome, cortou a língua e a comeu. Mais do que uma recordação, era um símbolo da condição da gente negra: exilada do passado, impedida de falar senão na língua dos outros, obrigada a escolher entre a sobrevivência imediata e a morte anunciada. (Couto, 2006, p. 260).

Assumindo as recordações da personagem, a voz narrativa recupera os eventos que marcaram profundamente a vida do padre Manuel Antunes durante o período da viagem. São experiências responsáveis pela mudança de percepção do padre e explicam as transformações que ocorrem em sua vida no presente. Nessas descrições

de experiências internas, os acontecimentos são contornados pelo tempo da memória, logo, não há uma ordem natural e sequencial das ações, no entanto, sobressai-se o estado de percepção da personagem diante do fato.

Em conformidade com a análise de Noa, essa dimensão do tempo “passa pela forma como ele é percebido e experienciado pelas diferentes personagens, e pelo próprio narrador, que nos surgem prefigurando distintas concepções do mundo” (2002, p. 240). Condizente com a proposta de construção da personagem, de insurgir contra o que ele considerava imposição e desmandos da missão, o registro do tempo na sua memória é marcado pela condição de sobrevivência a que eram submetidos os escravos.

Além das retrospectivas, a dinamicidade temporal da narrativa possibilita entrever ações que se projetam no tempo futuro da história. Isso ocorre nas previsões feitas pelos adivinhos ao fazerem a premonição do que iria acontecer no futuro a partir da chegada dos portugueses no Monomotapa. É por meio das recordações do escravo Xilundo que o narrador apresenta as previsões de seu pai, o chefe Inhamoyo:

Quando olhou o leito do rio e o viu tão cheio de sereno, ele recordou-se de seu pai, o mambo Inhamoyo, junto ao Mussenguezi, enchendo o peito para proclamar:

– *Esta água não servirá nunca nenhum porto!* (Couto, 2006, p. 306).

O narrador pondera as previsões do adivinho com o argumento de que nenhuma força havia impedido os intentos dos portugueses, que já tinham erguido um porto na margem do rio dos Bons Sinais, bem como informa que outros portos foram construídos em Sena e em Tete. As refutações do narrador inscrevem-se num outro tempo, são ações descritas num tempo posterior à fala do adivinho e com um sentido de continuidade, gerando o entendimento de que aqueles eventos passaram a acontecer após os prenúncios da personagem. Prossequindo em seus argumentos, o narrador descreve outro tempo:

E os barcos passaram a frequentar esses ancoradouros, ganhando fôlego antes de penetrarem no interior da Zambézia. Afinal, essa era a vontade de muitos: que o rio Mussenguezi se abrisse como uma estrada por onde o mundo chegasse e partisse. Deixassem os brancos navegar, como já haviam deixado os árabes. Permitted ao Mussenguezi juntar-se ao Cuama, aos Bons Sinais, a todos os rios que, como generosas veias, cruzavam o corpo da terra. (Couto, 2006, p. 306).

Na evocação desse tempo cronologicamente posterior ao evento presente, o adivinho faz referência a acontecimentos que seriam desencadeados com o assassinato do missionário nas terras do Monomotapa. A morte de D. Gonçalo seria o fator culminante para que Portugal intensificasse sua política de ocupação e domínio das riquezas nos territórios africanos. A sucessão desses fatos é organizada no enredo a partir de um jogo temporal entre o tempo da história e o tempo do discurso, como se o narrador se ausentasse da narrativa, mostrasse outro tempo e depois retornasse. Sobre essa mobilidade temporal, Mendilow (1972, p. 29-30) afirma:

Em um romance, por exemplo, o autor não está inclinado a apresentar uma sequência de ações ou experiências consecutivas. Cada unidade, contudo, seja um capítulo completo ou meramente um parágrafo, deve empregar certas convenções de sucessão, não apenas com respeito às palavras em suas relações sintáticas e gramaticais umas com as outras, mas também com relação à progressão do incidente, sentimento ou pensamento, dentro dos limites daquela unidade.

As oscilações do tempo, portanto, vão ao encontro da estratégia de escrita de Mia Couto, ao fazer a conciliação de diferentes tempos na estrutura organizacional do enredo. Dessa forma, o autor vale-se de técnicas que fazem o passado acionar um presente em contínuo estado de mutação, uma forma de recuperar a História a partir de suas ruínas.

As referências à geografia do lugar, por meio da denominação dos rios que constituem a cartografia da região do Zambeze, aliadas aos acontecimentos situados num tempo histórico, revelam os significados criados a partir da junção tempo-espaco na construção do enredo. Tal conjectura gera imagens temporais e espaciais interligadas a um conjunto de referências históricas evocadas no decorrer da narrativa.

Ainda no último capítulo da narrativa histórica, o adivinho Mingane, o mouro mais influente na região, um muçulmano nascido em Moçambique, faz antecipações de um futuro próximo com a iminente chegada dos portugueses, bem como de um futuro distante, com a extensão das consequências dessa chegada nos séculos vindouros. A partir de suas previsões, o adivinho sentencia: “E aquele era apenas um princípio: seguir-se-iam séculos em que os africanos raspariam os ossos da terra para entregarem riquezas aos europeus” (Couto, 2006, p. 307). Sobre o missionário, especificamente, o adivinho mouro antecipou que vinha a mando do governador da

Índia com o objetivo de derrubar o império do Monomotapa. Convicto dessas previsões, o imperador manda executar o missionário.

É possível estabelecer aqui um contraponto com um tempo externo da ficção registrado na *História de Moçambique* (1970) sobre o episódio que envolve a morte de Dom Gonçalo e a chegada do exército português. Segundo a versão da obra, os portugueses tentavam também dominar os povos de Moçambique por meio da religião. Dom Gonçalo da Silveira é apontado pela obra como um dos mais célebres missionários que em 1561 chegou até ao Zimbábue do Monomotapa disposto a batizar o rei e sua família. Em consequência da sua morte, os portugueses organizaram um grande exército de mil soldados e dez anos mais tarde, em 1571, atacaram o Monomotapa.

A repercussão da morte do missionário também é registrada na cronologia apresentada por Pedro Ramos de Almeida (1978, p. 174), em *História do colonialismo português em África*:

D. Sebastião envia de Lisboa, em Abril de 1569, uma poderosa expedição militar ao “território das minas” de Chicoa (Manica). [...] Entre os pretextos da expedição figuram a vingança da morte do jesuíta Gonçalo da Silveira e a propagação da fé.

Embora não haja referências diretas ao ataque, conforme descrevem os registros históricos, na ficção, o narrador utiliza palavras do mesmo campo semântico e faz o prenúncio de acontecimentos que ocorreriam no tempo futuro da história, caracterizando, assim, uma *prolepse*, ou seja, “avanço pela antecipação de momentos posteriores aos que estão sendo narrados” (Nunes, 1988, p. 32). Emerge dessa configuração temporal, na qual se inscrevem os eventos na narrativa, a ideia de um tempo dinâmico, correspondendo, assim, à proposta não linear que permeia toda a estrutura do romance.

O plano temporal de 1560 também é perpassado por uma visão exótica da África, que se manifesta na percepção dos portugueses em relação à terra e ao povo desconhecido. Essa visão foi construída a partir de informações repassadas ao missionário, sobre os que habitavam no Monomotapa. Eram relatos feitos pelos próprios africanos acerca dos povos que viviam no interior, descritos como guerreiros cruéis, que, na batalha contra os holandeses, cortavam o pescoço e bebiam o sangue dos vencidos. Para dar um toque de excentricidade aos feitos cruéis dos etíopes guerreiros, relatavam, ainda, que estes retiravam os sexos dos holandeses e colocavam para secar

numa corda na varanda de suas casas, os quais depois de secos eram oferecidos às esposas, que com eles faziam colares para ostentar a coragem dos maridos. Sobre a relação que se estabelece entre o exotismo e a literatura, Noa (2002, p. 59) explica:

O exotismo atravessa diacronicamente o imaginário ocidental e a literatura tem sido um dos palcos onde tal fenômeno tem tido particular expressão. [...] Seja ele exotismo humano, paisagístico ou do vocabulário, trata-se, no essencial, da sobreposição de uma visão do mundo perante outras terras e outros seres: africanos, americanos, orientais, etc.

Foi impregnado dessa visão exótica que durante anos o missionário português anteviu os monstros com os quais iria encontrar nas terras africanas: “Havia os ciápodas, com seu único pé gigante, os ciclopes, as galinhas lanosas, as plantas-bichos cujos frutos eram carneiros, os cinocéfalos, os dragões, os antípodas, as bestas de cabeça humana” (Couto, 2006, p. 310). Todavia, projetando essa visão para o tempo presente, o narrador contraria as expectativas do missionário intervindo: “Nenhum desses seres prodigiosos ele encontrara em meses de andanças pelos sertões africanos. As mais maléficas criaturas com quem cruzava eram-lhe, afinal, bem familiares e tinham, como ele, embarcado nas naus portuguesas” (Couto, 2006, p. 310). Desfazer esses exotismos será uma das propostas articuladas no plano temporal de 2002.

Contracenando o passado do século XVI, esse plano temporal põe em cena o contexto do vale do Zambeze mobilizado pelos interesses econômicos de portugueses, goeses e árabes responsáveis pelo intenso comércio de escravos na região. Na recriação desse cenário, a narrativa entretece a experiência de um tempo marcado pelo tráfico de escravos, anunciado desde a descrição dos espaços ocupados no navio.

Embora conduzisse os escravos no porão, no lugar destinado às bagagens, a nau Nossa Senhora da Ajuda, conforme pondera o narrador, não era um navio negreiro. No entanto, na sequência, sentencia: “os barcos especializados em carregar mercadoria humana chegariam depois e infestariam de maldição os mares do Índico” (Couto, 2006, p. 201). O tráfico de escravos, metaforizado pela mercadoria humana, é o presságio do que se intensificaria com a chegada dos portugueses. Dessa forma, o prenúncio do evento acena para o viés histórico engendrado na estrutura do romance.

Sobre a relação do comércio de escravos e a chegada dos portugueses, a *História Geral da África* relata:

Portugal foi atraído inicialmente para a África Negra pelo ouro, que era anteriormente exportado pelos países islâmicos. Não obstante, eles não tardaram a perceber que a África possuía uma outra mercadoria, também fortemente procurada pelos Europeus: os escravos (2010, p.8).

A abordagem apresentada na citação aponta para os elementos privilegiados pela narrativa em torno da temática do tráfico de escravos, especialmente a prática do comércio pelos próprios africanos. No plano temporal de 1560, o comércio de escravos ganha destaque através da atuação do escravo Xilundo, cuja família vivia desse comércio na região e o projeto de seu pai era preparar o filho para herdar o negócio da venda de pessoas. A revelação do tema no enredo ocorre quando Xilundo, juntamente com D. Gonçalo, a quem o escravo fazia companhia pelas andanças no sertão moçambicano, adentra em sua aldeia e, no encontro com o pai, o chefe Baba Inhamoyo, é inquirido no diálogo:

- *Esse é meu pai. Foi ele que me enviou para os mares.*
  - *Rozivai, Mwindo e Mutete eram vossos familiares?*
  - *Não.*
  - *Como é que seu pai os conhecia?*
  - *Porque eles eram nossos escravos.*
- O padre sorriu, incrédulo: escravos? (Couto, 2006, p. 258).

O narrador não se exime em reproduzir a perplexidade e o estranhamento de D. Gonçalo diante da revelação, pois o fato de um escravo escravizar outros, da mesma raça, ultrapassava sua linha de entendimento, haja vista tratar-se de uma atividade praticada por outros povos que detinham o poder da rota comercial marítima. No entanto, a construção da personagem Xilundo configura-se num possível recurso da narrativa para a abordagem do tema no romance, pois mesmo sendo um escravo, descende de uma família que vivia da captura e da venda de escravos, “no processo de ser escravo ele aprenderia a escravizar os outros” (Couto, 2006, p. 258).

Na perspectiva do contexto histórico-temporal criado pela narrativa, a captura e a venda de escravos pelos chefes locais africanos configuram-se em atividades lucrativas repassadas entre as gerações. Esse fato não contraria o discurso da História ao registrar que, em geral, aos soberanos africanos era reservada a prioridade neste comércio, porém negociantes negros desempenhavam um papel muito importante. Conforme relata a *História Geral da África*, “Os portugueses apenas capturavam um pequeno número de escravos, deixando aos agentes recrutados no seio da população

local o cuidado de comprá-los ou de capturá-los” (2010, p. 23). De acordo com a *História de Moçambique* (1970), além do objetivo de dominar os árabes sobre o comércio na Índia, a escravatura foi um fator decisivo para a permanência dos portugueses em Moçambique, pois viram nas lutas entre o Monomotapa e as tribos vizinhas a possibilidade de começar o comércio de escravos. Como consequência dessas lutas, membros das tribos rivais eram feitos prisioneiros e depois vendidos aos portugueses como escravos.

Na proposta de recontagem do passado, a temática do tráfico de escravos é retomada num jogo de forças entre memória e esquecimento. Marca indelével na trajetória dos antepassados, a escravatura no plano temporal do presente desestabiliza posições de vítimas e culpados, fato que induz as personagens a mantê-la na zona do esquecimento, conforme revelam suas ações no desenrolar da trama no plano temporal de 2002.

### **Considerações finais**

A recuperação de acontecimentos históricos é um traço que perpassa a produção literária de Mia Couto e marca a composição estrutural da obra *O outro pé da sereia* (2006). Elaborada com uma escrita que une elementos históricos e estéticos, essa retomada também tem o traço característico de promover diferentes perspectivas na encenação desses eventos. Considerando tal premissa, a análise do plano temporal de 1560, empreendida por este estudo, buscou destacar como singularidade dessa narrativa a presença de elementos que dão dinamicidade ao tempo e evocam um diálogo com a história.

Na dimensão estética da categoria temporal, o romance traz uma proposta de repaginação da História contornada pela crítica, pela ironia, pelo humor, pela dúvida e pela desconstrução de certezas, suscitando, assim, que diferentes versões sejam engendradas no enredo da obra. Dessa forma, uma leitura atenta da arquitetura temporal revela a presença de um esquema de ação encenado em 1561, com a incursão da comitiva missionária portuguesa no reino do Monomotapa, engendrado com elementos da história de Moçambique.

A encenação do tempo pré-colonial, com o registro dos contatos iniciais entre portugueses e africanos, ganha densidade na dimensão estética da narrativa. Ao

transportar para sua estrutura temporal eventos e personagens que fizeram parte dos registros oficiais, esse esquema de ação revela as lacunas preenchidas pela ficção, intensificando, assim, o processo de ressignificação desse esquema no texto literário.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África*. Cronologia séc. XV – séc. XVIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1978.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- CAPELA, José. *Moçambique pela sua história*. Coleção Estudos Africanos. Porto: Edições Húmus, 2010.
- COUTO, Mia. *O outro pé da sereia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- FOSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. Trad. Sérgio Alcides. São Paulo: Globo, 2004.
- MENDILOW, Adan Abraham. *O tempo e o romance*. Trad. Flácio Wolf. Porto Alegre: Globo, 1972.
- NOA, Francisco. *Império, Mito e Miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Caminho, 2002.
- NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.
- POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1974.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* (tomo I). Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- TODOROV, Tzvetan. As categorias da narrativa literária. In: BARTHES, Roland. [et.al]. *Análise estrutural da narrativa*. Trad. Maria Zélia Barbosa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

# A imagem como memória e acontecimento: um (per)curso político

*L'image comme mémoire et événement: un (par)cours politique*

Maraisa Daiana da Silva<sup>1</sup>  
Marceli Cristina Coelho<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir do Estudos Discursivos Foucaultianos compreendemos que a história não é contínua, homogênea, linear, nem, tampouco, é construída sob uma verdade. Ao contrário, a história é descontínua, dispersa, heterogênea, é singular e transita entre jogos de verdade, com a necessária ponderação sobre sua singularidade, una e marcada, de forma a levantar a reflexão sobre o modo como os enunciados emergem historicamente e a quais instâncias estão articulados. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo, por meio de um arquivo composto por três materialidades iconográficas, relacionadas a acontecimentos políticos, compreender o modo como se estabelece a relação de intericonicidade entre as três imagens, as quais evocam uma memória discursiva, um já-dito imagético, de mais de meio século, de modo a (re)significar os enunciados que marcaram, historicamente, os acontecimentos políticos.

**Palavras-chave:** História; memória; acontecimento; intericonicidade.

**Résumé:** À partir des Études Discursives Foucaultiennes, nous comprenons que l'histoire n'est pas continue, homogène, linéaire et qu'elle n'est pas non plus construite sur une vérité. Au contraire, l'histoire est discontinue, dispersée, hétérogène, elle est singulière et évolue entre des jeux de vérité, avec la nécessaire considération de sa singularité, une et marquée, pour susciter une réflexion sur la manière dont les énoncés émergent historiquement et auxquels les instances sont articulées. Ce travail vise donc, à travers une archive composée de trois matérialités iconographiques, liées à des événements politiques, à comprendre comment s'établit la relation d'intericonicité entre les trois images, qui évoquent une mémoire, une image déjà dite, plus d'un demi-siècle, afin de (re)signifier les propos qui ont marqué historiquement les événements politiques.

**Mots clés:** Histoire; mémoire; événement; intericonicité.

## Introdução

Para um foucaultiano [...], a sociedade, longe de ser o princípio ou o termo de toda explicação, precisa ela própria ser explicada; longe de ser última, ela é o que dela fazem a cada época, todos os discursos e dispositivos de que ela é o receptáculo (Veyne, 2011, p. 45).

Iniciamos este artigo com a citação de Veyne (2011) que aponta para o modo como Foucault, diferente de muitos historiadores, compreende a sociedade e sua configuração. Em uma perspectiva foucaultiana, a sociedade, longe de ser algo acabado, pronto e inalterável, é um organismo vivo e latente que se (re)inventa, se

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente no Centro Universitário Cidade Verde (UNICV). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0260988973703312>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0306-3886>. E-mail: [maraisa.d.silva@gmail.com](mailto:maraisa.d.silva@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Secretaria do Estado da Educação - SEED/PR. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0285190171282257>. OrcID: <https://orcid.org/0009-0005-9206-3280>. E-mail: [marceli.coelho@escola.pr.gov.br](mailto:marceli.coelho@escola.pr.gov.br)

(re)constrói. Isso porque ela é moldada por práticas discursivas e dispositivos específicos em cada época, destacando a natureza contingente e operacional do poder. Essa compreensão nos leva a perceber que as relações de saber-poder não são fixas nem inerentes, mas sim produzidas e contestadas por meio dessas práticas. Ou seja, a sociedade é o que fazem dela a cada época, de acordo com os discursos em circulação, sendo, portanto, uma construção histórica, uma produção de verdades em constante transformação (Foucault, 2016), aspecto que requer consideração em nossas análises.

Ao (re)pensar a sociedade, torna-se inevitável (re)pensar também a história, uma vez que, como já destacado, a sociedade é moldada por práticas discursivas e dispositivos específicos em cada momento histórico, entrelaçando-se assim com a história. Nesse sentido, vale destacar que para Foucault (2016), a história não segue uma trajetória contínua, homogênea e/ou linear nem, tampouco, é construída sobre uma única verdade; em vez disso, a história é descontínua, dispersa e heterogênea, visto que é atravessada por acontecimentos. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que essa mesma história tem sua singularidade, visto que cada momento histórico é irrepetível, fazendo com que essa história transite, assim, entre jogos de verdade. Desse modo, é essencial refletir sobre como os enunciados históricos surgem e a que contextos estão vinculados, reconhecendo sua singularidade, mas também sua heterogeneidade, levantando questões sobre como emergem historicamente e a quais instâncias estão articulados.

Diante deste breve contexto, o objetivo deste estudo é compreender o modo como se estabelece a relação de intericonicidade entre três imagens as quais evocam uma memória discursiva, um já-dito imagético, de mais de meio século, de modo a (re)significar os enunciados que marcaram, historicamente, os acontecimentos políticos. Para isso, analisamos três materialidades iconográficas distintas. A primeira, central para essa intercorrelação, foi registrada durante o período da Ditadura Militar no Brasil, quando integrantes do grupo "Teatro em greve contra a censura" protestavam no Rio de Janeiro em fevereiro de 1968. A segunda, produzida em 2018, também durante um protesto político – o movimento #elenão –, foi registrada por um dos membros do grupo "Coletivo Don't Blink" na cidade de Maringá/PR, retratando um grupo de estudantes em protesto. Por fim, a terceira materialidade, registrada por Hermes de Paula/ O Globo, em 2023, é composta por uma imagem política que captura o momento

em que o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aparece sobre a rampa do Planalto com representantes do povo brasileiro.

A abordagem metodológica proposta para este artigo está fundamentada, principalmente, na perspectiva dos Estudos Discursivos Foucaultianos, por nos permitir investigar não apenas os eventos históricos em si, mas também como esses acontecimentos são discursivamente (re)construídos e reinterpretados ao longo do tempo, influenciando a forma como a memória coletiva é moldada e transmitida. Além disso, contamos com as contribuições de Tasso (2013) e Courtine (2011), cujas teorias imagéticas e iconográficas fornecem uma base sólida para interpretar o não verbal, permitindo-nos relacionar história, memória e poder dentro do contexto da materialidade em estudo.

### **Acontecimento discursivo, história e memória: a política e(m) imagem**

Conforme mencionado, Foucault (2016) refuta a concepção de uma história global, aquela que visa reconstituir o conjunto de uma civilização, que busca um princípio, um início, uma significação comum a todos, reconstruindo, assim, “o” rosto de uma época. Em suas problematizações, busca compreender a história como um fenômeno, sem uma origem, nem pautado em uma cronologia, a História Nova não está interessada em reconstruir “o” rosto, mas sim “um” rosto, visto que ela é multifacetada e heterogênea.

É nessa proposta de reconstituição de “um” rosto que situaremos nosso leitor em três importantes acontecimentos discursivos que marcaram a história do Brasil. (i) Ditadura Militar, período de 1964 a 1985, época marcada devido à prática de vários Atos Institucionais (os AI’s) que colocavam em ação a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a repressão e a tortura àqueles que eram contrários ao regime militar; (ii) movimento #elenão, uma manifestação que começou nas redes sociais, depois de o candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) chegar ao segundo turno, e tomou as ruas em 29 de setembro de 2018. O objetivo do movimento era reunir pessoas, em especial mulheres, que eram contrárias às propostas e às declarações de caráter machistas, misóginas, racistas e homofóbicas, proferidas pelo candidato; (iii) posse do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023,

que subiu a rampa do Palácio do Planalto com um grupo de oito representantes da sociedade civil, representando a diversidade do povo brasileiro.

É importante destacar que, para Foucault (2012), o acontecimento discursivo é a irrupção de uma singularidade única e aguda, manifestando-se precisamente no lugar e no momento de sua produção:

O acontecimento não é uma substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (Foucault, 2012, p. 54).

Assim, o acontecimento está na ordem da materialidade, que, nesta análise, será tomada por meio de três fotografias que emergem em uma relação de coexistência, de intericonicidade e dispersão.

A intericonicidade, conforme proposto por Courtine (2013, p. 156), indica que assim como há o "sempre já" do discurso, também há o "sempre já" da imagem.

Uma fotografia, portanto, nunca está verdadeiramente isolada: ela é comparável às formas pré-construídas do discurso e, como elas, pode ser citada, convocada, evocada e igualmente apagada. Em outras palavras, a fotografia constitui um dos quadros sociais essenciais da memória contemporânea, sendo um dos suportes, ao mesmo tempo, material e físico da cultura visual de nossas sociedades (Courtine, 2013, p. 157).

A intericonicidade supõe, portanto, dar um tratamento discursivo às imagens, supõe considerar as relações entre imagens que produzem os sentidos: imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser escrita em uma série de imagens, uma arqueologia, de modo semelhante ao enunciado em uma rede de formulações; mas também imagens internas, que supõem a consideração de todo conjunto da memória da imagem no indivíduo. Se nossa discussão é o fenômeno da intericonicidade, procuramos relacionar as imagens atuais com as passadas, a fim de se construir discursividades acerca das relações de saber-poder que se imbricam nas materialidades analisadas.

Diante dessas considerações, é preciso apontar, ainda, que a fotografia, do ponto de vista discursivo, pode ser compreendida como uma narrativa visual que

materializa discursos e pode ser apreendida no exercício da função enunciativa, ou seja, trata-se de um procedimento analítico do enunciado que possibilita, pelo referencial, identificar aquilo de que se fala, a que (ou a quem) o enunciado se refere, sobre o quê (ou quem) o sujeito do discurso diz.

Nessa via, o método foucaultiano possibilita compreender as eventualidades discursivas, em sua singularidade, de como e em quais condições sócio-históricas acontecem. Para tanto, é necessário recobrar que todo enunciado é um acontecimento discursivo e nem a língua nem o sentido podem esgotá-lo totalmente, rompendo, portanto, com uma perspectiva, exclusivamente, linguística.

Para o método arqueogenealógico foucaultiano, o acontecimento discursivo é tudo aquilo capaz de

promover uma modificação na verdade de uma época e alterar a ordem estabilizada dos discursos de uma sociedade em dimensões sociais, culturais e políticas é mais do que um acontecimento factual, datado, descritível e irrepetível historicamente (Tasso, 2013, p. 115).

É a partir dessa discussão acerca do acontecimento que adentramos no período da Ditadura Militar, que perdurou de 1964 a 1985, e em que a utilização da imagem desempenhou um papel multifacetado, oscilando entre ser um instrumento de controle para os governos militares e de resistência para aqueles que se opunham à ditadura. O regime militar usou a mídia e a propaganda como ferramentas primordiais para influenciar a percepção pública e manipular a narrativa histórica a seu favor, como uma forma de validação das suas ações truculentas. Por meio da disseminação de imagens que retratavam estudantes, intelectuais, artistas e militantes de esquerda como 'inimigos da pátria', o governo militar brasileiro justificava suas práticas repressivas, incluindo prisões arbitrárias, tortura e a supressão de direitos civis. As imagens, muitas vezes veiculadas em campanhas publicitárias, apresentavam esses grupos como ameaças à segurança nacional e à ordem pública. Nesse contexto, a manipulação dessas imagens foi instrumentalizada para sustentar e legitimar as ações autoritárias do regime, como a censura prévia à imprensa, a proibição de manifestações públicas e a perseguição política (Costa, 2019).

Simultaneamente, do outro lado, emergiram movimentos de resistência que buscavam confrontar o controle exercido pelo Estado. Esses movimentos, como os de estudantes, artistas e militantes políticos, também reconheceram o papel da imagem e

a utilizaram como uma ferramenta para denunciar a repressão, a censura e as violações dos direitos humanos. Nesse sentido, fotografias, filmes e outras expressões visuais foram empregados para documentar os abusos de direitos humanos perpetrados pelo regime militar, evidenciando as violações dos direitos individuais e coletivos. Além disso, essas manifestações visuais foram empregadas para sensibilizar a população e fomentar a conscientização sobre a necessidade de resistir ao autoritarismo.

Ainda de acordo com Costa (2019), a relação entre a imagem e a Ditadura Militar no Brasil foi marcada por um embate entre o uso propagandístico estatal e a utilização contestatória por parte dos movimentos de resistência. Enquanto o regime militar buscava controlar a narrativa por meio da manipulação visual, os grupos opositores encontravam na imagem uma ferramenta poderosa para confrontar as injustiças e mobilizar a sociedade em prol da democratização e dos direitos humanos. Esse embate evidencia a complexidade e a importância do papel da imagem na construção e na contestação do poder durante esse período histórico conturbado.

Nesse sentido, considerando o uso da imagem como uma ferramenta de visibilidade e de dizibilidade acerca das violências praticadas no regime militar, apresentamos a fotografia, feita em 1968, por Gonçalves, da agência *O Globo*.

Fotografia 1 - Jornal *O Globo*



Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/1968-mulheres-que-lutaram-contraditadura-contramachismo-22759477>. Acesso em 12 mar. 24.

Nesta fotografia, uma das peças que reconstroem o grande mosaico da Ditadura Militar no Brasil, temos, na linha da visibilidade, um cordão de mulheres artistas que foram às ruas em fevereiro de 1968, no Rio de Janeiro, para protestar contra a censura instaurada nesse momento histórico, principalmente a censura ligada à arte. As artistas, Eva Todor, Tônia Carrero, Eva Wilma, Leila Diniz, Odete Lara, Cacilda Becker e Norma

Bengell, colocam-se a frente da manifestação, de mãos dadas e cabeças erguidas, num ato de coragem e enfrentamento das situações vivenciadas naquela época.

A iconografia em questão pode ser compreendida a partir do movimento feminista que, em 1968, ainda não era consolidado no país, e era tido, dentro de outros movimentos, como uma pauta secundária. De acordo com Cardoso (2004), o feminismo, no Brasil, caracterizado como de “segunda onda”, surge na década de 1970, em meio à Ditadura Militar, tendo como principais articulistas mulheres que passaram pelo exílio.

Com os “anos de chumbo” da ditadura militar, várias mulheres brasileiras seguiram para o exílio e uma vez fora do Brasil elas fundaram grupos feministas no exterior. Quatro deles ganharam destaque: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alembert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970; grupo de autoconsciência, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 70; o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em abril de 1976, por um grupo de mulheres brasileiras, e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972 (Cardoso, 2004, p. 41).

O contato dessas mulheres com o movimento feminista em ebulição na Europa contribuiu para que o feminismo ganhasse força no Brasil e atraísse um número crescente de adeptas<sup>3</sup>.

Nesse empreendimento, a materialidade significativa, imbricada entre o verbal (por meio das faixas e cartazes) e visual (seja em primeiro ou segundo plano), entre a história e a memória, discursiviza o Regime Militar e a participação ativa das mulheres no enfrentamento à censura e à violência, sendo, portanto, uma imagem de resistência ao regime Militar.

No que tange ao plano da visibilidade e das condições de existência enunciativa, os elementos que compõem a fotografia, como as mulheres de mãos dadas à frente, seguidas por outras pessoas segurando faixas e cartazes, apresentam-se de modo coeso e organizado, fazendo coro a tantos outros movimentos de resistência que se organizavam à época.

Dadas as condições de existência e possibilidade da Fotografia 1, podemos, 50 anos depois, apontar para um outro acontecimento que faz ecoar em nossa memória

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre a história do feminismo no Brasil, recomenda-se ler *Uma história do feminismo no Brasil* (2003), de Céli Regina Jardim Pinto.

um já-dito discursivo imagético, considerando as relações entre imagens que produzem os sentidos entre si, ou seja, que produz uma interconicidade. Isso porque, em 2018, temos um acontecimento significativo na história contemporânea do Brasil, trazendo à tona questões de gênero, política e ativismo digital. O Movimento #elenão, surgido em 2018 em oposição ao candidato presidencial Jair Messias Bolsonaro, exemplifica o poder contemporâneo da imagem na mobilização política. Nas redes sociais, a hashtag #elenão se espalhou rapidamente, acompanhada de imagens que denunciavam discursos e práticas consideradas autoritárias, misóginas e discriminatórias. A imagem digital, nesse contexto, tornou-se uma ferramenta central de resistência, permitindo que indivíduos e grupos expressassem solidariedade e contestassem os discursos dominantes que promoviam a desigualdade e a opressão.

Todo esse movimento virtual, liderado e organizado por mulheres, culminou em atos que ocorreram de modo concentrado, nos dias 29 e 30 de setembro de 2018, em várias cidades do Brasil e do mundo. É a partir desse acontecimento discursivo que apresentamos a segunda fotografia, feita por Breno Thomé Ortega, do Coletivo *Don't Blink*, em Maringá/PR, em 2018, no movimento #elenão.

Fotografia 2 - Coletivo *Don't Blink*



Fonte: Arquivo pessoal. A página coletivo da rede não está mais no ar.

Na imagem, vemos um grupo vibrante de jovens, de braços dados na manifestação contra o candidato à Presidência Jair Messias Bolsonaro (PSL), evocando a imagem histórica das mulheres durante a Ditadura Militar, que discutimos anteriormente, comparando, assim, às formas pré-construídas do discurso “já-dado”.

Este grupo diversificado é composto por indivíduos de diferentes origens étnico-raciais, gêneros e orientações sexuais, incluindo mulheres e representantes LGBTTTQIA+<sup>4</sup>. Alguns desses manifestantes estão vestindo camisetas com emblemas que simbolizam os movimentos minoritários aos quais pertencem, adicionando uma dimensão de identidade e união à cena. É preciso destacar que a presença de bexigas lilás nos leva ao movimento feminista, uma vez que esta cor tem sido historicamente uma cor simbólica do feminismo, representando a luta pela igualdade de gênero. Já as bexigas brancas, também presentes na imagem, são frequentemente usadas para simbolizar a paz e a unidade. Essas cores foram utilizadas em diversas manifestações, protestos e campanhas feministas ao redor do mundo.

Destaca-se, ainda, que na imagem um cartaz com as inscrições "ele não", indica claramente o posicionamento do grupo contra uma determinada figura política e seus posicionamentos ideológicos, que, como mencionado, eram autoritários, misóginos e discriminatórios. Ao fundo, mais pessoas podem ser vistas participando da manifestação, sugerindo apoio à causa. A atmosfera é de determinação e esperança, com os manifestantes expressando sua oposição às ideologias discriminatórias e reivindicando seus direitos e igualdade, o que é perceptível pelo movimento da boca capturada pela fotografia, que sugere o uso de palavras de ordem naquele momento. A cena é colorida e dinâmica, refletindo a energia e diversidade do movimento de protesto.

De 1968 a 2018, uma série de acontecimentos discursivos marcaram época, resultando em mudanças significativas. Durante esse período, não apenas o movimento feminista cresceu em influência, mas também outros grupos, que historicamente estiveram à margem da sociedade, encontraram espaço para expressar suas vozes e demandas, incluindo negros, gays, lésbicas, transexuais e travestis. O que observamos é a formação de um arquivo histórico, conforme denominou Foucault (1996), o qual vai além do simples armazenamento de documentos e do ordenamento de uma linha temporal contínua. O arquivo estabelece regularidades específicas que determinam como certos enunciados podem ser apagados ou mantidos ao longo do tempo, dependendo das condições sócio-históricas e das racionalidades discursivas vigentes.

---

<sup>4</sup> Optamos teoricamente pela sigla LGBTTTQIA+, em detrimento de outras configurações. Nossa escolha está pautada no entendimento de que ao nomearmos as comunidades que compõem o movimento estamos colocando-as em estado de visibilidade e de dizibilidade. As comunidades que integram o movimento LGBTTTQIA+ são, respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e o "+" (mais) que identifica outras identidades de gênero e outras orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

Isso implica que o arquivo não é apenas uma estrutura estática, mas dinâmica, moldando e sendo moldado pelos enunciados que contém.

Nas palavras de Foucault (1996, p. 147):

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

Nesse sentido, quando olhamos para as materialidades em análise é possível perceber o ressurgimento de certos "ecos" que representam a ressonância de questões e lutas anteriores, que continuam a ecoar e a ganhar força, mesmo que de maneiras sutis, ao longo do tempo. As materialidades imagéticas em análise revelam haver um "status" identitário de tais enunciados. Os discursos nos quais se inscrevem são autenticados e ocupam um campo singular e monumental, para o qual se destinam todos os demais que com eles mantêm essa mesma identidade (Tasso, p.118).

Ao considerar esses ecos perceptíveis nas fotografias 1 e 2, é necessário pontuar, ainda, que as eleições de outubro de 2018 são as primeiras eleições gerais, depois do golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff da presidência, em abril de 2016. Nesse contexto, abriu-se uma polarização política no Brasil e o candidato à presidência, Jair Bolsonaro (PSL), em sua vida política, ganhava cada vez mais espaço, principalmente nas redes sociais, devido às suas declarações machistas, misóginas, racistas e homofóbicas. Dentre algumas dessas declarações, destacamos a afirmação machista e misógina, proferida na tribuna da Câmara, em microfone aberto, de que não estupraria a colega Maria do Rosário (PT-RS) porque ela "não merece", sugerindo que nós, mulheres, somos estupradas porque merecemos, isso em um país que, segundo o mapa da violência, de 2018, ocupa a 5ª colocação no *ranking* mundial de feminicídios<sup>5</sup> e onde, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>>. Acesso em 01/08/2023.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 01/08/2023.

Ainda sobre as declarações, o presidenciável, em entrevista à revista Playboy, edição de 2018, disse que seria incapaz de amar um filho homossexual, afirmando que: “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí” (Playboy 2018, s/p). Em uma declaração feita em 2017 no Clube Hebraica, com um viés racista, ele afirma que: “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador ele serve mais”. Ao falar do peso do quilombola em arrobas, o militar reformado traça uma comparação com um animal e, ainda, ao mencionar que “nem para procriar ele serve mais”, traz à memória o período escravagista, em que, além de trabalhos braçais, os negros eram forçados a ter relações sexuais entre si e aumentar a quantidade de força “produtiva” escrava.

Diante de todas essas declarações que ferem e fazem dos grupos minoritários<sup>7</sup> seu alvo e da persistência da liderança do candidato do PSL nas eleições é que surgiu o movimento #Elenão. Esse movimento teve seu início nas redes sociais e, em 29 e 30 de setembro, ganhou as ruas, sendo considerado por alguns meios de comunicação, como a BBC, como a maior manifestação de mulheres da história do Brasil<sup>8</sup>.

As *hashtags* se tornaram uma prática de ativismo que serve para “identificar e agrupar conteúdos, facilitando a pesquisa de informações correlatas” (Natansohn e Reis, 2017, p.119). No Brasil, muitas campanhas têm utilizado essa ferramenta, sobretudo as feministas como em: #primeiroassédio, #meuamigosecreto, #mulherescontracunha, #belarecatadaedolar, dentre outras. Sendo assim, ainda segundo as autoras citadas, as *hashtags* têm a capacidade de congregar diferentes vozes e amplificar debates e campanhas.

A *hashtag* seguido do elenão é uma oposição a tudo o que Bolsonaro representa, ou seja, quando usado o #elenão, diz-se não ao racismo, não à misoginia, não à homofobia, não ao machismo e todas as outras representações que são alvos dos seus discursos.

Sendo assim, ao pensarmos nessas duas fotografias que emergem em contextos sócio-históricos tão distintos, marcados por acontecimentos tão singulares e separados por meio século, evoca-se uma memória discursiva, uma vez que reestabelecem uma ligação daquilo que *foi* com aquilo que *é*. Uma memória imagética

<sup>7</sup> Grupos minoritários não se referem a um número menor de pessoas, à sua quantidade, mas sim a uma situação de desvantagem social.

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>>. Acesso em: Acesso em 01/08/2023.

que possibilita, em um funcionamento discursivo, contrastar posições- sujeitos distintas, além de fazer “ressurgir em nós outras imagens, quer essas imagens tenham sido já vistas ou simplesmente imaginadas” (Courtine, 2013, p. 160).

Por fim, apresentamos a terceira fotografia, que em sua singularidade também evoca uma memória discursiva diante das outras materialidades:

**Fotografia 3 - Jornal O Globo**



Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/01/lula-sobe-rampa-do-planalto-acompanhado-de-catadora-metalurgico-pessoa-com-deficiencia-e-indigena-saiba-quem-sao.ghtml>.

Acesso em: 12 mar. 24.

A imagem fotográfica acima retrata o atual presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ascendendo à rampa do Palácio do Planalto, em Brasília, em meio a representantes da comunidade brasileira. Entre eles, encontram-se homens e mulheres de diversas idades, etnias e origens sociais, incluindo um indígena, cujos acessórios específicos ressaltam sua identidade cultural, uma criança negra, uma pessoa com deficiência, e até mesmo sua cachorrinha. Ao fundo, ainda que em desfoque, é possível discernir a presença de uma multidão que testemunha o momento solene, o predominante uso da cor vermelha, cor símbolo do partido político do presidente, é notável neste segundo plano, o que ressalta a afinidade política do evento. A disposição dos soldados, suas vestimentas e as bandeiras nas laterais da imagem emolduram a cena, conferindo-lhe um caráter de importância e solenidade.

Arelado às fotografias presentes neste estudo, o acontecimento que marca discursivamente essa imagem remonta há um pouco mais de 4 anos após as

manifestações do movimento #elenão. O registro foi feito em 1 de janeiro de 2023, durante a posse do atual presidente da República. Nesse contexto, o presidente rompe com o protocolo ao subir a rampa do Palácio do Planalto para receber a faixa presidencial com diferentes representantes de grupos minoritários da população brasileira, diante da ausência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se recusou a participar da cerimônia, quebrando assim a tradição de passar a faixa presidencial ao próximo representante.

Essa ruptura evidencia práticas discursivas significativas. Um exemplo disso é o fato de Aline Sousa, uma catadora de 33 anos do Distrito Federal, ser a responsável por colocar a faixa em Lula. Além disso, é importante destacar que o presidente subiu a rampa de mãos dadas com duas pessoas de forte representação cultural: à sua direita, o cacique Raoni Metuktire, de 90 anos, reconhecido mundialmente como líder na luta pelos direitos indígenas no Brasil, e à sua esquerda, Francisco, um menino negro de 10 anos. Essa composição visual reflete não apenas uma quebra de protocolo, mas também um movimento simbólico de inclusão, diversidade e pertencimento daqueles que foram atacados pelo discurso bolsonarista, um discurso que feria, sobretudo, a existência de pessoas negras, indígenas, mulheres e a comunidade LGBTQIA+.

Como um monumento a ser inserido em um arquivo histórico de discursos em que o poder se exerce, na medida em que decide o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, emerge uma representatividade que transcende a simples presença institucional. Aqui, testemunhamos a figura política, símbolo de uma instituição investida de poder, em uma configuração inusitada, posicionando-se ao lado das vozes populares. Em contraste com as imagens anteriores, onde o embate era direto e confrontativo com as estruturas de poder estabelecidas, esta cena é marcada por uma coexistência e interseção de vozes. Não apenas são postas as reivindicações por direitos, reconhecimento e expressão cultural por parte dos manifestantes, mas também a subversão das dinâmicas de poder tradicionais.

Nesse novo contexto, há uma interseção de vozes, uma coexistência entre o poder institucional e as demandas populares, revelando uma complexidade discursiva entre poder, saber e resistência. As condições de possibilidade, existência e emergência das práticas de resistência apontam para uma configuração discursiva em que não apenas as reivindicações populares ganham destaque, mas também há uma disposição do representante político para reconhecer e dialogar com essas vozes. Isso

demonstra uma alteração na dinâmica de poder, em que o exercício deste não é fixo ou hegemônico, mas sim mutável e distribuído horizontalmente, desafiando as estruturas de poder estabelecidas.

No caso em análise, a recusa do ex-presidente em participar da cerimônia tradicional de transmissão da faixa presidencial desencadeou as condições de emergência para uma nova configuração de representação política, ou seja, a ruptura com o protocolo estabelecido, provocado pelo ex-presidente, gerou a condição de possibilidade de a figura política do presidente Lula se ver em um novo cenário, ao lado dos manifestantes e representantes de diferentes grupos sociais. Essa ação desafiou as estruturas de poder tradicionais e abriu espaço para um diálogo mais direto e inclusivo com as demandas populares.

Quanto à condição de existência da materialidade apresentada, nesse caso, ela está intrinsecamente ligada aos ecos das imagens trabalhadas anteriormente, aquelas relacionadas à imagem do movimento #elenão e à imagem referente à Ditadura Militar. A imagem capturada durante o Regime Militar do Brasil evoca um período de autoritarismo e repressão no Brasil, marcado por violações dos direitos humanos e restrições às liberdades civis. Essa memória coletiva influencia a forma como as pessoas percebem o exercício do poder e as relações entre governantes e cidadãos. O movimento #elenão, por sua vez, representou uma mobilização significativa da sociedade brasileira contra determinadas políticas e discursos representados pelo então candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Essas manifestações destacaram a diversidade de vozes e perspectivas dentro da sociedade, incluindo reivindicações por direitos, reconhecimento e expressão cultural por parte de diferentes grupos sociais, como mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros sujeitos marginalizados, as mesmas vozes que ascenderam ao lado do atual presidente da república. Ao observar a interação entre o presidente Lula e os representantes desses marginalizados durante sua posse, podemos entender que esses eventos não ocorrem ao acaso, mas são moldados por essas condições de existência, recuperando um “sempre já dito” ou, no caso das imagens, um “sempre já visto”. Essa análise nos permite compreender como as condições de existência, influenciadas pelos ecos do movimento #elenão e da memória da Ditadura Militar, moldam as interações políticas e sociais no Brasil contemporâneo. Esses eventos não apenas refletem as lutas e demandas da sociedade, mas também destacam a

complexidade das relações de poder e resistência em um contexto democrático em constante processo. A intericonicidade supõe, portanto, evidenciar a ligação da relação entre as imagens apresentadas.

### Considerações finais

Diante das discussões apresentadas, podemos concluir que o conceito de intericonicidade, compreendido como um "eco", um "sempre já da imagem", pressupõe a "relação de conexões de imagens, imagens exteriores ao sujeito, como quando uma imagem pode ser inserida numa série de imagens, uma arqueologia, à maneira do enunciado numa rede de formulações junto a Foucault" (Courtine, 2013, p. 44).

Se, conforme discutido por Courtine (2013), a imagem é um enunciado, é possível então considerá-la em sua (co)existência e emergência numa rede, numa correlação com outros enunciados imagéticos que a antecedem, sucedem ou coexistem. Assim, as imagens analisadas mantêm essa relação de intericonicidade, pois possibilita uma memória discursiva que traz à tona um saber sobre uma determinada condição sócio-histórica e cultural dos sujeitos.

Assim sendo, a análise das materialidades apresentadas evoca e convoca toda uma memória e história da construção dos movimentos sociais diante do apagamento e silenciamento das vozes marginalizadas socialmente. Essa produção de sentidos pode ser evocada pelos corpos que constituem essas fotografias, corpos-discursos, pois para Courtine (2013), o corpo é uma superfície de inscrição histórica, uma materialidade que constitui uma memória e uma historicidade.



Quadro 1 - Panorama das materialidades analisadas

A análise da relação entre imagem, memória e acontecimento à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos nos permite compreender como as representações visuais influenciam a percepção e interpretação dos eventos históricos. Desde a Ditadura

Militar, passando pelo Movimento #EleNão até a tomada de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as imagens têm desempenhado um papel fundamental na construção da memória coletiva e na mobilização política. Reconhecer o poder discursivo da imagem é fundamental para uma análise crítica da história e da cultura, além de ser crucial para a promoção de uma sociedade mais justa e democrática. Esse reconhecimento permite valorizar e respeitar a diversidade de vozes e perspectivas, refletindo a importância dos enunciados imagéticos como material de análise consolidado nos Estudos Discursivos Foucaultianos, tanto no Brasil quanto internacionalmente.

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa brasileira pós-1974*. Estudos Feministas. Florianópolis: CFH/CCE/UFSC. V. 12, n. especial, 2004. p. 37-55.
- COSTA, Arthur Souza. *A imagética da resistência: o registro da repressão civil militar no Brasil pelas lentes de Evandro Teixeira (1964-1968)*. Brasília, 2019.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Decifrar o corpo: pensar com Foucault*. Trad. FERNANDES, Cleudemar Alves. *Fotografia, narrativa visual em discursividade*. In: Ismara Tasso; Valéria Oliveira. (Org.). *Domínios e dispositivos técnicos, tecnológicos e das tecnologias e(m) discurso: A formação dos conceitos*. 1ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 225-240.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_. *A Arqueologia do Saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- NATANSOHN, Graciela; REIS, Josemira Silva. *Com quantas hashtags se constrói um movimento? O que nos diz a "Primavera Feminista" brasileira*. Tríade, Sorocaba, SP, v. 5, n. 10, p. 113-130, dez. 2017.
- TASSO, Ismara. *Discurso em imagem: verdade, fotografia-documentário e inventário do real*. *Revista Científica Ciência em Curso – R. cient. ci. em curso*, Palhoça, SC, v. 2, n. 2, p. 113-124, jul./dez. 2013.
- VEYNE, Paul. *Foucault: Seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

# Revisitando o preconceito linguístico na Educação de Jovens, Adultos e Idosos: uma reflexão a partir da psicologia social

*Revisiting linguistic prejudice in adult education: a reflection from social psychology*

Fábio Luiz Nunes<sup>1</sup>  
Alziro Alves dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Discute-se o preconceito linguístico no âmbito da Educação Básica de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) no Brasil, a partir da sociolinguística de Marcos Bagno (2007). Recorre-se igualmente ao referencial da psicologia social para se abordar as relações entre os usos da língua e os processos de categorização, preconceito e identidade psicossocial, por meio dos estudos de Allport (1954), Tajfel (1981) e Ciampa (1987, 2012). A pesquisa foi conduzida mediante revisão bibliográfica, na concepção de Gil (2002) e Severino (2016). Foram consultados materiais impressos e disponíveis em bases de dados acadêmicas nas áreas de ciências da educação, sociolinguística e psicologia social. Sugere-se que o preconceito linguístico tem sido uma preocupação significativa nos estudos brasileiros sobre a EJA, diante do qual se exige uma intervenção assertiva por parte dos educadores, notadamente do professor de línguas. Conclui-se que os educadores podem desempenhar um papel fundamental na desconstrução de noções hierarquizantes sobre hábitos culturais de fala e na valorização das identidades linguísticas dos estudantes. Estratégias pedagógicas que incluam a instituição de um espaço genuíno para normalizar a diversidade dos usos da língua promovem um ambiente de aprendizagem inclusivo e crítico, além de fomentar identidades de grupo autovalorizadas no público estudantil da EJA.

**Palavras-chave:** Preconceito linguístico; educação de jovens, adultos e idosos; identidade psicossocial.

**Abstract:** This article discusses linguistic prejudice within the scope of adult education in Brazil, based on sociolinguistic perspective of Marcos Bagno (2007). It also draws on the framework of social psychology to address the relationships between language use and processes of categorization, prejudice, and psychosocial identity, informed by studies from Allport (1954), Tajfel (1981), and Ciampa (1987, 2012). The research was conducted through a literature review, following the conceptual framework of Gil (2002) and Severino (2016). Printed materials and academic databases in the fields of education sciences, sociolinguistics, and social psychology were consulted. It is suggested that linguistic prejudice has been a significant concern in Brazilian studies on adult education, necessitating assertive intervention by educators, particularly language teachers. The conclusion highlights that educators can play a pivotal role in dismantling hierarchical notions regarding cultural speech habits and in valuing students' linguistic identities. Pedagogical strategies that establish genuine spaces to normalize language use diversity promote an inclusive and critical learning environment, fostering self-valued group identities among adult education students.

**Keywords:** Linguistic prejudice; adult education; psychosocial identity.

<sup>1</sup> Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Retórica e Análise do Discurso em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Araraquara (2023) e graduado em Psicologia pela Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais (2015). É profissional técnico-administrativo em educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3054450943770058>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0784-1921>. E-mail: [fabio.nunes.fln@cefetmg.br](mailto:fabio.nunes.fln@cefetmg.br).

<sup>2</sup> Mestre em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes (2011) e graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo e Rádio e TV, pela Universidade Federal de Goiás (1995). É profissional técnico-administrativo em educação no CEFET-MG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1419846841416256>. E-mail: [santos@cefetmg.br](mailto:santos@cefetmg.br).

## Introdução

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA)<sup>3</sup> representa uma importante modalidade educacional no Brasil, destinada a proporcionar oportunidades de aprendizado para aqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade adequada. Regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), a EJA estende-se a indivíduos acima dos quinze anos, abrangendo mais de 11 milhões de matrículas no país, com uma maioria significativa de mulheres (55%) e pessoas pretas ou pardas (64%) participantes desse programa (Brasil, 2022).

Ao longo da história brasileira, a EJA enfrentou desafios significativos até se consolidar como uma modalidade educacional reconhecida. Desde o período colonial até a Primeira República, não havia um sistema educacional estruturado para as camadas populares, resultando em altas taxas de analfabetismo. A partir da década de 1930, surgiram iniciativas para promover o ensino primário integral gratuito, estendendo-se também aos adultos, culminando na inclusão da EJA como parte essencial do panorama educacional brasileiro.

Apesar de algumas tímidas conquistas ao longo do século XX, como o Plano Nacional de Educação de 1962 e a instituição do MOBRAL em 1967, foi somente com a Constituição de 1988 que a EJA foi formalmente reconhecida como um direito. A legislação subsequente, como a LDB de 1996, consolidou as diretrizes específicas para a EJA, buscando atender às necessidades particulares desse público, enfrentando desafios como a falta de recursos financeiros e a necessidade de formação adequada dos professores.

No contexto da EJA, é fundamental examinar o impacto do preconceito linguístico, pois ele afeta diretamente o processo educacional e o desenvolvimento dos estudantes. Segundo diferentes estudos (ver Maia; Salvador; Lima, 2023), o público alcançado pela EJA é altamente suscetível ao preconceito linguístico. Muitos estudantes da EJA enfrentam discriminação devido às suas formas de falar e escrever, que frequentemente

---

<sup>3</sup> O termo *Educação de Jovens, Adultos e Idosos* adotado no presente trabalho, em substituição a *Educação de Jovens e Adultos*, visa conferir maior visibilidade à população com idade superior a sessenta anos atendida pela EJA. Essa mudança é essencial para reconhecer e valorizar a presença e as necessidades específicas de pessoas idosas no contexto educacional. A inclusão explícita dos idosos no termo reflete um compromisso com a equidade e a inclusão, assegurando que políticas e práticas educacionais considerem adequadamente essa faixa etária, que frequentemente enfrenta desafios distintos relacionados ao processo de aprendizagem e à reintegração no ambiente escolar. Fazem uso dessa terminologia numerosos estudiosos, a exemplo de Testoni e Belther (2022) e Miguel e Bersi (2023).

divergem da norma padrão da língua portuguesa. Esse preconceito não apenas prejudica a autoestima linguística desses indivíduos, mas também pode desencorajá-los a participar ativamente das aulas de língua portuguesa, essenciais para seu desenvolvimento educacional e social.

Diante do exposto, este manuscrito tem como objetivo propor uma reflexão aprofundada sobre o fenômeno do preconceito linguístico no contexto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Utilizando aportes teóricos da psicologia social, especialmente por meio do estudo das representações sociais, dos processos psicossociais de exclusão e da teoria tajfeliana da identidade, busca-se compreender como as normas linguísticas estabelecidas impactam os alunos da EJA, influenciando sua autopercepção de grupo e participação educacional. Além disso, pretende-se investigar estratégias educacionais que possam ser implementadas para mitigar os efeitos negativos do preconceito linguístico, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso com as diversas variedades linguísticas presentes na sociedade brasileira.

O método de estudo desenvolvido trata-se de uma revisão bibliográfica (Severino, 2016) baseada em materiais impressos, artigos científicos publicados em periódicos especializados e trabalhos publicados em anais de eventos científicos da área da educação (Freire, 1983, Paiva, 2015, e outros), sociolinguística (Mollica, 2003; Bagno, 2007, e outros) e psicologia social (Allport, 1954; Tajfel, 1981; Jodelet, 1985; Ciampa, 1987, 2012; Spink, 1993; Moscovici, 2015, e outros).

A pesquisa bibliográfica, esclarece-nos Gil (2002), é conduzida com base em material previamente elaborado, composto por obras como livros, artigos científicos e vídeos, entre outros. Sua principal vantagem reside na capacidade de proporcionar ao pesquisador a abrangência de uma gama mais ampla de fenômenos do que seria possível investigar independentemente. Conforme Marconi e Lakatos (2003) destacam, esse tipo de investigação não se limita a reproduzir o que já foi produzido sobre determinado tema, mas sim facilita a análise de um assunto sob uma nova perspectiva, o que pode resultar em conclusões inovadoras e inesperadas.

### **Preconceito linguístico como objeto científico**

Como ente essencialmente gregário, o ser humano tem a necessidade de se comunicar com seus semelhantes para expressar pensamentos e emoções, narrar os

dados do mundo e modificar o comportamento alheio. Para isso, utiliza a língua como meio de conexão com seus pares. No entanto, frequentemente enfrenta reprimendas derivadas de representações sociais negativas sobre sua expressividade, que o inibem de usar livremente a língua adquirida no convívio familiar e comunitário, forçando-o a adotar uma forma de expressão condizente com a norma culta de seu código linguístico.

No contexto brasileiro, o preconceito linguístico contemporâneo tem raízes no período colonial, quando os colonizadores europeus, detentores do poder, impuseram sua ideologia e pensamento aos povos subjugados, indígenas e afrodiáspóricos, estabelecendo essas ideias como verdades absolutas. Esse fenômeno implicou um cenário em que o idioma das sociedades originárias foi inicialmente negado, obrigando-as a abandonar seus dialetos e línguas maternas em favor do português. Além disso, consolidou-se uma padronização da forma de escrever e falar, tomada como a única forma correta de comunicação na língua portuguesa (Evangelista; Barros; Martins, 2018).

O preconceito linguístico encontra-se profundamente consolidado nas relações sociais, desde as mais formais até as mais informais, relacionando-se não apenas com *o que se diz*, mas principalmente com *quem diz o que diz*. Um aspecto relevante é que, muitas vezes, esse preconceito se manifesta de forma silenciosa ou velada, sob uma roupagem jocosa e humorística, por meio de imitações de sotaques, gírias e expressões populares, com o intuito de provocar riso (Teixeira, 2017).

De acordo com Bagno (2007), o preconceito linguístico é um fenômeno social profundamente conectado ao comportamento cotidiano de muitas pessoas. Muitas vezes, essa atitude é inconsciente, ideologicamente imposta no âmbito social e reforçada pela mídia. Bagno (2007) ainda aponta que o preconceito linguístico penetra tão extensamente no pensamento das pessoas que atos preconceituosos se tornam partes integrantes da própria subjetividade.

Retornando a um passado remoto, cada grupo étnico desenvolveu simbologias para atender às suas necessidades de comunicação. Assim, nasceu a linguagem, que, ao longo do tempo, passou a ser analisada sob diferentes aspectos, culminando no estabelecimento contínuo de normas para o uso da língua. Paralelamente às regras, surgiram variações no uso da língua, inerentes a seu dinamismo natural, e conseqüentemente, o preconceito linguístico, manifestando-se como desprezo pelo modo de falar daqueles que não seguem as regras impostas pela gramática normativa (Dias; Mota; Santos, 2022).

A sociolinguística, como campo do conhecimento que analisa os fenômenos de variação linguística motivados por fatores intralinguísticos e sociais, trata do preconceito linguístico, uma vez que este é consequência do uso dinâmico e variável da língua. Mollica (2003, p. 13) afirma que “toda língua apresenta variantes mais prestigiadas do que as outras”. A autora destaca, nesse contexto, a importância dos estudos sociolinguísticos para questionar a validade ética e prática do preconceito linguístico e reconsiderar a noção tradicional de erro.

A relevância do estudo do preconceito linguístico como objeto científico da sociolinguística localiza-se, portanto, na capacidade de revelar e problematizar as estruturas de poder e dominação presentes nas interações linguísticas. A análise sociolinguística permite compreender como as variedades linguísticas são avaliadas socialmente e como essas avaliações refletem e reforçam hierarquias sociais. Ao evidenciar que todas as variantes linguísticas possuem regras próprias e são igualmente complexas, a sociolinguística desafia visões prescritivistas da língua, promovendo uma perspectiva que põe luz sobre a diversidade linguística e cultural.

Relacionando o preconceito linguístico com o conceito de *representações sociais*, inicialmente desenvolvido pelo psicólogo social Serge Moscovici (2015), pode-se inferir que as ideias e crenças sobre as diferentes formas de expressão linguística são construídas coletivamente e difundidas sistematicamente no imaginário social. Nesse sentido, as representações sociais funcionam como uma espécie de cognição compartilhada, moldando atitudes e comportamentos.

Segundo definição apresentada por Jodelet (1985), as representações sociais constituem modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São, por consequência, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se restringem a componentes cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, participam ativamente da construção de uma realidade comum, que possibilita a comunicação. Desse modo, as representações são, em essência, fenômenos sociolinguageiros que, ainda que acessados a partir de seu conteúdo cognitivo, devem ser compreendidos no interior de um dado contexto sócio-histórico de produção.

Assim, ao lado de sua função cognitiva de construção e apreensão do mundo, as representações sociais operam uma dimensão socioemocional bastante importante:

trata-se, conforme Spink (1993), da propriedade afetiva de proteção de identidades, que remonta à dinâmica da interação social e, mais especificamente, à elaboração de estratégias coletivas ou individuais para a manutenção de identidades ameaçadas. Spink (1993) com isso quer dizer que as representações sociais têm grande influência na manutenção da identidade grupal, já que fundamentam um conjunto de características de autopercepção de grupo que são generalizadas entre os membros que o compõem e operam, dessa forma, como um mecanismo de coesão interpessoal. Mesmo que tenham como objeto um grupo externo, as representações sociais estabelecem uma relação de oposição grupal que fortalece o senso de identidade e pertença a um dado grupo, ao diferenciar ou mesmo desqualificar a alteridade.

No caso do preconceito linguístico, tais representações contribuem para a marginalização de determinadas variantes da língua, perpetuando *estereótipos* negativos sobre seus falantes. A compreensão das representações sociais permite, por conseguinte, abordar o preconceito linguístico não apenas como um fenômeno linguístico, mas como uma construção social enraizada em processos histórico-culturais e psicológicos.

A propósito, a noção de *estereótipo*, conforme desenvolvida por autores como Tajfel (1981), Amossy e Anne H. Pierrot (2022), também é fundamental para compreender a formulação das representações sociais que dão ensejo ao preconceito linguístico, já que o estereótipo se trata de um instrumento indispensável à cognição, na medida em que permite a categorização, a generalização e a previsão (Amossy, 2014), componentes básicos do comportamento preconceituoso. Nas percepções sociais, os estereótipos exercem funções tanto psicológicas e quanto sociais. As de foro psicológico relacionam-se ao ato de (i) sistematizar e simplificar as informações para dar sentido ao mundo e de (ii) resguardar os valores do indivíduo, protegendo sua identidade mediante a manutenção das imagens dos outros grupos; já as funções de natureza social correspondem à necessidade de (i) explicar acontecimentos sociais, (ii) justificar ou legitimar ações sociais e (iii) diferenciar o próprio grupo em relação ao grupo dos outros (Tajfel, 1981).

No âmbito linguístico, os estereótipos podem manifestar-se na associação de determinadas formas de falar com características pejorativas, como ignorância ou falta de educação. Esses estereótipos são constantemente reforçados pela mídia e outras

instituições sociais, o que favorece a estigmatização dos falantes de variantes linguísticas não padrão.

### **Processos sociolinguísticos de exclusão na EJA**

Em psicologia social, a noção mais amplamente adotada de preconceito foi formulada por Gordon Allport (1897-1967), um psicólogo estadunidense pioneiro nas teorias da personalidade. Em *The nature of prejudice* (1954), Allport desenvolve uma análise sistemática e detalhada do preconceito, que permanece relevante até os dias atuais. Inicialmente, o autor define o preconceito como uma atitude hostil contra um indivíduo, simplesmente por este pertencer a um grupo socialmente desvalorizado. No mesmo texto, Allport (1954) refina sua definição ao situá-la especificamente no contexto do preconceito étnico, caracterizado como uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível, que pode ser sentida ou expressa, direcionada a todo um grupo ou a um indivíduo pertencente a esse grupo. A definição inversa também é possível, embora socialmente menos relevante, em que atitudes amistosas ou positivas são direcionadas a alguém apenas porque essa pessoa pertence a um grupo socialmente valorizado, configurando, assim, um *preconceito positivo* (Lima, 2020).

Na visão de Lima (2020), o preconceito é uma atitude complexa, que se manifesta em uma dinâmica de exclusão, conforme destacado na definição de Allport (1954), mas também de inclusão, na medida que frequentemente inclui o outro para melhor dominá-lo ou controlá-lo. Esse mesmo mecanismo é observado em relação ao preconceito de natureza linguística, conforme apontado por Bagno (2007).

Para Santos (2018), o preconceito linguístico é tão pernicioso quanto os preconceitos de gênero, de orientação afetivo-sexual, de credo, de classe social, de etnia e de condição física e mental, legitimando a postura do agressor e invisibilizando a vítima. Quando ocorre no ambiente escolar ou acadêmico, especialmente por parte de professores, frequentemente é enaltecido e visto como prática adequada, valorizando tanto o agressor quanto a instituição, rotulada como “exigente” e, portanto, “boa” ou “excelente”.

Na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, esse tipo de conduta é especialmente problemático. O fenômeno do preconceito linguístico parece alcançar parcela relevante do público atendido por essa modalidade, como indica o estudo de Benvenuti, Rapkiewicz e Irribarem (2018), em que mais de 60% da amostra de alunos pesquisados declararam

já ter sofrido discriminação por não saber falar ou escrever conforme a norma padrão da língua portuguesa.

Maia, Salvador e Lima (2023) salientam, nessa conjuntura, as razões socioeconômicas pelas quais o preconceito linguístico atinge com tanta frequência os estudantes da EJA brasileira. Para os autores, uma característica comum desses alunos é sofrer algum tipo de preconceito social. Geralmente com problemas oriundos do processo inicial de escolarização, essa classe de estudantes, em sua maioria, é composta por pessoas que trabalham durante o dia e frequentam a escola no período noturno, em busca de qualificação e novas oportunidades de trabalho. No discurso desses alunos, é comum observar propriedades tipicamente orais que são transpostas ao texto escrito. A esse respeito, Marcuschi (2007, p. 58) considera que a fala e a escrita constituem

[...] representações históricas mais ou menos independentes, e a escrita não é uma representação da fala. O próprio desenvolvimento da escrita de cada língua segue uma linha de mudanças e adaptações que se distancia da pronúncia.

Ainda que o autor apresente a diferenciação entre tais modalidades de expressão da língua, é possível perceber pelo menos dois aspectos relevantes nesse processo: (i) a modalidade escrita possui maior prestígio social e é ela quem orienta as aulas de língua portuguesa; e (ii) algumas pessoas fazem recorrentemente a transposição de fatores fonéticos para suas produções escritas. Esse último fator, em especial, é que dá origem ao preconceito linguístico que se observa tão rotineiramente, não apenas no contexto escolar (Maia; Salvador; Lima, 2023). Essa incursão da oralidade na escrita, associada a elementos extralinguísticos de ordem cultural, está no cerne da manifestação de fenômenos que, em última instância, fomentam a proliferação do preconceito linguístico aludido por Bagno (2007).

O resultado do preconceito é, segundo Araújo e Marine (2020), uma *baixa autoestima linguística* que caracteriza predominantemente o aluno da EJA. O fato de esse público desenvolver o senso de que desconhece sua própria língua e sustentar, dentre muitos outros, o estereótipo de que esse idioma é “difícil”, parece contribuir para que haja certa rejeição em relação às aulas de língua portuguesa entre tais alunos. Esse cenário, no entender daquelas autoras, torna-se cada vez mais gravoso pela disseminação de um

modelo de educação tradicionalista, pautado em uma perspectiva homogeneizante de língua e na prescrição descontextualizada de regras da gramática normativa.

Sob uma perspectiva sociolinguística, contudo, o aluno da EJA é autor de seu próprio discurso e competente no uso da língua, quer domine a norma padrão quer seja usuário da norma popular. Isso é devido ao fato de que os alunos da EJA são, ao contrário do que apregoa o senso comum, sujeitos letrados, e seu letramento permite que o uso restrito da escrita, assim como o não domínio da norma padrão seja extrapolado, uma vez que suas habilidades se manifestam na oralidade, no uso competente da língua durante a interação (Silva, 2015).

Nessa direção, deve-se assinalar que estamos nos referindo a um público que passou muito tempo de sua vida fora da ou sem contato direto com a escola, e, ao chegar a ela, precisa ter seus conhecimentos prévios valorizados e ser reconhecido como um grupo portador de culturas e saberes. Aqui, compreendemos o letramento em consonância com o que defende Silva (2015), para quem tal fenômeno de apreensão linguística do mundo admite tanto características orais no discurso escrito quanto traços do discurso escrito no discurso oral. Essa interpenetração entre as duas modalidades inclui, portanto, entre os letrados, os (i) plenamente alfabetizados e escolarizados, mas também os (ii) não alfabetizados e aquelas pessoas que são (iii) alfabetizadas, mas têm baixo grau de escolaridade.

Ao tomar a norma padrão como sinônimo de língua, a instituição-escola comete um equívoco. Norma não é língua, dialeto ou variedade; ela é, senão, uma convenção política, alheia ao processo dinâmico da linguagem humana. Os alunos da EJA são, todos eles, sujeitos com mais de quinze anos de idade e, por conseguinte, usuários competentes da língua materna, uma vez que atingem seu objetivo ao usá-la, pois comunicam-se, interagem. Para Bagno (2007), é impossível considerar o *erro de português*: sendo a língua um conjunto de sons e significados que se organizam sintaticamente para permitir a interação humana, não cabe dizer que há interação certa ou errada, pois tais classificações resultam de visões de mundo, de juízos de valores, de crenças culturais, de ideologias, e exatamente por isso estão sujeitas a mudar com o tempo.

Nesse caminho, sugere Bortoni-Ricardo (2004), a escola deve ser o espaço para se promover a *educação em língua materna*, a valorização da pluralidade cultural e a rejeição ao preconceito linguístico desde a Educação Infantil e o Ensino Fundamental,

aplicando-se também às primeiras etapas da EJA. Segundo Santos (2018), ao ensino de português cabe estimular a reflexão sobre a variação linguística e o respeito às diferentes variedades do idioma, conforme proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

### **Identidade psicossocial na e pela língua**

A *teoria da identidade social*, desenvolvida por Tajfel (1981) a partir de pesquisas sobre percepção visual, nomeia de *identidade psicossocial* a percepção de pertença a um grupo e de não pertença a outro. É, de fato, uma tendência da cognição humana reunir em categorias objetos, eventos e pessoas de acordo com suas semelhanças físicas, psíquicas, comportamentais ou outras. Como sabemos, o processo de categorização constitui a base dos estereótipos, os quais, por sua vez, favorecem a emergência do preconceito. Para Tajfel (1981), a percepção social consiste, portanto, em “categorizar”, ou agrupar em “categorias”, pessoas possuidoras de características não possuídas por outras. As primeiras formam um grupo e as demais um outro que, por essa razão, se diferenciam, se contrapõem e, com frequência, conflitam entre si. O grupo a que se pertence denomina-se *ingroup* (intragrupo, endogrupo), e o grupo, a que não se pertence, *outgroup* (extragrupo, exogrupo). A pertença a um grupo pode resultar da escolha da pessoa, mas também de imposição externa ou do acaso. O importante é a percepção de pertença, para a qual é basilar o elemento motivacional da autoestima, que inicia, mantém, modifica ou dá fim ao processo de adesão ao grupo (Paiva, 2007).

A trajetória do sujeito até a sala de aula da EJA é, muitas vezes, um caminho tortuoso. Para chegar ao espaço escolar, o aluno da EJA enfrenta uma série de adversidades, como o desafio de conciliar diferentes papéis sociais (trabalhador, cuidador) com a rotina pedagógica, mas também a desconfiança de que aquele lugar talvez não lhe pertença. Esse receio alicerça uma percepção social negativa sobre si em relação a outros grupos, o que pode intervir diretamente na forma como os estudantes da EJA interpretam e ocupam a escola. Submetido desde muito cedo à lógica normativista que ao domínio da língua padrão atribui exclusivamente o atestado de *saber* (e, por conseguinte, de *poder*), o público da EJA não raro categoriza a si como “não letrado”, reforçando identidades psicossociais de autocomiseração e resignação.

Ao afirmar que a identidade psicossocial é um processo inevitável de transformações, o psicólogo brasileiro Antônio Ciampa marcou uma mudança significativa nos rumos conceituais da psicologia social latino-americana, no final da

década de 1980. Ciampa (1987, 2012) propõe uma compreensão do sujeito por meio de uma perspectiva histórico-materialista, desafiando a tradição essencialista que sustentava a ideia de permanência e unicidade do ser (Miranda, 2014). A partir dessa proposta, a discussão identitária amplia-se e passa a ser tratada em termos de *metamorfose*, fulcrada na concepção ontológica do ser como devir.

A interpretação do sujeito abandona, então, a fundamentação em um estado imutável, rejeitando predicacões definitivas, e passa a ser concebida através das mudanças que refletem os significados atribuídos aos próprios projetos de vida dos indivíduos. Segundo Ciampa (1987, p. 135), “o indivíduo não é mais algo: ele é o que faz”, sendo, assim, considerado tanto produto quanto produtor, autor e personagem, construído pela atividade social em um contexto histórico específico.

Compreender os sujeitos por meio da teoria de Ciampa (1987, 2012) implica, por conseguinte, acompanhar as constantes mudanças e as diversas representações de nós mesmos. A identidade conforma-se como uma “totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto, uma” (Ciampa, 1987, p. 61). Essa perspectiva dialética acaba por refletir o contexto social e histórico das relações, no qual o sujeito se constrói mediante a multiplicidade e a mudança, articulando diferentes personagens conforme seus posicionamentos como ator e autor do próprio processo identitário (Miranda, 2014).

Diante disso, torna-se inegável a capacidade do professor de se fazer agente catalisador de transformações na maneira como os estudantes da EJA representam a si mesmos, tendo em vista a dinamicidade inerente à identidade psicossocial. Para tanto, o educador, sobretudo o de língua portuguesa, deve identificar, em conjunto com seus alunos, que o preconceito linguístico se trata de um processo estrutural de exclusão e, por isso, não deve ser naturalizado. Essa orientação emancipadora, a propósito, contribui para uma prática pedagógica de conscientização (Freire, 1983) a respeito das identidades linguísticas dos sujeitos que o professor acolhe.

Além de se enxergarem integrados ao espaço escolar, também é preciso que os estudantes da EJA se percebam, eles mesmos, como um grupo, ainda que heterogeneamente constituído. Esse sentimento de pertença de grupo é relevante para o estabelecimento de uma vivência escolar proveitosa e motivadora, desde que reflita um processo de autovalorização. Mais uma vez, problematizar o imperativo da norma padrão como parâmetro de conhecimento e de escolaridade é fundamental para que se passe a

evidenciar a experiência, a sabedoria e a potência das múltiplas biografias que atravessam o chão da Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Algumas experiências pedagógicas têm logrado êxito no trato do preconceito linguístico no escopo da EJA. Cabe citar, por exemplo, o trabalho de Araújo e Marine (2020), que discutem as contribuições da sociolinguística educacional para o ensino de língua portuguesa na Educação Básica, destacando a importância da pedagogia da variação linguística para elevar a autoestima linguística dos alunos e combater o preconceito linguístico. As autoras propõem o uso de dinâmicas de grupo como uma abordagem didática inovadora para o ensino de língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental, especialmente no âmbito da EJA.

A dinâmica *A língua que eu uso e suas etapas* apresentada por Araújo e Marine (2020) é composta por seis etapas interligadas, visando promover reflexões sobre a variação linguística e o preconceito linguístico. Na primeira etapa, os alunos constroem uma narrativa oral coletiva a partir de imagens, sendo incentivados a refletir sobre a linguagem oral e seus conectivos, além de como essas narrativas poderiam ser ditas em diferentes regiões. Na segunda etapa, os alunos transformam a narrativa oral em escrita, refletindo sobre as características e a adequação da linguagem escrita em comparação à oral. A terceira etapa utiliza músicas para discutir estilos linguísticos, gírias e preconceito linguístico, estimulando os alunos a refletirem sobre a adequação linguística e os usos da linguagem.

Na quarta etapa, uma reportagem é usada para fomentar discussões sobre preconceito linguístico e a noção de erro e desvio no uso da língua, culminando na produção de textos opinativos pelos alunos. Na quinta etapa, um vídeo paródico sobre Hitler é exibido para ilustrar a temática do preconceito linguístico, seguido de uma discussão para garantir a compreensão dos alunos. A última etapa envolve uma atividade de desenho em que os alunos sorteiam nomes de partes do corpo ou acessórios e os representam no papel, promovendo a percepção da necessidade de adequação linguística e a compreensão da variedade da língua no uso cotidiano (Araújo; Marine, 2020).

Nota-se que a atividade proposta pelas autoras atua diretamente na autoestima linguística dos alunos da EJA ao valorizar e legitimar suas variedades linguísticas como formas válidas de expressão. Por meio da construção de narrativas orais e escritas, e reflexões sobre a diversidade linguística em contextos sociocomunicativos diversos, a

dinâmica é capaz de fortalecer a confiança dos estudantes no uso da língua. Esse processo permite que eles reconheçam o valor de suas contribuições linguísticas e culturais, promovendo uma autopercepção de grupo positiva. A abordagem sistemática do preconceito linguístico e a discussão sobre adequação linguística desmistificam a ideia de inferioridade das variedades linguísticas dos alunos da EJA, o que converge para a reconstrução de uma identidade coletiva que valoriza a diversidade linguística e combate estigmas sociais.

É preciso lembrar que, em atividades como essa, não se defende a rejeição ao ensino da norma padrão, mas o ensino de sua aplicação na construção de textos que circulam nas diversas esferas sociais, sem desprestigiar as demais formas de uso da língua igualmente importantes para a comunicação. O objetivo é que o público assistido pela EJA compreenda que o domínio da variedade padrão não desqualifica as demais variedades da língua portuguesa.

Defende-se, portanto, um ensino de língua portuguesa que integre o estudo da variação linguística e a reflexão sobre o preconceito linguístico. Os estudantes da EJA trazem consigo suas formas de falar, que não devem ser desprezadas, mas acolhidas como parte de sua identidade psicossocial. Por essa razão, o espaço escolar deve compreender a lógica dos diferentes falares, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo (Santos, 2018).

Discutir políticas que combatam o preconceito linguístico é tão urgente quanto debater outras formas de processos psicossociais de exclusão. No contexto da EJA, a variação e o preconceito linguísticos devem ser conteúdos iniciais de qualquer nível ou série, desenvolvendo o senso crítico dos alunos e diminuindo a distância entre eles e a escola. A valorização do repertório linguístico dos alunos estimula a inclusão e o respeito mútuo, ao passo que o ensino da norma padrão deve ser visto como uma forma de enriquecer esse repertório, sem deslegitimar as variedades linguísticas dos alunos. Propõe-se que esses temas sejam prioritários na formação continuada dos professores da EJA, de modo a favorecer uma educação inclusiva e valorizadora dos saberes linguísticos (Santos, 2018).

### **Considerações finais**

Ao finalizarmos esta investigação sobre o preconceito linguístico na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, torna-se imperativo analisar os trajetos percorridos e os desafios ainda presentes. As análises apresentadas destacam que o preconceito linguístico vai além de questões meramente gramaticais, configurando-se como uma forma complexa de exclusão social que impacta profundamente na autoestima e na participação dos alunos no ambiente escolar. Nesse contexto, é responsabilidade da educação desempenhar um papel proativo na desconstrução desses estigmas, fomentando um ambiente em que todas as formas linguísticas sejam valorizadas e respeitadas.

A abordagem psicossocial do preconceito linguístico, fundamentada nas contribuições teóricas de Allport, Tajfel e Ciampa, oferece-nos um arcabouço robusto para compreender as dinâmicas de inclusão e exclusão no contexto educacional. A identidade psicossocial dos estudantes da EJA é moldada não apenas pela relação com a norma padrão da língua, mas igualmente por suas vivências, identidades culturais e interações sociais. Portanto, é essencial que os educadores reconheçam e valorizem essas múltiplas dimensões da identidade dos alunos, contribuindo, assim, para fortalecer sua autoconfiança e senso de pertencimento.

Outro aspecto crucial são as práticas pedagógicas inclusivas que surgem como resposta ao desafio do preconceito linguístico. Experiências como a dinâmica proposta por Araújo e Marine (2020) exemplificam como é viável integrar o ensino da norma padrão a uma proposta de valorização das variedades linguísticas dos estudantes. Tais abordagens não apenas combatem o estigma associado às formas não padronizadas da língua, como também promovem uma educação mais democrática e sensível à diversidade cultural presente na sala de aula da EJA.

Além disso, é essencial que as políticas educacionais incluam a formação continuada dos professores da EJA, capacitando-os tanto no conhecimento técnico da língua quanto na sensibilidade para lidar com a pluralidade linguística e cultural dos alunos. A conscientização sobre o impacto do preconceito linguístico nas trajetórias educacionais dos estudantes deve ser um ponto central na agenda educacional, visando, com isso, construir uma escola mais inclusiva e igualitária.

Em síntese, a superação do preconceito linguístico na EJA demanda um esforço conjunto envolvendo educadores, gestores escolares, familiares e toda a comunidade educativa. É crucial romper com estereótipos arraigados e estabelecer práticas

pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade linguística como um patrimônio cultural e humano. Somente assim será possível garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, livre de discriminação linguística, e que se sintam verdadeiramente acolhidos em seu percurso educacional na EJA.

## REFERÊNCIAS

- ALLPORT, G. W. *The nature of prejudice*. 3. ed. Wokingham (Reino Unido): Addison-Wesley, 1954.
- AMOSSY, R. Estereótipo. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (org.). *Dicionário de análise do discurso*. Coord. trad. Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 213-216.
- AMOSSY, R.; PIERROT, A. H. (org.). *Estereótipos e clichês*. Coord. trad. Mônica M. Cavalcante. Trad. Alena Ciulla *et al.* São Paulo: Contexto, 2022.
- ARAÚJO, A. C. O.; MARINE, T. C. Trabalhando a autoestima linguística na EJA por meio de dinâmicas de grupo. *Revista do SELL*, Uberaba (MG), v. 9 n. 1, p. 161-184, 2020.
- BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BARROS, M. M.; WATANABI DA SILVA, W. (L.); ANDRADE, W. Os desafios da EJA: dos aspectos legais à realidade da prática na escola. *Cadernos Acadêmicos*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 31-41, 2022.
- BAUTH, M. C. C.; SANTOS, A. L.; CORDEIRO, G. R. Educação de Jovens e Adultos: formação e prática do educador. *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 12, n. 41, p. 52-69, 2023.
- BENVENUTI, J.; RAPKIEWICZ, C. E.; IRRIBAREM, J. B. Letramento digital e preconceito linguístico na EJA: uma abordagem através do uso de redes sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO DIGITAL, 5., 2018, Passo Fundo (RS). *Anais [...]*. Passo Fundo (RS): Universidade de Passo Fundo, 2018. p. 1-10. Disponível em: [https://www.upf.br/\\_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/179162.pdf](https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/senid/2018-artigos-completos/179162.pdf). Acesso em: 26 jun. 2024.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB n. 1, de 5 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. *Diário Oficial da União*, Brasília (DF), seção 1, p. 18-19, 19 jul. 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar: 2022*. [Material *on-line*]. Última atualização: 08 fev. 2023. [S. l.: s. ed.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 25 jun. 2024.

- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. [Material *on-line*]. Brasília (DF): [s. ed.], 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jun. 2024.
- BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Material *on-line*]. Brasília (DF): [s. ed.], 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 25 jun. 2024.
- CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 58-75.
- DIAS, I. F. M.; MOTA, M. A.; SANTOS, W. N. O combate ao preconceito linguístico: a trajetória de uma proposta. *Crátilo*, Patos de Minas (MG), v. 15, n. 1, p. 134-148, 2022.
- EVANGELISTA, C. S.; BARROS, N. A. C.; MARTINS, S. A. Variação, preconceito e intolerância linguística: do ambiente físico para o digital. *ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, Manaus, n. 12, p. 70-85, 2018.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. (org.). *Psicología social*. Barcelona (Espanha): Paídos, 1985. p. 469-494.
- LIMA, M. E. O. *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.
- MAIA, R. S.; SALVADOR, C. F. N.; LIMA, L. M. Variação linguística no ensino da EJA no município de Tomé-Açu/PA. *Gestão em Conhecimento*, [s. l.], v. 11, n. 11, p. 1-10, 2023.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARCUSCHI, L. A. A oralidade no contexto dos usos linguísticos: caracterizando a fala. In: MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (org.). *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 57-84.
- MIGUEL, J. C.; BERSI, R. M. (org.). *Educação de Jovens, Adultos e Idosos: marcos conceituais, práticas e políticas*. Marília (SP): Oficina Universitária, 2023.
- MIRANDA, S. F. Identidade sob a perspectiva da psicologia social crítica: revisitando os caminhos da edificação de uma teoria. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 124-137, 2014.
- MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (org.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 9-14.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Trad. Pedrinho Guareschi. 11. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.
- NASCIMENTO, M. S. N.; FONTELES, A. J. C. S.; FERREIRA, A. P. F.; ARAÚJO, F. J.; SANTOS, F. M. M. Preconceito linguístico e a identidade linguística dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Amor Mundi*, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 25–38, 2024.

PAIVA, G. J. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. *PSICO*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 77-84, 2007.

PAIVA, J. *Aprendizados ao longo da vida*: sujeitos, políticas e processos educativos. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2015.

SANTOS, A. O. Variação e preconceito linguístico: o que (não) sabem os professores de primeiro segmento da EJA? *Revista de Educação, Linguagem e Literatura*, Inhumas (GO), v. 10, n. 2, p. 43-61, 2018.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, S. Currículo e ideologia na Educação de Jovens e Adultos: o preconceito linguístico na prática pedagógica. *Saberes Docentes em Ação*, Maceió, v. 1, n. 1, p. 142-158, 2015.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

TAJFEL, H. *Human groups and social categories*: studies in social psychology. Cambridge (Reino Unido): Cambridge University Press, 1981.

TEIXEIRA, P. C. C. Resenha de BAGNO, M. Preconceito linguístico. 56. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. *Revista Temática*, João Pessoa, ano XIII, n. 7, p. 228-237, 2017.

TESTONI, S. A. A.; BELTHER, J. M. Educação de Jovens, Adultos e Idosos: o reconhecimento da diversidade e o direito à educação para todos. *Revista de Educação, Ciência e Tecnologia*, Presidente Epitác, 2022.

# A emergência da vida travesti em *Não vão nos matar agora*: discursos, vontades de verdade e resistências ao poder colonial no livro de Jota Mombaça (2021)

*L'émergence de la vie travesti dans *Não vão nos matar agora*: discours, volonté de vérité et résistances au pouvoir colonial dans le livre de Jota Mombaça (2021)*

Maxmillian Gomes Schreiner<sup>1</sup>  
Denise Gabriel Witzel<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como intuito analisar o enunciado título da obra de Jota Mombaça (2021), *Não vão nos matar agora*, tomando como pressupostos teórico-metodológicos os Estudos Discursivos Foucaultianos e como enfoque analítico as condições de emergência desse enunciado a partir da função que ele cumpre em nossa sociedade e na história. Ao acionarmos o conceito de *campo associado*, verificamos como esse enunciado está materializado como em um nó em uma rede com outros que buscam enfrentar o poder biopolítico em relação à morte que age sobre pessoas negras mediante o racismo e, interseccionalmente, sobre as travestis negras a partir das violências de gênero. Além disso, refletimos sobre o processo de entrada dessas sujeitas no campo artístico-cultural para problematizar como esses espaços, a exemplo de muitos outros, podem ser nocivos à subjetividade de pessoas negras, que passam a ser vistas sob o ponto de vista de produtoras de produtos epistemológicos que serão apropriados pela branquitude, reatualizando uma relação incrustada em nossa memória: a colonialidade.

**Palavras-chave:** Estudos Discursivos Foucaultianos; interseccionalidade; ensaios críticos; contemporaneidade.

**Resumé:** Ce travail a pour but d'analyser le titre de l'œuvre de Jota Mombaça (2021), *Não vão nos matar agora*, en prenant comme hypothèses théoriques-méthodologiques les Études Discursives Foucaultiennes et comme approche analytique des conditions d'émergence de cet énoncé à partir de la fonction qu'il remplit dans notre société et dans l'histoire. En déclenchant le concept de *champ associé*, nous voyons comment cet énoncé est matérialisé comme un nœud dans un réseau avec d'autres qui cherchent à faire face au pouvoir biopolitique concernant la mort qui agit sur les personnes noires par le racisme et intersectionnellement, sur les travestis noires<sup>3</sup> à partir des violences de genre. En outre, nous avons réfléchi au processus d'entrée de ces sujets dans la domaine artistique et culturel pour problématiser comment ces espaces, à l'instar de nombreux autres, peuvent être nocifs à la subjectivité des personnes noires, qui seront désormais vues du point de vue de producteurs de produits épistémologiques qui seront appropriés par la blancheur, en réactualisant une relation incrustée dans notre mémoire: la colonialité.

**Mots-clés:** Études Discursives Foucaultiennes; interseccionalité; essais critiques; contemporanéité.

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Bolsista CAPES. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7065885316754559>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-0160-5784>. E-mail: [maxgschreiner@gmail.com](mailto:maxgschreiner@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2281147550095036>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4685-7574>. E-mail: [denise@unicentro.br](mailto:denise@unicentro.br)

<sup>3</sup> Utilizamos as designações nominais de gênero no feminino para nos referirmos às travestis. Ressaltamos que, semanticamente, no Brasil e em outros países da América Latina, a travesti é reconhecidamente identidade de gênero feminina, diferentemente do contexto francês e de outros países, em que pode ser lida como atitude aproximada do ato performativo drag.

## Introdução

Eu poderia fazer dessa história uma excepcional narrativa sobre a luta de uma bicha preta por acesso a esses mundos, mas não estou particularmente interessada em retratar nenhuma trajetória rumo ao mundo da arte como heroica. Em vez disso, este texto almeja constituir uma descrição do mundo da arte como sendo uma ficção naturalizada feita para quebrar subjetividades pretas e indígenas na forma de valor roubado (Mombaça, 2021, p. 50).

A produção e circulação de textos<sup>4</sup>, bem como de outros objetos artístico-culturais, em nossa sociedade, mantém relações específicas com uma série de condições sociais e históricas que asseguram seu aparecimento, difusão e uso. Pensados enquanto superfície onde se encontram materializados discursos e relações de poder, os textos sofrem interdições e mesmo podem ser negados, conforme nos apontou o filósofo Michel Foucault (2008a) na sua aula inaugural *A ordem do discurso*, em 1970. Dessa forma, por veicularem vontades de verdade, os textos estão em um jogo com o (in)aceitável e o (in)dizível, e somente podem vir à tona por meio de uma série de mecanismos de poder que ora permitem, ora barram a circulação de dizeres no seio social.

Ao pensarmos historicamente o acesso à produção discursiva, torna-se indispensável considerar que, por muito tempo, comunidades, povos e etnias tiveram negadas as possibilidades de promoção e difusão de seus pensamentos, seja em textos orais, seja em textos escritos. Em distintas épocas, uma das maneiras brutais de impossibilitar a produção de discursos foram as torturas exercidas sobre os corpos, lugar onde o poder, a todo tempo, opera suas forças (Foucault, 2017). Durante a época colonial, muitos objetos foram utilizados na manutenção de um poder de fazer calar, e a máscara de folha de flandres<sup>5</sup> é um dos exemplos das armas utilizadas pelos portugueses para não apenas calar vozes, mas destruir subjetividades de africanas e africanos traficados como escravos para o Brasil.

Grada Kilomba (2018), em seu livro *Memórias da Plantação – Episódios do racismo cotidiano*, e Gabriel Nascimento (2019), em *Racismo Linguístico*, demonstram como essa máscara é uma chave material de suma importância porque nos possibilita

---

<sup>4</sup> Aqui usamos o conceito de texto de maneira ampla, abrangendo tanto os verbais (escritos ou falados) quanto os visuais e verbo-visuais, ou seja, imagens e audiovisualidades.

<sup>5</sup> Essa máscara era feita de aço ou ferro e foi largamente utilizada durante o regime escravocrata brasileiro. Havia orifícios para os olhos e para o nariz, porém nenhum para a boca; utilizada para impossibilitar a alimentação e a fala. A fechadura era feita na parte de trás da cabeça, por um cadeado.

compreender como se constituíram as relações entre pessoas brancas europeias, as que exerciam o poder de colonizar, e pessoas negras africanas, escravizadas, a partir da extrema violência e do genocídio imposto por aqueles. Essas relações, enfatizam os autores, não ficaram estanques no tempo, porque sua prática, a de fazer calar sob violências, chega até nós hoje via diversas práticas que têm em comum a marca do racismo.

Na esteira da arqueogenealogia de Foucault (2018), para entendermos quem somos nós hoje, há que se voltar para a história, procurando esses elementos materiais que parecem ter se encerrado em um passado esquecido, discursos que soam como desvanecidos, mas que ao serem trazidos à tona demonstram o porquê de vivermos em uma sociedade marcada e cindida por práticas racistas. Ainda que sob outras formas, talvez mais sutis do que fora a máscara de folha de flandres, há uma historicidade nos regimes de poder que tentam, até hoje, fazer morrer (Foucault, 2005) as vidas negras.

Atualmente, acompanhamos a emergência de muitas reflexões a partir de textos escritos por pessoas negras, indígenas e LGBTTTQIAPN, pelo fato de esses possibilitarem análises que visam a escancarar os modos de funcionamento das políticas de verdade no tocante à suposta neutralidade de narrativizar a história. Nesse sentido, revisitar o acúmulo de documentos que perduram ao longo da história e formam a ideia da nacionalidade brasileira, é indispensável para apontarmos, visualizarmos e questionarmos os mecanismos que operaram um perverso apagamento da importância de pessoas negras, indígenas e dissidentes sexuais e de gênero na constituição de uma memória sobre o Brasil, mirando a produção de novas subjetividades históricas.

Além de promoverem novos modos de compreensão sobre as práticas cometidas, esses escritos evidenciam como a resistência exercida por esses grupos contra os racismos, os etnocídios e as violências de gênero a que eram submetidos não são estratégias postas em prática apenas em nossa atualidade, mas são mecanismos de enfrentamentos históricos e que não podem ser negados se quisermos compreender como muitos desses sujeitos e sujeitas<sup>6</sup> conseguiram se manter vivos (as) diante de tantas violações, como a fome, as doenças e a falta de recursos e direitos básicos.

Apesar de hoje termos pessoas negras, indígenas e LGBTTTQIAPN, cada vez mais, produzindo e disseminando conhecimentos, não há como negar que os acessos a

---

<sup>6</sup> Utilizamos o conceito de sujeitas, com sua desinência de gênero feminina porque travestis, no contexto brasileiro, é uma identidade de gênero também feminina.

essas estruturas de poder também são atravessados por mecanismos de diferenciação interseccionalizada: classe, raça, identidade de gênero, etariedade, religiosidade, por exemplo, são elementos ímpares na (não) aceitação das verdades veiculadas discursivamente. Materializadas na língua, as produções de conhecimento sobre os/as sujeitos/sujeitas permitem o questionamento de como o poder se exerce na constituição discursiva que enreda sociedade, história e linguagem. Para pensarmos sobre essas questões, neste trabalho, focalizaremos, sob uma perspectiva linguístico-discursiva, o primeiro livro publicado pela artista indisciplinada<sup>7</sup> Jota Mombaça: *Não vão nos matar agora*.

Tal obra foi publicada em 2021, em meio à pandemia de Covid-19, como parte da coleção Encruzilhada, da editora Cobogó. Mombaça escreveu esse conjunto de ensaios durante seus trânsitos entre o Brasil e países da Europa, como Portugal, onde está residente. Nos seus trabalhos visuais, performances e escrita, a artista traz à tona a perspectiva – e mais que isso, segundo ela, a necessidade – de pensar o mundo pelo fim. Nesse sentido, engajada em formular uma ficção especulativa<sup>8</sup> que parta do presente para imaginar outras futuridades para pessoas negras e desobedientes de gênero, ela aciona modos de estar no mundo para além daquilo que conhecemos, ou seja, para a morte que ronda seu corpo, este objetivado de forma interseccionalizada pelo poder (bio)necropolítico (Foucault, 2005; Mbembe, 2018) que a coloca na posição de perigo(sa).

Essa obra, assim como a inscrição de outros trabalhos de Mombaça, chama nossa atenção, porque a artista, a partir de sua própria vivência enquanto travesti, negra, imigrante e trabalhadora do campo artístico-cultural, trata dos modos possíveis de travestis negras ocuparem o mundo para além das violências, valendo-se da ficção para fugir da morte. Compreender as posições ocupadas socialmente por travestis, mulheres e homens trans negros e negras, enquanto efeitos de processos históricos, atravessadas por “teorias”, como o racismo biológico, da “degenerescência” e da “imoralidade”, são

---

<sup>7</sup> Utilizamos o termo “indisciplinada”, que é como Mombaça se automeia, por ser essa a maneira encontrada pela artista para questionar como há, também na arte, um disciplinamento das práticas artísticas que visam a garantir o funcionamento de uma série de dispositivos de normalização dos corpos e das subjetividades.

<sup>8</sup> Esse termo, também utilizado por Mombaça em *Não vão nos matar agora* (2021), de modo geral, trata da experimentação sobre o passado, o presente ou o futuro, no intuito de tornar possível nas narrativas meios de encontro de outros modos de existência, nesse caso, para pessoas negras. Citamos como referência o artigo *Por que a ficção especulativa é tão importante para o povo negro?*, de autoria de Fábio Kabral, disponível em: <https://www.intrinseca.com.br/blog/2020/04/por-que-a-ficcao-especulativa-e-tao-importante-para-o-povo-negro/>. Acesso em: 29 mar. 2024.

indispensáveis às considerações sobre a “escassez” dessas autorias bem como de sua presença no mundo ocidental letrado.

Em nossa contemporaneidade, no entanto, vemos despontar nomes como os de Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Castiel Vitorino Brasileiro, Thiffany Odara, Maria Clara Araújo dos Passos, Neon Cunha, Isadora Ravena, Lauri Miranda Silva, bem como Jota Mombaça. Essas são algumas das autoras travestis brasileiras negras que têm galgado espaço na produção epistemológica e promoção de interpretações da cultura, sociedade, política, educação, saúde, artes e memória sob um viés interseccionalizado, que aciona as categorias de classe, raça, identidade de gênero e localização geográfica para ler e pensar as práticas, os (não) acessos e os discursos que afetam e atravessam seus corpos em suas experiências no mundo<sup>9</sup>.

Com a devida atenção à perspectiva interseccional (Akotirene, 2019; Gomes de Oliveira, 2021), consideramos os textos publicados na forma de livros por escritoras travestis negras do/no Brasil a partir de uma relação direta com uma série de condições sócio-históricas, estas responsáveis por produzirem a marginalização além de distintas formas de violação de direitos, efeitos de um tipo de poder normalizador (Foucault, 2010) e, forma de excesso, de efetuação de uma necropolítica (Mbembe, 2018) em que sujeitos passam a ser vistos apenas como objetos.

Assumir a posição de protagonismo e tornar-se visível quando se é uma autora negra e travesti tem o potencial de promover novas leituras como dissemos, tanto da realidade quanto da história. Tomando uma das asserções da literata Conceição Evaristo – ainda que diretamente tenha como foco a literatura de autoria negra, mas que pode ser desdobrada para pensarmos os ensaios críticos e a produção científica –, é possível entender que a posição dessas sujeitas afeta diretamente em suas escritas, conforme

---

<sup>9</sup> Para conhecimento, citamos alguns dos trabalhos produzidos pelas autoras: “Transfeminismo: Teorias e Práticas” (Jaqueline Gomes de JESUS, 2014); “Nem ao centro, nem à margem! corpos que escapam às normas de raça e de gênero (Megg Rayara Gomes de Oliveira, 2020); “Transfeminismo” (Letícia Carolina Pereira do Nascimento, 2021); “Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude” (Castiel Vitorino Brasileiro, 2022); “Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação” (Thiffany Odara, 2021); “Pedagogias das traveslilidades” (Maria Clara Araújo dos Passos, 2022); “O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental” (Neon Cunha [et al.], 2021); “Sinfonia para o fim do mundo” (Isadora Ravena, 2020) e a recente tese da doutora em história Lauri Miranda Silva, “Vozes subversivas e corpos transgressores: memórias da (re) existência de militantes dos movimentos LGBTQIA+ e de mulheridades contra as opressões interseccionais em Rondônia (1980 a 2022), defendida no ano de 2023.

pode ser evidenciado em uma mirada rápida, mas atenta, ao título dos livros e pesquisas citadas em nota de rodapé.

Diz a autora:

(...) na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria. Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sociocultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas (Evaristo, 2005, p. 54).

A partir do uso de diversas linguagens, dentre elas a linguagem verbal e escrita, os conhecimentos de travestis brasileiras passam a ser uma arma, e mesmo uma estratégia, uma rota de desvio, diante das diversas formas de morte que atuaram e ainda atuam sobre essas sujeitas, seja de maneira simbólica, seja factual. Silenciadas na história e discursivizadas sob o olhar do(s) outro(s)<sup>10</sup>, atualmente vemos, de forma contundente, o lugar de autoria ser preenchido por travestis negras e, com isso, a irrupção de novas formas de pensar o mundo desde suas posições, inclusive questionando as verdades construídas em torno de temas como medicina e saúde, artes e sistemas culturais, direitos e educação.

O estudo sobre a inscrição dessas sujeitas no lugar de autoria, tendo em conta as condições para seu aparecimento, levam-nos a problematizar o discurso e as relações de poder que atravessam e constituem os textos. Nesse sentido, destacamos uma asserção de Foucault para entender que:

Os discursos, como os silêncios, nem são submetidos de uma vez por todas ao poder, nem [são] opostos a ele. É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. **O discurso veicula e produz poder**; reforça-o, mas também o mina, expõe, desabilita e permite barrá-lo (Foucault, 2018, p. 110, grifos nossos).

Neste gesto de análise, utilizamos pressupostos teórico-metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, uma vertente teórica linguístico-discursiva

---

<sup>10</sup> Cabe ressaltar que ao buscarmos a palavra “travestis” no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes encontramos 504 resultados. No entanto, a título de comparação, “apenas 0,02% [das pessoas trans] encontram-se no ensino superior”, conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, em nota publicada no ano de 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-trans/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

fundamentada nas formulações (conceitos e noções) do filósofo francês Michel Foucault. Ainda, consideramos a pertinência de outros trabalhos desenvolvidos pelo mesmo autor e por pesquisadoras/es que tematizam os regimes de enunciação e de produção de verdades na sociedade contemporânea sob um viés interseccional.

Na esteira de Foucault (2006), tomamos o discurso a partir do ponto de vista do acontecimento com o interesse de analisar as condições de seu aparecimento, além de destacar a função estratégica que tais discursos cumprem socialmente. Para dar conta dessa empreitada, devemos descrever, e dessa maneira extrapolar o caráter estritamente linguístico, no intuito de evidenciar arqueogeneologicamente “[...] como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (Foucault, 2017, p. 31).

Ao perceber que os enunciados cumprem uma função de existência no meio social, Foucault sublinha que “falar é fazer alguma coisa – algo diferente de exprimir o que se pensa, de traduzir o que se sabe e, também de colocar em ação as estruturas de uma língua” (Foucault, 2017, p. 252), pois implica condições para seu aparecimento e regras para seu uso. Essas condições estão diretamente relacionadas à aceitação ou não de um discurso, concebido como prática. Trata-se de uma necessidade de levar em conta as relações de poder por serem estas as que tornam possível dizer o que se disse e isso que disse ser tomado como algo verdadeiro. Para tanto, nessa linha de análise, entende-se não existir algo escondido por detrás do discurso, tampouco há uma intenção do falante ou mesmo uma verdade em si, conforme citação abaixo.

O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior de um sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona. Portanto, o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico (Foucault, 2006b, p. 253).

A análise dos acontecimentos discursivos busca, portanto, estabelecer e descrever relações para demonstrar como os saberes sobre os sujeitos foram formados através das relações de poder na história. Desfazer-se dos saberes formados no interior dos exercícios de poder e que se colam aos corpos – em nosso caso, corpos negros, travestis e imigrantes –, é algo difícil, porém incontornável.

Propomo-nos, diante disso, analisar o enunciado título do livro de Jota Mombaça (2021): *Não vão nos matar agora*, desenvolvendo um movimento analítico a partir de uma

reflexão sobre como se formam as verdades no interior do campo artístico-cultural em que a artista está inserida, com o intuito de dar relevo às redes de poder que agem sobre a subjetividade de uma travesti negra imigrante.

### **Da função de existência do enunciado *Não vão nos matar agora***

N'A *arqueologia do saber*, Foucault (2017) alerta para o fato de que nenhum enunciado nasce da vontade de um sujeito qualquer, mas tudo aquilo que é dito só é possível a partir de uma trama discursiva submetida a redes de poderes e de saberes. O funcionamento de um discurso está atrelado a regras que permitem que algo seja tomado como verdadeiro, garantindo sua circulação no mundo. Nesse sentido, ao tomarmos o título do livro de Jota Mombaça, *Não vão nos matar agora*, enquanto um enunciado, o pensamos, sob os Estudos Discursivos Foucaultianos, como um nó em uma rede, cumprindo uma função na história de nossa sociedade.

Primeiramente, há que se destacar o encadeamento da sequência linguística materializada, para dar conta, na sequência, da singularidade desse enunciado e de sua função enunciativa. Concordamos com Foucault (2017) de que não podemos negar a estrutura da língua, pois é a própria função enunciativa o que permite a relação entre significantes e significados. Ora, se o próprio encadeamento entre os signos linguísticos é possibilitado por relações históricas, há informações pertinentes no enunciado se mirarmos a análise linguística.

A sequência inicia com o advérbio de negação em que se observa uma incisão, uma necessidade premente de negar a morte a que a pluralidade evocada pelo pronome pessoal “nos” sofreu historicamente e ainda pode sofrer, no caso, trata-se das vidas e, portanto, das subjetividades ceifadas pelo poder normalizador que age contra pessoas negras, especificamente sobre as travestis negras.

A indeterminação de tempo, a partir do uso do advérbio de tempo “agora”, um dêitico, nos chama a atenção já que essa morte plural tomada como referente do enunciado pode ser atualizada cada vez que há sua leitura, a imposição das mortes contra as quais o enunciado luta é atualizada cada vez que alguém o coloca em circulação. O “agora” é a maneira encontrada de barrar as violências específicas que perduraram por muito tempo, pois não há segurança de que no futuro elas deixarão de

acontecer. O presente, este que lança ao futuro, é a possibilidade de fazer com que aquelas que estão sendo miradas pelo poder de morte continuem vivas.

Retomando a analítica dos discursos proposta por Foucault (2017), há quatro elementos indispensáveis à análise dos enunciados, que são: i) referente; ii) posição-sujeito; iii) suporte material; e, iv) campo associado; e é pela descrição desses elementos que poderemos compreender a função enunciativa e as regras que permitem seu aparecimento, bem como a quais relações de poder estão encadeados e como se inscrevem em formações discursivas.

Como “referente”, temos o próprio título do livro, pois este enunciado assume um valor de verdade dadas as condições sócio-históricas que possibilitaram/possibilitam sua emergência, haja vista que o Brasil, pelo 15º ano consecutivo, é o país que mais assassinou pessoas trans e travestis (Benevides; ANTRA, 2024), de acordo com o mais recente *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA.

Com relação à “posição-sujeito”, entendemos que o espaço vazio aberto pela função enunciativa possibilita que Jota Mombaça, a partir das suas interseccionalidades: uma travesti negra, como corpo não padronizado, artista, imigrante latina se inscreva nesse lugar e ocupe a posição daquela pela qual vem à tona e torna-se materializada a denúncia das mortes.

A “materialidade”, a superfície de registro de aparecimento desse enunciado no mundo é o livro de ensaios da autora, publicado em 2021, que apresenta a grafia de maneira distinta da norma padrão na capa da obra: “Ñ Ñ NOS MATAR AGORA”, produzindo um efeito de resistência ao uso formal da linguagem, demonstrando a possibilidade de criação e resistência sobre ela.

Outra distinção do uso normativo-lingüístico desse enunciado é a perífrase verbal que ocorre no uso do verbo auxiliar ‘ir’, conjugado em terceira pessoa do plural ‘vão’, e do verbo principal ‘matar’, que formalmente seria escrito ‘matarão’. O efeito desse uso é justamente para deslocar o enunciado de um agregado normativo que incide não apenas sobre a língua, mas sobre os corpos e as subjetividades de sujeitas racializadas e desobedientes da binariedade cisgênera; escrever segundo a norma, pode também impulsionar a subjetivação normativa.

Por fim, temos o “campo associado”, conceito este definido por Foucault como:

conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados (Foucault, 2017, p. 119).

Neste trabalho, nos deteremos neste último elemento, o do campo associado, entendendo que “não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto (...) Não há enunciado que não suponha outros; (...) em torno de si, um campo de coexistências” (Foucault, 2017, p. 120-121).

O campo associado do enunciado título da obra de Mombaça: *Não vão nos matar agora* é composto por outros que versam sobre a necessidade de pessoas negras irromperem contra a morte, dos quais destacamos: *A gente combinamos de não morrer*, título de um dos contos do livro *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo, publicado em 2014. Uma das histórias apresentadas neste conto é a da promessa de Dorvi, um jovem que busca, em meio às mazelas sociais e estruturais, uma maneira de não morrer tão cedo, uma fala desejo de vida.

Também, o enunciado *Eu não vou morrer*, título da música/videoclipe da cantora, também travesti negra, Ventura Profana, da qual destacamos o trecho: “Arrebatamos das mãos do senhor as chaves de nossas cadeias” (Ventura Profana; *podenserdesligado*, 2021), enquanto ato de embate aos algozes, a partir da paródia na forma de culto, em que ela prega a abundância para a vida dela e as vidas de todas as travestis negras, de forma imperativa. Assim, inscrevendo-se nesse espaço de fé, Ventura Profana declara, enfaticamente, a interrupção das mortes, como um hino, repetido à exaustão, daquilo que já não pode mais ser suportado.

Ainda, é possível inscrever nessa rede interdiscursiva o enunciado “Vidas negras importam”, que emergiu no cenário mundial após o assassinato de George Floyd por policiais brancos nos Estados Unidos em 25 de maio de 2020. Esse enunciado se dispersou e é reverberado amplamente nos discursos que fomentam práticas de resistências em meio a lutas antirracistas que irromperam em protesto contra a violência estrutural, institucional e histórica que age sobre homens negros. Na esteira dessa empreitada, que tem como afronta a violência policial e o embrutecimento operado por essa instituição contra pessoas negras, e trazendo à tona a voz de mães que perderam

filhos para as balas não-tão-perdidas de policiais no Brasil, a música/videoclipe Luta por mim, de Jup do Bairro e Mulambo (2021) atualiza o enunciado “Eu não vou morrer”.

Destacamos um trecho da letra, cantada pelo rapper Mulambo, para refletir sobre como jovens artistas negros têm usado a linguagem verbal e artística para denunciar operações racistas, bem como os saberes e as memórias discursivas que marcam seus corpos e subjetividades:

O que que eu fiz para tomar três tiros no peito? Preto de noite na rua com certeza era algo errado. Virei postagem na sua rede social, cê lamentou, escreveu sobre a repressão policial. Sua hashtag foi o ponto final, dizer ‘Vidas negras importam’ pra você isso foi o diferencial. É que toda vez é a mesma merda, vocês matam eu de carne pra fazer eu de pedra. Movidos pelo tesão por tragédia, agora morto eu tenho mais voz do que vivo, parece comédia (...) Não quero meu nome no seu protesto, dentro da sua faculdade onde é raro ver preto. E só lembrar que preto existe quando morre é aceitar que preso ou morto já é algo cultural. Vocês não vão mudar porra nenhuma, mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma, descartável igual o cigarro que cê fuma, mais um corpo preto no chão e não muda porra nenhuma (Jup do Bairro; Mulambo, 2021)

A violência policial, nas rimas de Mulambo, evidencia que o racismo instaurado historicamente continua atuante, principalmente a partir da convivência de pessoas brancas, a quem basta uma postagem nas redes sociais para acreditar que seu dever está cumprido, sem que com isso lutem para a efetivação de mudanças reais, trata-se de uma responsabilidade apenas presente no espaço virtual. Em um trecho do livro de Mombaça (2021), a autora trata da distribuição de violências, bem como sua espetacularização, como modos de o poder operar e seguir violentando os mesmos corpos:

Espancamentos públicos, omissão médica, espetacularização das mortes, naturalização da extinção social, genocídios, processos de exclusão e violência sistêmica formam parte da vida diária de muitas pessoas trans, assim como sapatonas, bichas e outras corpos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, especialmente as racializadas e empobrecidas. Todas essas formas de violência e brutalização são de fato parte de um design global, que visa definir o que significa ser violento, quem tem o poder para sê-lo e contra que tipos de corpo a violência pode ser exercida sem prejuízo para a normalidade social. No marco desse design global, a violência é gerida para ser mortal para muitos e lucrativa e/ou prazerosa para uns poucos. No marco desse design global, a violência cumpre um

programa e opera em favor de um projeto de poder anexado à heteronormatividade, à cissupremacia, ao neocolonialismo, ao racismo, ao sexismo e à supremacia branca como regimes de exceção (Mombaça, 2021, p.72-73).

O *design* de violência que afeta corpos racializados e desobedientes de gênero a que Mombaça se refere é formado a partir da instauração de regimes de governo que conferem como verdade a eliminação de vidas em nossa sociedade desde a emergência das colônias ao momento em que o Estado Moderno está se formando. Na análise empreendida por Foucault (2005), a organização política colonial-moderna foi responsável por estabelecer um corte, uma delimitação baseada em um tipo histórico de teoria biológica: a teoria racial. Com o intuito de defasar a população em um contínuo biológico, na defesa de que haveria uma melhora da população com a morte dos considerados desgenerados,

[a] morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (Foucault, 2005, p. 305).

Essa forma de governo, baseada em técnicas de gerenciamento, controle, organização e normatização operadas contra a população, para defasá-la e criar grupos hierarquizados entre os indivíduos, tornados sujeitos a partir das marcas da raça, da doença ou da delinquência, Michel Foucault (2008b; 2008c) chamou de biopolítica.

A partir da compreensão do filósofo, ao tratar a população enquanto um conjunto de seres vivos, com características biológicas e também patológicas, o Estado passou a gerenciar e a exercer uma forma de “governamentalidade” (Foucault, 2008c) sobre a vida das pessoas, no intuito de garantir o prolongamento de algumas vidas ao passo que outras poderiam ser deixadas e expostas à morte.

A governamentalidade passa a ser a forma do Estado agir sobre a população de maneira geral, na definição do uso de espaços (físicos, mas também simbólicos), e é responsável por criar instituições que agem diretamente sobre essa mesma população, como é o caso da instituição policial. Conforme explica Foucault (2008c), esse exercício político funciona pautado em garantir a vida de uma parcela e não do todo da população. Para isso, necessita esquadrihar espaços e categorias de sujeitos com vistas à eliminação de grupos marginalizados. Esse é um dos princípios da biopolítica: o

funcionamento desses regimes de poder depende da criação de categorias de sujeitos e, mais do que isso, a necessidade de marginalizar grupos de indivíduos subjetivando-os como delinquentes, imorais e perigosos à ordem pública.

São diversas as ficções criadas pelos dispositivos de poder jurídico, policial, educacional, bem como artístico ao longo da história. Essas maneiras de operar, enquanto aquilo que não precisa ser dito, mas que todos, indistintamente, sabem como funciona quando se extrapola algum limite é o que conhecemos como normas. As normas, ainda que em um nível de indizibilidade, são fundamentais para a manutenção do poder. Elas constituem, ao mesmo passo, um ordenamento e atos de violência no intuito de garantir o prolongamento dos exercícios de poder dos modos de governo biopolíticos.

Para que haja uma mudança efetiva da norma operada e significativa dos sistemas de arte tal como os conhecemos: branco e elitista, é preciso o ato de nomeação, conforme aponta Mombaça (2021, p. 75): “Nomear a norma é o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência, porque a norma é o que não se nomeia, e nisso consiste seu privilégio”. O desmonte da naturalidade normativa começa pelo ato de nomear, assim, é possível evidenciar as malhas de poder por onde determinados tipos de sujeitos se afirmam como dominantes e donos do saber.

É interessante notarmos a definição que Mombaça (2021) mobiliza para entendermos como o poder produz o mundo tal como o conhecemos e que devemos, enquanto exercício ético, desvencilharmo-nos da maneira como já conhecemos as coisas, das definições que já estão instauradas, na tentativa de produzir novas sensibilidades e mesmo saberes. Ressalta a autora que

o poder opera por ficções, que não são apenas textuais, mas estão materialmente engajadas na produção do mundo. As ficções de poder proliferam junto a seus efeitos, numa marcha fúnebre celebrada como avanço, progresso ou destino incontornáveis (Mombaça, 2021, p. 65).

Conforme explanado por Mombaça (2021), podemos perceber como o poder cria mecanismos para que a própria população defenda a naturalidade do sistema de justiça, bem como da polícia, ainda que, inegavelmente, esses dispositivos de poder atinjam de maneiras distintas pessoas não-brancas, imigrantes e travestis, por exemplo. A autora aponta sobre a morte física e simbólica, sentida e vivenciada que “(...) o sentido quebrado de si que acompanha o meu movimento de mundo como corpo monstruoso, de presença

aberrante e desobediente de gênero, marca, enfim, um outro modo de habitar e enfrentar o mundo” (Mombaça, 2021, p. 26).

Ao discutir o funcionamento do regime de governamentalidade posto em marcha pela biopolítica, Foucault (2010) esclarece que o exercício biopolítico, no que tange à segregação dos indivíduos e a possibilidade de morte pelo próprio governo, só pode ser operado por um elemento crucial, a saber: o racismo.

Com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. (...) A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (Foucault, 2010, p. 214-215).

A reflexão sobre como o racismo estrutura historicamente nossas relações e dá forma à nossa sociedade, bem como a mirada do campo associado exposta anteriormente que estabelecem relações discursivas em torno do enunciado *Não vão nos matar agora*, assinala a emergência de discursos que possibilitem o questionamento de como artistas negras(os) produzem saberes a partir da operação biopolítica, que afeta indistintamente o próprio lócus artístico-cultural.

### **Sobre como o governo biopolítico atravessa a prática artística de Jota Mombaça**

Tomando o conceito de biopolítica formulado por Foucault, o linguista brasileiro Jefferson Campos (2021) propõe a reflexão sobre os modos como os espaços de arte e cultura são também parte do escopo do gerenciamento da população. Museus, galerias de arte, residências artísticas também são atravessadas pelo agenciamento das formas de governo biopolíticas. O autor pontua que, inegavelmente, o Estado vai atuar diretamente na definição do que é considerado arte e do que é escolhido para permanecer perene enquanto memória artística e cultural de uma nação.

Nesse sentido, as verdades construídas sobre obras de arte e artistas são modalizadas diretamente pelo projeto de memória colocado em funcionamento. A história da colonização e escravização de pessoas africanas no Brasil, por Portugal, marca as

práticas artísticas e a memória que os patrimônios, como os museus, narram ou deixam na obscuridade. Dito de outro modo, fazem viver ou são deixadas para morrer, conforme assinalou Foucault (2010). Dessa maneira, ao pensarmos o exercício da biopolítica em relação aos sistemas de arte nas sociedades ocidentais e ocidentalizadas, não podemos deixar de considerar as práticas de racismo que se organizam nos regimes do ver e do dizer da arte e cultura desde a colonialidade-modernidade.

Além de escritora, Jota Mombaça é reconhecida internacionalmente enquanto artista visual e performer, tendo atuado em museus, bienais, mostras e festivais, seja enquanto expositora, curadora, proponente e realizadora de oficinas, seja como residente em projetos independentes, principalmente no circuito artístico europeu e brasileiro. Atualmente ela vive em Portugal e escreveu o livro *Não vão nos matar agora* a partir de suas experiências subjetivas e coletivas enquanto transitava por cenários desde há muito conhecidos no campo das artes, mas pouco acessado por pessoas negras e que fogem da binariedade dos gêneros.

Sua presença nesses espaços, bem como de outras artistas negras, travestis, não-europeias é discutida na obra em questão, principalmente no tocante à reprodução das desigualdades, por ser parte da estrutura discursiva dos convites recebidos para expor, falar, propor práticas, a “necessidade” de marcar sua diferença em relação ao que já está consolidado e é considerado “normal”, seja o corpo, seja a proposta artística que é lida como destoante dos valores da “arte universal”.

Assim como outros mecanismos de produção de saberes, tal como a medicina, o meio jurídico, as escolas, o sistema penitenciário, o campo das artes também é envolto por mecanismos de regulação que se tornam hegemônicos a partir de estratégias de “etiquetamento” (Casteleira; Campos, 2019) da arte universal em contraposição às artes feitas por pessoas negras, indígenas, asiáticas, ciganas, etc. O funcionamento de instituições artísticas, como os museus, responsáveis pela manutenção de uma memória, seja ela nacional, local, ou ainda da identidade de um povo, permite-nos refletir sobre os modos como esses espaços elencam narrativas e discursivizam sobre a história de formar a marcar o não pertencimento de sujeitos à etiqueta universal branca.

Atenta ao funcionamento da biopolítica nos dispositivos artísticos, em um trecho do capítulo “-2, Para uma greve ontológica”, Mombaça (2021, p. 51) explica que “sistemas de arte não são separados dos dispositivos sociais que reproduzem a situação crítica das gentes desobedientes de gênero e dissidentes sexuais racializadas.”

Ao pensarmos como esses espaços artístico-culturais empregam um modo de fazer específico na escolha e definição do que entra (ou não) para a história, daquilo que pode ser visto e enunciável, percebemos que os critérios utilizados nessas seleções nunca são neutros, pois fazem parte de estratégias de manutenção de um regime de poder já estabelecido, ou que se quer estabelecer. Tais espaços estão, portanto, envolvidos em mecanismos de poder que se entrelaçam e corroboram, de maneira indissociável, com as vontades de verdades formadas sobre o que é artístico, que é o sujeito nacional, bem como a memória que se quer elencar enquanto verdadeira. Nesse sentido, é válido considerar que as produções artístico-culturais estão em constante relação de atração ou atrito com um sistema de governo que age sobre toda a população.

É dessa forma que Mombaça (2021, p. 35) enuncia: “A coisa tá branca!”, uma paródia da frase, considerada expressão idiomática, “A coisa tá preta!”, utilizada pejorativamente e que aos poucos está em processo de ressignificação<sup>11</sup>. O uso que Mombaça faz dessa forma parodiada busca causar um estranhamento e colocar a branquitude em um outro lugar que não o do conforto daquele que, por vezes, ofende, mas o de escuta e da autopercepção dos privilégios da cor da pele.

A pesquisadora Prisila Elisabete da Silva (2017), ensina-nos que:

A branquitude é um construto ideológico no qual o branco se vê e classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. Ela implica vantagens materiais e simbólicas aos brancos em detrimento dos não brancos. Tais vantagens são fruto de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social) e de bens materiais e simbólicos. Ela apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios (Silva, 2017, p. 27-28).

O enunciado de Mombaça faz alusão às apropriações que muitas pessoas brancas têm feito nos espaços artísticos sobre os conceitos formulados por pessoas

<sup>11</sup> “Por que que a fome é negra? Se negra é a beleza, se todo mundo canta e tá feliz é que a coisa tá preta!” cantou Elza Soares com Rebecca em “A coisa tá preta” (2021). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aiKdLiic0wU>. Acesso em: 07 fev. 2023. Rincón Sapiência, em “A coisa tá preta” (2016), rimou: “Abre alas, tamo passando/ Polícia no pé, tão embaçando/ Orgulho preto, manas e manos/ Garfo no crespô, tamo se armando/ De turbante ou bombeta/ Vamos jogar, ganhar de lambreta/ Problema deles, não se intrometa/ Óia a coisa tá ficando preta”, ressignificando a expressão idiomática e trazendo exemplos de reis e rainhas africanas, enquanto ancestralidade das pessoas afrodiáspóricas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FsTTvHolxEA>. Acesso em: 07 fev. 2023. Já o poeta Felipe Marinho, ressignifica e ressemantiza “Coisa tá preta” em uma batalha de slam. A declamação completa, está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wYKFd6EhW0>. Acesso em: 07 fev. 2023.

negras, a ponto de não mencionar a autoria, tampouco o de exercer a prática da escuta, colocando-se no lugar de promotoras e protagonistas do conhecimento sobre antirracismo e decolonização. Isso acontece, conforme nos explica a autora, porque as pessoas brancas, ao fazerem o uso da fala, entendem que a enunciação é universal, sem com isso questionarem a si mesmas sobre as diferenças nos modos de escuta, recepção, produção, veiculação e também apropriação dos discursos que afetam interseccionalmente, portanto, de maneiras distintas, pessoas brancas (a enunciação universal) de pessoas negras (que são vítimas novamente de apagamentos).

Há uma relação perniciosa, por exemplo, nos regimes de enunciação da frase “dar a voz”, que acomete principalmente pessoas negras e indígenas, vista sob o ponto de vista de uma figura que se vê como detentora do poder e das verdades, essas tidas como válidas para todos. Concordamos com a autora quando ela afirma que há uma “hegemonia do lugar de fala branco-colonial [que funciona] como infraestrutura dos regimes de verdade que até hoje determinam as condições ontoepistemológicas de enunciação” (Mombaça, 2021, p. 37).

A autora traz à tona esses questionamentos para pensar como se dá o acesso de sujeitas negras e desobedientes de gênero às discursivizações sobre a arte, pois, geralmente, a própria entrada nos circuitos artísticos é condicionada por pessoas brancas. Para além da entrada, a autora, no decorrer de sua obra, ensaia sobre a forma como sujeitas como ela são vistas enquanto matéria produtora de conceitos, o que significa que seu corpo e sua produção intelectual estão, novamente, sendo utilizadas para a produção. Ao escrutinarmos a memória dessas práticas junto a Mombaça, veremos um encadeamento discursivo com as práticas da escravização de pessoas negras, que essas apenas produzem para que outras, as brancas, consumam. Assim, a produção conceitual feita por artistas negras podem servir de matéria rentável para empresas artístico-culturais, reatualizando o espólio da intelectualidade negra. Por isso, afirma a autora, há um sistema desigual de distribuição dos recursos, pois quem efetivamente lucra com seu trabalho são pessoas brancas, detentoras do dinheiro que é rentabilizado a partir de sua produção (Mombaça, 2021).

### **Considerações Finais**

Assim como destacamos na epígrafe deste trabalho, o fato de artistas travestis negras adentrarem aos espaços de produção de conhecimento, como o campo artístico-

cultural, não as impede de sofrer racismos, tanto velados quanto expostos. A partir do entendimento de governo biopolítico e sua relação com os mecanismos de cisão da população, notamos que o enunciado *Não vão nos matar agora* cumpre a função de denúncia, é, nas palavras de Foucault (2021), uma resposta a uma urgência histórica: a morte real e também simbólica que acomete travestis negras historicamente, em distintos espaços, seja na rua, seja no interior de museus.

A partir disso, a contratação de pessoas negras e, especificamente, o uso de práticas antirracistas tornou-se rentável para muitas empresas, inclusive, e sobretudo, no campo artístico-cultural, conforme fica evidente nos ensaios de Mombaça (2021). Nesse sentido, a construção da subjetividade de uma artista travesti negra é atravessada pela posição daquela que é uma produtora de algo que não será consumido por suas iguais, inclusive suas criações utilizadas para a rentabilidade de pessoas brancas, em reatualização de práticas de espólio via colonialidade.

A aposta de Mombaça é criar, a partir da materialização discursiva de seus trabalhos artísticos, um movimento de resistência, uma ficção especulativa que permita a travestis negras a subversão desse ciclo de exclusões normativas e das mortes que rondam seus corpos e subjetividades. Para isso, ela não propõe imaginar outros mundos, pois compreende estarmos fadados a esse em que habitamos, mas pensar esse mundo pelo fim. Não se trata do fim do mundo – ideia cristã inutilizada na obra da artista –, mas pensar modos de conceber o fim dos dispositivos bio(necro)políticos que continuam a operar nesse mundo; há urgência em pensar o fim daquilo que já conhecemos, para que outras relações possam ser construídas.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENEVIDES, Bruna G.; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>. Acesso em 30 mar. 2024.
- CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. *A emergência do intelectual específico em práticas discursivas de transgressão: relatar a si mesmo como aleturgia no documentário Resgates*. 2021. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021. Disponível em: [http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos\\_tese.pdf](http://www.ple.uem.br/jefferson-gustavo-dos-santos-campos_tese.pdf). Acesso em 07 fev. 2023.

- CASTELEIRA, Rodrigo Pedro; CAMPOS, Jefferson. Negritude a varejo ou quando uma etiqueta é assimétrica: estratégias necropolíticas no campo das artes. *Revista PerCursos*, v. 20, n. 44. Florianópolis, set./dez., 2019, p. 95-111. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984724620442019095>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da mulher negra na literatura brasileira. Ensaios. *Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira*. v. 1, n. 1. Brasília: Ministério da Cultura, 2005, p. 52-57. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista01.pdf/view>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France. Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
- GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1. ed. Salvador: Editora Devires, 2020.
- JUP DO BAIRO; MULAMBO. Luta por mim (Parte Final). (S. 1.: s.n.), 2021. 1 vídeo (11 min). Publicado pelo canal Jup do Bairro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uaBu8BAzyHs>. Acesso em: 12 fev. 2023.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios do racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. Tradução de Renata Santini. 1. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.
- NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico*: os subterrâneos da linguagem e do racismo. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (orgs.). *Branquitude*: estudos sobre a identidade branca no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017, p. 19-32.
- VENTURA PROFANA; podenserdesligado. *Eu não vou morrer*. (S. 1.: s.n.), 2021. 1 vídeo (4 min 32 seg). Publicado pelo canal Ventura Profana y podenserdesligado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MWZPd5EcJO8>. Acesso em: 08 fev. 2023.